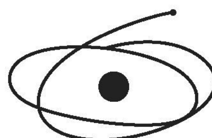
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XIV nº 53-54 1971



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano XIV nº 53-54 Março-Junho 1971

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

PRAIA DE BOTAFOGO, 186
RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

VOL. XIV – MARCH/JUNE 1971 – Nr. 53/54

SUMMARY

DOCUMENTS

SUMMARY OF EVENTS

BOOK-REVIEWS

BOOKS

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação de seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizaçõs ou movimentos partidários. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Diretor :

CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretário :

CEZAR C. HAROUCHE

Direção e Administração :

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — TEL.: 246-9542

Rio de Janeiro — GB, BRASIL

Assinatura anual: Cr$ 20,00 — Para o exterior: US$ 12,00

Número avulso: Cr$ 5,00 — Número duplo: Cr$ 10,00

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

VOL. XIV — MARÇO/JUNHO 1971 — Nº 53/54

SUMÁRIO

ARTIGOS

DOCUMENTOS

RESENHA

RESENHA DE LIVROS

BIBLIOGRAFIA

NOTA LIMINAR

O presente número especial da REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL é dedicado a temas militares e a documentos relacionados com esses temas.

É fato conhecido a inter-relação entre os problemas internacionais e os assuntos de natureza militar. Os conceitos de estratégia, de segurança nacional, segurança coletiva, desarmamento, defesa nacional, etc., estão intimamente ligados à política internacional propriamente dita.

Este número divulga alguns artigos especialmente preparados para esta publicação (como o do Coronel Toledo Camargo) e contribuições apresentadas em Escolas, conferências ou em reuniões internacionais, como os do Embaixador Araujo Castro, General Lira Tavares, General André Beaufre, Brigadeiro Lavanère-Wanderley, General Rodrigo Otávio e Embaixador Alejandro Magnet.

O problema da "Força interamericana de Paz" é examinado num "paper" especialmente preparado para o Senado norte-americano pelo Professor John J. Johnson e até agora não traduzido e pouco conhecido no Brasil.

Uma *Bibliografia* especial sobre temas militares foi compilada pela Biblioteca do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. É a primeira vez que um trabalho desse tipo é divulgado sob essa forma.

Vários dos *Livros* resenhados são também relacionados com o objetivo principal deste número.

Nas seções costumeiras "Resenha" de acontecimentos do primeiro semestre de 1971, "Livros publicados no Brasil", "Livros publicados no Exterior" e "Documentos", mantemos a tradição de divulgar o que de mais significativo aconteceu durante o período a que corresponde este número da *Revista*. Entre os documentos, figuram várias declarações conjuntas assinadas pelo Chanceler Mário Gibson e um importante trabalho do Embaixador Miguel Osório de Almeida, apresentado em Genebra, sobre um assunto de grande atualidade: "Desenvolvimento Econômico e Preservação do Meio Ambiente".

Esperamos que o número especial tenha a mesma recepção dos números anteriores, especialmente entre os leitores da *Revista*, em número crescente, que pertencem às Forças Armadas.

*O CONTINENTE AMERICANO DENTRO DA PROBLEMÁTICA MUNDIAL **

Embaixador J. A. de Araújo Castro

Confrontação e Negociação

O mundo político não faz senão complicar-se, mas isso não significa necessariamente que estejamos mais próximos da guerra do que estávamos na última quinzena de outubro de 1962, data importante que não poderá ser desprezada e ignorada em qualquer estudo mais detido e acurado da situação internacional. Por que, a partir deste momento, isto é, a partir dos "treze dias" da crise provocada pela colocação de mísseis soviéticos em Cuba, iniciou-se uma fase de entendimentos e contatos diplomáticos permanentes entre a União Soviética e os Estados Unidos da América. Em outras palavras, com as vicissitudes inevitáveis em todo complexo de fatos políticos e diplomáticos, iniciou-se um processo que, com o correr do tempo, foi sendo caracterizado como de *détente*, ou relaxamento de tensões internacionais.

Não cessou ainda — e não cessará num futuro imediato e previsível — a confrontação político-militar entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Como já tivemos a oportunidade de dizer, o jogo continua, mas as regras do jogo mudaram de maneira substancial. Não é provável que a confrontação, que persiste, seja inteiramente superada por um período de negociação. O provável é que subsistam, simultânea e paralelamente, a confrontação e a negociação, tal como está acontecendo hoje em várias áreas políticas, particularmente na área do Oriente Médio. Os acordos táticos que estão sendo alcançados pelos Estados Unidos da América e a União Soviética não representam mais do que "acordos de sobrevivência". A sobrevivência é, evidentemente, o primeiro requisito da confrontação.

---

* Baseado na Conferência do Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador J. A. de Araújo Castro, no Colégio Interamericano de Defesa no dia 11 de dezembro de 1970 em Washington, D. C.

A Paz e a Détente

A partir de outubro de 1962, pareceu existir — e essa impressão deveria confirmar-se em agosto de 1968 — um certo entendimento tácito entre as duas Super-Potências no sentido de se evitar a exacerbação de crises e tensões em determinadas áreas, que se consideravam de interesse especial para uma ou outra das mesmas Super-Potências.

É realmente de notar-se que foram muitos os que profligaram a invasão da Tchecoeslováquia, foram relativamente poucos — e não necessariamente os mais poderosos — os que condenaram a perigosa doutrina de "soberania limitada" em que ela se apoiava. Ora, a invasão, como episódio, talvez seja menos perigosa do que a doutrina, como norma política, responsável por idéias e conceitos de esferas de interesse e de áreas de influência, suscetíveis de se transformarem em áreas de dominação. Tivemos a oportunidade de testemunhar fatos e circunstâncias, nesse particular, com a responsabilidade que, em agosto de 1968, nos cabia de presidir às sessões do Conselho de Segurança. Era tão forte o interesse recíproco das duas Super-Potências na preservação do espírito da *détente*, que ela se revelou capaz de resistir a tudo, ao conflito no Vietnam, à invasão da Tchecoeslováquia e mesmo à confrontação na área político-estratégica do Oriente Médio.

As Super-Potências parecem determinadas a evitar a eclosão de um conflito mundial, com tonalidades nucleares, mas parecem ao mesmo tempo desesperar da paz universal, da mesma maneira por que parecem haver desesperado do Desarmamento Geral e Completo.

A *détente* não é a paz; é apenas um processo de relaxamento de tensões, fundado na simultaneidade de confrontações e negociações. Para as Super-Potências, a Paz significa, pura e simplesmente, a não eclosão de um conflito nuclear. É nesse sentido restrito que podemos dizer que as Nações Unidas conseguiram preservar a Paz nestes vinte e cinco anos que nos separam de sua criação. Para as Grandes Potências, na medida em que se diferenciam das Super-Potências, a Paz é um estado tolerável de tensões que não determinam a necessidade de uma mobilização militar ou econômica de dimensões nacionais.

Já para os Países menores, a Paz tende a identificar-se com a Segurança, isto é com a soberania política, a imunidade da agressão, a não-intervenção e a integridade territorial. É claro que os Países Médios e Pequenos não podem adotar conceitos demasiado sofisticados em matéria de Paz e de Segurança.

Por força de suas responsabilidades mundiais, as Super-Potências são, assim, obrigadas a aceitar o conceito de Paz como "um estado tolerável de conflitos" e a aceitar o Desarmamento como "um grau tolerável de corrida armamentista". Observe-se, de um lado, a situação no Oriente Médio, onde se pensa em termos de "cessar-fogo" antes que de

uma solução política permanente, e pense-se, de outro lado, nas conversações SALT, conduzidas intermitentemente em Viena e em Helsinki, nas quais se busca apenas uma eliminação do supérfluo e do excedente em matéria de armas estratégicas nucleares. As conversações SALT não visam, na realidade, senão à eliminação do *over-overkill*, com a premissa básica de que as duas Super-Potências conservarão, ao menos neste estágio preliminar, sua capacidade de *overkill*.

O Panorama visto de 1947: Contenção e confrontação.

Todas essas circunstâncias, perfeitamente identificáveis no processo da *détente*, vieram evidentemente modificar totalmente o panorama internacional em relação ao que prevalecia nos anos de 1947 e 1949, quando se forjaram as doutrinas, as teorias e os instrumentos da grande coligação ocidental.

A fase de confrontação entre os EUA e a URSS teve início na série de decisões fundamentais adotadas pelo Presidente Truman, na primavera de 1947, em resposta à ameaça comunista à Grécia e à Turquia. A Doutrina Truman, o Plano Marshall e, mais tarde, a aliança do Atlântico Norte (OTAN) são aspectos diferentes da estratégia de contenção do comunismo na Europa Ocidental e regiões adjacentes, enunciada no artigo assinado por "X" — George Kennan — na revista "Foreign Affairs" de julho de 1947.

Aceita-se, geralmente, que os princípios da estratégia de contenção estejam inscritos na passagem mais famosa e mais citada da mensagem do Presidente Truman ao Congresso norte-americano a respeito da assistência à Grécia e à Turquia, qual seja:

> "Creio que deve ser política dos EUA apoiar os povos livres, que estão resistindo a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas".
> "Creio que devemos ajudar os povos livres a alcançar o próprio destino, pelos seus caminhos próprios".

Embora o Presidente Truman se estivesse dirigindo, apenas, aos problemas grego e turco, sua formulação é genérica e permite identificar a vocação mundial que informou a estratégia norte-americana.

Dois outros aspectos da mensagem presidencial devem ser salientados: sua unilateralidade, que implicou o reconhecimento da impotência do mecanismo de segurança coletiva consagrado na Carta das Nações Unidas; e a invocação do que mais tarde viria ser apelidado de "Teoria do dominó".

A Doutrina Truman acolheu também a premissa de que a União Soviética estava engajada numa política de agressão ideológica e mi-

litar que ameaça toda a Europa Ocidental e o Oriente Médio. Nessas condições, como teoria de política externa, logo abandonou a ênfase meramente territorial, isto é, de manutenção das posições estratégicas do Ocidente na Grécia e Turquia, elos vitais na linha de comunicações que passa pelo Mediterrâneo Oriental, para se transformar numa estratégia global de contenção ideológica e militar do comunismo.

Apesar de formulada em termos defensivos, a estratégia de contenção teve também alguma preocupação ofensiva, notadamente durante os anos em que John Foster Dulles dirigiu a política externa norte-americana. (O próprio dicionário Webster define a palavra "containment" como correspondendo "especificamente à política de tentar evitar que se espalhe a influência de uma nação ou sistema político inimigo"). A propósito, vale citar as constantes afirmações, durante o Governo Eisenhower, de que o objetivo dos EUA, na Europa Oriental, era fazer o comunismo retroceder ("rollback").

A política de contenção serviu, durante quase vinte anos, de pano de fundo para o consenso bipartidário, internacionalista (em contraposição ao isolacionista, que prevaleceu no período entre as duas guerras mundiais), a respeito dos objetivos e métodos da política externa norte-americana. A rutura desse consenso, em decorrência da participação dos EUA nas hostilidades no Vietnam, se reveste de uma importância que dificilmente pode ser exagerada.

A política de contenção, que se baseava em última análise na premissa de que o monopólio nuclear norte-americano seria mantido, sempre esteve muito afinada com os objetivos e preocupações estratégicas dos EUA durante a guerra-fria, os quais transcenderam a mera segurança física, no sentido estrito, do território dos EUA, e se destinaram à criação de uma ordem internacional não apenas contrária ao comunismo, mas também propicia ao liberalismo econômico e ao sistema democrático de governo no estilo americano, à adoção, pelos demais países, da experiência dos EUA como modelo de desenvolvimento político e econômico, e à segurança dos investimentos norte-americanos no exterior.

A prática diplomática e militar norte-americana se chocou com o dinamismo e tendência à expansão do comunismo e com os complexos defensivos soviéticos, herdados da história russa e reforçados pelas experiências da guerra civil e da invasão hitlerista. Vários fatores contribuíram para aumentar o temor e a desconfiança dos soviéticos, por exemplo: o monopólio nuclear norte-americano na primeira fase da guerra-fria; a clara preponderância política, econômica e militar dos EUA, tanto na Europa Ocidental quanto no Japão (no fim da Segunda Guerra, um general americano estava instalado em Berlim, e outro em Tóquio); e a aplicação gradual da estratégia de contenção a todo o mundo não comunista, e não apenas à Europa Ocidental e áreas vizinhas.

O universalismo ou globalismo dos EUA se contrapunha à orientação soviética, preocupada ostensivamente com uma política de esferas de influência na Europa Oriental. Apenas, conviria ressaltar, o universalismo norte-americano era visto pela URSS como intervencionista e agressivo, com declaração virtual de que todo o mundo fora das fronteiras dos países socialistas estava incluído na esfera de influência dos EUA. Estes, por seu lado, tenderam sempre a entender a política soviética na Europa Oriental como o primeiro passo de uma estratégia universalista, para a conquista da Europa Ocidental e, subseqüentemente, do resto do mundo. Os padrões de referência dos EUA e da URSS não contribuíam, por conseguinte, para a diminuição da tensão entre os dois países.

O neutralismo, uma vítima da Détente

O estabelecimento de contactos diplomáticos permanentes entre os Estados Unidos da América e a União Soviética veio diminuir, de maneira significativa, a influência do chamado bloco neutralista ou não-alinhado. Esse bloco, formado sob a égide da Índia, da República Árabe Unida e da Iugoslávia, nunca pôde aspirar ao papel de uma terceira força no plano militar, nem mesmo o papel de uma terceira força no plano político. Tratava-se, antes, de uma força diplomática, puramente política, capaz de, em certos casos, realizar uma tentativa de mediação entre os países ocidentais e os países do mundo socialista.

Entretanto, à medida que os dois polos se tornaram menos rígidos, a haste intermediária do não-alinhamento começou a vacilar e debilitar-se. Não existem hoje intermediários nas relações diplomáticas entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. Os contactos são estreitos, diretos e permanentes, não obstante a persistência da confrontação de poder. Hoje ninguém fala em "terceira força". Fala-se em "terceiro mundo".

Os Co-Presidentes e os Mediadores

Haja vista o que aconteceu no âmbito da Conferência do Comitê sobre o Desarmamento ou com mais propriedade no âmbito do antigo Comitê das Dezoito Nações para o Desarmamento. Quando o Comitê se instalou em Genebra, em 15 de março de 1962, estava integrado por cinco membros do bloco ocidental (talvez fosse mais preciso dizer quatro membros, já que a França nunca participou dos trabalhos do Comitê), cinco membros do Pacto de Varsóvia e de oito membros mediadores (Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia). A presunção generalizada era a de que esses países teriam a função de aproximar diplomaticamente os dois lados antagônicos, no exercício de uma função diplomática de mediação.

Talvez a realidade tenha mudado ou talvez os oito países mediadores hajam sido um pouco demasiadamente bem sucedidos em seus esforços diplomáticos, pois o que aconteceu, para surpresa generalizada, foi que, sob a égide dos dois Co-Presidentes, os dois lados antagônicos quase se reconciliaram e, como aconteceu no caso do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, começaram a desarmar os oito mediadores, que agora são doze, com a ampliação do Comitê de Genebra.

Toda a negociação do Tratado de Não-Proliferação e mesmo do Tratado de Desnuclearização do Fundo do Mar revelou um alinhamento inesperado: de um lado, os Co-Presidentes à frente de seus aliados da OTAN e do Pacto de Varsóvia; do outro lado, os países que se designavam como Mediadores, Neutralistas ou Não-Alinhados. Por isso mesmo, a designação de "não-alinhados", a que teimosamente se aferra o grupo de países que ultimamente se reuniu em Dar-es-Salam e em Lusaka, representa um remanescente da Guerra Fria e um anacronismo semântico que deveria ser corrigido. A Co-Presidência adotada em Genebra tornou-se, assim, um modelo e um símbolo de uma nova modalidade política e de uma nova arte: a arte da *co-chairmanship,* a cargo das duas Super-Potências.

Conversão semântica de Dulles

É de interesse observar o aparecimento de certas mutações políticas e semânticas. Nos anos da guerra fria, ao tempo de Foster Dulles, os americanos revelavam maiores desconfianças do que os soviéticos em relação aos não-alinhados e neutralistas: hoje são os russos que parecem mais presos à teoria de "quem não está comigo, está contra mim". Enquanto a política americana se tornou mais tolerante, mais dúctil, mais flexível e mais sofisticada, com a introdução do conceito de "diplomacia total", são os soviéticos, por um processo de reversão, que defendem teses que eram extremamente agradáveis aos ouvidos de Foster Dulles. Citaremos, como exemplo, a idéia do estabelecimento de um sistema de "segurança coletiva na Ásia", a ênfase obsessiva nos "sistemas regionais de segurança". Com o correr do tempo, a guerra fria passou a desenrolar-se a favor dos interesses dos Estados Unidos da América e a União Soviética passou a tomar posições cada dia mais defensivas.

Na verdade, depois de quase duas décadas de vigência, o esquema conceitual em que se baseava a confrontação *indiscriminada* entrou em declínio. Na prática, o relacionamento EUA-URSS desembocou num impasse, cuja superação, nos limites daquele esquema, só poderia ser alcançado a custos políticos e militares excessivos ou inaceitáveis.

Fatores extrínsecos e intrínsecos à política externa dos EUA contribuíram para esse declínio. Entre os primeiros, figuram o fim do monolitismo do bloco socialista; na medida em que expressões como "bloco

socialista" e "comunismo internacional" perderam o seu poder de descrever acuradamente a realidade — por faltar ao "bloco" socialista, hoje, unidade de doutrina e de execução política —, soou a hora de rever os modelos da confrontação e da contenção.

Outro fator extrínseco é o surgimento, entre os países do mundo não-comunista, de subcentros de poder, como a França, a Alemanha e o Japão, que tendem a adotar, em defesa de seus interesses regionais, posições próprias e não necessariamente coincidentes com as norte-americanas. Esses fracionamentos, no Oriente e Ocidente, contribuíram para atenuar o bipolarismo inconteste, que prevaleceu na primeira fase do pós-guerra, e para tornar mais difícil para os EUA e a URSS traduzirem sua hegemonia militar e política em atos concretos.

Um terceiro aspecto, não menos importante, seria o estabelecimento gradual de um "equilíbrio de terror". Dada a fraqueza relativa da URSS ao fim da Grande Guerra e sua incapacidade de atuar fora das regiões que lhe são adjacentes, é compreensível que a estratégia de confrontação pudesse ter sido imaginada, inicialmente, em termos de contenção regional estrita. Vencida esta fase, a confrontação EUA-URSS globalizou-se, o que terminou por esvaziar o esquema conceitual da contenção (que se mostrou menos eficiente no plano mundial, do que havia sido no regional).

Entre os fatores intrínsecos, mencionaria os dois principais: a política dos EUA no Vietnam, e o impasse a que chegou a corrida armamentista nuclear. O Vietnam provou que há limites além dos quais a estratégia de contenção desatende a certos objetivos vitais da sociedade norte-americana. Essa circunstância foi talvez um dos fatores que levaram o Governo Nixon a repensar a posição estratégica dos EUA e a lançar o "slogan" de que "estamos ingressando numa era de negociação".

No campo da guerra limitada, com armamentos convencionais, são crescentes os obstáculos de toda ordem à participação direta seja dos EUA, seja da URSS, conforme demonstram as atuais hostilidades no Vietnam. Em primeiro lugar, há fatores políticos, militares e tecnológicos que conspiram contra a manutenção do caráter limitado das guerras "locais". Em segundo, vai-se percebendo que, no Vietnam, por exemplo, um poder convencional teoricamente incontrastável está bem ou mal sendo enfrentado por táticas de guerrilhas. Em terceiro lugar, a participação de uma das Super-Potências em um conflito limitado atrai, quase inexoravelmente, a participação da outra, ainda que de forma indireta. Finalmente, a própria extensão territorial do Terceiro Mundo, teatro provável de guerras limitadas, desencoraja a dispersão de homens, armas e equipamentos em áreas de atrito muitas vezes com remota importância política para as Super-Potências.

O segundo fator intrínseco é a percepção de que são crescentes os custos financeiros e sociais da pesquisa e desenvolvimento de novos arma-

mentos (ogivas) nucleares, de sistemas de detecção e de transportes (mísseis). A corrida armamentista entre as duas Super-Potências chegou claramente a um "plateau", o qual só será superado, pela via da confrontação, se forem realizados investimentos astronômicos em artefatos extremamente sofisticados, dos quais o MIRV e o ABM seriam meros precursores.

O equilíbrio de poder entre os EUA e a URSS foi alcançado em termos de terror e de "overkill" e a racionalidade funcional do sistema é expressa por uma equação de poder em que qualquer dos contendores tem teoricamente a capacidade de sobreviver a um ataque maciço desferido de surpresa pelo outro e de, em seguida, revidar de maneira devastadora.

A aceleração da competição de armamentos implicaria um aumento exponencial nos esforços até agora feitos, com inevitáveis repercussões econômicas e sociais. Além disso, poderia destruir o atual equilíbrio nuclear. Em conseqüência desses fatos inarredáveis, e de certas acomodações políticas em outras áreas, os EUA e a URSS decidiram, por exemplo, engajar-se em conversações intermitentes para a limitação de armamentos estratégicos (SALT).

A obsolescência do modelo da contenção vem-se arrastando há vários anos. Os Presidente Kennedy e Johnson, enquanto no poder, tomaram conhecimento dessa degeneração. O último, contudo, viu sua capacidade de propor um novo diagnóstico e executar a correspondente terapêutica severamente limitada pela controvérsia em torno do envolvimento dos EUA no Vietnam, o qual foi justificado, em grande parte, pelo próprio esquema da contenção ao comunismo aplicado à Ásia.

O modelo da contenção e da confrontação dava sinais de haver perdido sua relevância, de ter diminuída a sua capacidade de explicar fatos novos, e de não mais se situar nos altos níveis alcançados na fase mais aguda da guerra-fria, em termos de rigor, de capacidade de predição, de possibilidades combinatórias e de riqueza heurística.

Apesar de tudo isso, o modelo da contenção e da confrontação retinha, e ainda retém, certas vantagens. Trata-se de um modelo simples, econômico, global e de fácil entendimento, que estabelece uma linha clara entre aliados e adversários, que já ganhou foros de tradição, e se tornou um hábito ou uma atitude mental. E finalmente, ao postular a irredutibilidade de aliados e adversários, serve a política de contenção de argumento poderoso para manter alinhados os primeiros, pois qualquer dissenção favoreceria, por hipótese, os últimos.

A pá de cal nas bases intelectuais da política de confrontação global foi jogada, talvez, pelo próprio arquiteto da contenção, no sentido estrito, Georges Kennan, em seu livro de memórias:

"A falência (da contenção) consistia no fato de que o nosso próprio *Governo, considerando difícil entender uma ameaça política como* tal e enfrentá-la por meios não-militares, e seriamente enganado, em particular, por sua própria interpretação errônea da guerra da Coréia, deixou de aproveitar as oportunidades para uma discussão política proveitosa, nos anos que se seguiram, e se esforçou, em decorrência de suas preocupações militares, em concluir e perpetuar a divisão da Europa, cuja eliminação deveria ter sido seu objetivo. Não foi a "contenção" que falhou; foi o seu "follow-up" que nunca se materializou".

Ideologia e Poder

Na realidade, a União Soviética tende cada dia a afirmar-se menos como fator de agitação revolucionária (setor hoje reservado à China e a Cuba) do que como Grande Potência que, tendo chegado tarde ao clube das Grandes Potências, nem sempre age com muita discreção e sutileza. A URSS se afirma militar e politicamente em muitas áreas geográficas que anteriormente lhe pareciam vedadas. Nunca os russos — e já não dizemos os soviéticos — circularam, utilizando meios políticos e militares ortodoxos, com tanta desenvoltura no Mediterrâneo, no Oriente Médio e na África do Norte.

O comunismo como doutrina está em crise e se diversifica em várias seitas e heresias, mas a URSS cresce como Estado, se não necessariamente como Império. A União Soviética realiza um grande esforço *para atingir um certo grau de respeitabilidade diplomática e o recente* Tratado de Não-Agressão, firmado com a Alemanha Ocidental, muito facilitará sua penetração política, se não ideológica, na Europa Central. A *détente* está trazendo a União Soviética bem para o centro da cena política mundial.

É claro que a infiltração política e ideológica se opera em ambos os sentidos e, no quadro europeu, o mundo socialista pode ser mesmo mais vulnerável às idéias ocidentais do que o Ocidente às idéias comunistas. Pense-se que foi a influência industrial e comercial e a possibilidade de maior penetração alemã na Tchecoeslováquia que contribuíram poderosamente para levar os soviéticos à invasão e agressão de agosto de 1968.

De novo, De Gaulle

Essa possibilidade de influenciação e penetração recíprocas foram agora substancialmente aumentadas com a assinatura dos atos internacionais recentemente concluídos pela Alemanha Ocidental com a URSS e a Polônia e com o início de entendimentos e contactos diplomáticos

diretos entre a República Federal Alemã e a República Democrática Alemã. Trata-se de uma afirmação póstuma do degaullismo, embora em terreno político distinto daquele contemplado pelo General. Willy Brandt tenta, com uma Alemanha rica e industrializada e preservando seus laços com o Ocidente, realizar, através da OSTPOLITIK, aquilo que De Gaulle, com toda sua imaginação, não conseguiu realizar. Assim como Pompidou está tentando realizar na França um degaullismo sem De Gaulle, Willy Brandt tenta impulsionar na Europa um degaullismo sem a França. As idéias do General estão agora a influenciar um outro país e não é impossível que, em prazo relativamente curto, a Alemanha venha a opor mais dificuldades do que a França à entrada da Grã-Bretanha na Comunidade Econômica Européia. Pode mesmo acontecer que a França venha a necessitar da Inglaterra para neutralizar uma Alemanha que se afirma política, econômica e industrialmente. Por isso mesmo, com o mesmo objetivo de neutralizar a Alemanha, a França poderá ser levada a rever sua atitude quanto ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear. A Alemanha fez, aliás, imensas concessões e alguns sacrifícios nacionais. Ao aceitar a permanência ou, ao menos, a continuação da divisão da Alemanha e ao aceitar, como definitiva, a linha Oder-Neisse como sua fronteira oriental, no recente acordo concluído com a Polônia, Willy Brandt veio revelar até que ponto está disposto a levar uma OSTPOLITIK, que também se caracteriza como REALPOLITIK.

É óbvio que a Alemanha Ocidental espera que essas concessões e sacrifícios sejam compensados por uma maior irradiação e mobilidade diplomática. Os acordos recentemente concluídos criam problemas e perigos para a Alemanha e para o Ocidente, mas não deixam de criá-los, em grau possivelmente ainda maior, para a União Soviética e para o bloco socialista. De qualquer maneira, deve ser dito que novo entendimento germano-russo constitui o fato diplomático mais importante do ano de 1970.

Confrontação e Sobrevivência

O conflito no Oriente Médio apresenta, a nosso ver, a melhor ilustração da simultaneidade de confrontação e negociação nas relações entre as duas Super-Potências. Não há dúvida de que os interesses americanos e soviéticos se contrapõem, de maneira nítida e concreta, em toda essa área geo-política. Consideramos mesmo o Oriente Médio como a área realmente crítica, aquela que apresenta mais perigos e ameaças à Paz e à Segurança Internacional. Tomâmo-lo como potencialmente muito mais explosivo do que o conflito na Indochina, que parece em processo de *fading-away* e onde não existe uma confrontação direta de Super-Potências. Parecem, outrossim, agora bastante reduzidas as possibilidades de uma intervenção direta da China no conflito. Os Estados Unidos

da América se encontram num verdadeiro dilema, por que não admitem nem a possibilidade de uma continuação indefinida do conflito nem a possibilidade do abandono de suas posições na Ásia. Colocado o problema nesses termos, nada aquém de um milagre poderia agora satisfazer a opinião pública americana. A política de vietnamização representaria, evidentemente, uma saída para o dilema e para o impasse, mas essa política de vietnamização ainda é, na melhor das hipóteses, uma grande incógnita e uma grande interrogação.

Existe, no momento, um certo *wishful thinking*, da parte dos Estados Unidos da América, no que concerne à possibilidade de vir a diplomacia soviética ajudar a solução de um e de outro problema, isto é, do problema da Indochina e do problema do Oriente Médio. Ora, a União Soviética não tem o menor interesse em liquidar essas duas áreas de conflito, que lhe estão a pagar altos dividendos políticos. A concentração de esforços e de atenção no Sudeste da Ásia impede aos Estados Unidos uma ação mais decisiva em áreas mais importantes e mais cruciais e a persistência da tensão no Oriente Médio está possibilitando uma penetração e uma infiltração jamais sonhada pelos russos.

É claro que a União Soviética deseja, de qualquer maneira, evitar uma confrontação nuclear ou mesmo simplesmente militar com os Estados Unidos da América e que atenua substancialmente suas posições, cada vez que esses conflitos se tornam mais agudos e mais explosivos. Isso tem acontecido por mais de uma vez. Não há dúvida, entretanto, de que, num jogo perigoso de *brinkmanship*, os soviéticos levam sua ação e sua intervenção até um passo aquém da eclosão de um conflito de maiores proporções. Tudo isso confirma nossa opinião sobre a simultaneidade de negociação e de confrontação no prosseguimento da política de *détente* entre as duas Super-Potências, na procura de *acordos de sobrevivência*.

É difícil fazer um prognóstico seguro sobre o futuro da *détente*. Isso dependerá de muitos fatores latentes na política internacional e também, de maneira preponderante, do desenvolvimento dos acontecimentos políticos internos da União Soviética. No momento, tanto a União Soviética quanto os Estados Unidos da América parecem interessadíssimos na procura desses acordos de sobrevivência e a melhor ilustração disso reside nas negociações SALT, que se conduzem intermitentemente em Viena e em Helsinki. Outro exemplo poderia ser citado no que se refere às negociações para uma solução pacífica do Problema do Oriente Médio. Os contatos diplomáticos prosseguem com caráter de perfeita continuidade, embora sem resultados positivos, em um e em outro caso.

Apenas nesse contexto, em que vigora simultaneamente a confrontação, pode ser acolhida a teoria que enfatiza as áreas de convergência entre os EUA e a URSS, derivadas não só das peculiaridades das posições estratégicas de dissuasão nuclear recíproca, mas também das con-

dições comuns de sociedades industrialmente desenvolvidas. Além disso, postula que os EUA e a URSS, por desfrutarem de posição privilegiada de poder, teriam interesse comum na ordem mundial; em evitar o aparecimento de potências que possam disputar-lhes a hegemonia; e em fugir a confrontações diretas por questões que não sejam vitais para seu prestígio e poder. Os interesses comuns somados à posição de poder de ambos os países seriam a base concreta de uma cooperação crescente entre os EUA e a URSS, com o fim de orientar os acontecimentos no sentido da manutenção do que considerariam um mínimo de ordem e estabilidade internacionais.

O essencial e o colateral.

No tocante ao problema do Desarmamento, parece existir um acordo tácito entre as duas Super-Potências para deslocar a ênfase do Desarmamento Geral e Completo, agora tido como utópico e quimérico para as chamadas "medidas colaterais", do tipo do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e do Tratado para a Desnuclearização dos Fundos Marinhos e Oceânicos. Existe também um certo acordo tácito entre as duas Super-Potências para deslocar a ênfase do desarmamento nuclear para o desarmamento convencional, com certa tônica em medidas de tipo meramente regional.

As negociações do Tratado de Não-Proliferação Nuclear puseram a descoberto as relutâncias de ambas as Super-Potências em assumir compromissos, no campo do desarmamento nuclear, que fossem além das disposições inócuas e inexpressivas do artigo 6.º do referido Tratado. As negociações SALT representam, como dissemos, apenas uma tentativa para a eliminação do *over-overkill* e tudo indica que as negociações conduzidas pelas duas Super-Potências, no campo do Desarmamento, visam à estabilização antes que à eliminação do poder militar.

Deve ser dito, aliás, que o problema do Desarmamento não poderá ser resolvido em abstrato, sem que esteja intimamente equacionado com o problema da segurança coletiva e com o processo geral de relaxamento de tensões. Ninguém se desarma num campo de batalha e o mundo de nossos dias, de maneira alguma, poderia ser considerado como um mundo pacífico. Prevalecem ainda teorias de Balanças de Poder e de Esferas de Influência, ilustradas estas, de maneira flagrante, na esdrúxula e rebarbativa Doutrina Breshnev, de "Soberania Limitada", que viola todos os princípios até agora tidos como assentados no campo do Direito Internacional Público.

O eventual sucesso das negociações SALT e a efetivação de outras "medidas colaterais" teriam, evidentemente, importantes conseqüências de caráter financeiro e orçamentário e poderiam, mesmo, representar poderoso estímulo para o processo de *détente*, mas não podem a rigor ser

considerados como passos concretos e decisivos no sentido de se alcançarem os objetivos do Desarmamento Geral e Completo.

Toda a ênfase agora se coloca no "colateral". Muito pouco se está fazendo no sentido da solução do problema em sua essência. Em matéria de negociação de um Tratado de Desarmamento Geral e Completo, a Conferência do Comitê de Desarmamento, em Genebra, nunca superou a fase da discussão de dois ou três parágrafos de um hipotético preâmbulo de um ainda mais hipotético Tratado, o que leva alguns a se perguntarem se realmente está em vigor o Acordo Zorin-Stevenson, que desde 1961 constituía o ponto-partida para todas as discussões no campo do Desarmamento.

1% da Loucura Humana

Os países em desenvolvimento têm tomado na ONU uma posição bastante firme no que toca à necessidade de perseverança nos esforços para o Desarmamento Geral e Completo, convencidos como estão que a persistência da presente corrida de armamentos está desviando para as atividades de guerra recursos preciosos que poderiam estar sendo utilizados no campo do desenvolvimento econômico.

O mundo está consumindo cerca de duzentos bilhões de dólares por ano em despesas de caráter militar, o que representa mil vezes mais do que todo o orçamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico. Em reiteradas ocasiões, apontamos o fato de que dedicássemos apenas um por cento desse total de duzentos bilhões aos programas de desenvolvimento, só isso multiplicaria por dez, ou possivelmente por mais, todas as atividades de desenvolvimento. Dissemos que não estávamos a reclamar senão "um por cento de loucura humana", já que as esperanças mais otimistas neste particular eram as de que esses armamentos nunca seriam utilizados e, por isso mesmo, representassem despesas inúteis ou insensatas. Admitir que esses armamentos são necessários, que eles serão um dia utilizados, seria admitir a possibilidade de destruição total da humanidade.

Operação de Paz

Outro campo que merece uma consideração especial é o das chamadas "Operações de Paz", do tipo das que se acertaram para a área de Suez e para Chipre. Essas Operações de Paz não se situam nem no Capítulo VI nem no Capítulo VII da Carta de São Francisco e o Brasil tem reiteradamente insistido na necessidade de um Capítulo Especial, que discipline essas Operações, em qualquer eventual processo de Revisão da Carta de São Francisco.

Essas Operações de Paz têm suscitado grandes controvérsias no que toca ao seu custeio e funcionamento, dada a insistência da URSS e da França em reconhecerem apenas a legitimidade das Operações de Paz quando decretadas pelo Conselho de Segurança e em recusarem competência à Assembléia Geral para o mesmo fim.

O Novo Império do Meio

Nenhuma análise da problemática mundial seria completa sem uma consideração mais detida dos problemas suscitados pela emergência da China Comunista como uma Grande Potência ou, mais especificamente como Potência Nuclear. A afirmação chinesa alterou profundamente o paralelograma de forças no Extremo Oriente e é muito possível que as próximas décadas sejam fortemente influenciadas pelo contexto geral das boas ou más relações da China com uma e com outra das duas Super-Potências. O problema é sério e, embora num futuro previsível a China possa não representar uma ameaça tangível nem para os Estados Unidos da América nem para a União Soviética, é incontestável que constitui um poderoso fator de intimidação na Ásia.

Foi o espantalho da China Continental que, modificando a política externa da Índia, neutralizou muito a ação indiana em relação a um bom número de problemas internacionais. É bastante provável que o receio de uma eventual ação militar chinesa possa ter levado a União Soviética a procurar um *modus-vivendi* e um Tratado de Não-Agressão com a Alemanha Ocidental. E foi certamente o receio de uma intervenção em massa dos exércitos chineses que impediram os americanos de proceder a uma grande escalada geral nas operações militares no Sudeste da Ásia. Assim, não obstante seu isolamento diplomático e, ainda afastada das Nações Unidas, a China começa a pesar no livre jogo da política internacional.

Poucos países na História se têm mostrado tão orgulhosos tão intransigentes e tão agressivos quanto a China Continental. Existe, a nosso ver, no Ocidente e talvez mesmo na URSS a tendência para super-estimar o fator ideológico como componente do comportamento internacional da China. Estamos, de nossa parte, convencidos de que os chineses são muito mais fanáticos em relação a seus objetivos nacionais do que em relação a suas idéias. Deve citar-se a este respeito o conceito de Mao-Tsé-Tung, segundo o qual o marxismo era o "instrumento da Revolução chinesa". E acrescentava: "A China é mais importante do que qualquer doutrina". Afinal de contas, a "ideologia" é um vício ocidental; os orientais tendem ao empirismo e ao pragmatismo. Somos nós que nos mostramos dispostos a lutar e, às vezes, a morrer por idéias, doutrinas e concepções.

O dissídio sino-soviético prende-se, a nosso ver, antes a um desejo de afirmação nacional chinesa e a rivalidades territoriais com a Rússia do que propriamente a razões de ordem ideológica. A China usa a ideologia revolucionária como um instrumento de seu poder nacional.

É óbvio que isso não torna a China nem menos perigosa nem menos agressiva. Se acentuo o lado pragmático em detrimento do lado ideológico é por que estou convencido de que não devemos excluir a possibilidade de um considerável abrandamento de tom da China Comunista em relação aos Estados Unidos da América, se isso convier a seus interesses político-estratégicos.

A China vem procurando romper o seu isolamento e transcender o plano regional. Não tem outro sentido o ativismo político chinês (e a sua disputa com a União Soviética pela liderança ideológica do movimento comunista), o desenvolvimento de um poderio nuclear independente e a formulação, por Lin-Piao, da tese da "revolução dos campos contra as cidades mundiais" (ou seja, a extrapolação da experiência comunista chinesa para o plano mundial). Apesar de a China se promover intensamente como a grande força de oposição ao "conluio" soviético-norte-americano, sua influência permanece, no fundamental, restrita às áreas que lhe são vizinhas.

Nesse contexto, poderia mencionar as peculiaridades da situação estratégica da China. Em razão da extensão do território, localização geográfica, tamanho e dispersão da população de massas e de organização de guerra de guerrilhas, a China continental tem condições para resistir aos seus adversários. Mesmo na hipótese de serem usados meios nucleares, a derrota da China só poderia ser completada por uma ocupação militar, o que exigiria um exército de milhões de homens.

Bem menores são as responsabilidades da China de desencadear uma guerra de agressão: por motivos históricos, os chineses sempre tenderam a se concentrar nos problemas internos; a ênfase em táticas revolucionárias tende a minimizar a conquista militar de tipo convencional; sua capacidade logística, função do seu estágio de desenvolvimento econômico, não parece suficiente para a condução de uma guerra à distância, ainda mais porque as limitadas forças aéreas e navais de que dispõe não teriam condições de defender as próprias linhas de comunicação.

Em termos econômicos, a China, embora tenha alcançado progressos substanciais, é ainda uma potência entre pequena e média. Seu produto nacional bruto, medido por padrões ocidentais, corresponde a duas terças partes do japonês, um quarto do soviético, ou um oitavo do norte-americano. Não é claro qual seja no presente o ritmo de crescimento do PNB chinês.

Por tudo isso, deve-se evitar o erro de superestimar o poder político e militar da China Comunista, e cometer o engano de colocá-la em pé de relativa igualdade com as duas Super-Potências. Uma percepção

mais refinada talvez levasse à conclusão de que, na realidade, não existem duas ou três Super-Potências, mas apenas uma, os EUA, que são contestados pela URSS. A China, por seu lado, se afirmou como uma grande potência regional; sua eventual dimensão mundial se baseia mais nas possibilidades de desenvolvimento (inclusive nuclear) futuro e no aguerrimento verbal do que em fatos relevantes para o equilíbrio de poder nos dias de hoje.

A ONU e as Duas Chinas

Tudo indica que a China se aproxima da data de seu ingresso nas Nações Unidas. Na presente Assembléia Geral, a China, pela primeira vez, assegurou-se uma maioria simples (de 51 a 49 votos) para a sua admissão e a regra de dois terços que impediu seu ingresso, em 20 de novembro passado, começa a demonstrar sintomas de enfraquecimento. E há indícios de atenuação na posição dos Estados Unidos da América, que já não se opõem frontalmente à admissão da China Continental, mas apenas se opõem à exclusão da China Nacionalista (Taiwan). Não será fácil, entretanto, a implementação de uma "política de duas Chinas", já que a essa política se opõe cada uma das duas Chinas. Assim, a menos que a China cometa, no futuro próximo, algum ato deliberado de agressão ou novamente opte pelo isolamento, não é impossível a admissão da China Comunista na próxima Assembléia de 1971.

Isso, evidentemente, trará grandes problemas à Organização, sobretudo no que se refere ao funcionamento do Conselho de Segurança, que possivelmente atravessará novo período de imobilização pelo veto ou pela ameaça de veto. Convém, ademais, observar que a simples presença da China poderá exercer uma ação negativa sobre a atual tendência soviética para juntar-se, muitas vezes, a um "consenso" no Conselho de Segurança. A presença da China, com sua eterna censura ao que chama de "coalisão de imperialistas e revisionistas", poderá ser um fator de inibição para a União Soviética, que não deseja despojar-se totalmente de suas remanescentes características revolucionárias.

Confrontação de Poder e Áreas de Identidade

Dissemos que subsistia e possivelmente subsistirá a confrontação de poder entre a União Soviética e os Estados Unidos da América. Restará a ver a influência da China nesse processo de confrontação. No momento deve ser dito que à margem dessa confrontação de poder e dessa confrontação ideológica que engaja as duas Super-Potências, começam a caracterizar-se certas áreas que apresentam uma certa "identidade de interesses" entre as duas Super-Potências.

Isso se torna particularmente evidente nas Nações Unidas, onde são hoje relativamente poucos os problemas que poderiam, a rigor, ser definidos em termos Leste-Oeste. No momento, não nos ocorre, aliás, senão um único: o problema da Coréia, cujo debate anual parece antes um rito outonal do que um verdadeiro debate. Argumentos, discursos, votações, polêmicas sobre convite à Coréia do Norte, repetem-se todos os anos, com uma acrimônia já bastante desbotada pelo cansaço e pela monotonia.

Aliás, seria válido perguntar se, com as transformações que se operaram no mundo, com o esmaecimento da política de alianças, com a nova emergência econômica da Europa, com os efeitos políticos do degaullismo e com o incipiente degaullismo germânico, ainda se deveria falar em confrontação Leste-Oeste ou seria mais lógico e mais preciso falar em confrontação URSS-Estados Unidos. O mundo socialista perde suas características monolíticas e tende a diversificar-se em termos ideológicos. A URSS está hoje, não apenas geograficamente mas também ideologicamente no centro do mundo socialista e está sendo desafiada a Leste e a Oeste, à esquerda e à direita.

E, se existe hoje nas Nações Unidas um movimento de insatisfação, isto é, um grupo de países com reivindicações precisas no campo do Desenvolvimento Econômico e Social, a esse movimento certamente não pertencem os países socialistas, extremamente conservadores e mesmo retrógrados em todos os assuntos ligados ao comércio internacional. Em matéria de Comércio e Desenvolvimento, os países socialistas operam, no campo internacional, em termos quase clássicos de liberalismo econômico, de *laissez-faire, laissez-passer*.

1945 e 1967: O Congelamento do Poder

O ponto mais alto da *détente* parece ser evidentemente o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, condição, ao que tudo indica, imposta pela União Soviética como *sine qua non* para a continuação do processo de relaxamento de tensões internacionais. O Tratado visava e visa, primordialmente, a impedir a nuclearização militar da Alemanha e do Japão, países derrotados na Segunda Guerra Mundial, e vincula-se, assim, ao esforço, já consubstanciado na Carta das Nações Unidas, com vistas à imobilização do quadro político-estratégico de 1945.

As Super-Potências realizam um esforço conjugado no sentido de uma estabilização e congelamento do Poder Mundial, em função de duas datas históricas arbitrárias: 24 de outubro de 1945, data da entrada em vigor da Carta das Nações Unidas, e 1.º de janeiro de 1967, data-limite para que os países se habilitassem como Potências Militarmente Nucleares, nos termos do Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

O Tratado que se interpreta como um complemento da Carta no processo de estabilização do Poder Mundial, viola, entretanto, vários de seus Propósitos e Princípios, na medida em que estabelece distintas categorias de nações: uma categoria de países fortes e, portanto, adultos e responsáveis e uma categoria de países fracos e, portanto, não-adultos e não-responsáveis.

O Tratado procede da premissa de que, contrariamente a toda evidência histórica, o Poder traz consigo a prudência e a moderação. Institucionaliza a desigualdade entre as nações e parece aceitar a premissa de que os países fortes se tornarão cada vez mais fortes e de que os países fracos se tornarão cada vez mais fracos.

A França e a República Popular da China não assinaram o Tratado de Não-Proliferação, mas, quer venham eventualmente a assinar o Tratado quer persistam em sua atitude atual de recusa e abstenção, esses dois países só tem a ganhar com a sua vigência e implementação.

O Tratado não impõe qualquer limitação aos Países Militarmente Nucleares (a não ser a de não transmitir tecnologia nuclear para fins militares aos Países não Militarmente Nucleares e nenhum integrante do restrito e exclusivo Clube Atômico parece sobremaneira interessado em fornecer tal tipo de assistência). A França e a China Continental poderão mesmo ser os maiores benficiários do Tratado de Não-Proliferação na medida em que, neutralizando nuclearmente a Alemanha Ocidental e o Japão, poderão conservar um certo tipo de supremacia em suas respectivas áreas geo-políticas. A não-assinatura do Tratado de Não-Proliferação deve-se antes a uma jogada de tipo político do General De Gaulle do que a interesses estratégicos da França, que, repito, nada teria a perder e teria mesmo alguma coisa a ganhar com sua assinatura e ratificação.

Por outro lado, o Tratado de Não-Proliferação estende ao campo da Ciência e da Tecnologia certos privilégios e prerrogativas que a Carta das Nações Unidas limitara, no campo específico da Paz e da Segurança, aos cinco Membros Permanentes do Conselho de Segurança. E, convém observar que, por causa do síndroma de duas faces da China, os cinco Membros Permanentes do Conselho não coincidem exatamente com as cinco atuais Potências Nucleares.

A tendência para a estabilização e congelamento do Poder Mundial se revela igualmente na recusa dos cinco Membros Permanentes do Conselho de Segurança em aceitarem qualquer debate e discussão sobre a possibilidade de uma eventual Revisão da Carta das Nações Unidas. Qualquer Revisão da Carta só poderá ser aprovada com o voto convergente dos cinco Membros Permanentes do Conselho de Segurança e é evidente que nenhum desses Membros concordaria em voluntariamente despojar-se dos privilégios e prerrogativas que lhes foram conferidos pela Carta de São Francisco ou em estender a outros Estados-Membros

esses mesmos privilégios e garantias. A Carta de São Francisco e o Tratado de Não-Proliferação se tornam, desta maneira, os dois instrumentos básicos de todo um processo de estabilização do Poder Mundial.

O Dividendo e o Divisor

Existem, entretanto, outros fatores que começam a afirmar-se dentro desse mesmo processo de estabilização. Referimo-nos especificamente a algumas tendências que se manifestam no tratamento dos problemas de População e Preservação do Meio-Humano.

Afirma-se agora que a chamada "population bomb" poderá vir a ser mais fatal e mais nefanda do que a própria bomba nuclear e pronuncia-se uma tendência para tratar o problema em bases uniformemente universais, com o esquecimento de que o problema, da competência exclusiva de cada Estado, no exercício de sua plena soberania, tem de levar em conta fatos e circunstâncias de caráter peculiarmente nacional.

Ninguém duvida de que existem Estados super-povoados, como ninguém deve duvidar de que alguns Estados, como por exemplo o Brasil, não obstante seus oitenta e três milhões de habitantes, estão a requerer um crescimento demográfico em consonância com o pleno aproveitamento de seus recursos naturais.

Tentar resolver o problema em abstrato, em termos alegadamente frios e estatísticos, sem tomar em linha de conta uma série de fatores importantíssimos no levantamento do problema geral do Desenvolvimento, parece atitude pouco técnica, destituída de lógica e destinada, aliás, ao malogro político. Argumenta-se que o crescimento demográfico neutraliza as vantagens do crescimento do Produto Nacional Bruto, na avaliação da renda *per capita*, agora tomada, de maneira um tanto simplista, como único índice de desenvolvimento econômico.

Em uma palavra, ao invés de insistir-se no aumento do dividendo, ou seja do Produto Nacional Bruto, insiste-se agora na imobilização do divisor. Ainda em outras palavras: tenta-se converter o grave problema do subdesenvolvimento em um mero problema de estabilização, com o esquecimento do fato de que se fossemos estabilizar muitos países no nível econômico atual, procederíamos a uma estabilização em nível extremamente baixo.

De Novo, o Selvagem Feliz

Por outro lado, na consideração dos problemas atinentes à preservação do Meio-Humano, tende-se a colocar uma tônica demasiado forte nos perigos da rápida industrialização. Acentuam-se os perigos da contaminação, certamente graves para os países altamente industrializados,

quando a maior parcela do planeta ainda vive num estágio de pre-contaminação, ou, em outras palavras, ainda não teve a oportunidade de ser contaminada. Duas terças partes da humanidade estão muito mais ameaçadas pela fome e pela penúria do que pelos males da contaminação. É claro que os países em desenvolvimento não quererão incorrer nos mesmos erros em que incorreram os países altamente industrializados, mas é evidente que não poderíamos aceitar a ressurreição, em pleno século XX, da teoria do "selvagem feliz", de Rousseau, que deu sabor e colorido a todo o romantismo francês.

"Conservem suas belas praias". "Não deixem acontecer com suas cidades o que aconteceu com Nova York e com Londres". São frases essas constantemente marteladas nos tímpanos dos representantes dos países subdesenvolvidos. Ora, os países em desenvolvimento partem da premissa de que qualquer programa adequado para a preservação do meio-humano deve ter em linha de conta os fatores básicos do Desenvolvimento, já que o subdesenvolvimento representa por si só uma das piores formas de contaminação do "environment".

Essa ênfase nos perigos da explosão populacional e nos perigos de uma extremamente rápida industrialização não parecem muito distantes da atual política do Banco Mundial em matéria de Desenvolvimento.

Ninguém põe em dúvida a necessidade de medidas prontas e eficazes, algumas das quais recaem no âmbito da cooperação internacional, com vistas ao combate à contaminação e à preservação do meio-humano. O que parece indispensável é que essas medidas não sejam tomadas em abstrato, sem que se levem em consideração as necessidades vitais do desenvolvimento econômico. Os países em desenvolvimento só podem ver com apreensão uma tendência para uma política de estabilização do poder que coloca toda a ênfase no desarmamento regional, controle de população, desestímulo ao uso da energia nuclear para fins pacíficos e desestímulo a um rápido processo de industrialização.

Da Paz à Tecnologia

O receio atual é de que se afirme uma tendência para considerar o problema da segurança internacional como um mero capítulo da *détente*, ou melhor, das relações recíprocas entre as duas Super-Potências e para reduzir a ONU às proporções de um mero Instituto Internacional de Tecnologia, que se ocupe de aspectos de cooperação internacional em assuntos como População, Preparação do Meio-Humano, etc. Todos esses assuntos são importantes mas, poderiam, em certos casos, ser confiados à atenção de algumas Agências Especializadas. Afinal de contas, a ONU é a única Agência Especializada para os problemas da Paz e da Segurança Internacional.

Além do Hemisfério

Ao tratar, agora da segunda parte do tema — "O Continente Americano dentro da Problemática Mundial" — sou forçado a algumas precisões iniciais. É claro que, na primeira parte deste trabalho, tivemos de analisar detidamente a posição dos Estados Unidos da América, cujos interesses vão muito além do Hemisfério e de muito transcendem os limites exíguos do panamericanismo que ainda pretendemos desenvolver. Não obstante sua reconhecida vocação psicológica para a isolacionismo, os Estados Unidos por razões históricas foram lançados, de maneira irreversível, ao jogo da política mundial. Daí o conceito de diplomacia total. É tal a força militar, política, econômica e tecnológica dos Estados Unidos da América que este país será fatalmente chamado a pensar no mundo que o circunda antes de pensar no Continente em que geograficamente se situa. Por isso mesmo, existiriam certas dificuldades conceituais no tratamento de um enunciado que parece pressupor uma completa organicidade político-estratégica do Continente Americano diante dos problemas do mundo contemporâneo. É, por outro lado irrecusável que os problemas mundiais estão a influenciar, de maneira cada vez mais direta e de maneira cada vez mais decisiva, os rumos políticos e sociais de cada um dos países que compõem o "Continente" americano.

Continente e Hemisfério

A nosso orgulho de habitantes e nacionais da América do Norte, da América Central e da América do Sul, o conceito de Hemisfério é mais grato e mais lisonjeiro do que o conceito de Continente. Afinal de contas, o mundo contém cinco Continentes e apenas dois Hemisférios. Ao falar em Hemisfério, sentimo-nos, assim, uma parcela maior do mundo terrestre.

Esses conceitos de Hemisfério e de Continente, que não oferecem grandes dificuldades semânticas no terreno da Geografia, tornam-se, entretanto, extremamente fluídos e imprecisos quando trasladados para o terreno dos acontecimentos políticos contemporâneos. Por que, não obstante uma atitude comum de defesa e de assistência que se traduz na Organização dos Estados Americanos, no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e em organizações como o Colégio Interamericano de Defesa, dificilmente poderíamos colocar a posição dos Estados Unidos da América em termos similares — ou idênticos — à posição da América Latina frente aos diferentes itens da problemática mundial.

A solidariedade ampla, demonstrada na Segunda Guerra Mundial, entre os Estados Unidos da América e os países latino-americanos manifesta-se claramente no campo da defesa e da segurança. Os compromissos militares latino-americanos para com os Estados Unidos da Amé-

rica são para com este país, na qualidade de "País do Hemisfério", e não na qualidade de "líder da coligação ocidental", já que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca delimita, de maneira muito precisa, sua área de aplicação.

A distinção é, entretanto, antes teórica do que real, já que ninguém duvida de que, em uma séria confrontação mundial, o continente americano cerraria fileiras em torno dos Estados Unidos da América. Isso aconteceu em 1962, quando da eclosão da crise dos mísseis soviéticos em Cuba. Tradicional, política e geograficamente, os países latino-americanos não desejam outra alternativa.

Entretanto, no terreno econômico, como aconteceu no "Consenso de Viña del Mar", os países latino-americanos têm encontrado um terreno de solidariedade comum para a discussão e negociação de certos assuntos com o Governo dos Estados Unidos da América. Nossa unidade de posição frente aos problemas de segurança mundial é acompanhada por uma grande diversidade de atitudes no que se refere aos problemas de desenvolvimento econômico e social e isso é revelado à sociedade não apenas nas Nações Unidas, mas no próprio âmbito da Organização dos Estados Americanos.

O Isolacionismo

Através de sua história, os Estados Unidos tiveram a preocupação, de um lado, de não se envolverem diretamente em disputas e controvérsias entre países europeus, e, por outro lado, a preocupação de não permitirem a ingerência européia (anteriormente ninguém pensava na possibilidade de outras interferências) em assuntos do Hemisfério Ocidental. Além desses objetivos, havia a preocupação de que fosse mantido um certo "equilíbrio de poderes" na Europa. Não havia, evidentemente, condições para que a hegemonia americana pudesse ser desafiada de dentro do Continente. A Doutrina Monroe era, assim, uma clara advertência à Europa.

O chamado isolacionismo americano tem atravessado várias vicissitudes. É um fenômeno intermitente, que desaparece e reponta em determinadas circunstâncias e é esposado por um ou outro grupo, ao sabor de circunstâncias de caráter político-ideológico. Mistura-se, freqüentemente, com manifestações de caráter pacifista. Recorde-se que provinham da direita as principais objeções a qualquer maior envolvimento americano na Segunda Guerra Mundial. Recordem-se os esforços de Franklin Delano Roosevelt para caminhar no sentido de uma lei de *lend lease*, que representava o primeiro passo para esse envolvimento.

Entretanto, os mesmos elementos liberais (e digo liberais no sentido americano e não no sentido europeu de liberalismo econômico), os

liberals, que apoiaram a tendência globalista de Franklin Roosevelt, estão hoje a opor-se tenazmente a um continuado envolvimento americano no Sudeste da Ásia. É que a ação americana se dirigia então contra o expansionismo da extrema direita, enquanto hoje se dirige contra o expansionismo da extrema esquerda.

É de notar-se, ademais, que, neste momento, muitos dos elementos que mais acirradamente se opõem à condução e continuação do conflito na Indochina não deixam de reclamar uma ação americana mais enérgica e mais eficaz na área política do Oriente Médio.

As atitudes no tocante ao isolacionismo têm sido, como dissemos, influenciadas por posições políticas ou ideológicas. Deve também ser dito que esse fenômeno isolacionista nunca se aplicou, de maneira uniforme, à Ásia e à Europa.

Fala-se agora em um fenômeno de neo-isolacionismo, mas é evidente que, mesmo na hipótese de um retraimento de posições americanas na Ásia, em virtude do longo e exaustivo conflito na Indochina, a volta ao antigo isolacionismo é inconcebível e, certamente, de excluir-se. Deve, outrossim, ser dito que qualquer recorrência limitada do fenômeno isolacionista dificilmente poderia, a esta altura, afetar as relações dos Estados Unidos da América na Europa Ocidental e na América Latina. Pelo contrário, poderia mesmo acontecer que uma preocupação menos obsessiva com os problemas asiáticos desviasse, com mais ênfase, a atenção americana para áreas mais próximas e com as quais possua maiores afinidades políticas e culturais.

De qualquer forma, seria anacrônico e anti-Histórico imaginar que os Estados Unidos da América possam resignar-se a uma política de "capitalismo num só país", ou mesmo só no Hemisfério Ocidental. A médio e longo prazo, essa linha seria insustentável, pois provocaria uma redistribuição do poder no mundo inaceitável para os Estados Unidos da América.

A propósito, o Professor Zbigniev Brzezinski, da Universidade de Columbia, usa das seguintes palavras, em recente artigo no jornal "The Washington Post":

> "É simplista e enganador medir a participação norte-americana nos problemas mundiais pelo número de seus soldados no exterior e pelo número de tratados de segurança assinados com países estrangeiros. É muito mais significativo — e revelador — examinar o crescimento do envolvimento americano na economia mundial através de participação em corporações internacionais e em investimentos estrangeiros; através da expansão no número de empresários estrangeiros associados direta ou indiretamente com firmas norte-americanas; através do fluxo crescente de estudantes estrangeiros

para os Estados Unidos da América, e de americanos para o exterior; pelo apoio ativo dos Estados Unidos da América e arranjos regionais de cooperação política e econômica; e através da intensificação do fluxo de comunicações entre os Estados Unidos da América e o resto do mundo".

O fato de os Estados Unidos da América adotarem um perfil externo menos saliente não significa que estejam abandonando suas posições políticas e econômicas. A postura de introspecção pertence a um passado que não volta mais. A tese da "Fortaleza Americana" está definitivamente arquivada. Os Estados Unidos da América, é óbvio, não tencionam abandonar seus interesses, responsabilidades e posições na Europa, Oriente Médio, Ásia e África.

Segurança Internacional e Segurança para Todas as Nações

Na primeira parte deste trabalho, procuramos assinalar que o conceito de Paz não tem a mesma significação para a generalidade das nações. Por força de suas responsabilidades mundiais e impulsionadas pelos problemas de sua própria confrontação recíproca, as Super-Potências têm de pensar em termos globais, mediante conceitos de "diplomacia total". Quer isto dizer que as Super-Potências não mais se podem permitir reações setoriais ou regionais, sem uma prévia avaliação dos efeitos e das conseqüências de tais reações no contexto geral e global de sua política externa.

Os Estados Unidos da América não podem, por exemplo tomar iniciativas maiores no Sudeste da Ásia e no Oriente Médio sem avaliar precisamente a repercussão de tais iniciativas no quadro geral das relações (ou da falta de relações) com a União Soviética e com a China Comunista. Tudo isso leva as Super-Potências a um conceito de Paz que se reduz, em última análise, a um grau tolerável de conflitos e de tensões internacionais. Existe uma tendência para considerar a Paz Internacional como um mero capítulo da *détente* e para situá-la exclusivamente no texto das relações entre os Estados Unidos da América e a União Soviética.

No âmbito da Assembléia Geral das Nações Unidas, certos países latino-americanos se têm oposto a este tipo de filosofia política, que entregaria todas as decisões importantes a um Diretório de Grandes Potências, a uma Diarquia ou ainda, na melhor das hipóteses, a uma Pentarquia nuclear. Para os Países Médios e Pequenos, a Paz, como disse, tende a traduzir-se em Segurança e mais especificamente, em Segurança para todas as Nações.

Nacionalismo e Supranacionalismo. Independência e Interdependência

No âmbito das Nações Unidas, os países latino-americanos têm lutado pela preservação e pela observância dos Propósitos e Princípios da Carta de São Francisco, Princípios e Propósitos esses que correspondem a uma verdadeira "Declaração de Direitos" para os Estados e para as Nações.

Ao reclamar a necessidade de uma eventual Revisão da Carta das Nações Unidas, a fim de adaptá-las às condições do mundo contemporâneo (e não podemos viver eternamente no ano 1945), a Delegação do Brasil e algumas outras Delegações latino-americanas têm afirmado que esses Propósitos e Princípios são tão válidos quanto o eram no momento de sua enunciação. O que se faz agora necessário é fortalecer e reativar os organismos e mecanismos encarregados de sua implementação. Entre esses princípios figuram os da igualdade soberana de todos os Estados, o de não-intervenção, o da proibição do uso da força ou da ameaça de força para a solução de disputas internacionais, o da integridade territorial e o da não interferência em assuntos internos de outros Estados.

É claro que, assim como, em cada Estado nacional, a defesa dos direitos e garantias individuais interessa mais ao indivíduo do que aos poderes públicos, a defesa intransigente dos Propósitos e Princípios da Carta interessa antes aos Estados Médios e Pequenos que propriamente às Grandes Potências, que se apoiam num esquema de Poder para defender-se. Por isso mesmo, os países menores, interessados em defender sua plena soberania, têm resistido à pressão de alguns conceitos de supranacionalismo e interdependência, que tenderiam a desrespeitar certos princípios arrolados na Carta de São Francisco.

Afirma-se a necessidade do estabelecimento de alguns órgãos supranacionais, destinados a impor restrições e limitações em assuntos como os da Preservação do Meio-Humano, População, Não-Proliferação, *et coetera*, argumentando-se que as novas condições do mundo tornam obsoletos e superados certos conceitos de soberania e independência.

Ora, ninguém duvida de que o progresso das relações internacionais, para ser efetivo e duradouro, terá de assentar em certas premissas de interdependência e em certas bases supra-nacionais. Isso é evidente. O que sustentamos é que esse estágio de supranacionalismo e de interdependência pressupõe um estágio prévio de soberania e de total independência política e econômica.

Em suma, o que sustentamos é que, antes de declarar obsoletos e superados estes Princípios da Carta, teremos de respeitá-los e implementá-los. Em primeiro lugar, respeitemos e transformemos em realidade o

princípio da igualdade soberana dos Estados. Depois disso, como países iguais e soberanos, façamos as concessões necessárias em favor de um conceito mais generoso e menos estreito de cooperação entre os Estados.

Não existem indícios de quaisquer concessões de princípio, por parte das Super-Potências, em qualquer assunto que afete de perto sua segurança e seus interesses políticos e econômicos e as negociações sobre desarmamento nuclear e sobre questões comerciais são bastante reveladoras nesse particular.

É, assim, perfeitamente compreensível que os países menores se agarrem a Propósitos e Princípios que, ainda que constante e repetidamente violados, os ajudam a defender-se de pressões políticas e diplomáticas.

Por isso mesmo, o sentimento nacionalista somente desaparecerá quando for estabelecido um sistema adequado de justiça distributiva entre as Nações. Enquanto isso não aconteça — e nada indica estarmos próximos desse objetivo — o direito e talvez mesmo o dever de cada Estado é o de promover a defesa ativa de seus interesses e de suas fronteiras.

Evidentemente, os países maiores e mais fortes podem dar-se o luxo de ser muito menos afirmativos em relação a sua soberania e a seu nacionalismo. O nacionalista é, em muitos casos, uma atitude de defesa e uma postura de defensiva, no campo internacional. Por isso, persistirá por muito tempo, até que paulatinamente se vão modificando e humanizando as regras de convivência entre as nações.

O Documento Latino-Americano de 7 de Outubro

No dia 7 de outubro de 1970, vinte e três países latino-americanos, isto é, todos os Estados Membros latino-americanos, com exceção de Cuba, apresentaram à XXV Assembléia Geral da ONU um documento da maior importância, que corresponde no plano político e diplomático, ao Concenso de Viña del Mar no campo econômico. Trata-se de uma afirmação da América Latina perante os problemas da paz e da segurança mundial. Esse documento tomou na Comissão Política a sigla A/C.1/L.517 e constitui hoje o elemento básico das discussões sobre o item: "Consideração de Medidas relativas ao fortalecimento da Segurança Internacional".

Em nome de 23 Estados-Membros latino-americanos, declarei o seguinte ao apresentar formalmente o projeto de resolução em apreço:

"O projeto não se propõe a oferecer soluções específicas para esta ou aquela questão que possa trazer perigo e criar problemas para a paz e a segurança mundiais. Destina-se claramente a remediar outros aspectos de uma indisfarçável crise institucional das Nações Unidas e a neutralizar certas tendências, cuja persistência condenaria a Organização à

impotência e inoperância. Em uma palavra: o projeto de resolução busca o fortalecimento da segurança internacional através do fortalecimento das Nações Unidas como instituição política e centro de atividade e negociação diplomática. Não procura uma solução direta ou mágica para a crise internacional, mas uma solução para a crise institucional das Nações Unidas.

Os vinte e três países patrocinadores do projeto de resolução não consideram a paz como inexistência de guerra ou como um estado tolerável de tensões. Buscam, como está expresso no segundo parágrafo do preâmbulo do projeto, uma paz mundial baseada na justiça e destinada a garantir a segurança de todas as nações.

O projeto reafirma, solenemente, que uma paz verdadeira e uma segurança autêntica exigem de todos os Estados, grandes e pequenos, o estrito respeito aos princípios e o cumprimento cabal dos propósitos da Carta das Nações Unidas, assim como a fidelidade aos ideais e às normas de seu preâmbulo.

Por essa mesma razão, todos os esforços no sentido de fortalecer a segurança internacional e a *détente*, terão resultados duradouros e irreversíveis desde que se realizem dentro do âmbito da Carta de São Francisco e busquem o estabelecimento de uma ordem internacional que assegure a justiça para todos os Estados e para todos os homens. Não queremos, evidentemente, uma paz que seja mera perpetuação de condições de guerra.

Os patrocinadores deste projeto de resolução consideram os propósitos e princípios da Carta como uma verdadeira declaração de direitos para os Estados, os povos e as nações.

O projeto reafirma, solenemente, que, em caso de conflito entre as obrigações contraídas dentro da Carta pelos Membros das Nações Unidas e as que foram contraídas em qualquer outro convênio internacional, as obrigações impostas pela Carta têm de prevalecer. Nenhum princípio nos parece mais vital e mais importante, na medida em que estabelece a primazia da Carta, e, por outro lado, a primazia dos propósitos e princípios sobre todas as normas de conduta internacional. O Artigo 103 da Carta de São Francisco, conjugado com a afirmação simultânea dos propósitos e princípios, torna ilegítima e ilegal a ameaça e o uso da força contra a integridade territorial de um Estado, quaisquer que sejam os tratados e aliança que se possam invocar dentro de um contexto determinado.

Desejo recordar alguns conceitos que recentemente tivemos a oportunidade de expressar. Porque — perguntamos — as Nações Unidas devem ser tão cautelosas e refratárias a assumir obrigações por pactos concretos bilaterais ou multilaterais, desde que o princípio de não-agressão é já mais do que um princípio, e em verdade, é parte integral do direito positivo internacional? A única conclusão, válida e triste — devo

dizer — é a de que as obrigações multilaterais que a Carta das Nações Unidas, que é um tratado solene, são levadas com menos seriedade do que as obrigações bilaterais ou multilaterais assumidas através de tratados específicos. Devemos analisar cuidadosamente isto e explicar por que as obrigações perdem importância e são menos obrigatórias e menos proibitivas na proporção inversa ao seu grau de universalidade. Porque uma obrigação ante a comunidade das nações deve ser menos imperativa ou menos proibitiva do que um compromisso com determinado Estado ou grupo de Estados?

O projeto expressa uma preocupação grave no tocante a extrema lentidão com que se desenvolvem as negociações no campo do desarmamento, ao mesmo tempo em que proclama a necessidade de uma ação internacional urgente e comum, apoiada em uma estratégia global destinada a reduzir e eliminar as diferenças entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento, o que constitue condição indispensável para o estabelecimento da paz internacional e o fortalecimento da segurança de todas — e repito — de todas as nações.

Na medida em que busca traduzir uma autêntica posição latino-americana ante os problemas mundiais, o projeto de resolução de 23 países não poderia deixar de reclamar medidas mais concretas em prol do desenvolvimento econômico e o progresso social de todos os povos. Temos que caminhar um dia em direção à afirmação de um princípio de segurança coletiva no campo econômico, semelhante ao que em São Francisco temos procurado delinear, em bases ainda precárias, no campo específico da paz e no campo da segurança internacional.

Trata-se, em uma palavra, de determinar se as Nações Unidas aceitam ou não aceitam uma responsabilidade coletiva no problema do subdesenvolvimento. Para os patrocinadores deste projeto de resolução, o desenvolvimento econômico é condição *sine qua non* da segurança; e isto está perfeitamente expresso no parágrafo 8 da parte dispositiva de nosso projeto de resolução. Por isso as delegações latino-americanas não concebem que um projeto sobre segurança internacional, no seu sentido mais amplo, possa deixar de preocupar-se por um dos principais fatores de insegurança e desassossego entre as nações. Para os autores deste projeto, a paz se identifica com a segurança, e esta se identifica com o desenvolvimento. Este é o pensamento básico do projeto de resolução que nossos 23 países oferecem à consideração da Comissão Política.

O projeto procura, assim, definir uma correlação estreita, íntima, entre os três conceitos — o fortalecimento da segurança internacional, o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento e o desarmamento — de maneira que todo progresso que se alcance em qualquer desses objetivos constituirá um progresso no sentido de todos eles. Esse é o pensamento principal do projeto de resolução. O projeto pro-

clama que a paz genuína pressupõe um exercício pleno dos direitos humanos e o término da opressão colonial, e reafirma a vocação universal das Nações Unidas. Busca, como medida prática, reativar os mecanismos diplomáticos que se oferecem às Nações Unidas mediante uma utilização mais ampla e mais sistemática dos meios e métodos autorizados pelo Capítulo VI da Carta de São Francisco. Esta seria, a nosso ver, a única forma capaz de devolver ao âmbito das Nações Unidas a consideração de problemas que agora se discutem em círculos extremamente restritos das Potências. Em uma palavra: o que propõem os 23 países americanos é uma reativação do mecanismo diplomático da Organização. Se queremos reabilitar as Nações Unidas como instituição política teremos que reativar sua ação diplomática, porque tendemos, freqüentemente, a esquecer e ignorar o aspecto diplomático das Nações Unidas, que, como hoje dissemos, é o único organismo especializado para a paz e a segurança mundiais.

Finalmente, em seu último parágrafo dispositivo, os países latino-americanos, que na Assembléia de 1969 lutaram por uma consideração contínua dos problemas de segurança internacional, pedem formalmente a inclusão do tema no programa provisório do vigésimo sexto período de sessões. Isto significa que queremos prosseguir este importantíssimo debate político sem considerações do tipo mecânico.

Mais do que um texto, este projeto é um apelo para que se cumpram as obrigações da Carta. É um chamado para que as relações entre os Estados Membros fujam à aplicação de teorias absurdas e superadas de equilíbrio de poder, de política de poder e de zonas de influência. É um chamado à justiça e à liberdade. É uma reafirmação de países que querem defender seus interesses fundamentais no campo da paz, da segurança e do desenvolvimento, e representa basicamente a posição da América Latina diante dos problemas mundiais.

O projeto representa uma posição latino-americana baseada na idéia de justiça e, o que é igualmente importante, uma posição latino-americana de paz baseada no livre exercício da liberdade".

Quis alongar-me sobre este documento de 7 de outubro de 1970, porque constitue, a meu ver, o mais original e mais completo pronunciamento latino-americano, sobre problemas mundiais. Representa uma nova e autônoma posição da América Latina, que assim assume a liderança dos debates sobre Paz e Segurança nas Nações Unidas. É à luz desse documento que se deverão considerar outras iniciativas latino-americanas em várias outras matérias sob a consideração da Assembléia Geral. A América Latina vê as Nações Unidas como um elemento de Paz, Justiça e Progresso e não como um mero instrumento de manutenção do *status quo* mundial.

Continentalismo e Universalismo

O projeto latino-americano de 7 de outubro de 1970 reafirma o princípio, contido no artigo 103 da Carta de São Francisco, de que, em caso de conflito entre as obrigações assumidas perante a Carta e quaisquer outros atos e obrigações internacionais, as obrigações da Carta devem prevalecer. Essa reafirmação é extremamente importante, nesta conjuntura histórica, quando a União Soviética pretende justificar a doutrina Breshnev, de soberania limitada e episódios como o da invasão da Tchecoeslováquia com a invocação de cláusulas específicas do Pacto de Varsóvia.

O projeto latino-americano repudia formalmente a doutrina Breshnev e toda e qualquer tendência para o estabelecimento de esferas de influências no primeiro parágrafo operativo que diz precisamente o seguinte: "Reafirma solenemente a validade incondicional dos Propósitos e Princípios da Carta como base das relações entre as nações, independentemente de seu tamanho, posição geográfica, nível de desenvolvimento ou sistema político social".

É sabido que, no momento, são os soviéticos os mais interessados em acentuar o princípio de "cooperação regional", justamente com o objetivo de preservar sua dominação política e econômica sobre os países do Leste Europeu. Por isso mesmo, o documento latino-americano estipula claramente que todo sistema de cooperação regional tem de se assentar sobre os Princípios e Propósitos da Carta, ou em outras palavras, sobre o princípio da igualdade soberana dos Estados. Os russos adotam agora algumas das idéias de Foster Dulles.

Desenvolvimento Econômico

Os países latino-americanos têm representado um papel de vanguarda no sentido de uma mais clara definição da Organização Mundial no que toca às tarefas de desenvolvimento econômico. Tem sido dito que, se as Nações Unidas têm demonstrado falhas e deficiências no campo da manutenção da Paz e da Segurança Internacional seria injusto negar o muito que a Organização Mundial tem realizado no campo econômico e social.

Estamos muito longe de partilhar essa apreciação otimista. A verdade é que a Primeira Década do Desenvolvimento foi um fracasso, pois a seu término, os países ricos se haviam tornado mais ricos e os países mais pobres se haviam tornado mais pobres. O "gap" econômico não fez senão aumentar nos anos de 1960 e 1970. Os progressos realizados no âmbito das Conferências da UNCTAD têm sido bastante lentos e bastante modestos.

Não negaremos que, a partir de 1964, quando se tentou obter, pela primeira vez, o reconhecimento da íntima correlação entre os problemas de desenvolvimento econômico e os problemas de comércio internacional, os países desenvolvidos apresentaram alguns sinais de uma consideração mais construtiva em relação aos problemas dos países subdesenvolvidos.

O que acontece, entretanto, é que esses problemas econômicos se agravaram em um ritmo muito mais veloz do que o revelado pela mudança de atitudes e o panorama econômico mundial ainda é mais sombrio do que em 1964, no que toca às disparidades que persistem e tendem a acentuar-se.

O Programa de Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas é bastante modesto. Seu orçamento não vai além de 250 milhões de dólares, o que é irrisório se se levar em conta as proporções gigantescas do programa a realizar e se atenta ao fato de que essa soma representa pouco mais de um milésimo do que o mundo consome anualmente na carreira armamentista.

Este ponto do desenvolvimento econômico é um dos que separam a atuação dos países latino-americanos da atuação dos Estados Unidos da América, no âmbito das Nações Unidas e mesmo no âmbito da Organização dos Estados Americanos.

O problema não é de fácil solução. Estamos querendo transpor para a esfera internacional certas idéias, concepções e princípios de justiça social e de redistribuição de riqueza, que foram pouco a pouco ganhando terreno dentro das fronteiras de cada um dos Estados-Membros. Estamos diante de um grande trabalho de persuasão e de convencimento, que leve a opinião pública dos países altamente industrializados a aceitar os encargos financeiros que adviriam da concretização de uma doutrina de segurança coletiva no campo econômico, semelhante àquele que, em base muito precárias, tentamos estabelecer em São Francisco, no campo específico da paz e da segurança internacional. Estamos, ainda muito longe da prática e mesmo da teoria de um "imposto de renda internacional".

Embora de maneira incompleta e insuficiente, os Estados Unidos da América têm apresentado uma posição mais flexível e mais promissora do que os países do bloco socialista, estes totalmente negativos em relação aos problemas de desenvolvimento em plano mundial. Está partindo precisamente dos países socialistas a maior oposição ao projeto de resolução latino-americano, que reclama medidas concretas e positivas, no contexto da Segunda Década para o Desenvolvimento, destinadas a reduzir e, finalmente, eliminar a brecha econômica entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos.

Repetimos aqui o que dissemos antes: em matéria de cooperação econômica internacional, os países socialistas estão aferrados a concep-

ções de estrito e tacanho liberalismo econômico. Os socialistas, no cenário econômico internacional, não querem, de maneira alguma, aceitar o princípio de uma atenuação de certas leis econômicas que contribuem para a deterioração dos *terms of trade* no comércio internacional.

Parece não repugnar à consciência dos países socialistas, alguns dos quais deveriam logicamente formar ao lado dos países em desenvolvimento — se tivessem liberdade de ação para a defesa de seus interesses nacionais — a idéia de que os países ricos se estejam tornando mais ricos e os países pobres mais pobres. No campo internacional, não repugna à União Soviética que a lei de acumulação de capitais continue a operar da maneira mais livre e desimpedida. A esse respeito, alguém já disse que os delegados socialistas deixam em casa seus livros de Marx, cada vez que comparecem ao edifício da Assembléia Geral.

Neste assunto do desenvolvimento econômico, os países latino-americanos têm procurado uma ação comum com os membros do chamado grupo dos 77, também integrados pelos países subdesenvolvidos da África e da Ásia. É, entretanto, claro que os países latino-americanos esperam dos Estados Unidos da América iniciativas mais amplas de cooperação econômica, no plano internacional, mediante, inclusive, a eliminação de fatores e circunstâncias que impedem um acesso mais livre dos produtos dos países da América. Trata-se de medidas essenciais para o fortalecimento da unidade americana e de toda a concepção do pan-americanismo.

Problemas de Segurança

As falhas e deficiências do sistema de segurança das Nações Unidas — que nunca chegou propriamente a organizar-se — obrigam os países do Hemisfério a medidas e providências no sentido da defesa comum e solidária de suas condições de vida e de segurança. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, responde a essa preocupação fundamental. O aparecimento de novas formas insidiosas de agressão interna, consubstanciada em atos de terrorismo, seqüestro, atentados, guerrilhas urbanas, *et coetera*, estão, entretanto, a reclamar medidas mais efetivas de cooperação entre os Estados americanos, com vistas à manutenção de nossa maneira de viver, em bases de igualdade, respeito mútuo e observância de todos os princípios de direito internacional.

Seria inútil disfarçar as preocupações suscitadas pelo presente estágio da América Latina, com tantos fatores de inquietação e de perturbação. Novos instrumentos internacionais terão de fazer face a situações inteiramente novas. Novos crimes terão de ser conceituados. E, num esforço conjunto de cooperação, as nações que compõem a família interamericana terão de fazer face à necesidade imperiosa de fazer respei-

tar o princípio de direito internacional e de direito positivo interamericano que veda a interferência de um Estado em assuntos da estrita jurisdição interna do outro.

Unidade e diversidade

Os países que integram o Continente apresentam as condições mais diversas em matéria de instituições políticas, condições de vida e nível econômico e social. Existe nos Estados Unidos da América tendência para tomar a América Latina em bloco, como se tratasse de um todo dotado das mesmas características políticas, econômicas e culturais. Este é um terreno propício para simplificações excessivas e generalizações apressadas. Alguém chegou mesmo a dizer: "The Americans will do anything for Latin America, except read about it". E prevalece, ademais, uma visão Hollywood dos países latino-americanos.

Na realidade, não somos nem tão pitorescos nem tão levianos como inexplicavelmente aparecemos no mundo da caricatura. E deve ser dito que estamos diante de um continente inteiro, num mundo que, afinal de contas, não possui mais do que cinco continentes. Por todos esses motivos, a América Latina é um elemento importante no livre jogo da política mundial e é inacreditável a "cortina de silêncio" que, na imprensa norte-americana, pesa sobre a vida e sobre as atividades da América Latina. Fatos de nossa vida política são apresentdos sob as piores formas de distorção e de envenenamento. Esses fatos e esta situação têm de ser corrigidos, se queremos — como devemos querer — alcançar uma melhor compreensão entre nós. Por que, apesar da diversidade de condições e peculiaridades locais, a América está longe de ser uma abstração. Representa uma postura de liberdade e de soberania frente os problemas do mundo e uma afirmação da pessoa e dos direitos humanos frente às doutrinas de opressão e de tirania que, repetidamente, nos têm vindo do outro lado do Atlântico e, agora, começam a vir do outro lado do Pacífico. Essa unidade, entretanto, não poderá ser imposta por critérios e por métodos arbitrários. Deve ser uma unidade que pressuponha uma diversidade anterior que se dissolva na compreensão e no entendimento mútuo e não uma realidade fictícia e imaginária, que não resistiria às condições de nosso tempo e apenas estimularia uma tendência para a diversificação inevitável.

Conclusão

Não foi certamente nossa intenção dar um tratamento formal e sistemático a este tema da Problemática Mundial e da posição do Continente Americano dentro dessa mesma problemática. Limitamo-nos a traçar um quadro de caráter muito geral, oferecer antes uma tabulação

de temas para o desenvolvimento posterior que um feixe de opiniões e pontos-de-vista sobre os problemas políticos da atualidade.

Em matéria tão fluída e tão imprecisa, qualquer dogmatismo seria impossível e, de qualquer maneira, fugiria inteiramente à realidade. É possível que os computadores se revelem mais eficientes no futuro. Os homens ainda não aprenderam a prever o curso da História, talvez por que dela participem.

O máximo que podemos fazer é identificar certos fatos e certas tendências que, a persistirem e a se afirmarem, poderão produzir tais ou quais resultados. Mas a História sempre escolheu seu próprio caminho, independente das previsões humanas.

DISSUASÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

André Beaufre

Não é mais contestável, em nossos dias, com a aparição da arma termonuclear, que a Defesa nacional está baseada na idéia de dissuasão. Pela primeira vez na história, a máxima *"si vis pacem para bellum"* adquire sentido, pois a guerra moderna se torna um fenômeno absurdo e fora de proporção com a maioria das manobras políticas que justificaram o conflito. Surge, então, uma situação complexa, da qual as conseqüências estão ainda mal integradas em nossos conceitos, ainda marcados pelas grandes guerras que presenciamos no século XX. Por outro lado, a nova estratégia da dissuasão é ainda muito conjetural para levar a conclusões definitivas: estamos ainda num período de evolução e adaptação.

Tenho a impressão que essa evolução nos levará, possivelmente no fim do século, a uma fórmula de segurança internacional sob o controle da ONU, e que, nessa ocasião, os riscos de grandes guerras estarão praticamente eliminados. Mas, do mesmo modo que a existência da polícia não conseguiu suprimir completamente o uso da violência entre os indivíduos, sobretudo durante os períodos revolucionários, pode-se igualmente pensar que as coletividades humanas ainda sofrerão choques armados, sem dúvida sob a forma de conflitos menores, mais ou menos na base da guerrilha e da ação política. Este novo estilo de conflitos que nós já vimos acompanhar as crises do processo de descolonização, e que se desenvolve atualmente no Vietnam, é sem dúvida a forma que terão as guerras do futuro, devido ao efeito da limitação imposta pela dissuasão nuclear. A dissuasão, infelizmente, não terá um valor absoluto. É por isto que a Defesa nacional, baseada na dissuasão, não poderá realmente deixar de conservar certas preocupações de "defesa" propriamente dita.

Partindo destas premissas, gostaria de examinar o problema das relações entre os armamentos e o desenvolvimento econômico, porque é um assunto onde os preconceitos reinam, preconceitos estes que não levam em consideração a complexidade dos fenômenos humanos. Para esclarecimento, examinarei a evolução passada, e depois estudarei a si-

tuação atual, na era das armas científicas e da alta tecnologia. Finalmente, tentarei delinear certas perspectivas futuras, referentes à segurança e ao desenvolvimento econômico das nações não industrializadas.

Armamentos e Desenvolvimento Econômico no Passado

As armas — desde a idade da pedra lascada — foram sempre o produto da indústria. Mas, na era artesanal, a guerra, subproduto da indústria era uma maneira de se apropriar de riquezas tais como ouro, escravos ou territórios. O prodigioso desenvolvimento de Roma não se explica de outra maneira.

Na era industrial, o fenômeno se transformou progressivamente: o emprego de máquinas de matar destruía numa escala tal que a guerra não podia mais nutrir a guerra. Nós o compreendemos infelizmente muito tarde, depois das hecatombes de 1914-1918. Mas Hitler ainda não havia compreendido, e foi ele a causa da ruína da Europa. Estas duas terríveis experiências colocam em evidência a nocividade da guerra e a necessidade absoluta de acabar com a auréola romântica que tinham as campanhas de rapina do passado.

Esta reação necessária toma duas formas: de um lado, desenvolve-se o movimento pacifista, de caráter moral, e de outro reclama-se contra o absurdo das despesas militares, que se tornaram "improdutivas". Entretanto, como a paz continuava instável, era sempre preciso continuar a organizar um sistema de defesa. É então que surge o problema da antinomia entre os armamentos e o desenvolvimento econômico, segundo a fórmula de Goering "entre a manteiga e os canhões".

Sob esta forma, a questão está muito mal colocada, porque desde o período industrial que existe uma inter-dependência grande entre a capacidade de armamento e os interesses da indústria. Até a metade do século XX, a capacidade de armamento, essencialmente à base de aço e de ligas, estava intimamente ligada à existência de uma forte indústria siderúrgica. Mais geralmente, as despesas de armamento, sempre crescentes, não podiam existir senão numa economia florescente. A economia era a criadora de um potencial do qual uma parte era mobilizado pelos armamentos. Mas, reciprocamente, os armamentos constituíam um mercado para a indústria e participavam de seu progresso. Vimos, com surpresa, como a Alemanha de Hitler, graças, é verdade, a Schacht, soube rearmar-se e ao mesmo tempo acabar com o desemprego. Sabe-se hoje em dia que lugar têm as despesas de armamentos na economia dos Estados Unidos. Em termos econômicos, a produção de armamentos pode ter um papel útil se ela não ultrapassa uma certa proporção e se ajuda a liberar recursos necessários aos investimentos industriais. Na maioria dos grandes países, as despesas de armamentos tiveram um papel regulador nas mãos do Governo para manter o controle

dos mercados. O fato de que essas despesas são "improdutivas" as coloca na mesma categoria de numerosas outras despesas improdutivas, como os cigarros ou os transistores, e é esta a razão pela qual devem permanecer numa proporção conveniente em relação à economia como um todo.

As duas primeiras guerras mundiais trouxeram o nascimento e o desenvolvimento de fenômenos novos de grande conseqüência: as necessidades urgentes criadas pela guerra levaram à aplicação de recursos consideráveis nas pesquisas técnicas, da qual resultaram progressos espetaculares que jamais seriam realizados nesse ritmo em tempo de paz. A aviação, a eletrônica e a cirurgia, por exemplo, foram grandemente beneficiadas pela guerra, abrindo assim possibilidades pacíficas absolutamente revolucionárias. Descobriu-se, nessa ocasião, a importância do progresso técnico e a necessidade de uma pesquisa sistemática e dotada de amplos recursos.

Assim, a antinomia entre os armamentos e o desenvolvimento econômico está longe de ser tão absoluta quanto se crê. Ao contrário, dentro de uma proporção razoável e convenientemente orientada, a produção de armamentos pode ser um fator de prosperidade.

O Armamento e Desenvolvimento Econômico na Era Científica

Com a aparição das armas "científicas", as relações entre os armamentos e o desenvolvimento científico modificaram-se profundamente. Isto aconteceu em função de duas causas: de um lado, as despesas aumentaram consideravelmente, e de outro, o interesse técnico dos progressos realizados é muito maior do que o interesse estratégico.

O aumento de volume de despesas decorrentes das pesquisas e dos investimentos industriais necessários à produção de matérias físseis, de foguetes ou pela conquista do espaço, faz com que estas despesas dependam agora, do Estado, direta ou indiretamente. Além disso, somente os Estados que possuem uma economia poderosa podem arcar com estas despesas, o que cria uma diferenciação crescente entre as nações, e tende a formar grupos de potências, uns com o objetivo de gozar da proteção nuclear de uma grande potência (caso da OTAN e do Pacto de Varsóvia) outros com a intenção de tentar a união de recursos de vários Países para a produção de armamentos modernos (como é o caso de alguns países da Europa) como os problemas estratégicos, em conseqüência dos armamentos modernos, atualmente, situam-se em escala continental, e a evolução tende a criar grupos regionais de potências, abrindo assim o caminho para uma evolução política muito parecida com a que se produziu na época da Renascença na Europa, graças em grande parte à artilharia, e através da qual as províncias se reuniram em Estados-nações.

Mas, ao mesmo tempo, a corrida armamentista mudou completamente de caráter. No passado, o problema era muito mais quantitativo do que qualitativo: era necessário armar milhões de homens, o que requeria enormes quantidades de aço e de ligas. Como era impossível renovar sempre o estoque, tinha-se duas possibilidades: ou fazer a guerra quando se estivesse preparado (como fizeram os alemães) ou então se defender estaticamente até que se tivesse construído os armamentos necessários (isto foi o que nos deu vantagem em 1914 e desvantagem em 1940). Hoje em dia o problema tornou-se essencialmente qualitativo, porque todo o progresso técnico digno de nota torna imediatamente obsoleto o armamento do adversário: desde 1950 já vimos o avião rápido, de teto elevado, tornar obsoleto o radar de primeira geração, os projéteis balísticos ultrapassarem a aviação e os radares de segunda geração, os submarinos nucleares portadores de mísseis tornarem obsoletos os projéteis intercontinentais de primeira geração, etc. Nestas condições, a estratégia da dissuasão não se funda mais no estoque de armamentos, mas sim nas perspectivas abertas pela aparição de protótipos. Assim os resultados obtidos pelo "Sputinik", engenho experimental, foram suficientes para iniciar a crise estratégica americana conhecida pelo nome de "missile gap". A partir de então, o interesse, que era centralizado na fabricação, passou para pesquisas e estudos, em tal escala, que uma importante parte das despesas de defesa é consagrada à física nuclear, calculadores eletrônicos, pesquisa de fontes de energia e de novos materiais, etc., e até mesmo às pesquisas científicas fundamentais. Dentro deste ponto-de-vista, a política de dissuasão tem, em tempo de paz, o papel de acelerador de descobertas que tinha sido preenchida pelas duas guerras mundiais. Assim, o progresso se mantém num ritmo espetacular.

Eu sei bem — e é uma crítica muito comum — que as pesquisas efetuadas para a defesa nem sempre são orientadas para a direção mais útil do ponto de vista científico ou técnico. Muitos pesquisadores franceses, por exemplo, sentem-se frustrados por terem que redescobrir sozinhos o que já foi descoberto três ou quatro vezes no estrangeiro, no campo das técnicas nucleares. É claro que um programa de pesquisas ideal teria uma outra ordem de urgência. Mas o que estes pesquisadores não vêem é que o programa ideal com que sonham não receberia jamais o apoio financeiro necessário. Mais uma vez, a necessidade é quem determina, e o desejo de segurança é uma necessidade muito forte. Por outro lado, mesmo percorrendo caminhos já muito usados, eles podem fazer descobertas novas e imprevistas; o conformismo e a rotina são péssimas escolas de progresso. Enfim, o equipamento industrial criado para fins militares pode se tornar precioso no futuro: não esqueçamos o precedente da aviação, que depois de ser considerada um luxo militar e esportivo acabou transformando a vida da humanidade. Os caminhos da providência são sempre misteriosos.

Além disso, sou de opinião que as técnicas impostas pelo perigo premente de guerra ou da corrida armamentista são sempre as precursoras de técnicas industriais, porque estas, apesar de visarem lucro, não podem ter o mesmo grau de urgência. A indústria de armamentos repousa hoje em dia essencialmente sobre a pesquisa e as técnicas avançadas. É este caminho que deve escolher o complexo industrial, se este não deseja ser rapidamente ultrapassado neste século de progresso contínuo e rápido. Seria preciso que a indústria pudesse prever e, ao contrário das indústrias de armamentos, cada vez mais concentradas nos resultados conjecturais de invenções recentes ou próximas, garantir um aumento de produção suficiente para amortizar seus investimentos. A manobra industrial e econômica será jogada, portanto, cada vez mais no futuro.

Do conjunto destas considerações resulta que cada vez há menos antinomia entre armamento e prosperidade econômica, na medida em que as despesas de armamento servem em grande parte para abrir a porta às técnicas mais importantes. Acho mesmo que é dentro deste espírito que deveriam ser concebidos os programas de pesquisa de armamento, porque apenas o Estado pode arcar com as grandes despesas não reembolsáveis rapidamente.

Falei até agora exclusivamente de armamentos científicos. O problema é bem diferente para os armamentos ditos clássicos. Neste caso, poderíamos pensar que estamos diante do mesmo problema de há vinte e cinco anos atrás, o problema de quantidade. Mas ou ele não existe, ou ao menos, é grandemente equilibrado pelo qualitativo.

Com efeito, sob a influência da técnica americana, nós dotamos os armamentos clássicos de todos os refinamentos dos progressos recentes. A força de aperfeiçoamento, chegamos a fazer aviões que valem, *literalmente, seu peso em ouro. É portanto um erro pensar que as hipó*teses do emprego clássico destes aparelhos (não falo aqui do material destinado à dissuasão) seja absolutamente irreais, com todas as limitações impostas pela dissuasão nuclear. Chega-se, finalmente, como é o caso no Vietnam, a usar contra "guerrilheiros" operações que custam milhões, para obter pequenos resultados. Mas, ao mesmo tempo, o preço proibitivo do material tende a restringir perigosamente o número, e o excesso de técnica conduz a resultados opostos ao interesse militar.

Seria preciso saber voltar a fórmula onde a qualidade não restringisse o número, ou seja, retornar a técnicas simples, materiais rústicos e baratos. É uma direção de pesquisa inteiramente diferente desta dos últimos anos. Ela me parece indispensável. Por outro lado, as pesquisas simples seriam interligadas às necessidades da indústria civil, visando à produção em massa, e abririam, sem dúvida, o caminho para progressos neste campo, como o progresso das pesquisas científico-técnicas beneficiou as indústrias de base modernas.

Influência da Dissuasão no Progresso Econômico das Nações Não-Industrializadas.

Tudo o que falamos até aqui concerne exclusivamente ao problema dos armamentos nas grandes nações industrializadas. Nas nações não-industrializadas ou em vias de industrialização, a situação é inteiramente diferente, e seria interessante analisá-la.

Para os países não-industrializados, não há questão de efetuar despesas importantes de armamentos. Os países que o fazem se arruínam, mesmo se compram barato armamentos americanos, soviéticos ou chineses. Apesar disso, alguns países se sentem sob uma ameaça nuclear próxima (a Índia e o Japão por parte da China) outros temem a invasão (como a Malásia), e todos, enfim, têm necessidade de manter a ordem interior e a integridade de suas fronteiras.

Se nós vivessemos em um mundo no qual a segurança coletiva estivesse verdadeiramente organizada, o peso geral de tais preocupações seria suportado por uma organização internacional. Sabemos que este não é o caso. Ao contrário, o mundo está dividido em dois blocos, e depois em três, e as nações do Terceiro Mundo tornaram-se o centro de uma luta de influência entre os Grandes. Uns vêem no Terceiro Mundo uma possibilidade de proteção, outros um apoio ao favorecimento de suas ambições, outros, ainda, um meio de chantagem entre os blocos. O resultado foi uma situação confusa e eminentemente perigosa, ainda mais que a dissuasão realizada ao nível nuclear tem somente uma influência muito reduzida fora da Europa, da América do Norte e do Norte da Ásia.

Com efeito, dois fenômenos tendem a limitar estreitamente a zona de ação dissuasiva dos armamentos nucleares. O primeiro repousa nas inibições morais que se desenvolveram contra o *emprego* da arma nuclear. O horror de Hiroshima e de Nagasaki, e a propaganda soviética nos "congressos de paz" criaram um ambiente tal que a nação que empregasse em primeiro lugar uma arma atômica, por outra razão que não a defesa própria, colocar-se-ia à margem da comunidade humana. O segundo fenômeno resulta do equilíbrio realizado pelos Americanos e Soviéticos, graças à existência de forças de represália invulneráveis, que constitue para cada um deles a *certeza de destruição recíproca* caso a guerra atômica seja declarada. Estes dois fenômenos concorrem para reduzir a *credibilidade* da dissuasão nuclear nas zonas geográficas que representam para os detentores de armas atômicas um interesse vital. Não é evidentemente o caso do Terceiro Mundo, à exceção de Cuba, bem como o demonstra o desenvolvimento da ação militar americana no Vietnam. Pode-se bem pensar, também, que a dissuasão nuclear soviética não se aplica à China.

Nestas condições, as nações do Terceiro Mundo que se sentem ameaçadas pela potência nuclear chinesa tendem a procurar garantias internacionais, ou então, a se munirem de armas atômicas também. Esta última solução teria como efeito abrir a porta à proliferação de armamentos nucleares, perspectiva eminentemente perigosa, uma vez que ela ultrapasse um certo grau, ou que se aplique a nações internamente instáveis. Por outro lado, os porta-vozes de Genebra sobre a prevenção da proliferação mostraram que as grandes nações nucleares só estavam preparadas para dar garantias contra uma agressão nuclear. A Índia, por exemple, em conflito com a China e o Paquistão, reclama uma garantia contra *qualquer* forma de agressão.

Não há uma solução atual para este estado de coisas, enquanto as potências nucleares continuarem adversárias. Qualquer garantia nuclear dada por uma nação significaria a garantia de outra em favor de seu adversário. Isto pode levar o Terceiro Mundo a um desenvolvimento de despesas de armamento fora de proporção com os recursos destes países. Indubitavelmente, a única perspectiva satisfatória seria a organização de uma força internacional real, capaz de proteger as pequenas nações. Mas estamos ainda muito longe disso. Uma outra idéia útil e, ao meu ver, aplicável, seria a criação de zonas desnuclearizadas, na África no Oriente Médio, na América Latina, e talvez um dia no Sudeste da Ásia. Eliminaríamos, assim, os riscos de proliferação nuclear nas zonas instáveis. Mas, ainda uma vez, tudo se assenta sobre o acordo unânime das *potências nucleares quanto a uma evolução política que só faz agra*dar aos Estados Unidos e à União Soviética, e que não indica nada com relação à China.

Quaisquer que sejam as garantias da parte dos aliados ou das organizações internacionais, as nações não-industrializadas devem assegurar a ordem interior e proteger suas fronteiras. A idéia de querer cumprir esta missão com forças clássicas do estilo europeu parece-me errada: é muito caro e ineficaz. Isto ficou bem claro durante o curto choque entre a Índia e o Paquistão em 1964. A fórmula de milícias nacionais armadas e equipadas econômicamente é a única viável. Ela combina a vantagem econômica de despesas reduzidas com a vantagem moral de uma defesa feita pelo povo. Infelizmente, as manobras políticas entre os Estados Unidos e a União Soviética resultaram em armar o Oriente Médio e a África do Norte, por exemplo, em condições às vezes perigosas para a Paz e nefastas aos interessados. Seria extremamente útil estabelecer uma limitação dos armamentos clássicos em certas zonas, paralelamente ao estabelecimento de zonas desnuclearizadas. Assim, as despesas de defesa dos países em via de desenvolvimento seriam reduzidas ao mínimo.

Existe um outro problema, ao qual se dá às vezes pouca importância, que eu gostaria de analisar: é o da transferência de uma parte

das despesas de armamento das Grandes Potências para o benefício do desenvolvimento econômico das nações não-industrializadas. A idéia é generosa e comporta, sem dúvida, grande parte de verdade: seria melhor investir capital no desenvolvimento econômico de nações que o necessitam do que fabricar armamentos caríssimos que se espera jamais utilizar. Mas outras verdades se opõem a esta, ao menos no momento: não são os armamentos que criam as tensões, mas as tensões que trazem os armamentos. Enquanto a oposição entre os Estados Unidos e a União Soviética era violenta, não se podia pensar em reduzir o ritmo da corrida armamentista. A melhora que se seguiu poderia ter incentivado a diminuição da corrida, não fosse a crise atual do Vietnam. O problema de desarmamento não consiste em achar uma fórmula jurídica para o caso, mas em restabelecer a saúde internacional: é um problema de grande política que não poderia ser resolvido com ilusões generosas, mas com uma visão muito realista dos perigos potenciais, a fim de agir em tempo para impedí-los de crescer. Seria necessário toda uma "estratégia de paz", baseada muito mais no futuro do que no presente. Dentro desta concepção, a existência de uma organização internacional, comandando uma força militar efetiva, poderia ser muito útil, mas a própria existência desse esquema supõe condições políticas favoráveis, das quais, infelizmente, ainda estamos muito longe. É por isso tudo que hoje em dia é mal vista a possibilidade de grandes verbas de armamentos serem transferidas para o desenvolvimento econômico das nações não-industrializadas.

Entretanto, esta perspectiva poderia bem se realizar, no momento em que a ameaça da grande proliferação das armas nucleares, graças a técnicas novas que reduzem consideravelmente seu custo, forçará as grandes potências nucleares a chegarem a um acordo sobre um sistema de controle mundial dos armamentos. Seria lógico, portanto, que a renúncia das armas nucleares pelos Estados não nucleares, e a aceitação de um controle internacional, fossem compensadas por uma ajuda financeira proveniente dos fundos que as potências nucleares retirariam de um acordo de controle recíproco. Isto não é para hoje, mas poderia ser para daqui a 10 anos.

Conclusões

Em certos estudos feitos nos Estados Unidos, distinguem-se três hipóteses futuras:

1. o mundo torna-se pacífico, refletindo apenas tensões secundárias.
2. o mundo pacífico, observa a formação de tensões mais graves.
3. o mundo é, de novo, sacudido pelo grande espasmo da guerra.

Esta terceira hipótese, catastrófica, mostra todo o valor da economia da Paz. De nada serve investir em novos produtos e manter orçamentos em equilíbrio, se em cada vinte ou trinta anos vamos fazer orgias de gastos e destruição. Se os armamentos podem servir para impedir — ou mesmo para atrasar — tais cataclismos, não seriam jamais demasiado caros. No momento, pode-se dizer que os armamentos nucleares tiveram este papel se, como calcula o Institute for Strategic Studies, em Londres, a despesa *mundial* com armamentos nucleares eleva-se a 700 bilhões de francos por ano, talvez isto seja uma "apólice de seguro" aceitável, ainda mais que dentro desta soma está o financiamento de progressos técnicos importantes.

Mas os armamentos não constituem senão um meio entre outros ao serviço de uma *política*. O que importa, é uma política de paz, impedindo que se desenvolva a hipótese número dois, de graves tensões. É o nível das tensões que é decisivo e não o nível dos armamentos. Apesar disso, com relação aos armamentos e à restrição de despesas, um certo número de medidas técnicas que indiquei, aqui, de passagem, poderiam ter um papel muito útil. Mas elas são apenas uma conseqüência, e não uma causa.

A guerra é uma doença social na qual a arma nuclear parece ter o papel de antibiótico poderoso, mas de alcance limitado e manipulação perigosa. O que é preciso melhorar, agora, é a medicina.

SEGURANÇA ESTRATÉGICA

Tenente-Brigadeiro RR Nelson Freire Lavenère-Wanderley

O Mundo Atual

A fase histórica que estamos vivendo e a civilização a que pertencemos é, atualmente, global; sobre a superfície da Terra não há mais condições para o surgimento e o desenvolvimento de civilizações isoladas como foram as que surgiram, na Antigüidade, em torno do mar Mediterrâneo e no Oriente; já não se pode falar, tampouco, de civilização européia tal como existiu nos séculos XVIII e XIX.

Qualquer país, de qualquer dos cinco Continentes, seja ele importante ou não, vive envolvido numa coletividade que abrange, praticamente, toda a humanidade; acontecimentos políticos, econômicos e sociais que se desenrolam em regiões antípodas de um país podem afetá-lo, a curto ou a longo prazo, direta ou indiretamente; basta lembrar que na região da Terra antípoda em relação ao Brasil encontram-se o Japão, a China e o Vietnam.

Os meios de comunicação de que dispõe a humanidade facilitam, cada vez mais, o intercâmbio de produtos, de pessoas e de idéias; o rádio, a televisão, o telégrafo, os jornais, livros e revistas facilitam contatos entre os povos e as regiões do globo numa escala que, no começo do século atual, não se poderia nem imaginar; milhões de pessoas visitam, anualmente, outros países, distantes, às vezes, milhares de quilômetros.

Mas, ao mesmo tempo que surgiram todos esses fatores de aproximação entre os povos e as regiões do globo, apareceram, também, nos últimos 50 anos, perigosos fatores de antagonismo que ameaçam anular as vantagens dos referidos fatores de aproximação e que podem comprometer o próprio futuro da humanidade.

No seu grande avanço tecnológico, o homem desencadeou forças que podem destruir toda a obra da humanidade se não soubermos evitar uma III Guerra Mundial.

No passado, a humanidade teve que suportar guerras, mortandades e destruições nas lutas pela formação dos impérios, nos choques entre

civilizações vizinhas, nas lutas de fundo religioso e na conquista de novos territórios, de mercado e de matérias-primas.

Atualmente os antagonismos de fundo político e ideológico são os principais fatores de conflito e da divisão do mundo em blocos que se confrontam e se ameaçam.

Um bloco de nações comunistas, liderado pela União Soviética, tenta impor a sua ideologia ao resto do mundo, subvertendo as outras formas de Governo e atacando os países nas suas frentes internas, por meio da guerra revolucionária; ao mesmo tempo que alimenta e apóia pretensas frentes de libertação nacional nos países cujos sistemas de Governo pretende mudar, a União Soviética faz uma política de poder nos moldes, já condenados, utilizados pelas potências colonizadoras do passado.

Se o mundo ocidental conseguir neutralizar essa estratégia de domínio mundial posta em prática pelo bloco comunista, poderemos abrir para a humanidade a oportunidade de uma nova fase em que predominarão os fatores de aproximação já em ação e na qual poderá surgir um melhor entendimento entre os povos, que deverão continuar com a liberdade de escolher as suas formas de Governo.

Conflitos Entre Países

Na sucessão constante dos períodos de crise e de paz relativa do mundo, cada país tem que traçar a sua política e a sua estratégia a fim de garantir a sua segurança e de alcançar os seus objetivos nacionais.

Nenhum país está livre de envolvimento em crises mais ou menos graves que podem resultar em conflito armado.

A História mostra que a grande maioria dos países participa de lutas armadas independentemente das inclinações pacíficas ou bélicas dos seus povos e governos; os fatores preponderantes que levam os países a participarem de guerras são a sua importância e poderio, e sua posição geográfica em relação aos polos do poder mundial e em relação às áreas onde as potências em choque se confrontam.

O autor Quincy Wright, no seu livro *A Study of War*, mostra que, entre 1850 e 1945, os países abaixo enumerados participaram dos seguintes números de guerras: Inglaterra — 20; França — 18; Itália (Savoia) — 12; Rússia — 11; China — 10; Espanha — 10; Turquia — 10; Japão — 9; Alemanha (Prússia) — 8; Estados Unidos — 7; Áustria — 6; Polônia — 5. Isso mostra, inclusive, que é muito relativa a classificação de *peace loving nations* estabelecida na Carta das Nações Unidas para a admissão de novos países-membros.

Nos primeiros 90 anos após a sua independência, o Brasil, em virtude da sua posição geográfica, viveu relativamente afastado dos grandes conflitos entre as potências mundiais, todas situadas no Hemisfé-

rio Norte; já nos últimos 50 anos o Brasil se viu envolvido em duas guerras mundiais.

Os polos do poder mundial continuam no Hemisfério Norte mas as áreas onde se acham os países subdesenvolvidos passaram a ser as áreas nas quais as Super-Potências disputam a respectiva influência; o Brasil, situado na América Latina e um dos seus países líderes, não está imune aos efeitos da confrontação entre as duas Super-Potências.

Na época em que vivemos, os períodos de paz são apenas aparentes e a guerra clandestina, desfigurada em guerra revolucionária, está sempre presente, constituindo uma ameaça constante na frente interna dos países.

O Brasil, com sua importância crescente, se verá envolvido em crises mundiais ou em crises que afetem, primordialmente, a sua área estratégica; o Brasil terá que enfrentar importantes opções políticas, econômicas e mesmo militares e terá que cuidar, com responsabilidades aumentadas, da sua segurança estratégica.

Conceito de Segurança Estratégica

No presente estudo, não cogitamos de segurança estratégica em termos de estratégia militar; queremos nos referir à segurança estratégica nacional.

O conceito de segurança estratégica, assim compreendido, decorre da definição de segurança nacional e do conceito moderno de estratégia.

Em estratégia militar, o conceito de segurança está contido no Princípio de Segurança que é um dos Princípios de Guerra; de acordo com o referido princípio, devem ser tomadas medidas de segurança para garantir a realização da manobra militar projetada e medidas para impedir que o inimigo nos ataque com liberdade ou de surpresa.

Ampliando o conceito de segurança para situá-lo no âmbito da estratégia nacional integrada, isto é no âmbito da aplicação do poder nacional nos seus quatro campos — o político, o econômico, o militar e o psicossocial — podemos dizer que: a segurança é obtida por um conjunto de medidas tomadas para garantir a execução da política nacional e para se opor a ações adversas que venham de encontro ao interesse nacional.

Em outras palavras, segurança é um conjunto de medidas tendo em vista garantir a execução daquilo que pretendemos fazer e de medidas tendo em vista impedir que nos hostilizem.

A definição de segurança nacional normalmente aceita é a seguinte:

"Segurança nacional é o grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado pode pro-

porcionar à coletividade que jurisdiciona para a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais".

O conceito moderno de estratégia nos diz que ela é a arte de desenvolver e aplicar o poder nacional, em toda a sua amplitude política, econômica, a fim de alcançar os objetivos traçados pela política, isto é, os objetivos nacionais.

Há necessidade de adaptar as engrenagens superiores do Estado ao conceito de estratégia integrada e de motivar adequadamente os homens de Governo em relação às ameaças contidas nas estratégias adotadas por países antagônicos.

Há aspectos importantes da estratégia que não penetram o grande público, às vezes nem mesmo os círculos militares absorvidos pela técnica, pela tática, pela estratégia específica de sua força armada e pelo seu estudo dos problemas nacionais.

Podemos dizer que segurança estratégica é o conjunto de medidas de segurança tendo em vista garantir a execução da estratégia posta em prática pelo Estado e é, também, o conjunto de medidas tendo em vista neutralizar ou anular estratégias de outros países que afetem, desfavoravelmente, o interesse nacional.

Em outras palavras, segurança estratégica é o conjunto de medidas de segurança necessárias para garantir a execução da estratégia nacional e é, principalmente, o conjunto de medidas contra estratégias de outros países que possam afetar a nossa integridade territorial, a nossa independência política, a nossa economia, as nossas instituições e a coesão e solidez da nossa frente interna.

No mundo atual, assumem grande importância as medidas de segurança estratégica que visam impedir ou neutralizar a ação de estratégias adversas de países antagônicos.

Estratégia e Segurança — Estratégia no Mundo Atual

Atualmente nem os Estados Unidos nem a União Soviética podem atacar um ou outro sem sofrer, por sua vez, uma destruição maciça intolerável, em retaliação.

Em face dessa limitação de emprego da parte mais ponderável do seu poderio militar, as Super-Potências, principalmente a União Soviética, têm executado estratégias onde as ações predominam em outros campos do poder nacional, sem ser o campo militar.

Cada Super-Potência adota, em relação à outra, uma estratégia chamada de "modo indireto", por meio da qual ela procura alcançar os mesmos objetivos políticos sem a aplicação direta do seu poder militar, dado o risco da escalada para uma guerra nuclear.

Por meio da "estratégia de modo indireto", com ações predominantes nos campos da ideologia, da guerra psicológica e da guerra revolucionária, a União Soviética, com um dispêndio mínimo de recursos, tem estendido a sua influência sobre vastas áreas do globo terrestre; faz parte dessa "estratégia de modo indireto" a instalação de governos comunistas nos países subdesenvolvidos da Ásia, da África e da América Latina e o enfraquecimento da frente interna dos países onde tais governos não possam ainda ser estabelecidos; para o enfraquecimento das frentes internas, a estratégia do bloco comunista lança mão da subversão, da corrupção, da violência e do terrorismo.

A segurança estratégica do mundo ocidental cristão exige a adoção de medidas tendo em vista impedir ou neutralizar a "estratégia de modo indireto" que vem sendo desencadeada pelo bloco comunista, nos últimos 25 anos.

Segurança Estratégica Coletiva da América Latina

A partir de 1966 e depois da Conferência Tricontinental de Havana, a "estratégia de modo indireto" do mundo comunista visando a derrubada, pela força, de governos na América Latina, vem sendo acionada via Cuba.

Para isso foi organizada, como instrumento, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), com ramificações em todos os países da América-Latina.

Tendo fracassado na tentativa de domínio de áreas do interior, por meio do estabelecimento de zonas de guerrilhas, a OLAS tem recorrido a atentados, colocação de bombas, assaltos e seqüestros de diplomatas; o conjunto desses atos de terrorismo constitui a chamada guerrilha urbana.

Para os países da América Latina, a adoção de medidas que se oponham ao terrorismo e de medidas que se destinem ao fortalecimento das suas frentes internas são medidas de segurança estratégica, legítimas e de alta importância.

No jogo estratégico entre nações que se antagonizam a passividade é fatal; os países da América Latina precisam agir coletivamente visando a sua segurança estratégica e se opondo à estratégia do mundo comunista, que tenta abalar ou derrubar os governos latino-americanos.

CIVILISMO E SEGURANÇA NACIONAL

Marechal Mário Poppe de Figueiredo *

A guerra revolucionária, seu modo predileto de agir, com suas variadas facetas — que vão das emboscadas no campo de luta, quando atuam como soldados, a atentados indiscriminados à população civil, com bombas explosivas, nos centros urbanos de sua própria Pátria, quando agem como bandidos — passou à preocupação constante dos governos democráticos porventura dela ameaçados.

Segurança Nacional

A febricitante vida moderna raramente permite que noções ou conceitos novos, surgidos para atender necessidades da evolução humana se sedimentem convenientemente, em tempo hábil, no espírito do povo, de modo a criar um entendimento proximamente generalizado do que realmente significam e, em conseqüência, produzir os efeitos deles esperados na dinâmica social.

Esse fato adquire singular importância quando se trata de algo que diga de perto com a vida em comum de todos nós, de algo que influencie nosso comportamento social. Então, a semântica ganha foros de primado, máxime se houver distorção intencional no entendimento do novo conceito, visando a fomentar perturbações sócio-políticas.

Assim se situa a noção de Segurança Nacional, de alguns anos a esta parte em constante evidência no dia-a-dia do povo brasileiro. Exaltada por uns — os que lhe conhecem a verdadeira significação — execrada por outros — os que a deturpam de ânimo pensado — e ignorada pela grande maioria, na realidade é ela a resposta a uma necessidade a que o Estado contemporâneo tem que atender, sob pena de falha em sua missão básica de assegurar a felicidade da comunidade a que preside.

Nada tem ela de esotérica, de entendimento somente acessível a uma pequena minoria de iniciados — gozadores do Poder — como que-

* Trabalho publicado no "Jornal do Brasil" de 30 de junho de 1968 pelo antigo Comandante do III Exército (1964).

rem alguns. Pelo contrário, é de significação muito simples, ao alcance do homem comum.

Muito menos tem conotação totalitária, na medida que representa uma conquista democrática, ao defender o bem-estar desse mesmo homem comum às investidas de interesses outros, estes sim, de feição totalitária, quase sempre.

Buscaremos, em rápida síntese, ir às suas origens, num esforço de reabilitação, que julgamos útil.

Desde que o homem apareceu no mundo e, guiado por seu instinto gregário, se reuniu em grupos para a vida em comum, nasceu em sua problemática existencial a necessidade de defesa da sociedade que assim constituíra, pois em o fazendo defendia-se a si mesmo e aos seus em melhores condições.

Rudimentar de início, visando às intempéries, aos animais e, finalmente, ao seu próprio semelhante, essa atividade ganhou amplitude, acompanhando a evolução da humanidade e mais especialmente dos grupos sociais que se desavinham, isto é, da guerra.

A necessidade de defesa mais se fortaleceu quando o grupo social, após longa permanência de vida societária no mesmo território passou a ter em comum tradições, costumes, interesses e aspirações a preservar.

Configurava-se o que se convencionou chamar de Nação, à qual os indivíduos que a integravam se vinculavam estreita e solidariamente.

Até os fins do século XVIII, quando as guerras eram mais de caráter dinástico, pequenos exércitos profissionais, de valor equivalente aos do inimigo, asseguravam a defesa.

Então, a ciência e a técnica ainda engatinhavam. Havia relativa segurança contra a surpresa do aparecimento de novas armas no campo de batalha. A guerra ainda era assunto de interesse de poucos.

Após a revolução francesa, já no século XIX, os exércitos passaram a pertencer à Nação, a ser nacionais.

Em conseqüência, os efetivos mobilizados foram grandemente aumentados. A França já pôde apresentar na campanha de Napoleão a sua *Grande Armée*, cujos efeitos, em batalhas memoráveis registradas pela História, a cobriram de glória.

Por outro lado, a Revolução Industrial, já iniciada na Europa, favoreceu notável desenvolvimento dos meios de fazer a guerra, diversificando-os e dotando-os de alto poder de destruição. Paralelamente, a instituição do serviço militar obrigatório muito contribuiu para grande aumento dos efetivos militares envolvidos na luta armada, partindo dos efetivos de paz.

O conceito de defesa acompanha o crescimento de importância do fenômeno social da guerra, ampliando-se para "defesa nacional", que

perdurou até os primeiros anos do atual século XX e, mais propriamente, até a I Grande Guerra.

Com a II Grande Guerra, mercê da utilização das grandes conquistas da ciência, da técnica e da implicação, por via direta ou indireta, de todas as atividades humanas na luta armada, que tendia a se estender a todo mundo, a guerra que até então fora limitada e localizada, passou a ser admitida, em sua forma mais grave, como total e global.

Ainda mais, o inimigo real ou presumível ao qual se fazia a guerra, que era sobretudo externo, ganhou um aliado temível e insidioso dentro do próprio território nacional, alimentado por ideologias enganosas que forjam quase sempre fanáticos.

A guerra revolucionária, seu modo predileto de agir, com suas variadas facetas — que vão das emboscadas no campo de luta, quando atuam como soldados, a atentados indiscriminados à população civil, com bombas explosivas, nos centros urbanos de sua própria pátria, quando agem como bandidos — passou à preocupação constante dos Governos democráticos porventura dela ameaçados.

Por via de conseqüência, a necessidade de combater a ambos os inimigos, o interno e o externo, para que se realizassem os destinos da nacionalidade, fez com que a expressão "defesa nacional", que se referia à defesa física do território contra a agressão militar, e pois, de natureza estritamente militar, ganhasse muito maior amplitude, para abarcar por inteiro o homem e o seu projeto de vida social na comunidade a que pertence.

Transformou-se em "Segurança Nacional", definida como a garantia de conquista e manutenção dos objetivos nacionais — assim entendidos os interesses e aspirações sedimentadas no espírito da nacionalidade — a despeito de ações contrárias ou antagonismos, de qualquer natureza, vindos, do território nacional ou de fora dele.

É bem de ver e sentir a extrema complexidade que encerra esta concepção moderna de Segurança Nacional. É ela naturalmente dinâmica, na razão direta do valor das ações ou antagonismos que intentam destruí-la.

Apesar de sua complexidade e dinamismo, é clara e incisiva no que pretende: a felicidade do povo que a institui e nela confia.

As comunidades humanas somente se caracterizam como nacionais quando, além da mesma origem, mesmas tradições e mesmos costumes têm, como verdadeiro cimento a garantir-lhes a coesão, a identidade de interesses e aspirações.

As condições existenciais sugerem à comunidade uma constelação de interesses, ditados pelos padrões de dignidade do homem, pelo instinto de sobrevivência e pelo anseio natural de evolução. Tais interesses, em

função mesmo da dinâmica social, acabam por embeber a consciência da coletividade, passando a aspirações nacionais.

São esses interesses e aspirações que, em determinado estágio da evolução histórica da comunidade, se corporificam em objetivos nacionais, constituindo projetos existenciais que a Nação procura realizar.

Os objetivos nacionais são evidentemente peculiares às comunidades. Contudo, há um verdadeiro objetivo comum, pois para ele converge a maior parte, senão a totalidade dos anseios e aspirações de uma nacionalidade. É o bem-estar generalizado do povo. Bem-estar quer dizer nível de vida elevado, com os corolários de altos padrões de cultura, saúde, educação e da própria garantia contra a possibilidade de modificação desse *status*. Em outras palavras, significa nível elevado de desenvolvimento, em seu mais amplo entendimento, cultural, social e econômico e razoável segurança de que interesses outros não perturbarão o fruir dessas condições existenciais.

As ações contrárias, na conceituação que estamos examinando, vão muito além do aspecto puramente militar, pois incluem quaisquer atividades nascidas no território nacional ou vindas de fora dele, que contrariem os interesses e aspirações nacionais. Podem, assim, tais antagonismos, apresentar feições multiformes.

O nacionalismo, por exemplo, quando afirma a prevalência de interesses nacionais sobre quaisquer outros, sem preocupações xenófobas, representa uma faceta da Segurança Nacional. Ao mobilizar a opinião pública para impedir atos, de origem ou inspiração forânea, lesivos à economia do País ou às suas caras tradições culturais, exerce uma atividade legítima de defesa daqueles interesses.

O agente da Segurança Nacional é o Estado, através do Governo que o representa. O Governo realiza a Política Nacional, que é a arte de bem governar a Nação, resolvendo seus problemas, o que equivale a procurar conseguir e a manter o bem-estar generalizado para o povo. Daí as duas grandes Políticas, em que se resume toda a arte de Governo:

— Política de Desenvolvimento, visando especificamente aos problemas referentes à evolução e ao progresso, no seu tríplice aspecto, cultural, social e econômico.

— Política de Segurança Nacional, dizendo respeito às questões relativas à sobrevivência do grupo social e à conservação do *status* adquirido.

Essas duas Políticas não são estanques, pois se interpenetram freqüentemente. Muitas vezes, ações realizadas precipuamente, em benefício da Segurança se refletem fortemente no Desenvolvimento, e vice-versa.

Poder Nacional

O instrumento de que lança mão o Estado — expressão política da Nação — para cumprir sua dupla missão de Desenvolvimento e Segurança, é o Poder Nacional, definido como a "expressão integrada dos meios de toda a ordem de que dispõem efetivamente a Nação, numa época considerada, para promover, sob a direção do Estado, a conquista e manutenção dos objetivos nacionais, a despeito das pressões existentes".

Essa conceituação do Poder Nacional nos sugere uma série de considerações, visando ao seu bom entendimento.

Os meios englobados no Poder Nacional incluem toda a imensa gama de recursos à disposição do homem na natureza, valorizados pelas conquistas da Ciência e conseqüentes aprimoramentos da Técnica.

Tais recursos referem-se a tudo aquilo que os condicionamentos geográficos proporcionam ao homem, tais como território, posição, clima, solo e subsolo e o que neles se encontra.

A Ciência e a Tecnologia, através dos estudos, da pesquisa pura e da pesquisa aplicada, facultam ao homem melhor aproveitamento de suas próprias energias, físicas e intelectuais, bem como em seu benefício, das fontes energéticas existentes na natureza; por outro lado, transformam e modificam os recursos naturais, criando novos meios para atender suas necessidades.

Nem todos os recursos existentes, para uma dada comunidade, podem ser considerados como integrando o Poder Nacional. Haverá sempre parte deles com os quais o Estado não poderá contar. Daí a ressalva conceitual de somente serem levados em conta os "meios de que dispõem efetivamente a Nação". Ainda mais, tal se deve dar "numa época considerada". Isto porque a aplicação desses meios é válida somente para essa época, que pode ser o momento atual ou um futuro determinado.

O conceito traz, assim, implícita, a noção de que parte dos meios existentes não são suscetíveis de serem abrangidos pelo Poder Nacional senão após preparação ou transformação em certo prazo. Representam tais meios verdadeira reserva de poder, passível de utilização futura, ou mais propriamente, o Potencial Nacional.

Embora seja, o detentor do Poder Nacional, o Estado não o esgota em um país de formação democrática. Boa parte desse Poder permanece vinculado ao homem, que geralmente dele é cioso, em suas manifestações de vida social, como cidadão e chefe de família.

A autolimitação do Poder pelo Estado democrático, é, aliás, uma de suas grandes virtudes. Mesmo o Estado totalitário, que se acredita onímodo, não tem o monopólio do Poder. Fração, ainda que muito pequena, restará com o cidadão.

Nos países desenvolvidos, de elevada cultura, já bem cristalizada, o Poder Nacional é algo que pode considerar-se sedimentado, oferecendo contornos bem definidos.

Ao invés, nos países em desenvolvimento, em que se realiza verdadeira marcha ascensional em busca de altos padrões sociais, econômicos, técnicos e científicos, o Poder Nacional ainda é um processo e a forma que apresenta não é definitiva, na medida que seus condicionamentos evoluem no vir-a-ser histórico.

"Last but not least", o Poder Nacional é uno e indivisível. Não é outra a significação de "expressão integrada" de seu conceito. Razões de ordem didática e metodológica, para facilitar o estudo das origens e exame da atuação do Poder Nacional, levam a considerá-lo convencionalmente subdividido segundo os principais efeitos obtidos em sua aplicação pelo Estado: políticos, econômicos, psico-sociais e militares. Resultam daí as quatro formas ou expressões do Poder Nacional: Poder Político, Poder Econômico, Poder Psico-social e Poder Militar.

Nenhuma delas tem existência autônoma. São parte de um todo íntegro, o Poder Nacional. Nenhuma delas tem, a rigor, significação própria e exclusiva.

O qualificativo político, econômico, psico-social ou militar significa apenas a dominância de determinado efeito, segundo seu campo de aplicação, sem exclusão dos demais efeitos, diretos ou indiretos.

Assim, o Poder Econômico é tão-somente uma forma ou expressão do Poder Nacional capaz de produzir efeitos principalmente econômicos, mas produzirá também efeitos diretos e indiretos nos três demais campos.

As formas ou expressões do Poder Nacional se condicionam mutuamente, são profundamente interdependentes entre si. Transcrevemos do grande filósofo inglês Bertrand Russell as palavras seguintes: "Nenhuma das formas (de Poder) se pode considerar subordinada à outra, nem existe uma da qual derivem as demais". E também: "As leis da dinâmica social só podem ser enunciadas em termos gerais de Poder e não em termos desta ou daquela forma de Poder".

O Poder Nacional não é a simples soma algébrica de meios de toda a ordem. É muito mais. Algo como a diferença entre o sigma dessa soma e o símbolo integral do cálculo infinitesimal. Por outro lado, numa imagem material das formas ou expressões, tudo se passa com o Poder Nacional como se fora um motor formado de quatro peças. Qualquer uma delas, considerada individualmente, nada representa do ponto-de-vista da finalidade do motor: produzir energia mecânica. Mas as quatro valem muito mais que simples peças postas em contato, pois passam a constituir algo diferente: o motor.

Em face do caráter integrado do Poder Nacional, a prevalência de uma das suas formas sobre as demais, só é admissível em circunstâncias

eminentemente temporárias e para atender determinada conjuntura emergente, configurando crise institucional.

O Poder em causa, neste caso, dará a tônica do Poder Nacional e será como se a ele se substituísse por um período limitado de tempo, isto é, até que se restabeleça a normalidade e volte a coexistência das quatro formas, em termos de equivalência, no conjunto indivisível do Poder Nacional.

No entanto poderá manifestar-se a tendência do Poder eventualmente dominante perpetuar-se nesta situação, o que será um grande mal, uma vez que a única realidade é o Poder Nacional. Cumpre, assim, evitar que tal aconteça, pois poderá ser a causa — até se restabelecer o equilíbrio, o que se dará fatalmente, mais cedo ou mais tarde — de graves distorções institucionais e de perigosa inquietação social, na medida que forçará o enfraquecimento e mesmo a omissão dos demais Poderes, todos igualmente essenciais à boa condução da nau do Estado.

Aliás, a nosso ver, o segredo do bom Governo consiste na habilidade e sabedoria em dosar convenientemente os quatro componentes do Poder Nacional, de modo a obter, seja para a Política de Desenvolvimento, seja para a Política de Segurança Nacional, o melhor resultado para o povo, em termos de bem-estar e segurança.

O domínio do Poder Político, por exemplo, pode levar a uma excessiva teorização no trato dos negócios públicos, com prejuízo das realizações práticas, bem como ao desvirtuamento da função política, baixando-a ao nível de politicagem.

Leis, códigos, regulamentos, planos palavrosos, inconsistentes e em demasia, são um grave inconveniente. No entanto, também o é o reverso, isto é, a deficiência desses instrumentos de ação do Estado.

Embora a prevalência da componente psico-social do Poder Nacional, que diz respeito com a demografia, educação, saúde e outros setores, seja dificilmente imaginável, em contrapartida, sua manifestação inadequada, particularmente no que se refere a saúde e educação, é dos maiores males que podem afetar a uma comunidade. Quer uma, quer outra, se falhar, comprometerá e poderá mesmo arruinar a construção social que o Estado intenta levantar, fundada no bem-estar e segurança.

O Poder Econômico, alçado ao domínio dos negócios do Estado, tende a subverter a economia, criando graves problemas sociais, pelo favorecimento de monopólio, oligopólios e trustes, de par com privilégios fiscais e financeiros. Seu argumento é, em geral, o dinheiro ou o jogo de interesses, nele transformáveis. Assume, tal domínio, o caráter de verdadeira diátese para o organismo social pois, pela corrupção, amolece vontades e destrói consciências.

Em contraposição, não menos grave será a circunstâncias de intervenção falha da componente econômica do Poder Nacional, pois ense-

jará a estagnação e mesmo o retrocesso econômico, tornando impraticável a consecução dos grandes objetivos nacionais.

O ônus maior, para si mesmo e para a Nação a que serve, é, inquestionavelmente o que sofre o Poder Militar elevado às culminâncias do Poder Nacional, pois gera em si mesmo, num processo dialético, as contradições que levarão fatalmente à sua destruição. A razão é simples. As Forças Armadas — que dele são a maior expressão — têm como fundamentos a hierarquia e disciplina.

São esses, princípios imanentes às organizações militares. Sem eles, haverá quando muito bandos armados. Interesses outros, que não os do verdadeiro sacerdócio que caracterizam as autênticas Forças Armadas, nascidos dos embates, principalmente políticos, travados no seio da comunidade, conduzem inapelavelmente à destruição daqueles princípios e, pois, ao arrasamento da organização a que servem de alicerce. Nessas condições, as Forças Armadas devem ter um papel político potencial, tão-somente, na gestão do Estado.

Por outro lado, também graves, muito graves, são as sanções que sofrerá uma comunidade em decorrência de inadequada participação da componente militar do Poder Nacional.

Significará insegurança ou segurança precária, valer dizer a impossibilidade de conquista e manutenção do magno objetivo nacional do bem-estar generalizado do povo, uma vez que este inclui, como um dos seus requisitos, a segurança relativa de que pressões ou antagonismos, internos ou externos, não virão perturbá-lo, o que só poderá ser proporcionado pela existência de Forças Armadas à altura de sua missão.

Civilismo

Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido. É esta a base, como sabemos, de toda a edificação política brasileira, como o é, de resto, de todos os Estados democráticos.

Consignada entre os primeiros períodos das várias Constituições nacionais, ao longo do tempo sua significação é transcendental, na medida que nela se funda a razão de ser, a dinâmica e a fortaleza da Democracia. Para que se cumpra, muitos milhões de homens têm sido sacrificados no transcurso da História da Humanidade.

E outros talvez ainda o sejam se não for encontrada a resultante única, que devemos buscar ansiosamente, para conciliar, em meio ao entrechoque de ideologias e em termos de compreensão universal, os formidáveis avanços científicos e surpreendentes conquistas tecnológicas de nossa era, com a nova moral ecumência de que se fez paladino S. S. o Papa VI, ao conclamar a Humanidade para se solidarizar no desenvolvimento, como única maneira de permitir a realização integral do Homem e assegurar Paz permanente na Terra.

Os surpreendentes acontecimentos de que tem sido palco a França recentemente, capitaneados pela revolta violenta da mocidade estudantil, indicam, talvez, o início desse processo histórico do qual nascerá uma nova Humanidade, após a derrocada de velhas estruturas e ultrapassados preconceitos.

Uma primeira ilação da divisa democrática é de que o Poder Nacional é essencialmente civil. Seria esse, embora encerre uma quase redundância, o lema do civilismo do nosso tempo.

As Forças Armadas, expressão máxima do Poder Militar, a cuja responsabilidade poder-se-ia irrogar a antítese do civilismo — o militarismo — são uma pequena fração do povo, constituída, nos termos da Lei Magna, em "instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei" e se destinam a "defender a Pátria e a garantir os Poderes constituídos, a lei e a ordem".

São elas, pois, repetimos, uma pequena parte, como Poder Militar, do grande todo íntegro do Poder Nacional. Não poderá o Poder Militar subsistir com autonomia senão pela usurpação dos atributos do todo a que pertence. Por isso mesmo, o Poder Militar guindado às alturas de Poder Nacional pelas vicissitudes históricas, deve como tal permanecer o prazo mínimo necessário ao restabelecimento da normalidade institucional, sob pena de graves sanções, como vimos anteriormente.

Também, não há essa coisa de aliança Poder Militar-Poder Econômico, para controlar os destinos nacionais, da qual tanto se falou ultimamente na imprensa brasileira, senão naquela hipótese, o que é inadmissível.

Muito menos podemos admitir o Poder Civil, como se lê aqui e ali, porque esse Poder, se existisse, seria muito mais que civil, pois seria nacional.

Outro não pode ser o entendimento dessas várias distorções — Poder Militar, aliança Poder Militar-Poder Econômico, Poder Civil — aparecidas entre nós ultimamente e espalhadas a todos os ventos pelos meios de divulgação, à luz da gênese legítima e racional do conceito de Poder Nacional, como atrás tentamos expor.

Nesse contexto, a Segurança Nacional — "garantia de consecução dos objetos nacionais contra antagonismos tanto internos como externos", como consta textualmente de nossa legislação e pela qual, nos termos do Artigo 89 da Constituição do Brasil, toda pessoa natural ou jurídica é responsável — que tem no Poder Nacional o seu instrumento, é assunto muito mais para os civis, embora nela o Poder Militar exerça um papel fundamental, uma vez que é o detentor da força.

Normalmente, as Forças Armadas não usam esse seu decisivo argumente — cumprindo, aliás, uma tradição entre nós — senão nos momentos de crise nacional, quando falham ou se omitem os líderes civis.

Preenchem, então, os militares, o claro deixado pelos políticos e exercem, de algum modo, o Poder Moderador dos fastos do Império. Assim agindo, procuram impedir que eventuais perturbações de natureza política venham a desviar a nacionalidade do seu verdadeiro rumo histórico.

O civilismo no sentido de afirmação do caráter intrinsecamente civil do Poder Nacional, como o entendemos hoje, serviu de motivo, como registra a História Pátria, há seis decênios, a um dos mais belos movimentos de formação de opinião pública já havidos neste País, conduzido pelo fulgurante espírito de Rui Barbosa.

Rui, que fora, no dizer de João Mangabeira, um dos seus biógrafos, um apóstolo do Direito, da Liberdade e da Igualdade dos Estados, assume estoicamente, com a Campanha Civilista, o papel de Apóstolo da Democracia, indo resoluto para uma campanha de antemão perdida, no consenso geral.

No documento histórico, que é a missiva aos Senadores Antônio Azeredo e Francisco Glicério, de 19 de maio de 1909 — verdadeira carta de princípios do civilismo — afirma Rui: "Teríamos, talvez, então, pela primeira vez, o espetáculo do povo brasileiro, concorrendo efetivamente às urnas, para nomear o seu primeiro magistrado".

A calúnia com que procuraram malquistá-lo com os militares, provocou sua justa revolta e foi causa de palavras lapidares do grande brasileiro que hoje, mais do que nunca, merecem ser pesadas: "Militar e militarismo, são duas palavras da mesma raiz, mas de expressão profundamente diversa. Entre uma e outra vai um abismo. Uma denota saúde. Outra a doença. Uma a pureza. Outra o vício".

E ainda continua Rui: "Na fase atual da civilização, o militar corresponde a uma necessidade. Em qualquer Estado social, ao contrário, o militarismo será uma desgraça. O militar é a força obediente. O militarismo, a força dominante. O militar é o soldado servindo. O militarismo é o soldado reinante. O militar é o soldado sob a lei. O militarismo, a lei debaixo da espada".

Outra idéia que está implícita na divisa democrática é a da legitimidade do Poder, considerado na acepção de "força permanente de comando na sociedade política", segundo San Tiago Dantas. A legitimidade do Poder decorre de sua aceitação pelo povo a que politicamente superintende é o luminoso espírito daquele saudoso brasileiro, em memorável conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, a seguinte colocação da questão:

"O problema do Poder, realmente apresenta toda a sua complexidade quando consideramos as condições de sua aceitação espontânea, isto é, os motivos, os fundamentos pelos quais uma determinada forma de Poder, uma determinada acumulação de Poder, em certos órgãos da sociedade, passa a ser aceita por toda essa sociedade, desenvolvendo, portanto, aquele fenômeno de aceitação coletiva, de obediência, que torna

possível a continuidade de um ponto-de-vista jurídico, denomina-se melhor — problema da legitimidade. Porque o Poder que se aceita é o Poder legítimo embora aquilo que constitui a legitimidade, aquilo que legitima um determinado Poder e ilegitima outro, possa variar, conforme o tipo desse poder.

Mas esta aceitação voluntária do Poder pela sociedade em que ele se exerce, se traduz na consciência coletiva, no juízo sobre sua legitimidade.

Colhemos ainda, a propósito, do escritor e jornalista italiano Guglielmo Ferrero, as afirmações a seguir: "O Poder vem de cima, mas sua legitimidade vem de baixo. O Poder não se torna legítimo senão pelo consentimento daqueles que devem obedecer".

A pregação democrática de Rui nos leva insensivelmente a dirigir o pensamento para o momento histórico que vive o Brasil. Os tempos são outros, muito outros. Mas, então, como hoje, claudicamos na prática da Democracia. Só que, nos dias atuais, os riscos poderão ser muito mais graves.

Assim sendo, é dever dos que como nós, se julgam com uma parcela de responsabilidade na implantação do atual estado de coisas, falar francamente aos seus concidadãos.

Invocamos os manes do grande batalhador da Democracia para que nos inspirem nas reflexões por vezes amargas, que alinhamos a seguir. Há uma constante na evolução histórica do povo brasileiro, que é sua firme vocação democrática.

O *último meio século, quando invadiram* o mundo as ideologias de esquerda e de direita, foi um teste decisivo para essa vocação, pois soube nossa gente resistir galhardamente às seduções de toda ordem, aos paraísos de bem-aventurança com que cavilosamente lhe acenavam improvisados messias.

Outro constante neste caminhar da História é o papel de guardião dessa vocação que tem desempenhado as Forças Armadas brasileiras, papel esse que tivemos a ventura de testemunhar desde 1922, como cadete da antiga Escola Militar do Realengo, até 1964, como Comandante do III Exército.

Em 5 de julho de 1922, a Nação brasileira sentiu pela primeira vez no século que algo nela deveria mudar, sacudindo-a de longa madorra. Era o despertar, ainda muito tênue, da consciência do povo brasileiro para a grande batalha em prol da prática da autêntica Democracia entre nós, batalha essa que ainda hoje, quase cinco décadas passadas, ainda prossegue. O idealismo do pequeno grupo dos 18 do Forte de Copacabana e dos cadetes do Realengo era um reflexo desse anseio de nossa gente.

O outro 5 de julho, de 1924 continuou a luta, que somente teve uma decisão em 1930. Mas ainda não estávamos maduros para a Democracia, a Revolução se perdeu e a batalha prosseguiu.

Em 1945, nova crise, é deposto o Presidente da República e o Governo confiado ao Poder Judiciário, para garantir a realização do pleito presidencial e assegurar democraticamente a eleição de uma Assembléia Constituinte.

Em 1954, nova perturbação política, que abalou os fundamentos do regime, seguida de outra no ano seguinte quando correu perigo o reconhecimento da vontade popular, através do voto livre, para escolha do Presidente.

Agosto de 1961: a renúncia absurda e inexplicável do Presidente, por pouco não mergulha o País numa guerra civil. A Democracia, a partir daí, sofreu rudes golpes. A grande batalha tinha que continuar.

Em todos esses momentos de crise nacional, o Poder Militar, através das Forças Armadas, se manifestou, intervindo, restabelecendo a ordem legal e em seguida entregando o Poder aos civís. Cumpriram seu dever como detentores da força no Poder Nacional.

Chegamos assim, aos dias recentes, de 1964. O regime entrara em franca deterioração. Institucionalizou-se a subversão, uma vez que praticada por ordens partidas do próprio Governo. A corrupção lavrava despudoradamente. Iniciara-se a destruição das Forças Armadas, atingindo-as nos seus fundamentos da hierarquia e disciplina. Descambava-se, não se sabe bem, se para um regime socialista ou sindicalista. A Democracia corria perigo.

Sensível ao clamor nacional, o Poder Militar, uma vez mais, intervém e as Forças Armadas fazem a Revolução de 1964.

Mas, desta vez, resolveram acertadamente por ordem na casa antes de restituí-la aos civís. E isso foi feito no 1.º Governo da Revolução, quando houve quase total reformulação da legislação do País, inclusive com a promulgação de nova Constituição.

A mais importante alteração introduzida na Carta Magna foi a instituição da eleição indireta para Presidente da República, em lugar da eleição direta, pelo voto livre do povo, já tradicional entre nós, desde a proclamação da República, com pequenas interrupções. Numa visível incongrüência foi mantida a eleição direta para os demais mandatos, de Governador e Prefeito.

Logo após o início do 2.º Governo da Revolução, para o qual foi eleito um de seus Chefes Militares, ganhou corpo o reclamo nacional contra o processo de eleição do Presidente, partido dos mais diversos círculos responsáveis do País.

Em verdade, como está na Constituição, é ele um jogo de cartas marcadas, que não se coaduna com o espírito de uma verdadeira Democracia, principal motivo inspirador da Revolução de 1964.

Inquéritos de opinião pública realizados no Rio e em São Paulo, ao que se diz, revelaram esmagadora preferência popular pela eleição direta, na ordem de 90%. A prudência política aconselha destarte, se restitua ao povo o direito de escolher o Chefe da Nação através do voto direto.

Se dúvida pairar sobre a vontade popular, o remédio é simples e limpidamente democrático: a consulta direta à fonte do Poder, ao povo, por meio de plebiscito.

Pois, na realidade, o povo não foi ouvido sobre tão grave decisão quando da feitura da Constituição, o que foi um erro da Revolução, uma vez que o seu consentimento é condição de legitimidade do Poder, como vimos.

Nem se diga que isso equivaleria a voltar a confiar em técnica democrática que já provou seu fracasso no passado, pelas más escolhas a que deu causa. É verdade em parte, mas é preciso convir que a Democracia é algo que somente se aprimora pela sua prática.

Não pode ser negado que as últimas eleições presidenciais diretas realizadas neste País, com seis milhões de votos dados ao candidato vencedor, foram um belo espetáculo cívico, demonstrando sensível progresso em relação às anteriores.

Dir-se-á que o povo errou nesta escolha pois o eleito demonstrou, logo no início do exercício do mandato, não possuir condições para a investidura. Sim, mas era inevitável este erro, por imprevisível. Houve como que um erro essencial de pessoa, no dizer dos juristas, do qual o povo não teve culpa e, muito menos, o processo democrático da escolha.

Se queremos Democracia, o único meio é praticá-la, o que equivale a aumentar continuamente a cultura política do povo. Somente assim haverá condições para indispensável formação e surgimento de autênticos líderes. Não esqueçamos a sabedoria dos antigos: já dizia Aristóteles que a única maneira de aprender a tocar harpa é tocar harpa.

A alternativa, a manutenção do *status quo*, poderá ser a causa de graves conseqüências, principalmente se, para o próximo período presidencial, for novamente eleito um militar, pois reforçará a acusação, já hoje feita, de que o País é presa de uma minoria militar, que intenta se perpetuar no Poder, ou de que o militarismo se implantou no Brasil.

Não tanto pelo crescente desprestígio das Forças Armadas e receio de agitações políticas, daí decorrentes, sem dúvida, extremamente nocivas à vida do País.

Mas, muito mais, pela certeza de que o Brasil, nessa situação não arrancará para o desenvolvimento, embora para tal tenha todas as condições. Continuaremos a crescer, certamente, mas em ritmo lento, sem diminuir a brecha enorme que nos separa dos países desenvolvidos.

O desenvolvimento acelerado exige a adesão franca do povo para que se realize. Não se pode negar a existência de motivação para isso entre

nós: não há brasileiro que não tenha noção de que precisamos a todo o custo, forçar o Brasil a sair da humilhante situação de país subdesenvolvido.

Mas falta o ardor, o entusiasmo, enfim, o perfeito entrosamento de vontades, povo-governo, para a grande luta.

A verdade é que o povo se sentindo à margem da maior decisão política em Democracia, reage pela apatia e fria indiferença ante o Governo, abrindo-se entre ambos um fosso que aumenta cada vez mais e é tremendamente prejudicial a um País jovem como o Brasil, que precisa acima de tudo crescer culturalmente e progredir econômicamente, a passos de gigante, para atingir, tão cedo quanto possível, a ambicionada meta do desenvolvimento, e, assim, desmentir a predição de futurólogos do Hudson Institute, *de lhe estar destinado, no limiar do ano* dois mil, um lugar qualquer entre os últimos países do mundo.

A ARTE DO COMANDO NA GUERRA NUCLEAR

Coronel José Maria de Toledo Camargo

As Forças Armadas em todo o mundo estatuíram uma série de princípios como os fundamentos da chamada "arte de comandar". Derivados das experiências dos grandes capitães e das características psicológicas e sociais de cada nação, formularam-se postulados e estabeleceram-se normas e processos sobre as relações entre chefes e subordinados, na Paz e principalmente nas situações de combate.

A indagação que se faz é se tais postulados e técnicas seriam válidos — ou, pelo menos, parcialmente válidos — em uma guerra futura, na qual se vivesse em ambiente ou sob a ameaça de trocas nucleares.

Acreditamos que uma análise desse problema daria resposta a outras duas indagações, estas mais objetivas e de repercussões mais imediatas:

1) Como formar os chefes dessa guerra futura? Que qualidades buscar em sua seleção e que atributos desenvolver em sua formação?

2) Quais os rumos adequados de instrução para esse futuro ou previsível combatente? Que qualidades devem ser especialmente desenvolvidas? Que tipo de relacionamento deve ser estimulado entre ele e seus chefes imediatos?

Imaginamos que o estudo da questão básica aqui levantada deve conter a análise de dois parâmetros essenciais:

1) a psicologia previsível desse combatente futuro e 2) as características do novo tipo de guerra e do campo da batalha nuclear.

Esse será o roteiro que acompanharemos neste trabalho. Não temos a menor pretensão de esgotar o assunto ou firmar idéias absolutas. Visamos tão somente a levantar um problema, a um tempo grave e fascinante, para cuja solução devem ser chamados os psicólogos e os demais especialistas em relações humanas.

1 — *O Novo Combatente*

Oh! demain c'est la grande chose
De quoi demain sera-t-il fait? (Victor Hugo)

É muito difícil avaliar os traços predominantes do homem que deverá ser o combatente da guerra do futuro. O que é fácil e seguro de dizer-se é que ele será profundamente diferente do homem que desembarcou na Normandia em 1944, daquele que lutou em Verdun e, mais ainda, do *grognard* que viu Moscou incendiar-se em 1812.

Como será esse homem? Até que ponto seu modo de pensar e agir, e, portanto, a maneira de comandá-lo serão afetados pela "aceleração da História", que hoje nos arrasta em ritmo tão intenso e inesperado?

Nunca houve, como agora, tantos homens e tantos recursos destinados à pesquisa científica. A ciência progride com tanta velocidade, a tecnologia penetra de tal forma nos modos de ação tradicionais, que se pode afirmar que as características da vida do futuro são estabelecidas nos gabinetes de estudo e nos laboratórios de pesquisa. O aumento de produtividade, na agricultura, na indústria e nos serviços, o desenvolvimento da automação, a vitória contra as doenças — conseqüências dessa tecnologia florescente — irão, pois, definir em grande parte os hábitos e o sistema de vida do novo homem.

Tentamos aqui catalogar as tendências de evolução da sociedade que mais afetarão o comportamento do combatente que estudamos:

Satisfação crescente das necessidade

É provável que haja, cada vez mais, o necessário para cada um. Naturalmente os prazos serão diferentes para cada nação, em função do estado em que se encontram e das possibilidades que terão de aproveitar as técnicas descobertas e a descobrir. A tendência, todavia, existe e deve ser registrada por seus efeitos marcantes sobre o modo de pensar e agir das novas gerações. Elas sentir-se-ão em maior segurança, enfrentando com mais tranqüilidade o problema secular da busca de suas necessidades vitais. A noção de "quantidade" será progressivamente substituída pela de "qualidade" e o homem estará mais habituado, ou pelo menos, mais interessado em seu conforto e bem-estar.

Atitude diferente face à morte

Antigamente, de tal forma a morte atingia as famílias que já não causava espanto: a criança se habituava a ver vários de seus irmãos atingidos; o jovem assistia a morte de seus pais, tios, amigos; o homem

maduro sofria a morte de seus filhos ou de sua esposa; gerações inteiras eram dizimadas por epidemias freqüentes. A morte era, assim, uma companheira desagradável mas habitual. Como lembrou Jean Fourastier, " morte estava no centro da vida, como o cemitério no centro do povoado".

O desenvolvimento das técnicas ligadas à duração da vida humana, o saneamento, a profilaxia, os medicamentos mais eficientes fazem com que encaremos a morte com outra atitude: a morte parece ser mais chocante, inatural, excepcional, particularmente quando atinge prematuramente uma pessoa. É de se prever que o conceito se amplie à medida que as novas técnicas consigam prolongar ainda mais a duração média da vida humana. E provavelmente nossos descendentes se chocarão ainda mais que nós com esse fato — em sua essência biológica tão simples — quanto o da extinção de um homem vivo.

Urbanização

O contingente empregado na agricultura será cada vez menor em conseqüência das novas possibilidades de produção de alimentos e uma massa cada vez mais expressiva se condensará nos centros urbanos, empregada na indústria e no setor terciário.

Lazer

Pensa-se cada vez mais na diminuição das horas de trabalho em cada jornada, de jornadas em cada semana e de semanas de trabalho em cada ano. Em certas nações, essa diminuição já é imperativo social, como contrapeso ao desemprego que as técnicas sofisticadas podem provocar. O homem terá mais possibilidades de se dedicar aos lazeres — leitura, viagens, diversões — e ampliará assim sua tendência para o conforto e o bem-estar.

Disciplina

O aumento da população, a densificação nos centros urbanos, tendendo para verdadeiras "megalópolis", a complexidade dos novos meios, a velocidade crescente das comunicações, o ritmo de vida obrigarão o estabelecimento de toda uma série de novas regras indispensáveis para a vida nas coletividades. O homem, mais civilizado, ou pelo menos, mais instruído, compreenderá melhor a necessidade dessas regras e a elas se curvará, ciente de que o procedimento contrário acarretaria a paralisação da vida social.

Perda da individualidade

Dentro do sistema previsível de uma grande automação, do desenvolvimento acentuado da cibernética, o homem arrisca a se tornar apenas uma peça de um mecanismo, tão importante (ou talvez menos) que uma válvula do computador eletrônico. A gestão de pessoal nas grandes empresas de hoje (e em quase todas, talvez, no futuro) aplica cada vez mais procedimentos científicos sofisticados e o homem, mais uma vez, se despe de sua individualidade para ser apenas uma ficha perfurada ou alguns sinais em uma fita magnética que acionarão o poderoso e infalível engenho eletrônico que o controla.

A propaganda, cuja importância é cada vez maior em nossa civilização, contribui para a massificação, não se dirigindo mais ao homem-homem mas ao homem-elemento de uma massa de possíveis consumidores.

Essa perda da individualidade, que se pode colocar entre as causas da crescente angústia humana, deverá ter grande efeito sobre o combatente de nossa hipótese e não pode esquecê-la o chefe que for chamado a instruí-lo ou comandá-lo.

Afetividade

A família, tradicionalmente, teve o encargo de sustentar a criança e o jovem até que este se tornasse produtivo. E, paralelamente, dava-lhe o amparo moral e a afeição de que o ser humano necessita para seu pleno equilíbrio e desenvolvimento espiritual. As necessidades e hábitos da vida moderna levaram a uma modificação desse panorama, diminuindo a atenção afetiva dedicada às crianças e aos jovens. Muitos casais se dispersam para o trabalho diário e entregam os filhos, durante a jornada, a um sistema, às vezes eficiente, mas sempre "profissional" de atendimento das crianças, que nem sempre ou quase nunca lhes dá aquela componente afetiva tão importante. A afeição familiar não é manifestada às crianças senão em algumas horas ao fim de uma jornada fatigante ou em um ou dois dias do fim-de-semana repleto de compromissos.

A repercussão desse fato sobre o modo de pensar e de agir de um novo homem é bastante evidente. Some-se a isso a diminuição conseqüente da autoridade familiar, a atenuação da hierarquia pais-filhos — base tradicional da educação — para se ter um quadro dramático, ou, pelo menos, diferente, ao qual não pode ficar alheio o chefe que terá sob suas ordens homens criados dentro de tal sistema.

Novos conceitos de moral

As novas condições de vida provocarão modificações nos conceitos de moralidade e consciência. Trazemos o depoimento de Gaston Berger, o mestre da atitude prospectiva:

> "O mobilizado de 1914 cumpria ou não cumpria seu dever; não tinha dúvidas sobre o que era preciso fazer. As noções de pátria, liberdade, propriedade tinham significados bastante nítidos para que os atos que a elas se referissem fossem julgados sem incertezas. Trair, desertar, esconder-se eram coisas odiosas, mesmo aos olhos dos culpados. Eram atos sem ambigüidade. As coisas, para muitos contemporâneos, não são mais assim tão simples. Trata-se não tanto de cometer ou deixar de cometer uma traição, mas de escolher entre fidelidades incompatíveis. Deixando de ser incondicionais, os imperativos se opõem entre si. A coragem não é menos necessária hoje que ontem, mas é preciso também um esforço especial de lucidez — e não se está nunca seguro de o ter visto claramente (. . .) O que é importante não é o fato de ter mudado o conteúdo da consciência moral, mas que a incerteza e a hesitação tenham tomado o lugar de regras que pareciam perfeitamente seguras. A dificuldade não decorre de que escolhamos de forma diferente diante das mesmas alternativas. Ocorre que nós não vemos mais as alternativas". (L'inquiétude contemporaine).

Instrução

Tudo leva a crer que o homem terá, à medida do progresso, maior informação. O ciclo escolar mais longo, a possibilidade de aproveitar as obras de tempo em atividades culturais, o alcance e as possibilidades dos meios de comunicação, permitem entrever um melhor desenvolvimento intelectual. Esse desenvolvimento será, aliás, quase obrigatório na idade da técnica, para que o homem possa imaginar, construir e operar os instrumentos à sua disposição. Assim, podemos esperar de nosso combatente um cérebro mais aberto às idéias novas, mais capaz de se adaptar a uma situação inesperada, compreendendo melhor um problema, suas condicionantes e suas soluções.

A juventude de nossos dias já mostra alguns traços dessa feição psicológica que imaginamos terá o combatente do futuro. A sua preocupação de originalidade, mais acentuada que a das gerações anteriores, seja no modo de vestir, no gosto musical, no tipo de leitura, não será conseqüência da vontade de se individualizar dentro da massa anônima? A busca do companheiro, do amigo, a "enturmação", não serão conseqüências da falta de afetividade no ambiente familiar e da ne-

cessidade de comunicação que todo ser humano experimenta e que os jovens encontram cada vez menos em seus lares? A delinqüência juvenil e o abuso das drogas, não serão reflexos dessa perplexidade em face do mundo, quando a fronteira do bem e do mal é menos perceptível que antes e quando o mais difícil não é escolher entre duas condutas, mas discernir as condutas que se apresentam?

Primeiras conclusões

Voltemos aos objetivos deste trabalho e identifiquemos as características do futuro combatente que mais influirão sobre a arte de comandá-lo.

A primeira, por certo, é a incompatibilidade crescente com a guerra. Esta vai lhe tirar a tranqüilidade e o conforto com os quais se acostumou; vai lhe apresentar a cada momento a possibilidade da morte e o espetáculo terrível e espantoso de muitas mortes entre os que o rodeiam; vai tirá-lo da cidade para levá-lo ao campo; vai submetê-lo a fadiga intensa e permanente e dele exigirá uma rígida disciplina, cuja desobediência diminuirá suas chances de sobrevivência. Salvo a disciplina, que poderá encontrar na vida de cada dia um certo treinamento, todas as outras características da sociedade do futuro convergem para o despreparo natural e cada vez mais evidente do homem para as tarefas da guerra. Se esse fato contribuir, no plano político, para a eliminação do hábito humano de fazer guerras, tanto melhor. Mas aos militares escapa normalmente essa cogitação. A conclusão a registrar é a do grande esforço que deve ser feito, no plano da instrução, para neutralizar ou atenuar essa antinomia e habilitar o novo homem para as desconfortáveis vicissitudes que o aguardam no campo de batalha.

O segundo aspecto a focalizar é o de que o êxito dos homens que vierem a chefiar esse tipo de combatente dependerá, ainda mais do que que sempre, de sua capacidade de comunicação. É preciso que o chefe se torne mais "humano" e dedique aos seus homens um verdadeiro afeto, a que o combatente estará menos habituado, mas nem por isso menos sensível. A preocupação de eficiência, que transforma as guerras em gigantescas ações empresariais, não pode deixar de lado essa consideração. O tenente pode ter ao seu dispor o melhor engenho eletrônico para se comunicar com o soldado abrigado numa casamata distante; se o fizer pessoalmente, entretanto, estará dando a "dimensão humana" a um problema que não é resolvido somente com máquinas e onde o "rendimento" deve ser encarado de maneira peculiar. O chefe militar não deverá pensar em transferir para a guerra os mesmos procedimentos da sociedade do futuro, por mais eficientes que sejam; pelo contrário, haverá necessidade de se opor a esse sistema, dar importância ao homem como pessoa, dedicar-lhe compreensão, calor, afeto. É preciso, enfim,

compreendê-lo como alguém de olhos bem abertos, que quer ver um braço apontando um caminho e não como o *robot* que espera apenas o manejo de uma alavanca.

2 — *O Ambiente do Combate Nuclear*

A segunda ordem de considerações que, em nosso entender, afetarão as relações de comando são as características da guerra nuclear, a fisionomia particular de que poderá se revestir o combate.

Não se trata, evidentemente, aqui, de analisar a fundo as características da batalha com emprego ou sob a ameaça do engenho nuclear. É importante apenas ressaltar três aspectos peculiares desse tipo de combate que afetarão seriamente as relações de comando. São eles:

1) No combate nuclear há sobre cada combatente uma *ameaça* terrível e constante, medida numa *escala até agora desconhecida;*
2) Para diminuir a gravidade da ameaça sobre o conjunto, é preciso *dispersar os componentes;*
3) Há necessidade permanente de ação para responder à seqüência dispersão-concentração-dispersão, essencial, no conceito tático moderno, para proporcionar eficiência combativa e segurança.

Na realidade, essas três características se entrechocam: a ameaça permanente pode criar um ambiente de tensão psicológica que a dispersão e o isolamento só podem agravar. A ação não poderá ser eficiente no clima psicológico desfavorável; por outro lado, a inação contribuiria para tornar a ameaça mais grave e *ipso facto* a tensão psicológica ainda maior.

É um verdadeiro labirinto dentro do qual o chefe deve circular e sua eficiência será medida pela habilidade em penetrar na realidade desses elementos e jogar com os fatores presentes para fazê-los reagir adequadamente.

Creio que o maior perigo para o chefe é a tentação de subestimar as conseqüências psicológicas da ameaça nuclear. Há os que pensam que não se trata de nada de novo e que o "medo nuclear" não é mais grave que o "medo tradicional" que, com maior ou menor intensidade, tem estado presente em todas as batalhas da História. Assim ele seria vencido pelas normas habituais de liderança, fazendo-se apelo, como sempre, para as noções de honra, de pundonor, de prestígio no grupo, etc.

O raciocínio é simplista e perigoso. Há dois elementos que podem alterar profundamente a relação ameaça-medo. Primeiramente, a *escala*, no caso nuclear, terrivelmente maior. Há uma desproporção tão evi-

dente entre a possibilidade de morte e a chance de sobrevivência que é de se esperar uma tensão especialmente grave em cada indivíduo submetido à ameaça.

Em segundo lugar vem a *qualidade* da ameaça, diferente da que tem sofrido até hoje o combatente e que traz em seu bojo todo um cotejo de fenomenos e seqüelas desconhecidas e alarmantes.

Qual será o comportamento do homem submetido a uma ameaça desse porte? Saberá ele dominar-se e sobrepor a um medo, por assim dizer "visceral", as noções por vezes vagas de honra, coragem, prestígio e respeito pela opinião do grupo a que pertence? Ou será esse nível de medo suficiente para atravessar o verniz de civilização e fazer aflorar as razões mais profundas do instinto?

O chefe — e particularmente o dos pequenos escalões — tem o dever de meditar sobre o problema. Uma noção sólida lhe deve ser dada do que pode ocorrer e regras seguras para poder imaginar e aplicar a solução.

Os psicólogos admitem cinco atitudes básicas de um indivíduo submetido a uma ameaça, qualquer que ela seja:

1. Agressão — o indivíduo tenta destruir aquelo que o ameaça;
2. Ação — o homem "sublima" o medo que sente, agindo não diretamente contra o que o ameaça, mas ainda de uma forma coerente e eficiente;
3. Imobilidade — o elemento resta num estado de expectativa, de estupefação, de desorientação (que pode, apesar de tudo, ser controlado por um chefe capaz);
4. Fuga — o ameaçado procura escapar ao perigo;
5. Colapso — situação na qual não se pode esperar do indivíduo qualquer ação racional ou coerente.

No tipo de combate que analisamos pode-se imaginar duas classes principais de ameaça: a do arrebentamento nuclear e a da exploração do inimigo, realizada por meios convencionais, após ter lançado a sua arma.

Para o primeiro tipo de ameaça não se pode esperar do combatente a resposta "Agressão" — não há o que agredir, não há ao seu alcance como destruir aquilo que o ameaça. Cabe então ao chefe criar condições para que a atitude de seus homens seja a de "Ação" ou pelo menos a "Imobilidade dócil", situações em que se pode admitir que a tropa se mantenha apta ao combate.

No segundo caso, trata-se particularmente de recuperar moralmente os sobreviventes, aterrorizados, por certo, com o espetáculo que lhes foi apresentado, para reagir "agressivamente" contra o perigo que sobrevém.

Dissemos inicialmente que a dispersão deverá seguramente agravar a tensão psicológica presumível. Os homens, quando isolados ou em pequenos grupos, são presa mais fácil do medo e têm uma tendência mais acentuada para superestimar a ameaça e respondê-la por uma atitude negativa ou seja a fuga (e o pânico) ou o colapso. Retomemos as atitudes básicas de resposta à ameaça. Vejamos como o homem isolado ou num pequeno grupo mal comandado poderá, por um processo intelectual elementar, anular as três reações favoráveis que apontamos:

ATITUDE INICIAL	DESVIO
Agressão?	Contra quem? Como? Alguem me ajudar?
Ação?	Para que? Em que sentido agirei? Não estarei agindo sozinho quando tudo está perdido?
Imobilidade?	A quem seguirei? Quem me orientará?

Estudos realizados após a II Guerra Mundial, entre os quais se destaca o magnífico trabalho de S.L.A. Marshall (*Men Against Fire*) destacam a diferença de comportamento entre o homem isolado e o homem enquadrado. A presença dos companheiros representa a um tempo o estimulante para a ação e a sanção para sua falha.

É preciso pois evitar o isolamento do homem ou de grupos reduzidos. Se a "dispersão física" é essencial, não há razão para criar-se uma "dispersão psicológica". É fundamental manter-se a ligação com esse homem ou com esse grupo para dar-lhe o calor do convívio, o apoio do escalão que o enquadra. "Na linha de fogo é o toque humano que dá aos homens coragem". [1]

A dispersão tática diminui a vulnerabilidade do dispositivo ao impacto nuclear. É pois, nesse sentido, um elemento favorável por diminuir a gravidade da ameaça que pesa sobre a tropa.

Por outro lado, essa dispersão cria obrigatoriamente intervalos, espaços vazios e por conseqüência possibilidades mais sérias de infiltração, envolvimento ou isolamento. Nesse particular vem a dispersão mais uma vez agravar o "volume de ameça" e por conseqüência a tensão psicológica e todas as suas repercussões.

A "Ação" no combate nuclear é mais que nunca um imperativo. Agir é sobreviver. Agir é permitir a vitória.

---

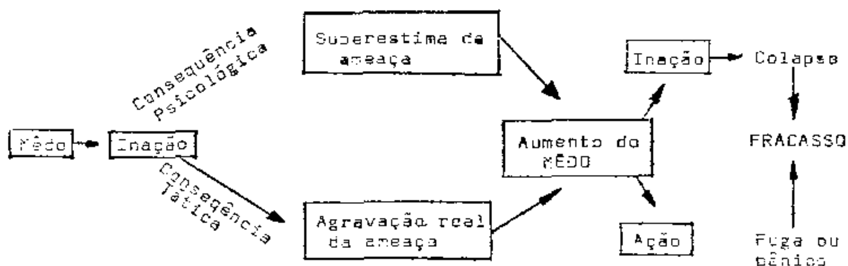
1 Marshall, S.L.A. — Men Against Fire.

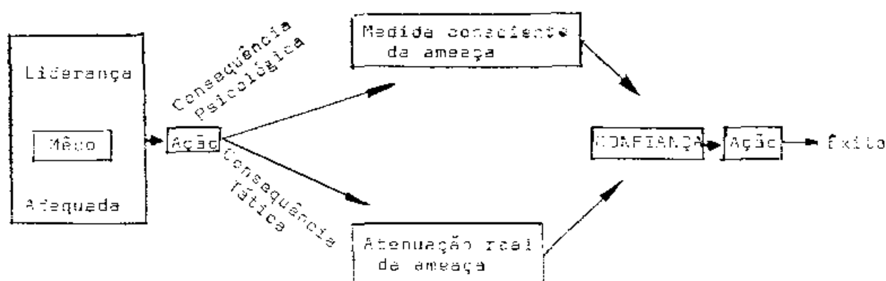
A tática moderna não cogita mais de linhas estabilizadas, posições invulneráveis, bastiões ou equivalentes. O movimento, e portanto a ação, representa o fundamento de tudo.

Age-se para realizar a dispersão, para se reunir e atacar, para dispersar-se, mais uma vez, para se opor à exploração pós-nuclear e para explorar, por nossa vez, a *frappe* que foi aplicada. Estagnar-se no combate nuclear não significa apenas ser derrotado mas ser totalmente *aniquilado.*

A ação é essencial para a solução tática do problema nuclear. É, igualmente, um remédio eficaz contra a agravação da tensão psicológica que, sobrevindo, trará a inação e criará o círculo vicioso dentro do qual se situa o fracasso.

Trata-se, em uma, entre os dois esquemas abaixo escolher o verdadeiro:





Conclusões

Creio que há duas ordens de conclusões que se impõem:

1 — Assim como a "ameaça" que pesa sobre o combatente ultrapassa desproporcionalmente, em quantidade e qualidade, aquela que

esteve presente nas guerras anteriores, os problemas de ordem psicológica que podem advir são medidos numa escala até aqui desconhecida.

É preciso, pois, dar resposta a esses problemas na *mesma escala em que são propostos*. Isso quer dizer: o problema de chefia, de liderança deve ser posto num nível muito mais alto do que hoje ocupa, falta do que, todas as concepções táticas ruirão. Isso quer dizer também que há necessidade do concurso das ciências humanas para a guerra na mesma proporção, pelo menos, com que têm concorrido até aqui as ciências positivas.

É duvidoso que o chefe possa ter exito empregando apenas medidas empíricas ou as que o seu bom-senso indicar. Alguns — os bem dotados — obterão sucesso por esse meio. Mas para a maioria é essencial o apoio da ciência dando orientação segura para o manejo dos homens.

2 — Aqui ainda ressalta a importância do fator humano; digamos, mesmo, que ante o ambiente presumível dessa guerra de destruição em massa o fator humano adquire nova dimensão. "Lutar significa empregar uma arma e é o coração do homem que controla esse emprego". [2]

É absurdo pensar em chefiar homens nesse ambiente por sistemas formais, por um tratamento frio e meramente profissional. É essencial tocar-lhe, de alguma maneira, a alma. O suporte moral a ser criado pelo chefe é tudo. O homem precisa ser ligado ao seu comandante por outros laços além da hierarquia, do regulamento ou do respeito pela sua experiência — é preciso haver liames de natureza humana, criados antes da crise, e que provoquem a aproximação do combatente ao seu comandante, na razão direta da gravidade da ameaça que o perturba.

3 — *Conclusões Finais*

1. Há fatores invariáveis de liderança que vemos presentes e atuantes nos grandes capitães da História e que serão válidos na guerra nuclear como o foram na guerra do arco e flexa, da espada e da metralhadora. São, em geral, conceitos já codificados nos manuais e regulamentos dos Exércitos modernos e seu valor não deve ser omitido no preparo dos novos chefes. O espírito de decisão, a energia, a coragem, a competência profissional, a fé nos objetivos da guerra, a capacidade de comunicação, o espírito de justiça são virtudes militares que decorrem desses princípios imutáveis.

2. As guerras do século XX mostraram a necessidade de que a técnica de comando se voltasse mais para o lado humano do problema

---

2 Marshall, S.L.A. — Op. cit.

e pusesse um acento especial na preocupação do chefe para com o homem que comanda.

Compreende-se que o moral de uma tropa é tão importante como a potência das armas que ela manipula e que o interesse pessoal do comandante pelos seus homens, pelo seu bem-estar, pela sua identificação com a causa pela qual se bate tem uma repercussão evidente sobre o moral e portanto sobre a eficiência. Essas considerações apesar de presentes nos grandes chefes da antigüidade, começaram a ser postas em foco e a partir da existência dos "Exércitos Nacionais", mas só atingiram um grau elevado no fim da guerra de 14/18 e na guerra de 39/45.

3. A tendência que se pode emprestar à sociedade moderna, particularmente na sua componente psicológica e bem assim o ambiente presumível de um combate nuclear não fazem senão confirmar os princípios de liderança entrevistos nas últimas guerras.

O aspecto "humano" das relações de comando deve ser desenvolvido. A eficiência que a ciência trouxe às armas modernas será anulada se não se souber atingir a alma do homem que as aciona. A capacidade de comunicação, o interesse constante do chefe pelo seu comandado, o abrandamento de um formalismo frio das relações comandante-subordinado, o desenvolvimento de um clima de cooperação, são imperativos para obter-se a eficiência.

4. Esses princípios não significam absolutamente afrouxamento dos laços hierárquicos ou a apologia de um "paternalismo" incoerente com a disciplina. A precisão com que as ordens deverão ser cumpridas no campo de batalha futuro excluem qualquer compromisso com a disciplina.

5. Dois objetivos essenciais (além dos objetivos puramente técnicos) devem ser buscados na fase da instrução do combatente:

Primeiramente o seu condicionamento à guerra presumível. Devem ser desenvolvidas a sua resistência física, a sua capacidade de suportar o desconforto da vida em campanha e de suportar também a tensão psicológica que sobre ele pesará ante a ameaça grave e permanente que existe no combate nuclear.

Em segundo lugar, a sua identidade com os chefes que o enquadrarão, particularmente nos escalões mais baixos. O homem não pode partir para a guerra sem que essa identificação tenha se realizado e sem ter confiança absoluta nas qualidades do seu líder.

6. A maior atenção deve ser dada à preparação dos chefes. As ciências humanas devem intervir na sua formação com um valor especial. Eles devem saber prever a reação de seus homens ante o perigo, saber neutralizar as tendências negativas, saber grupar moralmente os homens em torno de si. Não será preciso dizer que eles também — e

num grau muito mais destacado — devem ser condicionados física e psicologicamente para o combate que dirigirão.

7. Finalmente, como conclusão de um estudo que quis ser prospectivo, uma verdade antiga como o mundo e que não deixará de ser real na guerra futura. Só será possível a conduta dessa guerra se houver um ideal a apresentar aos que combatem, como ao povo que os apóia, ideal que seja capaz de apaixoná-los.

Não adiantarão tropas eficientes e condicionadas para o combate nuclear; chefes hábeis nas técnicas de comando e dominando os segredos das ciências humanas; infra-estrutura sólida e arsenal bem fornido. Será sempre a fé a verdadeira força capaz de empolgar um povo, movimentar um exército e levá-lo ao objetivo, ainda que este não represente senão um amontoado de ruínas radiotivas.

AS FORÇAS ARMADAS E A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

General Rodrigo Octavio Jordão Ramos

A simples complexidade de um problema, já se disse com muito acerto, não liberta o indivíduo da responsabilidade de solucioná-lo. Assim o Estado, atingido um grau de desenvolvimento político adequado marcado pela sua soberania e independência, não pode deixar de considerar como fundamental o desafio que lhe é lançado da permanência no tempo de seu espaço físico, como condição de sobrevivência, no presente ou no futuro, de seu grupo nacional.

O Brasil tem em seu destino um desafio dessa natureza a ser respondido em curto prazo. A dispersão e o isolamento de seus vastos espaços vazios do Norte e do Centro-Oeste, hoje apenas expressão de domínio político, representam sem dúvida um dos sérios problemas à sua integração efetiva e não podem deixar de ser enfrentados com decisão pelas gerações atuais e vindouras, tendo em vista a preservação da unidade nacional, como condição essencial, ao nosso futuro de grande Nação. Mais se agravam as variáveis a considerar quando se sente nestas regiões, ao lado da carência de circulação de superfície interior, a indigência das populações rurais vivendo ainda dentro de uma cultura caipira ou primitiva, em que o domínio da técnica sobre a natureza se apresenta de valor quase inapreciável.

Grandes nações só se constróem em grandes espaços dotados de recursos potenciais ou reais, capazes de abrigar e permitir a atividade fecunda de numerosa população possuidora de técnica, higidez e patriotismo.

Não pode assim o Brasil prescindir em sua estrutura territorial desses imensos espaços que lhe conformam quase 3/4 de sua superfície e cujo potencial econômico ainda hoje é quase inteiramente desconhecido. Daí a preocupação sempre sentida da urgência de uma manobra de integração nacional que permitisse pela incorporação sócio-econômica real do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, a existência de um Grande Brasil, na forma desejada por todos os brasileiros e imposta pela permanência de nossa integridade, esse milagre físico-político, singular na história das nações.

Na hora que passa, em face de um mundo instável, perplexo e angustiado, em face do impasse megatômico, buscando um dos contendores, através da guerra revolucionária, uma saída estratégica para a expansão ideológica e o domínio de Poder, enquanto o outro se aferra intransigentemente na defesa dos padrões da civilização ocidental tal como a construíram em séculos de liberdade, desenvolvimento tecnológico, evolução cultural e religiosidade, não pode o nosso país deixar de considerar, com a urgência devida, o problema angustiante da ecumenização de suas áreas continentais interiores, face às potencialidades que encerram, seja como fonte ainda inexplorada de matérias-primas, seja pelo aproveitamento de suas regiões habitáveis propícias à localização dos excedentes demográficos multiplicados em escala geométrica nos países subdesenvolvidos ou mesmo superindustrializados, como é o caso do Japão, da Ásia e da África.

Como constante positiva nessa equação estratégica, cuja solução vem desafiando os estadistas nacionais, viram os séculos a presença continuada das Forças Armadas, não só na conquista inicial, nas arrancadas pioneiras de afirmação de um Destino Manifesto, mas sobretudo na consolidação e preservação desses espaços integrantes de nossa estrutura física e onde, através do tempo, veio se firmar o nosso destino político.

Na verdade, a princípio foi a *epopéia colonial,* em que ombro a ombro, guiados pela cruz e estimulados pelo destemor e ambição, o sertanista, o missionário e o soldado devassaram a selva incrível e flagelante, encurvaram violentamente o meridiano delimitador e valendo-se de uma ficção de soberania, derivada daquela desventurada cruzada, que teria o seu heróico epílogo em Alcacer-Kibir, gradativa, mas persistentemente — após a chegada de Caldeira Castelo Branco e a bandeira fluvial de Pedro Teixeira — penetraram o ocidente para consagrar a posse efetiva da Amazônia, atingindo em todos os seus quadrantes geográficos o grande hemiciclo, desde Príncipe da Beira até Oiapoque. Completavam assim as arrancadas das bandeiras paulistas, cuja expressão máxima cristalizada em Raposo Tavares, iria permitir o delineamento físico da grande poligonal lindeira, confirmada politicamente em 1750, no Tratado de Madri, pela sabedoria, habilidade e diplomacia de Alexandre Gusmão, valendo-se do realismo incontestado do *utis possidetis.* Era o Grande Brasil que nascia reconhecido, em suas dimensões continentais interiores imutáveis desde então, salvo pequenas alterarações decorrentes de incorporação do Acre ou da perda do Pirara, na consolidação que os tempos imperiais e sobretudo republicanos pela ação do Grande Chanceler — esta figura imortal em cujo túmulo as gerações andantes recordam no granito as conquistas pacíficas do Amapá, Missões, Acre, entre tantos outros feitos, que lhe abririam o Panteão da História — iria consagrar definitivamente.

Nesse longo entretempo, decorrido entre 1750 e 1910, é preciso não esquecer a pressão internacional desencadeada sobre o Império, visando a abertura do Amazonas, intermitentemente repetida sob outras formas em épocas diversas mas sempre com o mesmo objetivo — a partilha ou o desfrute da grande Área — levando-nos desde os idos de 1850 a crescer o nosso incipiente Poder Militar Regional, originando as Organizações Militares sediadas nas capitais estaduais que participaram, histórica e efetivamente, desde logo, não só da preservação de nossa soberania na portentosa bacia fluvial, mas ainda da consolidação republicana contra o fanatismo dissociador — Canudos — e da integridade nacional, ao invasor alienígena movido por uma ambição despótica e desvairada.

Foi justamente nesse período que haveria de florescer em um crescendo assustador mais um ciclo de nossa desastrada economia de exportação em que procurando explorar as vantagens monopolistas a curto prazo, através da maximização do lucro e escassez artificial, desembarcamos sempre na crise fatal pelo estímulo da concorrência externa. Ainda assim, na fase longa de quase meio século, Manaus e Belém, por força da valorização da hévea, surgiram como civilização, pujantes no círculo equatorial, desmentindo as assertivas pessimistas, negando a impossibilidade de implantação de cultura atlântica na zona úmida da grande floresta amazônica.

Continuávamos assim a garantir nestes tempos e nos dias a seguir, pela ação vigilante e permanente das Forças Armadas, não só a segurança estratégica da Grande Área Territorial, como também a proteção nacionalizante do "amazônida" — perdido na imensidão da selva e sempre escravizado ao rio — repetindo a mesma idéia velha dos tempos coloniais:

> "Barrar os eixos de penetração e através da posse dos núcleos raianos miscigenados, marcar a posse efetiva da poligonal lindeira, opondo-se vivamente quer à penetração desnacionalizante alienígena, quer a ação dissociadora e dispersiva dos agentes geográficos sempre alimentados pelos localismos contestantes da ação centrípeta do Poder Central".

Daí terem surgido, com uma revivência dos tempos primevos heróicos — em que os Fortes do Presépio, Macapá, Gurupá, Pauxini, São José do Rio Negro, São José de Marabitanas, São Joaquim, São Francisco Xavier de Tabatinga, Príncipe da Beira e tantos outros, assinalaram indelevelmente a posse da terra dilatada — os denominados Pelotões e Companhias de Fronteira, a secular Flotilha Fluvial, os aviões da FAB, os campos de pouso e estirões que de Oiapoque até Príncipe da Beira, através de Normandia, Bonfim, Surumu, Boa Vista, Cucui, Japurá, Ipiranga, Ta-

batinga, Estirão do Equador, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Porto Velho, Guarajá Mirim, assinalaram a presença do soldado, do marujo e do aviador em toda periferia amazônica e nas entradas fluviais, garantindo em uma afirmação incontrastável de soberania, a inviolabilidade do território pátrio, na linha equipotencial de pressões pioneiras atingidas pelas expansões seculares de nacionalidade em confronto.

A seqüência do tempo histórico vem assim mostrando que o binômio e em seguida o trinômio militar — completado por esse tipo de bandeirante alado, do qual o Correio Aéreo Nacional se constitue na expressão mais significativa — apenas conseguia em suas atividades de segurança e desenvolvimento manter a soberania nacional nas raias demarcadas e assistir aos núcleos populacionais, dispersos na linha fronteiriça ou na imensidão da selva, em suas necessidades de circulação e de vida mais imediata. Jungidos aos seus centros de Ação Principal sediados em Belém, a 8.ª Região Militar, a 1.ª Zona Aérea e o 4.º Distrito Naval, entregues aos seus limitados meios, dimanavam as suas linhas de força, buscando conter a esquecida, insulada Amazônia, enquadrada na moldura brasílica construída pela bravura de nossos avoengos.

A ação das Forças Armadas, como se vê, não abrange somente o papel relevante e decisivo que desempenham na defesa do território, na formação do potencial humano destinado a garanti-la, mas também na ecumenização dos pontos ermos e ignotos em que se sediam, na continuidade do desbravamento e na interligação dos pontos diversos da grande Área, assegurando uma dinâmica de grande alcance social e político.

Estão certas e convencidas as Forças Armadas da Amazônia, de que o desenvolvimento da Área significa progresso econômico, social e político e que à medida que o desenvolvimento progredir, progredirá a segurança, pois a miséria, a inquietação social e a desesperança constituem antagonismo tão sérios à paz e à unidade nacional, como qualquer ameaça imperialista de conotação ideológica, militar ou econômica.

Assim vinha acontecendo, desde a grande derrocada, com apenas duas intervenções federais visando a alterar o curso rotineiro de uma vida marginalizada — o planejamento esboçado no Governo Hermes da Fonseca e o dispositivo constitucional de 1946 — ambas lamentavelmente perdidas em seus efeitos duradouros, a primeira pela versatilidade endêmica de nossa elite dirigente, negando em sua inconsciência anti-nacional os recursos orçamentários para seu prosseguimento e a segunda — malgrado um planejamento inicial condensando objetivos fecundos e patrióticos — perdida na dispersão progressiva e continuada dos meios disponíveis em atividades político-partidárias de esterilidade notória.

A Revolução de 1964 dispõe-se mais uma vez a enfrentar decisivamente o "bom combate". Como resultado objetivo desta ação sentiu-se em curto prazo, pelas medidas determinadas e em plena execução, que

uma nova época ressurgia para a Amazônia. A transformação da SPVEA em SUDAM, a aplicação real e com objetividade dos recursos internos e externos, a criação dos incentivos fiscais e a organização da Zona Franco de Manaus com a SUFRAMA, a implantação de novas vias e terminais de transporte marítimo, aéreo e fluvial, a entrada de técnica e capitais estrangeiros, o amparo e maior compreensão às beneméritas missões catequistas, a intensificação, disciplinação e sobretudo o revigoramento do Dispositivo Militar nela sediado, ao lado da moralização perseguida com insistência nos setores federal, estadual e municipal, constituíram sem dúvida, medidas de alcance notório capazes de permitir não só a maior ecumenização dos vastos espaços vazios, pela ativação de suas potencialidades físicas e correlacionadas com o aproveitamento e a higidez da força de trabalho regional ou imigrada, como ainda a redução do descompasso sócio-econômico, hoje existente em relação à integração das áreas-problemas nacionais representavam para a unidade pátria, mal maior que o próprio desenvolvimento sócio-econômico que lhes era pertinente. Chegava-se mesmo até a proclamar, e ainda hoje se repete, a infâmia dissociadora pela imprensa, não obstante a cristalização sentida de uma verdadeira ideologia nacional em torno dos problemas da Amazônia, a existência de um "embuste amazônico".

Felizmente, dando seqüência às iniciativas dos primeiros governos revolucionários, o Presidente Emílio Garrastazú Médici, bem compreendendo as suas responsabilidades com o destino de um Brasil uno e integrado em suas dimensões históricas, lançou-se com maior vigor na cruzada heróica em torno da recuperação e integração efetiva da Amazônia e do Nordeste. Afanosamente luta-se hoje para que o terceiro Brasil — o Brasil infradesenvolvido — não mais se detenha em sua arrancada definitiva — ainda que cautelosa e limitada pelos meios e instrumentos proporcionados — revigorando-se como medida preliminar e básica o enquadramento de segurança existente de forma a permitir, não só enfrentar as pressões exógenas, cada vez mais intensas, pela vitalização dos núcleos fronteiriços alienígenas já ligados ou em vias de conexão nos seus Centros de poder secundário e principais, como sobretudo pelos antagonismos eventualmente surgidos na zona interiorana, derivados de pressões endógenas de núcleos autóctones imigrados de cultura mais avançada, com valor cada vez mais ponderável, ou ainda de capitais ou de técnicas estrangeiras que busquem aplicação mais rendosa às suas atividades, os quais, todos, deverão ser contidos intransigentemente dentro dos limites fixados pelo interesse nacional. Entretanto, na verdade, seria negar a realidade, pensar que as medidas desencadeadas no campo sócio-econômico regional ou as reuzidas poupanças nacionais aliadas aos excedentes demográficos nordestinos, em escala limitada, pudessem de fato, criar condições de desenvolvimento da Amazônia, capazes de responder defi-

nitiva e satisfatoriamente ao desafio de sua imensa extensão espacial e das diversificadas peculiaridades regionais.

Esta, sem dúvida, a verdadeira bandeira nacionalista que devemos desfraldar na ecumenização e integração da Amazônia, emprestando-lhe uma determinação patriótica de realizá-las em prazo compatível com os altos interesses nacionais, isentos de xenofobia, chauvinismo, entreguismo ou teleguiados pela influência comunista que em suas distorções desnacionalizantes buscam confundir maquiavelicamente a cooperação e a ajuda estrangeira, com vassalagem, entreguismo, subserviência e domínio imperialista sobre a nossa soberania política, econômica e territorial.

Se já bastasse a argumentação expendida, é forçoso reconhecer ainda a realidade continental conseqüente aos irredentismos assinalados ao longo de toda fronteira entre as nações vizinhas, inconformadas entre si, com as demarcações raianas tradicionais e buscando aceleradamente ecumenizar e integrar os seus espaços amazônicos, sentindo que em suas potencialidades de encerrar a sobrevivência, no dia de amanhã, dos seus próprios grupos nacionais. Torna-se assim cada vez mais viva e valorizada toda a faixa lindeira do Oiapoque a Príncipe da Beira, exigindo que um centripetismo mais intenso emanados de nossos centros de poder — Manaus e Belém — se faça sentir cada vez com maior intensidade.

É dentro desse quadro geoestratégico de indisfarçável transcendência continental e mesma internacional, que mais se avulta a ação das Forças Armadas, nos dias que correm, na preservação e integração da Amazônia. Qualquer malogro, ou mesmo retardamento dos planos em curso nos campos militar, econômico, social e político não poderá deixar de afetar sensivelmente agora e no porvir a segurança e o desenvolvimento regional nos termos em que foram equacionados e ora em franca objetivação.

É dentro dessa compreensão que as Forças Armadas vêm, como já se disse, fortalecendo a sua capacidade operacional e intensificando a sua participação nas atividades de desenvolvimento através do revigoramento de seus dispositivos e da melhoria substancial de sua infra-estrutura logística de modo a atender, efetivamente, às contingências ditadas pelas novas realidades geoestratégicas.

Assim o Exército busca aceleradamente a multiplicação de suas organizações distribuídas ao longo da fronteira, a expansão de seus centros de impulsão, principalmente em Manaus, Porto Velho e Belém, dando-lhes nova estrutura, mobilidade e eficiência, capazes de atender efetivamente aos seus encargos de segurança e desenvolvimento. Além da transferência de sede do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus, o ano de 1969 viu a criação:

— da 12.ª Região Militar
— de 3 Comandos de Fronteira — Solimões, Acre/Rondônia e Roraima

— de 2 Batalhões de Engenharia de Construção, 6.º e 7.º BEC, sediados em Boa Vista e Cruzeiro do Sul, respectivamente
— das Companhias de Material Bélico, Polícia do Exército, Transporte Fluvial, Comunicações, Depósito de Subsistência, Depósito de Manutenção de Engenharia, todas sediadas em Manaus
— do Estabelecimento Regional de Subsistência da 12.ª Região Militar, sediado em Manaus, com seus Depósitos avançados em Tabatinga e Porto Velho
— do 1.º e 2.º Batalhões Especiais de Fronteira, com sede em Tabatinga e Boa Vista, respectivamente.

Ao mesmo tempo se efetivou a transformação dos 27.º e 26.º Batalhões de Caçadores em 1.º e 2.º Batalhões de Infantaria de Selva, do Hospital da Guarnição de Manaus em Hospital Geral de Manaus, da Comissão de Obras do Grupamento de Elementos de Fronteira em Comissão Regional de Obras n.º 1 da 12.ª Região Militar.

Em 1970 foram concretizadas as seguintes medidas:

— transferência dos 8.º e 9.º BEC respectivamente de Lages para Santarém e de Carazinho para Cuiabá
— criação de 2.º Grupamento de Engenharia, com sede em Manaus, Grande Unidade encarregada de coordenar e dirigir os trabalhos dos Batalhões de Engenharia de Construção da Amazônia (5.º em Porto Velho, 6.º em Boa Vista, 7.º em Cruzeiro do Sul, 8.º em Santarém e 9.º em Cuiabá)
— criação do Hospital da Guarnição de Tabatinga
— criação do Estabelecimento Regional de Finanças da 12.ª Região Militar.

Mantém ainda suas Organizações ampliadas em Clevelândia, Macapá, Boa Vista, Surumu, Bonfim, Normandia, Cucuí, Ipiranga, Japurá, Tabatinga, Estirão do Equador, Palmeiras, Brasileira, Rio Branco, Porto Velho, Guajará-Mirim, Príncipe da Beira. Além de outras previstas em Assis Brasil, Uaupés, Tanuí, Iauretê, Taumaturgo, Santa Rosa, Rodrigues, Pedras Negras, Santarém e Tefé.

A Aeronáutica Militar, além da ação continuada da COMARA, realizando grande obra de infra-estrutura em Porto Velho, ultima os aeroportos de Rio Branco e Tabatinga, completando assim os campos de pouso de Palmeiras e Cucuí, e já atacando os de Estirão do Equador, Japurá e Ipiranga, de maneira a permitir o apoio integral, com novos aviões C-115 (Búfalos), às Forças terrestres. De outro lado já instalada a Base Aérea de Manaus, acelera a criação de uma Brigada Aérea, ampliando ainda o aeroporto internacional dando-lhe capacidade operacional capaz de atender às importações estratégicas regionais.

A Marinha de Guerra, por sua vez, marcando a sua presença nos rios da Amazônia através de suas corvetas, procura também renovar a sua frota pela construção de navios mais adequados às peculiaridades regionais, ao mesmo tempo que lança as bases da organização de um Comando Naval, em Manaus e estuda a instalação de um Grupamento de Fuzileiros Navais, em Rondônia.

Apoiadas pelos escalões superiores, buscam assim as três Forças Armadas ampliar decididamente as suas atividades de preservação da Amazônia, pela sua presença continuada em todos os pontos da área lindeira, ao mesmo tempo em que se desdobram na participação emprestada ao desenvolvimento, principalmente no que se refere à circulação aérea e de superfície — pela conexão rodoviária das bacias paralelas ou a superação das interrupções da navegação dos rios, pela construção de terminais fluviais, de campos de pouso pioneiros ou aeroportos básicos — além da assistência desvelada e continuada que emprestam ao amazônida nos setores de saúde, alimentação e educação, quer diretamente através de organizações sanitárias ou escolares, quer auxiliando as prelazias em sua maravilhosa obra secular de catequese e incorporação do selvícola à civilização cristã.

Essas realizações valerão, sem dúvida, o que custam em termos de dedicação, altruísmo e abnegação, porque constituem uma contribuição inapreciável para a recuperação social e econômica do amazônida, para preservação da área e sobretudo para a paz e segurança do Brasil unido e íntegro em suas históricas dimensões continentais.

Esta, pois, a grande manobra de integração que, anônima e silenciosamente, como no passado, desde a arrancada colonial, vêm as Forças Armadas ora realizando na Amazônia. Ontem como hoje, vivem elas momentos de exaltação patriótica, conscientes da magnífica tarefa em objetivação e certas de que **SE ÁRDUA É A MISSÃO DE DEFENDER E DESENVOLVER A AMAZÔNIA, MUITO MAIS DIFÍCIL FOI A DOS NOSSOS ANTEPASSADOS EM CONQUISTÁ-LA E PRESERVÁ-LA PARA O BRASIL.**

*SERÁ QUE QUEREMOS UMA FORÇA INTERAMERICANA DE PAZ? **

J. J. Johnson

Estamos nos aproximando de um decisivo momento da verdade neste Hemisfério. Algumas visitas recentes e próximas a Washington, de líderes de importantes países latino-americanos, e o próximo encontro de presidentes do Hemisfério (1968), vão provavelmente decidir se é possível ou não modernizar a economia e os sistemas políticos da América Latina, bem como organizar o mecanismo da Organização dos Estados Americanos, para que ele opere de modo mais eficiente do que tem feito até hoje na solução dos problemas e, quando as condições o permitam, na preservação da paz.

A preocupação com as tarefas de manutenção da paz, da OEA, tem levado certas pessoas a propor uma Força Interamericana de Paz (FIAP), como resposta aos movimentos de subversão e insurreição nas Repúblicas Latino-americanas. Aqueles que aprovam o conceito de uma força de paz, o fazem com uma grande variedade de argumentos. Insistem algumas vezes em que os países latino-americanos não têm mais, se é que alguma vez tiveram, "o direito dado por Deus de se governarem mal", ou se governarem de modo a criar ameaças físicas, reais ou potenciais, a seus vizinhos. Mantêm algumas vezes que uma Força de Paz institucionalizada permitiria respostas mais rápidas a ameaças à segurança do Hemisfério, e que a presença observável de uma Força de Paz poderia ser chamada para prevenir ou conter situações críticas passíveis de serem exploradas por elementos não democráticos. Existe na atualidade uma tendência de identificar elementos não democráticos com os comunistas, embora, teoricamente, uma Força de Paz pudesse igualmente ser utilizada para conter as atividades de elementos tradicionalistas.

O atual interesse em uma Força de Paz deriva diretamente da recente intervenção na República Dominicana, e da força militar multilateral organizada enviada para restabelecer a ordem.

---

* Apêndice ao depoimento prestado perante o Sub-Comitê de Assuntos das Repúblicas Americanas, do Senado Norte-americano, em 28 de fevereiro de 1968.

Já que o incidente da República Dominicana ocupa lugar tão importante no pensamento daqueles que acreditam ter chegado o momento de criar-se uma Força de Paz, parece-me importante relembrar os desenvolvimentos que levaram à intervenção, bem como analisar a intervenção ela mesma. Em setembro de 1963, o presidente Juan Bosch, eleito num pleito razoavelmente honesto, em termos dominicanos, foi derrubado pelos militares do país, que assumiram então o poder. Já no início de 1965, surgia uma oposição considerável ao regime militar. No fim de março e princípios de abril de 1965, esta oposição se cristalizou quando elementos esquerdistas, tanto civis quanto militares dissidentes, recorreram à ação armada na defesa de seus propósitos. Os insurgentes estavam prestes a derrubar o regime militar, quando os Estados Unidos desembarcaram contingentes das Forças Armadas e ocuparam posições estratégicas em São Domingos e ao redor da cidade.

Ostensivamente, o propósito inicial do desembarque era o de proteger vidas americanas. Entretanto, antes que o desembarque fosse ordenado, ou logo depois, Washington concluíra que existia uma clara ameaça de que os comunistas pudessem ganhar ascendência sobre as forças insurgentes. Isto levou os Estados Unidos a prosseguir na sua intervenção além dos propósitos inicialmente alegados, e conduziu à multilaterização das forças de intervenção, por ordem da Organização dos Estados Americanos. O regime militar do marechal Castelo Branco, no Brasil, apoiou decididamente a ação da OEA e forneceu o maior contigente latino-americano para as forças multilaterais. Da mesma forma, um oficial brasileiro foi nomeado comandante das forças de ocupação.

Contemplamos assim o primeiro exemplo de uma força interamericana de paz em ação, e o menor elogio que se lhe pode fazer é o de haver executado sua missão sem que o alquebrado sistema hemisférico sofresse maiores desastres. Antes de mais nada, a força de paz proporcionou uma fachada legal para a ação dos Estados Unidos, transferindo a responsabilidade da intervenção para a OEA, sem que isso tivesse alterado os objetivos de Washington da maneira significativa. Em ação, a Força de Paz se conduziu de uma maneira geralmente exemplar, o que ajudou a acalmar a reação na América Latina, onde o desembarque de tropas americanas na República Dominicana desencadeara uma torrente de ressentimentos. Finalmente, a força de paz restabeleceu as condições que permitiram ao povo da República Dominicana a escolha livre de um novo governo, quatorze meses depois do desembarque das tropas americanas.

Apesar do aparente entusiasmo que uma Força Interamericana de Paz desperta em certos círculos, e ainda que a ação multilateral na República Dominicana tenha conseguido os melhores resultados em uma situação difícil, um certo número de perguntas altamente importantes deveriam atrair a atenção de qualquer pessoa que, na mesa de confe-

rências ou na imprensa, se disponha a discutir a possibilidade de institucionalizar outra entidade militar nesta parte do mundo. Este ensaio levanta algumas das perguntas, e oferece algumas considerações que provavelmente deveriam ser examinadas, antes de se chegar a uma decisão final sobre uma Força Interamericana de Paz.

A primeira pergunta a ser feita é se as condições do Hemisfério permitem atualmente a criação de uma Força Militar Internacional permanente para policiar situações especiais. Certamente não existe uma resposta pronta, mas pelo menos as seguintes condições devem talvez ser consideradas, antes que a discussão vá muito adiante. Na América Latina, a tranqüilidade política foi e continua sendo uma exceção, nunca a regra. Dos vinte países, somente o Chile, Costa Rica, México e *Uruguai demonstraram de maneira satisfatória que estão preparados* para uma atividade política ordenada. Nos demais países, a transferência de poder se dá de forma irregular, na maioria das vezes, e freqüentemente, de forma violenta. As probabilidades são portanto grandes, de ocorrerem rebeliões de tempos em tempos, e de que a luta pelas principais posições de poder se manifeste pelo confronto da esquerda com a direita. É também provável que a desordem em certas nações alcance tais níveis, que apresente ameaças reais ou potenciais a países vizinhos, os quais, se tiverem capacidade, hão de intervir para afastar a ameaça. Finalmente, é também provável que os tradicionalistas tenham um apoio militar significativo, e que a esquerda explore a estranha aliança entre os elementos militares dissidentes e os revolucionários esquerdistas, e que nesta coalisão se incluam ocasionalmente alguns comunistas oferecendo tudo, desde apoio moral até o envio de mísseis. Baseado na experiência passada, pode-se também prever que, simultaneamente, os simpatizantes comunistas e os extremistas de direita tentem aproveitar-se dos reclamos generalizados e justificados das massas populares, e que, particularmente os comunistas e os seus simpatizantes venham explorar o ressentimento dos intelectuais, quanto à posição marginal que a política externa americana reserva a seus países.

Até hoje os Estados Unidos têm procurado contrabalançar a penetração comunista na América Latina de duas maneiras fundamentais. Em primeiro lugar, em certas ocasiões, pela ação unilateral. Em outras ocasiões, fornecendo, de maneira encoberta, técnicas e equipamento militar a grupos que se opõem a regimes pró-comunistas estabelecidos no Hemisfério. Isto ocorreu nos casos da derrubada de Jacobo Arbenz na Guatemala, em 1954, e no fiasco da Baía dos Porcos, em 1961. Em outras ocasiões, os Estados Unidos lançaram suas Forças Armadas abertamente na luta, como na crise dos mísseis em Cuba, e durante o incidente da República Dominicana, em 1965.

A reação de Washington à construção de bases de mísseis em Cuba recebeu aprovação geral na América Latina. Nas outras três crises, a

decisão dos Estados Unidos de agir fora da OEA gerou denúncias amargas de alguns governos, provocou debates na OEA, que muito a debilitaram e, finalmente, relembrou à opinião pública a diplomacia dos vasos de guerra na década de 1920.

A segunda fórmula utilizada pelos Estados Unidos para contrabalançar a penetração comunista é a de arrancar declarações e compromissos anti-comunistas do maior número possível de países. As principais emergiram da Conferência do Hemisfério, no Rio de Janeiro, em 1947, Bogotá em 1948, Caracas em 1954, Santiago em 1959, San José em 1960, Punta del Este em 1961. Independente do estilo de suas frases ou de sua forma de ratificação, todas as declarações manifestavam um só conteúdo. Declaravam que o comunismo, e desde 1960, a fórmula cubana de comunismo, são incompatíveis com os melhores interesses do Hemisfério, e estabeleciam que uma ameaça comunista à segurança de qualquer um dos países do continente constitui uma ameaça ao conjunto deles.

Surgiram inicialmente em alguns círculos esperanças de que a Aliança para o Progresso, criada em Punta del Este, prenunciava uma política mais racional em relação ao comunismo, quando conclamava a um ataque maciço àquelas condições sociais e econômicas que, na crença de muitos, geram o comunismo. Entretanto, ficou logo evidente que a Aliança não estava produzindo resultados prometidos. Seu fracasso às vezes parecia decorrer do fato de os líderes da América Latina descrerem dela ou de seus objetivos; em outras ocasiões, parecia que os políticos dos Estados Unidos avaliavam por baixo as necessidades financeiras, ou o número de técnicos necessários a fazer da Aliança um sucesso. O que importa aqui é dizer que o entusiasmo pela Aliança para o Progresso estava em nível muito baixo quando os Estados Unidos enviaram tropas à República Dominicana. Uma conjunção de fatores — a constatação de que a Aliança deixara de vitalizar o setor econômico e social, bem como a pressa, considerada desnecessária por muita gente, em decidir do envio de força contra os revoltosos da República Dominicana — confirmou a convicção dos céticos de que, em última análise, o Hemisfério no seu conjunto continua encarando o comunismo como um problema que deve ser enfrentado com soluções militares. Até o dia de hoje, nada de significativo ocorreu que os fizesse mudar de opinião.

Quando se presume, como o faço nesse artigo, que existe um potencial revolucionário na América Latina, surge então a pergunta: São tão grandes as ameaças, que os governos locais foram incapazes de enfrentá-las ou, em outras palavras, será que o governo dos países do Continente poderiam sucumbir aos processos revolucionários mas ainda sobreviver, sem se tornarem vassalos de um sistema extra-hemisférico? Os Chefes de Estado da América Latina agiriam de maneira perigosamente irresponsável, se acreditassem que em todos os casos seriam capazes de

enfrentar as ameaças dos revoltosos com suas próprias forças. Atualmente, o regime Duvalier no Haiti é talvez o mais susceptível a um ataque revolucionário, e um dos menos capazes de se sustentar contra um movimento bem equipado oriundo do exterior. O país está assentado sobre uma bomba-relógio social. Se o Ditador-Presidente Duvalier for derrubado, e são grandes as possibilidades de que isto aconteça mais cedo ou mais tarde, e se os vizinhos do Haiti permanecerem alheios, no período confuso que se seguir à sua queda, um número pequeno de subversivos, com apoio de grupos extremistas, poderia instalar um regime sem nenhuma relação com os desejos do povo haitiniano, ou com os interesses do Hemisfério como um todo.

Mas um aspecto notável é entretanto o de que, neste século de violenta luta ideológica, nenhuma nação deste Hemisfério foi subjugada à força por uma potência extra-hemisférica. A Cuba de Castro decidiu livremente tornar-se um satélite da União Soviética. Antes de Castro, o México passou por uma década de violência (1910-1920), seguida por duas décadas de mudanças revolucionárias, sem que entretanto abrisse mão da sua independência. Os uruguaios realizaram uma prolongada revolução econômico-social sem sacrificar a sua aspiração de liberdade em favor de nenhum sistema não democrático. A Argentina de Perón politizou o operariado num ritmo revolucionário, sem ameaças sérias de nenhuma potência exterior ao Hemisfério.

Cresceriam ou não as perspectivas de criação de sociedades pluralísticas e democráticas, se fosse criada uma Força Interamericana de Paz? Esta pergunta chama a atenção para vários fatores relevantes no processo de mudança social na América Latina. Os grupos de poder nos países menores, mais particularmente na América Central, vêm há muito tempo fazendo concessões a elementos populistas que vão surgindo pouco a pouco. Essas concessões são feitas a contra gosto e, na maioria das vezes, somente depois que os grupos populares mostraram a sua decisão de passar à militância em defesa de seus pontos de vista. Se ocorreram reformas na Guatemala e em São Salvador nos últimos anos, elas se devem aos reclamos populistas que as elites não puderam mais ignorar impunemente. Se uma força de paz fosse utilizada para reprimir estes movimentos revoltosos que arrebataram algumas conquistas para a classe operária, a sociedade dos países menos desenvolvidos poderia perder o instrumento principal, e muitas vezes único, para promoção de reformas econômicas e sociais. Além disto, revoltas armadas são uma parte normal do processo político em muitas Repúblicas. Na verdade, a revolução representa muitas vezes a única maneira de remover-se do poder um regime irresponsável. Deste modo, o emprego de uma Força de Paz para conter movimentos rebeldes poderia em última análise servir os interesses dos privilegiados, em detrimento dos oprimidos, que representam freqüentemente o setor mais necessitado de ajuda. Por ou-

tro lado, existe bastante evidência, de várias partes do mundo subdesenvolvido, de que os movimentos comunistas de liberação redundam em fracasso se não conseguem converter-se em uma guerra nacionalista de libertação, baseada em amplo apoio popular. Isto significa que a decisão de introduzir uma Força de Paz composta de tropas estrangeiras, num conflito doméstico, correria sempre o risco de converter este conflito em uma guerra nacionalista.

Argumentando de outra forma, pode-se dizer que a presença estrangeira, ainda que cuidadosa, pode constituir-se no elemento que, ao invés de destruir as forças de oposição, irá uní-las, ampliá-las e mantêlas vivas. Entretanto, mesmo se a intervenção não chega a produzir estes temíveis resultados, precisamos nos perguntar se temos suficiente evidência de que um agente externo, ainda que desfrute das melhores condições possíveis, conseguiria fazer alguma coisa mais do que reprimir uma insurreição.

Num nível um pouco diferente, os Estados Unidos teriam que reexaminar a sua política de assistência na América Latina, considerando principalmente dois aspectos. Em primeiro lugar, iriam os Estados Unidos financiar a Força de Paz através do aumento dos recursos globais destinados à América Latina, ou desviariam fundos de projetos do gênero daqueles consubstanciados na Aliança para o Progresso? Em segundo lugar, deveriam os Estados Unidos dar tratamento preferencial àqueles países que cooperarem mais plenamente nos trabalhos da Força de Paz? Quanto à primeira pergunta, a implantação de cada uma das alternativas é clara e muito pouco complexa. O mesmo não acontece na segunda pergunta, pois, caso a decisão tomada for a de favorecer aqueles que cooperarem, e caso o aumento na ajuda que eles receberem, por haverem cooperado, for usado de maneira construtiva, então os novos projetos financiados — por exemplo, no campo da educação — produzirão o tipo de indivíduos esclarecidos que historicamente se opuseram exatamente ao tipo de intervenção que permitira a seus países receber a ajuda suplementar.

Muito se tem falado ultimamente de uma corrida armamentista na América Latina, pois o Brasil, o Chile e o Peru fizeram ou ameaçaram fazer investimentos consideráveis na compra de aviões a jato, a fim de restabelecer o equilíbrio de poder que alegam haver-se modificado, quando a Argentina adquiriu aparelhos nos Estados Unidos. Tem sido muito debatida nos últimos meses a maneira de sustar ou pelo menos desacelerar esta corrida, e formularem-se inúmeras propostas, chegando-se mesmo a sugerir cancelamento da ajuda americana àqueles países que investirem excessivamente em equipamento militar. Estes fatos suscitam a seguinte pergunta: será que uma Força de Paz sustaria a corrida armamentista, ou, pelo contrário, estimularia a liderança militar dos países maiores a modernizar o equipamento, e não somente substituí-lo, como,

segundo nos contam, eles vêm fazendo? Embora as responsabilidades das Forças Armadas latino-americanas se limitem atualmente ao poder de polícia, elas se constituem entretanto em poderosos grupos de pressão. Se lhes fosse dada uma tarefa hemisférica "legítima", que na verdade faria delas "baluartes contra o comunismo", os militares poderiam, ainda mais do que nos dias de hoje, ser levados a utilizar o seu poderio com finalidades políticas, e exigir "equipamento militar de prestígio" à altura do seu novo *status*. Na economia do desenvolvimento, esta última possibilidade seria particularmente significativa se viesse a ocorrer, pois "equipamento militar de prestígio" precisa ser comprado no estrangeiro, e desta forma concorre com o setor industrial pela limitada quantidade de divisas disponíveis em cada país.

Se uma Força de Paz fosse criada, ela necessariamente deveria se enquadrar na Organização dos Estados Americanos. Aceita-se já há algum tempo que a estrutura administrativa da OEA foi criada para uma época diferente da nossa e, na melhor das hipóteses, serve para pouca coisa mais do que um mecanismo de barganha com os Estados Unidos. Os latino-americanos reconhecem abertamente que o nacionalismo e a política deles próprios inibe o funcionamento eficiente da Organização. Tendo estas idéias em mente, é necessário perguntar: estaria preparada a OEA, após a reforma de sua Carta, a assumir a responsabilidade de uma Força de Paz? Se for afirmativa a resposta, então uma Força de Paz, sempre em disponibilidade, poderia proporcionar o dramático impacto que é necessário para fazer reviver um sentido de comunidade na América Latina. Mas a utilização de uma Força de Paz como meio de vitalizar a OEA não resolve o problema de como levar a Organização a refletir de modo mais autêntico a opinião do Hemisfério, e torná-la menos representativa da opinião dos Estados Unidos. Uma "revitalização pela espada" teria o efeito de aumentar a influência dos Estados Unidos na OEA ao invés de diminuí-la, pelo menos em dois aspectos. Em primeiro lugar, a predominância militar dos Estados Unidos na América Latina impressiona ainda mais do que a sua influência política. O papel das tropas americanas e de seu poder de fogo na intervenção na República Dominicana confirma este ponto de vista. Considerando-se que os países da América Latina não têm equipamento para transporte aéreo na escala que seria necessária para mobilização de tropas e apoio logístico, os Estados Unidos seriam em última análise responsáveis pelo grau de mobilidade que a Força de Paz necessitaria para agir com eficácia. Em conseqüência, os Estados Unidos estariam livres para determinar unilateralmente quando, e com que rapidez, a Força de Paz deveria entrar em ação. Finalmente, por razões óbvias, o custo de manutenção de uma Força de Paz recairia principalmente sobre os Estados Unidos. Fazendo essas considerações, vale a pena observar que as Nações Unidas ainda não conseguiram fazer com que unidades mili-

tares permanentes se tornassem finalmente viáveis ou, além disso, ideologicamente desejáveis.

Ainda é muito cedo para julgar como a reforma da Carta da OEA vai afetar a capacidade da Organização face a situações críticas, ainda que, historicamente, o seu desempenho tem deixado a desejar, do ponto de vista dos Estados Unidos. Os membros latino-americanos da OEA, especialmente os que representam países politicamente viáveis como o México e o Chile, se tornam cada vez mais cautelosos quando a OEA se aproxima de decisões que podem ser de alguma forma interpretadas como endosso à intervenção nos assuntos internos de países vizinhos. Isto não significa que a intervenção tenha sempre encontrado oposição. Desde a Segunda Guerra Mundial, os Trujillos e os Perez Jimenez não hesitaram em propor ou defender intervenções contra regimes "radicais", ao mesmo tempo que governos reformistas em países democráticos como Venezuela e a Costa Rica têm defendido a intervenção como uma maneira de livrar o Hemisfério de governos direitistas. Desta forma, não somente os grupos reformistas como também os tradicionalistas têm convocado os Estados Unidos para liderar as intervenções. Esta constatação sugere que existem intervenções "boas" e "más", a ênfase dependendo do autor da definição. Entretanto, como não existe unanimidade de opinião entre os latino-americanos quanto à definição de uma boa intervenção, os regimes que devem prestar contas a seu eleitorado preferem não participar da intervenção.

A consideração mais importante a esta altura é talvez a de que não temos evidência suficiente de que a OEA, mesmo com uma Força de Paz sob seu comando, consiga influenciar significativamente o resultado daqueles conflitos domésticos com potencial para violência generalizada. A medida que os países latino-americanos procuram reduzir a sua dependência dos Estados Unidos, eles levam a OEA cada vez menos a sério. Enquanto isso, sua confiança em organização sub-regionais e nas Nações Unidas tem crescido sempre. Bastaria esta constatação para indicar que a OEA não dispõe da necessária unidade para manejar uma coisa tão "quente" quanto uma Força de Paz. Mas é necessário ainda acrescentar que não dispomos de provas cabais que nos permitam julgar da habilidade da OEA em dirigir uma Força de Paz. A Organização ainda não testou a sua capacidade nesta área; e nem mesmo mostrou desejo de fazê-lo. Sempre será lembrado que a OEA enfrentou o problema dominicano sómente depois que os Estados Unidos estabilizaram unilateralmente a situação. Além disto, os resultados da atuação dos Estados Unidos, ao tentar influir nas questões domésticas de vários países da América Latina, deixam entrever que age corretamente a OEA quando reluta em se intrometer nos assuntos internos dos Estados membros. Nos últimos anos, Washington tem sido criticada em várias ocasiões ao sair na defesa de regimes "reformistas", ameaçados por elemen-

tos "tradicionalistas". Especificamente, o fato de Washington haver apoiado Arturo Frondizi, na Argentina (1962); Juan Bosch, na República Dominicana (1963); Ramon Villeda Morales, em Honduras (1963); Paz Estensoro, na Bolívia (1964); e Arturo Illía, na Argentina (1965) não conseguiu salvá-los de seus inimigos. Quando se olha esses resultados da ação dos Estados Unidos, parece haver fundamentos na crença de que se uma Força de Paz fosse estabelecida, ela se constituiria essencialmente num mecanismo de pacificação, e não de manutenção de uma certa política.

Seria pouco realista esperar que os Estados Unidos abram mão do seu direito de agir unilateralmente, se sua segurança estiver ameaçada, ou se o Governo acreditar que ela esteja. Quando se une esta constatação ao fato de não poderem os Estados Unidos admitir a capacidade da OEA em determinar se uma situação de insurgência revolucionária justifica o emprego da força, uma pergunta se coloca: deveriam os Estados Unidos comprometer-se a apoiar uma Força Interamericana de Paz? Aceitar tal compromisso, e posteriormente agir sem consulta prévia, enfraqueceria ainda mais a OEA, num momento em que a mitologia da ação coletiva já é tão difícil de se sustentar. Por outro lado, não é necessário relembrar que nenhuma das declarações, tratados, ou quaisquer outros instrumentos dos últimos 80 anos, desde que o sistema interamericano surgiu em 1889, jamais modificou os ditames básicos da venerável doutrina de Monroe.

Até este momento, a discussão ficou centrada em opiniões e respostas essencialmente políticas. Precisamos refletir agora sobre a maneira com que a opinião pública do Hemisfério em geral responderia à criação de uma Força de Paz. Nós sabemos que o incidente da República Dominicana recebeu uma crítica arrasadora na maioria dos países da América Latina. Até mesmo no Brasil, onde foi mais decidido o apoio oficial à posição americana, a reação da opinião pública ao problema dominicano esteve longe de ser favorável. Nos países em que são mais fortes as atitudes populistas e as tradições democráticas, a oposição foi tão marcante que nenhum partido político se arriscou nem mesmo a esboçar um apoio à invasão. A reação à crise dominicana pode insinuar que parece ter funcionado a propaganda que fizeram o nosso Governo e dos demais países, nos últimos anos, em defesa de doutrina da não-intervenção, e em prol do desenvolvimento nacional. Sem dúvida alguma, as doutrinas e as declarações de não-intervenção se coadunam muito bem com o sentimento de nacionalismo e regionalismo dos latino-americanos. Se é correta essa explicação da reação dos povos da América Latina à intervenção americana, conclui-se que seria necessário um esforço grande de propaganda, durante um período de tempo considerável, até que se conseguisse uma base de opinião pública favorável a uma FIAP, institucionalizada, ou para se obter endosso popular para

intervenção, até mesmo sob a égide da OEA. O esforço de propaganda se faria ainda mais problemático pelo fato de se lembrarem os latino-americanos de que, na ausência de uma Força de Paz institucionalizada, nenhum dos países do continente sofreu nenhuma intervenção militar externa, nos trinta anos que antecederam à ocupação da República Dominicana.

O que se deve pensar do futuro? Os países latino-americanos se desenvolveram rapidamente nas últimas décadas, e em alguns casos o seu progresso político, econômico e social foi sem dúvida marcante. Quando se compara o comportamento político dos latino-americanos com o de 75% da população mundial, vê-se que os povos do continente são sofisticados e estão se tornando cada vez mais requintados. O seu desenvolvimento foi obtido através do surgimento de um nacionalismo estridente, que no momento os faz muito sensíveis a qualquer intromissão na sua soberania. Por outro lado, o Mercado Comum da América Latina e a Aliança Latino-Americana de Livre Comércio significam esforços muito sérios para se chegar a uma perfeita unidade regional. Os países que participam dessas associações precisam abrir mão, voluntariamente, de um certo grau de soberania nacional. A certa altura dessa evolução, uma diminuição da soberania nacional, por razões outras que não militares, poderia conduzir à criação de uma Força de Paz ou de Forças de Paz inteiramente controladas por eles próprios. Até que se chegasse a este ponto, as já tradicionais soluções *ad hoc*, possíveis de se concretizarem sob a égide da OEA, e efetivamente usadas durante a crise dominicana, parecem revelar-se suficientes à manutenção da segurança do Hemisfério, ao mesmo tempo que se revelam menos divisionistas do que uma Força de Paz institucionalizada. As vastagens de soluções *ad hoc* poderiam ser extraordinárias, se os Estados Unidos estiverem preparados a dar à OEA um senso de dignidade, concedendo maior autonomia na direção da Organização aos latino-americanos.

A OTAN FACE ÀS FORÇAS DO PACTO DE VARSÓVIA

Almirante Sir Nigel Henderson *

Em 1949, quatro anos depois do término da Segunda Guerra Mundial, a OTAN foi criada com a assinatura e retificação do Tratado do Atlântico Norte. O objetivo específico da Aliança era o de conter a expansão comunista na Europa Ocidental e organizar a defesa coletiva dos Estados membros, assegurando a manutenção da paz. Nos primeiros anos depois da guerra surgira uma disparidade entre os níveis das forças armadas soviéticas e dos países ocidentais. Estas se haviam concentrado nas tarefas de desmobilização, de recomposição da capacidade industrial e de expansão de suas economias. A mão-de-obra anteriormente empregada na guerra era agora necessária para estas tarefas de paz. Por outro lado os soviéticos haviam mantido as suas forças num nível muito elevado; de tal forma que quando o General Eisenhower assumiu o supremo comando das Forças Aliadas em julho de 1951 contava com 14 divisões em oposição a 210 divisões da União Soviética e dos Satélites da Europa Oriental.

Apesar disso, a frente comum criada com a Aliança do Atlântico Norte conseguiu sustar a expansão soviética na Europa. Em grande parte esse resultado foi conseguido porque os efetivos do mundo ocidental, comparativamente menores, constituíram uma linha de frente defensiva que se abrigava sob a maciça força nuclear americana. Os soviéticos perceberam que qualquer incursão contra qualquer nação da OTAN acarretaria uma resposta que não poderia ser contida ou igualada.

Desde aqueles primeiros dias de desequilíbrio nuclear, a Rússia vem fazendo grandes esforços para reduzir este desnível. Nos dias de hoje, a força nuclear soviética quase se equipara à do mundo ocidental, e não podemos mais nos apoiar na teoria de qualquer agressão comunista na Europa resultaria numa retaliação completamente desvantajosa para o campo socialista. O holocausto nuclear resultante de qualquer conflito europeu envolveria e destruiria uma grande parte da população mun-

* Presidente do Comitê Militar da OTAN.

dial. A percepção disto levou muitas pessoas a questionar a moralidade e o propósito das terríveis armas de destruição que existem hoje nos arsenais dos dois blocos.

Nova Estratégia

Conseqüentemente, a política da OTAN de total confiança na restrição nuclear tem sido posta em dúvida e uma estratégia de resposta flexível ou apropriada foi elaborada. Esta estratégia requer que haja reação adequada a qualquer emergência inicial, de forma que possa haver tempo para negociações, enquanto, se envidarem esforços para limitar o conflito atual ou potencial antes da ação final pelos armamentos nucleares. Desta forma as forças convencionais voltaram a desempenhar em grande parte seus papéis costumeiros.

Em sua estratégia de resposta apropriada, a OTAN mantém o princípio de defesa avançada — "avançada" significando a fronteira com os países do Pacto de Varsóvia. As emergências devem ser enfrentadas com tanto avanço quanto possível, para assegurar uma defesa adequada dos territórios respectivos, assim como para permitir um grau de mobilidade defensiva o qual, por sua vez implica uma grande profundidade do campo de batalha. O objetivo principal deverá ser o de ganhar o máximo de tempo antes que os armamentos táticos nucleares tenham que ser usados. Em qualquer circunstância, o agressor potencial deve compreender que, contra qualquer ataque que possa ser feito nos níveis convencionais, existirá uma resposta imediata e efetiva.

Embora tenha havido acordo entre todas as nações aliadas sobre a estratégia de resposta flexível, os meios pelos quais a OTAN possa executá-la não são satisfatórios quanto desejável. O aperfeiçoamento e fortalecimento de nossas forças terrestres não atingiram certamente o nível no qual estas poderiam ser consideradas inteiramente adequadas à sua missão. Não há dúvida que, em caso de emergência, nossas forças terrestres poderiam lutar muito bem; ao mesmo tempo os aliados têm algum equipamento de primeira classe, um alto grau de poderio defensivo e em muitos casos, o benefício de um treinamento realístico e eficaz. Mas a política nacional corrente tende a um declínio no nível de forças disponíveis aos comandos da OTAN e a uma conseqüente redução na capacidade de defesa avançada. É sabido que os países do Pacto de Varsóvia têm um maior poderio ofensivo: suas reservas são grandes e desfrutam das grandes vantagens de linhas internas de comunicação, de compartivamente diretos meios de assistência logística, e de equipamentos, doutrina tática e treinamento grandemente estandardizados.

O Ano de 1970 e as Dificuldades que a OTAN Enfrenta Atualmente

O estudo recente dos problemas de defesa da Aliança para 1970, trouxe à luz algumas dificuldades que a OTAN enfrenta atualmente. No que concerne às forças terrestres, enquanto algumas unidades estão inteiramente à altura, existem outras cuja eficiência está comprometida por uma falta de equipamento de efetivos, por material obsoleto e por diversas outras razões. A capacidade anti-tanque e de defesa aérea poderiam certamente ser melhoradas; e uma falta de reservas de guerra, juntamente com problemas de serviço recíproco e de equipamento não estandardizados, tudo isso tende a inibir a flexibilidade.

No seu encontro no começo de dezembro de 1970, os Ministros das Nações da OTAN tomaram conhecimento deste importante estudo, e concordaram que mais trabalho deveria ser feito para pôr em operação suas conclusões principais. Isto, para os militares, foi um evento auspicioso, pois oferece agora a esperança de uma reversão da tendência para o declínio em nossa capacidade bélica, e de uma grande melhoria na qualidade das forças. Além do mais, foi elaborado o Programa de Aperfeiçoamento de Defesa Européia, pelo qual alguns países europeus pertencentes à OTAN comprometem-se a aumentar suas dotações orçamentárias para certos projetos de infraestrutura e a melhorar as forças postas à disposição dos comandos da Aliança. O aumento dos recursos para a infraestrutura ajudará a satisfazer a necessidade premente de melhores comunicações e defesas para aeródromos, mas precisam-se ainda mais recursos para poder preencher todos os nossos requisitos, que são relativamente modestos.

A OTAN é claramente uma aliança defensiva, que não possui nem o desejo nem a capacidade para jamais lançar um ataque — fato que deve ser evidente para qualquer observador, mesmo o mais superficial, ocidental ou não.

Em vista disso, não é sempre fácil compreender certos elementos da filosofia militar soviética de hoje.

Posto que a capacidade nuclear soviética está agora praticamente ao mesmo nível que a dos países da OTAN, e posto que as forças convencionais da URSS são mais do que suficientes para sua defesa, é legítimo indagar-se por que o bloco do Pacto de Varsóvia continua a aumentar sua capacidade convencional. Se este esforço militar é defensivo, como alegam eles, por que manter muito mais efetivos do que os necessários para esta defesa? Por que tanta ênfase nos veículos anfíbios? Há várias respostas óbvias a tais perguntas. Mas a resposta dos Aliados da OTAN deverá ser, pelo menos no futuro previsível, a manutenção de um equilíbrio de segurança defensiva para enfrentar qualquer emergência.

Reduções de Forças Recíprocas e Equilibradas

No momento estamos, e com razão, engajados no estudo das Reduções de Forças Recíprocas e Equilibradas. A OTAN realiza há anos uma investigação ampla deste assunto e os estudos continuam. Estes esforços levaram à Declaração de Reijkjavik de junho de 1968, convidando a União Soviética e outros países da Europa Ocidental a colaborar nos esforços para a obtenção de um procedimento que leve à redução recíproca das forças. Recentemente — maio de 1970 — na Declaração de Roma, e no Comunicado de Dezembro de 1970, os Ministros da OTAN convidaram os Estados interessados a realizar conferências preliminares sobre o assunto, com referência especialmente à Região Central. Sublinhou-se então que tais reduções recíprocas deveriam ser compatíveis com os interesses de segurança vital da Aliança e que não deveriam resultar em desvantagem militar para nenhum dos dois lados, levando em conta as diferenças devidas à geografia e outros fatores.

Um fator mencionado, a geografia, complica muito esta questão e deve ser devidamente levado em consideração. Os países europeus da OTAN formam o contorno estreito de uma grande massa continental cujo interior é constituído principalmente por território do Pacto de Varsóvia, inclusive, ao Leste, sua base principal — a URSS. A principal base de poderio da OTAN, os Estados Unidos, está separada da OTAN européia pelo Oceano Atlântico. Mesmo dentro da Europa, é necessário efetuar uma travessia por água para reforçar as posições avançadas da OTAN a partir da outra grande base de força, o Reino Unido. A situação ficou ainda mais difícil com a dissociação da França da estrutura militar integrada, em 1966. A decisão francesa teve repercussões evidentes e muito fortes sobre nosso planejamento militar, por causa da necessidade de levar em conta duas possibilidades: uma redução da profundidade da OTAN na Europa e uma interrupção das linhas de comunicação e reforço laterais e avançados.

Também por motivo geográficos, toda redução das forças da OTAN tem um certo toque definitivo. A redução das forças terrestres na Europa — particularmente dos Estados Unidos, Canadá e, em grau menor, do Reino Unido — necessitaria em caso de urgência, enormes esforços de tropas a grandes distâncias e através de barreiras oceânicas e marítimas. Pelo mar, tal reforço seria lento na melhor das hipóteses; pelo ar, seria extremamente caro e sofreria graves limitações nos transportes de equipamentos pesados.

O Pacto de Varsóvia poderia fazer reduções comparáveis do número de homens e de equipamentos nas suas linhas de frente; mas, em caso de urgência, necessitaria uma mobilização relativamente modesta para restaurar a situação anterior. Com efeito, as forças retiradas poderiam voltar às posições avançadas dentro de muito poucos dias. Para

evitar desvantagens militares para a OTAN, todo plano de redução de forças deverá, portanto, ser elaborado de maneira a remediar este desequilíbrio geográfico.

Para Reduzir o Risco de Guerra

Após vinte e cinco anos sem conflito maior na Europa, a OTAN pode hoje parecer até demasiadamente bem sucedida. Os povos dos países membros, alguns dos quais jamais presenciaram os horrores da guerra, muitas vezes relutam em fornecer os recursos para manter a própria segurança. Há um senso de apatia geral, muitas vezes de hostilidade aberta, a respeito dos gastos para a defesa das nações livres do Ocidente. Apesar de tudo, nossa tarefa principal como guardiães militares da Aliança do Atlântico Norte deve continuar a ser a redução do risco de guerra pela manutenção dos melhores padrões de vigilância e especialização militar. Isto poderemos fazer com mais facilidade e eficácia se contarmos com o apoio da opinião pública dos países que servimos.

DOCUMENTOS

UMA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA À VI CONFERÊNCIA DOS EXÉRCITOS AMERICANOS *

General Aurélio de Lira Tavares

Como instituição nacional, o Exército não pode ser, no quadro do Estado democrático, uma organização à parte, autônoma imune à influência das flutuações da política dirigente, inclusive porque esta dispõe de poderes para selecionar, promover e distribuir os chefes militares, dando-lhes as posições e os comandos, como melhor convier aos interesses e aos propósitos da corrente política dominante.

Isto significa, como é possível observar no estudo comparativo da história e da atualidade internacional, que o Exército é tanto mais apolítico e mais profissional quanto estável e aprimorada for a organização do Estado considerado.

Dentro de tal premissa, cumpre considerar as duas forças, a externa, comandada diretamente pelo comunismo internacional, e a interna, resultante das próprias distorções e flutuação da política dirigente da Nação, como fatores, às vezes convergentes, capazes de atuar sobre o espírito do Exército, no sentido de abalar a sua disciplina e a sua coesão, comprometendo o seu relevante papel de sustentáculo da democracia.

A primeira dessas forças, dirigida do exterior através de meios hábeis e recursos poderosos, com o emprego de agentes nacionais, explora os problemas sociais para valer-se dos descontentamentos da população civil mais atingida pelas dificuldades da vida.

Incita-se, então contra o Exército, o trabalhador do campo e da cidade fazendo-o crer que uma das principais causas do seu baixo padrão de vida está nas grandes despesas improdutivas com a manutenção das Forças Armadas, além de apresentá-las como instrumento de opressão, a serviço de classes previlegiadas. Empresta-se, ao mesmo tempo, à ideologia comunista a expressão de um movimento universal em favor da paz, obtida pela confraternização geral dos trabalhadores de todas as nações.

---

* Palestra proferida na VI Conferência de Exércitos Americanos, realizada em Lima em 1965.

Esse trabalho de natureza ideológica incide, assim, sobre o espírito do homem civicamente despreparado, chegando a transformá-lo, pela técnica de persuasão, num revoltado e num instrumento potencial de subversão. E é preciso salientar esse fato, por tratar-se de problema a ser devidamente considerado no sistema de recrutamento militar, para que o organismo do Exército não seja infiltrado por elementos capazes de comprometer a sua unidade de espírito e de ação.

Cumpre, para neutralizar o efeito dessa propaganda, afirmar e demonstrar, para conhecimento das classes menos favorecidas, o caráter eminentemente popular do Exército da democracia, esclarecendo o homem de baixa condição sobre o regime de liberdade e de dignidade que ele lhe assegura, em contraste com sistema de vida do regime comunista.

Esse trabalho se torna ainda mais convincente e mais fácil quando se dá maior ênfase à participação do Exército nos empreendimentos construtivos de ação cívica e de obras assistenciais, sobretudo nas áreas mais vulneráveis à propaganda comunista.

No caso do Brasil, tal orientação tem sido comprovadamente benéfica. Pude verificá-lo como comandante do nosso IV Exército. Sua área de jurisdição abrange, do Maranhão à Bahia, precisamente os nove estados mais atingidos, antes da Revolução Democrática de 31 de março de 1964, pela ação da propaganda comunista, num setor de maior vulnerabilidade para a defesa do continente, tanto pela posição geográfica do Nordeste, como pelos chocantes contrastes entre uma pequena minoria de homens ricos e a pobreza generalizada da população.

Sobre a influência de um Governo seriamente comprometido com a subversão da ordem social, o país marchava francamente para a comunização, mediante a arregimentação dos trabalhadores do campo e o enfraquecimento progressivo da coesão e da disciplina do Exército.

Verificou-se, porém, a solidez da consciência democrática dos nossos quadros militares, inclusive dos sargentos, que foram particularmente visados pela catequese subversiva. O Exército pode por isso, resistir, dentro da sua sólida estrutura hierárquica, de modo a insurgir-se, como um todo. na hora adequada, para a preservação das nossas instituições tradicionais.

Para isso, concorreu, substancialmente, o apreço e a confiança do povo do Nordeste no militar brasileiro. E esses sentimentos decorrem sobretudo, da grande influência que exerce o quartel, na assistência que lhe presta, na educação que lhe dá, mas, de modo muito notável, no apoio substancial com que a nossa engenharia militar concorre, no interior nordestino, para valorizar o homem e para realizar os empreendimentos públicos essenciais, reclamados pelas condições de vida da população.

O emprego do Exército em tais ações cívicas é, aliás, no Brasil, uma tradição secular.

Isso não significa, porém, que o Exército seja imune à propaganda comunista, sobretudo quando o organismo político administrativo do Governo abre vulnerabilidade à infiltração e à ação de elementos comprometidos com o comunismo, como ocorria no Brasil antes da Revolução de 31 de março de 1964.

É, aliás, dessa possível contingência que pode surgir a segunda força, decorrente das vulnerabilidades internas da organização nacional, contra cujos efeitos deve ser preservada, convenientemente a estrutura espiritual da Força Armada.

Em casos extremos, de omissão ou ação do Governo, capaz de comprometer a segurança das instituições democráticas, vêem-se as Forças Armadas no grave dilema, entre violentar a lei ou trair a Pátria, da qual elas constituem a garantia derradeira.

Tal é a razão pela qual, enquanto o grau de maturidade de consciência democrática da nação não preservá-la, como é o nosso grande anseio, contra a ameaça cada vez mais presente e mais flagrante do comunismo internacional, o Exército, como Força Armada, mais interiorizada e mais apta para enfrentar tal contingência, no preparo do homem e nas operações anti-guerrilha, terá que ter, além de uma organização imune às flutuações perigosas da política partidária, a mentalidade fortalecida e esclarecida nesse sentido e a capacidade de atuar, com eficiência, contra as ações da guerra revolucionária, na sua fase de violência.

A Guerra Revolucionária e a Organização do Exército

As considerações anteriores repercutem substancialmente na organização do Exército sobretudo nos três seguintes aspectos prioritários:

1) o imperativo de fortalecer a consciência democrática, sobretudo a dos oficiais, exigindo-se deles absoluta convicção e lealdade comprovada à democracia;

2) a relevância de que se reveste o preparo ideológico do homem que deve constituir o objetivo fundamental da instrução militar, já que mais importa preparar-lhe o espírito para defender a democracia do que aprimorar o seu físico e formar nele o técnico ou combatente, sem a certeza e, muito menos com a dúvida de que ele seja fiel e firme, nas suas convicções democráticas;

3) a organização militar deve responder à ameaça da guerra revolucionária, através da localização adequada dos quartéis, do aparelhamento e especialização de certas unidades e do cuidadoso exame da mentalidade do homem a ser incorporado ao Exército.

Papel do Instrutor e Objetivo da Instrução

A orientação tradicional da instituição militar sempre foi ditada pelas exigências da guerra convencional, inclusive depois do último conflito internacional em que se imprimiu maior esforço à tecnização do combatente cujo padrão profissional teve de ser mais apurado para o emprego de processos e de materiais de complexidade maior, por força do progresso tecnológico.

Sem se descuidar, porém, de tais aspectos, as nações comunistas criaram um tipo de guerra diferente, conduzida por fases características, dentro do território do próprio organismo dos governos das nações a serem conquistadas com a catequese e uso do próprio elemento nacional. Elas desfiguraram e disfarçaram, assim, o ato formal de agressão, para apresentá-la como movimento político espontâneo do próprio povo agredido. Fazem, pois, uma guerra que não apresentam como guerra, ficando em condições de se dizerem defensores da paz, contra uma suposta agressão das nações capitalistas a que atribuem a intenção de querer sufocar, pela guerra, a liberdade dos povos "oprimidos".

É claro que esse tipo de guerra é menos caracterizado de agressão e, feita no interior do país, incide também sobre o Exército, para subvertê-lo e destruí-lo. E pode processar-se, inclusive, dentro das suas fileiras. Insufla-se, para isso, o sargento, que tem contato mais direto com os soldados, contra a oficialidade e os comandos superiores através do preparo e do aproveitamento de líderes bem escolhidos. Infiltram-se, por outro lado, no quartel, na fase da incorporação dos recrutas, homens de adequado preparo intelectual e aptos para a doutrinação dos seus camaradas.

A função do instrutor assume, pois, para o objetivo de neutralizar e eliminar a influência da catequese clandestina, uma responsabilidade relevante, que não deve escapar à sua preparação e ao seu espírito sem prejuízo dos outros meios de controle do comando.

Ele deve, ao mesmo tempo, esclarecer o espírito dos seus instruendos, e procurar auscultá-lo e sentí-lo através do diálogo e da convivência direta e estreita.

A instrução cívica, mais do que a técnica, se reveste, por isso mesmo, de particular relevância.

Merece, então, a maior ênfase, o esclarecimento sobre as virtudes do regime democrático, com a alusão oportuna, sem exageros e objetiva, a respeito da condição do homem e das restrições da sua liberdade, no mundo comunista.

A história dos povos da América, toda cheia de luta pela liberdade, proporciona, nesse sentido, sugestivos exemplos para fortalecer a consciência cívica e o espírito democrático do soldado.

Tal é a orientação que se deve imprimir ao preparo do instrutor, para esse objetivo particular da instrução. Ela exige documentação a ser elaborada com o maior cuidado, sob a responsabilidade e as diretrizes do Estado-Maior do Exército.

Não basta ao instrutor, nos Exércitos democráticos em que o homem pensa livremente, conhecer com segurança os processos e os materiais modernos de combate, pois o que lhe importa principalmente, é preparar e conduzir os homens que lhe cumpre comandar.

Em face do impacto da guerra ideológica, que obriga o Exército democrático a dar a devida ênfase às operações anti-subversivas, mais importa contar com a lealdade do espírito do homem do que com o seu maior preparo no emprego das armas de combate, pois estas, postas em suas mãos, podem transformar-se em perigoso instrumento antipátria, se forem conduzidas e utilizadas por um espírito vacilante ou de formação negativa capaz de trair a democracia, ou, até mesmo industriado para traí-la.

A Nova Mentalidade do Exército Democrático

Essas idéias fundamentais, que resultam da observação da conjuntura político-militar criada pela guerra revolucionária, terão que repercutir na mentalidade do Exército democrático, com reflexos importantes no espírito profissional dos seus quadros de oficiais.

O conceito tradicional de profissionalismo, na carreira militar, estabeleceu um limite muito rígido no espírito do oficial do Exército levando-o a absorver-se inteira e exclusivamente no estudo da guerra convencionnal, com incursões eventuais nos problemas da guerra atômica, por constituir esta um campo novo abrindo, para o futuro, a perspectiva de superar todos os processos tradicionais da guerra.

De qualquer modo, o quadro político interno, em que os problemas de manutenção da ordem constituiam, de modo geral, questões de natureza policial, só eventualmente interessava ao espírito do oficial do Exército, havendo mesmo a noção de que poderiam deturpá-lo, desviando-o dos estudos da guerra externa, normalmente mais complexos e mais relevantes para um plano julgado mais baixo ou mais condizente com a posição da força policial.

A guerrilha, por exemplo, é assunto que somente por força da conjuntura criada pela guerra revolucionária começa a figurar nas bibliotecas e nas preocupações do Exército.

É, entretanto tipo de operações militares a que há muito tempo emprestam uma importância prioritária os 40 Estados comunistas de acordo com o objetivo estratégico de destruir as forças regulares das nações democráticas, dentro de seus próprios territórios, como processo, aliás tradicional, de luta do fraco contra o forte.

Nos seus traços gerais característicos, ganha importância predominante o conhecimento seguro no terreno da mentalidade do povo local das peculiaridades da vida e dos líderes de maior influência, o que dá à polícia estadual e às autoridades a segurança dos municípios um papel predominante nas operações preventivas e repressivas, iniciais, e no assessoramento da Força Federal na fase mais adiantada do processo subversivo, quando ela é chamada a atuar contra grupos mais numerosos e bem armados.

Verifica-se, assim, que o combate ao comunismo impõe ao Exército, não apenas a instrução e o aparelhamento especializados, exigidos pelas características das operações da guerra revolucionária, como a adaptação da mentalidade dos seus quadros, inclusive para levá-los a emprestar o necessário interesse aos processos de combate que dela decorrem, instruindo-se para tal fim, o que repercute na seleção e no preparo cuidadoso dos homens aptos para as missões correntes que terão de desempenhar.

Cresce também de importância com o problema do combate ao comunismo, a estrutura da segurança interna que deve ser permanente e cobrir as áreas mais vulneráveis.

É esta uma incumbência a ser atribuída aos comandos militares de áreas, com base nos próprios elementos de informações das grandes unidades e unidades do Exército, em estreita ligação com os elementos de informação dos órgãos federais e regionais.

Pela sua formação democrática e pelo seu caráter eminentemente nacional, que põe sempre os interesses da Pátria acima das contingências de caráter político e, particularmente, dos aspectos e das tendências peculiares das diversas áreas do território nacional, é em última análise, o Exército o instrumento natural de preservação das instituições nacionais.

Isso conduz os governos ameaçados pelo comunismo a apelar para o Exército, a prepará-lo e empregá-lo para enfrentar tal ameaça.

Decorre daí, a necessidade de adaptá-lo para esse fim, e essa adaptação requer, principalmente, o ajustamento da mentalidade dos quadros, cumprindo conduzí-la de modo seguro e adequado, sem comprometer as outras grandes missões tradicionais, e sempre relevantes, que estão na própria razão de ser do Exército e também na vocação e no caráter dos que escolhem a carreira das armas como profissão.

A Experiência Brasileira

No quadro do continente sul-americano, creio já ser possível afirmar-se que a guerra revolucionária abrange hoje, indisfarçavelmente, em-

bora em graus diferentes de intensidade e de fase de desenvolvimento, a totalidade do nosso território.

Não é, nem poderia ser, fenômeno restrito ao âmbito nacional de determinado país, pois se trata de uma guerra de objetivos globais porém, a sua insidência se reveste de aspectos peculiares em cada país em virtude das suas respectivas situações políticas, social e econômica.

O Brasil registrou, antes de 31 de março de 1964, o caso único de um Governo eleito sob o regime democrático e sob juramento, embora posto em dúvida desde o início, de fidelidade a esse regime, orientar-se, depois, no sentido de admitir, e até estimular, o trabalho de comunização do país, através principalmente, de super-poder extra-legal que atribuiu à cúpula dos organismos sindicais, constituída em órgãos de direção política ostensivamente comprometida com o comunismo internacional.

O grande ensinamento resultante da revolução brasileira, a que julgamos mais adequado chamar de contra-revolução, é o de que o reduto maior, o último e inexpugnável reduto da defesa da democracia contra o comunismo, num país da mentalidade sul-americana, dentro das condições gerais e semelhantes que prevalecem na totalidade do nosso continente, é, em última análise, o espírito das Forças Armadas.

Com base nas tradições democráticas do povo brasileiro, que são as de todos os povos do nosso continente, o Exército longe de limitar-se a cultivá-las nos seus aspectos puramente históricos e emocionais, empenhou-se em alimentá-las e aproveitá-las como ponto fundamental da instrução dos seus quadros, mediante o esclarecimento dos mesmos sobre a conjuntura internacional e, particularmente, sobre o processo da guerra revolucionária e a interpretação realística e objetiva dos aspectos nacionais e dos seus reflexos sobre a segurança nacional.

Nessa instrução de esclarecimento representam papel decisivo as escolas de Estado-Maior das três Forças Armadas, notadamente a do Exército, inclusive pela difusão dos seus estudos nos meios civis.

A Escola Superior de Guerra como instituto de altos estudos dos problemas nacionais, recebendo militares e civis de grandes credenciais de cultura, também constitui um centro importante de difusão de ensinamentos sobre a conjuntura nacional, com reflexos muito afirmativos no fortalecimento e no esclarecimento da consciência cívica e democrática da nação.

Mas foi, sem dúvida, dentro do Exército, que o conhecimento e a advertência sobre a ameaça da guerra revolucionária foram objeto de trabalho intelectual mais adequado, mais cuidadoso e mais produtivo.

A orientação do preparo do oficial e formação de sua cultura profissional, com reflexos imediatos nos métodos de instrução e na sua ação de instrutor devem dar a maior ênfase à ameaça da guerra revolucionária, como preocupação prioritária na elaboração dos programas e na

seleção dos oficiais incumbidos de ministrá-los. Essa é uma observação importante que resulta da experiência brasileira.

Conclusões

1) Embora o combate ao comunismo seja, antes de tudo, problema a ser resolvido no campo social e no campo econômico, requerendo orientação adequada da educação e da cultura à Força Armada, é a estrutura de força e de espírito aquela destinada a resguardar, contra ele, as instituições nacionais em situação de crise e a fortalecê-las e afirmá-las na formação cívica do povo, através do serviço militar.

2) Importa, pois, fundamentalmente impedir a infiltração na Força Armada de elementos ou de idéias subversivas, além de defendê-la das influências políticas de outras influências que possam enfraquecer a sua coesão e a sua unidade de espírito. É nela que repousa, nos estágios finais da guerra revolucionária, a defesa da democracia contra o comunismo.

3) A Instrução Militar e a formação e seleção dos instrutores desempenham, nesse sentido, papel da maior relevância, cumprindo destacar, também, o cuidado que se deve emprestar à mentalidade ideológica dos homens a serem incorporados à Força Armada, através do estudo de suas atividades e de suas ligações na vida civil.

4) A guerra revolucionária exige da Força Armada o conhecimento seguro do terreno, na área da sua responsabilidade, assim como, nos setores mais ameaçados dessa área, do ambiente de vida, dos sentimentos da população e das atividades dos principais líderes.

5) Nas regiões de fronteira, propícias à formação de bases de atividades subversivas, a ação contra o comunismo assume aspectos especiais, reclamando medidas coordenadas pelos governos interessados e permanente intercâmbio, através de planos elaborados em comum.

6) A participação da Força Armada em programas de ação cívica tanto concorrem para fortalecer o conceito do Exército na opinião pública, pela sua contribuição direta e clara em benefício do povo, como o coloca na convivência mais direta e íntima com as classes mais pobres, beneficiando-as com a sua presença, o seu apoio e a influência do seu espírito cívico.

7) A adaptação da organização e do aparelhamento da Força Armada, às exigências da luta contra o comunismo, deve ser feita com a constituição de unidades especiais, inclusive no sistema de recrutamento e na duração do tempo de serviço do homem.

8) O aspecto essencial e preponderante do problema do combate ao comunismo na Força Armada é de ordem espiritual. É ainda mais importante esclarecer e fortalecer o espírito do homem, para dar-lhe a

convicção ideológica necessária ao verdadeiro defensor da democracia, do que simplesmente a capacidade e as armas de combatente, sem preservá-lo contra a influência da catequese e outras influências capazes de transformá-lo num inimigo da democracia.

Considerações Finais

Esta VI Conferência dos Exércitos Americanos, dentro do propósito geral de propiciar o nosso intercâmbio de idéias e a nossa contribuição recíproca, com vistas ao progresso e à segurança do continente, tem o objetivo específico de "uniformizar critérios e de obter conclusões sobre o papel do Exército no desenvolvimento nacional como elemento no processo contra-subversivo".

Esse papel é, sem dúvida, da mais relevante importância, sobretudo nos países de desenvolvimento econômico e político ainda não solidamente sedimentado, pelas vulnerabilidades que, por isso mesmo, ainda apresentam as suas estruturas democráticas.

O Exército ainda representa, para eles, o último reduto contra a agressão ideológica e material do totalitarismo comunista, pela sua condição de Força Armada, com unidade de espírito e capacidade para conservar-se imune às flutuações da política patidária, além de mais presente e atuante em toda a extensão do território nacional, com participação mais íntima na vida do povo e mais representativa da classe média.

Explica-se, por isso mesmo, o sábio conceito de que o Exército é a própria sociedade armada.

Daí resulta que constitui condição fundamental para que a nação possa enfrentar a agressão comunista, sobretudo nos seus aspectos mais violentos, isto é, nos estágios finais do processo da Guerra Revolucionária, a preservação do espírito democrático e da coesão do Exército contra a infiltração comunista no seu próprio organismo.

Foi precisamente este o assunto que me coube abordar, nesta palestra de 30 minutos, como representante do Brasil, através dos conceitos que procurei sintetizar, com base, principalmente, na experiência brasileira.

Recebam-na, pois, os ilustres camaradas dos Exércitos amigos aqui representados, como simples contribuição que há de servir pelo menos, para motivar a nossa troca de idéias sobre o mais grave problema atual para a segurança do nosso continente e para a felicidade e a dignidade da vida dos povos das Américas.

A CONTRIBUIÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO

Entre os quatro temas básicos sugeridos pelo Exército Brasileiro para a Agenda da VIII Conferência de Exércitos Americanos e aprovados pelos delegados à Reunião Preparatória, realizada em junho de 1968, o de número 3 refere-se à Colaboração dos Exércitos Americanos para o Desenvolvimento Nacional. Sua finalidade foi definida como sendo a de "proporcionar a troca de idéias e experiências, de interesses dos Exércitos Americanos, em questões ligadas ao problema do desenvolvimento dos seus países". O alcance a ser atingido pelo debate do tema será o de "chegar a conclusões que consubstanciem a colaboração dos Exércitos Americanos em prol do desenvolvimento de seus países, sem prejuízo de sua missão principal".

A fim de facilitar o estudo desse tema, deliberou-se, na Reunião Preparatória, que os Exércitos participantes da VIII CEA deveriam ser solicitados a remeterem à Secretaria até 1.° de setembro de 1968, para divulgação durante a realização da Conferência, um Relatório, contendo: informações relativas às experiências realizadas no campo da Ação Cívico-Social, a partir de novembro de 1966, (data da conferência realizada anteriormente); síntese da programação de Ação Cívico-Social prevista pelo Exército informante; assim como os ensinamentos colhidos no planejamento e na execução da Ação Cívico-Social.

O documento, a seguir transcrito textualmente, é o Relatório do Exército Brasileiro, a ser apresentado aos demais Exércitos Americanos, no decurso da Conferência. Compreende as nossas experiências e vivências no que respeita à ajuda militar ao progresso social, econômico e cultural da nação brasileira. Trata-se de um documento sintético, objetivo e realista, de profunda significação para a compreensão do verdadeiro papel do Exército Brasileiro em nossos dias. O relato situa-se no quadro específico da ação força terrestre, não compreendendo, portanto, a extraordinária contribuição da Marinha e da Aeronáutica.

Com este trabalho e, certamente, com a participação nos debates, o Exército Brasileiro ofereceu uma contribuição bastante válida à ação

de todos e de cada um dos Exércitos Americanos em benefício do progresso de suas nações.

Introdução

O Exército Brasileiro, desde os tempos coloniais, forma entre os propulsores do progresso social econômico e cultural do país, sem prejuízo de seu papel como instituição essencialmente voltada para a defesa da pátria e garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem.

Em vários campos, sua ação foi pioneira, como na construção de ferrovias e rodovias no interior do país, na construção de linhas telegráficas, no ensino da engenharia especializada, na formação de especialistas em educação física, na colonização de áreas fronteiriças, nas técnicas de seleção de pessoal, assim como no surto de desenvolvimento industrial brasileiro.

Na medida em que se consolidava o progresso em cada área, ia o Exército, conscientemente, abandonando sua posição de vanguarda e deixando caminho aberto à ação de órgãos estatais específicos e da própria iniciativa privada.

Hoje seu esforço se concentra na tarefa de integração de áreas mais subdesenvolvidas do território nacional como o Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia — num trabalho de verdadeira interiorização da cultura brasileira e de afirmação de nossa soberania nessas áreas.

Experiências Realizadas a Partir de 1966

No lapso de tempo entre as VII e VIII CEA, grande experiência do Exército Brasileiro no campo da Ação Cívico-Social foi o Projeto Rondon.

Grupo de eminentes educadores da Universidade do Estado da Guanabara — em íntima ligação com o Exército, através de sua Escola de Comando e Estado-Maior, preocupados com os graves problemas da integração da instituição universitária à vida nacional, com a tentativa de deteriorização das relações entre a mocidade e as Forças Armadas e com o desaproveitamento da extraordinária força do idealismo dos estudantes, concebeu o projeto de congregá-los, nos períodos de férias escolares, para uma visita de estudos às áreas onde o Exército realiza sua obra de integração nacional. Esse projeto chamou-se Rondon, buscando a inspiração no grande sertanista.

A primeira tentativa foi feita no mês de julho de 1967, após meticulosa preparação, na área do 5.° Batalhão de Construção, em Rondônia. Ali, acadêmicos de todas as especializações viveram a primeira grande experiência profissional, atendendo milhares de pessoas.

Vitorioso o plano-piloto, o Projeto Rondon foi transformado numa verdadeira operação, de âmbito nacional, ampliado em sua área de ação e nas entidades a seu serviço. É hoje um plano nacional, regulamentado e dirigido pelo Ministério do Interior, congregando as Forças Armadas, as universidades, entidades civis, órgãos estaduais e federais.

É um movimento que desloca, periodicamente, milhares de estudantes, de todas as regiões do país, para o trabalho em áreas subdesenvolvidas, como o Nordeste, Centro-Oeste e a Amazônia.

A idéia central do Projeto Rondon está sendo aplicada — num extraordinário efeito multiplicador — no plano estadual e no campo de determinadas atividades específicas.

Apesar de sua ampliação, as Forças Armadas são ainda os grandes suportes do Projeto Rondon, o Exército recebendo, nas suas Unidades de Fronteira e de Construção, parcelas ponderáveis da mocidade, transportadas pelos aviões da Aeronáutica e pelos navios da Marinha.

Graças ao Projeto Rondon, têm podido os estudantes conhecer pessoalmente, os grandes problemas regionais, assim como as regiões escolhidas receberem sangue novo para vivificá-las.

Além dessa vitoriosa experiência, o Exército Brasileiro, nestes dois últimos anos, mais aperfeiçoou e intensificou as suas atividades já consolidadas e consagradas de contribuição para o progresso social, econômico e cultural do país.

Síntese da Programação de Ação Cívico-Social

a) *Colaboração nos Campos Social e Econômico*

1) Assistência de Engenharia

O esforço atual da engenharia militar pode ser assim sintetizado: Unidades de Engenharia de Construção ultimam o Tronco Sul (Ligação ferroviária de Brasília à fronteira uruguaia; o 1.º Grupamento de Engenharia (3.º BE) opera em toda a região nordestina; o 5.º BEC constrói a rodovia que vai de Cuiabá ao Acre, na fronteira peruana, e estão prestes a serem deslocadas Unidade de Engenharia, do Sul do país para a Região Amazônica, ou a serem criadas outras.

O Exército Brasileiro já construiu 1.400 quilômetros de ferrovias e 2.100 quilômetros de rodovias, estando presentemente empenhado em tarefas que alcançam mais 1.600 quilômetros de ferrovias e 3.000 quilômetros de rodovias, em consonância com os órgãos civis específicos.

2) Assistência Sanitária

A manutenção pelo Exército de postos médicos, postos odontológicos, farmácias e laboratórios, devidamente providos de pessoal e de material, em todo o território nacional especialmente em regiões onde nada existe no setor civil — contribui para essa assistência. Assinala-se a sua presença em campanhas sanitárias — em particular de vacinação e distribuição de remédios — na purificação de água e no levantamento dos padrões sanitários do povo, pelo hábito de uma alimentação racional e sadia.

3) Assistência Veterinária

O Exército Brasileiro está em condições de realizar a vacinação de rebanhos, a exames de carnes e o combate a epidemias, havendo para isso planejamentos feitos em ligação com os órgãos específicos.

4) Assistência de Engenharia Hidráulica

As Unidades de Engenharia Militar integram-se aos esforços dos organismos civis, na construção de postos, açudes, esgotos e canais de irrigação, especialmente no Nordeste.

5) Assistência Habitacional

Construção de casas e vilas, para militares e civis, principalmente em áreas carentes, em convênio com outros órgãos ou com seus próprios recursos, sobretudo no Nordeste e em toda a fronteira amazônica.

6) Assistência de Telecomunicações

Trabalhos de construção de linhas telegráficas em várias regiões do país, continuando a internacionalmente conhecida ação dos engenheiros militares brasileiros — com o Marechal Rondon à frente — que permitiu a ligação dos centros vitais com imensas faixas do Norte e do Cestro-Oeste brasileiro.

Não morreu com Rondon esse trabalho, ele continua em todo território nacional, com o mesmo espírito e a mesma abnegação do grande sertanista.

Além disso, o Exército mantém em funcionamento estações radiotelegráficas que, em vários locais, constituem o único meio de comunicações com as cidades maiores.

7) Assistência de Suprimento

Visando ao atendimento da família militar e das populações circunvizinhas, o Exército mantém as áreas de comércio carente uma assistência de abastecimento, que compreende armazéns, açougues, farmácias, granjas, hortas, etc., indispensáveis à vida. Em muitos lugares, essas organizações, além de proverem às necessidades básicas das populações, constituem-se em verdadeiras escolas profissionais de formação de mão-de-obra especializada.

8) Assistência nas calamidades públicas

Todas as Grandes Unidades e Unidades brasileiras têm pronto, constantemente atualizado, um planejamento para o socorro às populações nos casos de calamidades públicas.

As estruturas do Exército e o sentido de missão — que caracteriza o trabalho de todo o seu pessoal — são utilizados para aglutinar a extraordinária capacidade de solidariedade e o espírito comunitário das populações brasileiras, somente evidenciados, em plenitude, nos graves momentos de infortúnio coletivo.

Graças a isso, pôde o Exército identificar-se com o povo a ajudá-lo na seca nordestina de 1958, no rompimento da barragem de Orós, no desabamento da ponte que interrompeu o tráfego de Brasília para o resto do país, no incêndio de matas do Paraná, nas inundações gaúchas, nas cheias nordestinas e nas trombas-d'água da Serra das Araras, de Itaguaí e Caraguatatuba, assim como em todos os casos de menor monta, que lhe permitiram total identificação com o povo.

O Exército Brasileiro está, assim, preparado para o atendimento de calamidades públicas em qualquer parte do território nacional, reunindo e aplicando recursos de toda ordem que venham a ser mobilizados a serviço das populações flageladas.

9) Assistência cartográfica

Prosseguem os trabalhos de levantamento fotocartográfico do território nacional, com pronunciado esforço na confecção de cartas cujas escalas variam de 1/10.000 a 1/100.000.

Nos trabalhos preliminares para a construção da ponte Rio-Niterói, foi inestimável a colaboração da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército.

10) Assistência recreativa e comunitária

As unidades militares, sobretudo a Escola de Educação Física do Exército e as que dispõem de instalações esportivas apropriadas, têm

planejado a realização de Colônias de Férias para as crianças da comunidade onde estão jurisdicionadas. As Colônias de Férias são um conjunto de atividades recreativas, desportivas e cívicas em que as crianças se empenham nas férias escolares, servindo como um excelente traço de união entre o quartel e a comunidade.

Outra importante contribuição para identificação do Exército com a comunidade, em todas as guarnições militares, é a cessão de instalações esportivas para a realização de competições estudantis e para a prática rotineira da Educação Física, assim como a hospedagem de delegações de naturezas diversas.

Além disso, há um planejamento de retretas e concertos, por Bandas de Música militares, especialmente nas guarnições do interior.

b) *Contribuição no Campo Cultural*

1) Escolas

O Exército continuará mantendo escolas em toda a região de aquartelamento militar onde não haja organização escolar civil, abertas à toda a população local, com professores e recursos de natureza militar.

2) Bibliotecas

A Biblioteca do Exército é uma organização que, isoladamente, ou em convênio com editores civis, edita um livro por mês; numa tiragem de cerca de 15.000 exemplares, para leitores espalhados por todo o país, com uma notável capacidade de penetração.

Além disso, ela mantém salas de leitura, abertas ao público em todas as guarnições militares de certa expressão, sem prejuízo das bibliotecas de todas as organizações militares, sobretudo das escolas, sendo famosas as bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior, do Instituto Militar de Engenharia e da Academia Militar das Agulhas Negras.

c) *Esforços globais no sentido do progresso do País*

1) Além dos esforços que realiza, nos campos social, econômico e cultural, o Exército tem ação global, simultânea em todos os campos em três tipos de iniciativas:

— Colonização Militar
— Projeto Rondon
— Operação de Assistência Social

2) Colonização Militar

As Colônias Militares remontam ao tempo de Brasil-Colônia, mas ainda hoje existem na Amazônia e no Oeste.

Em cada uma delas, o Exército é tudo e faz tudo. Afirma a nossa soberania e coloniza. Elas e as Unidades de Fronteira são comunidades pioneiras. Em muitas o progresso já chegou. Em outras, trata-se de dar às populações as mais elementares condições humanas. São postos, destacamentos, pelotões, companhias, colônias, grupos, regimentos e divisões. Grandes ou pequenas, são comunidades afins, empenhadas no mesmo ofício patriótico, de afirmação do Brasil, de aglutinação da gente brasileira, de arraial da civilização.

O Exército Brasileiro continuará dando às suas Colônias Militares e Unidades de Fronteira (que funcionam como verdadeiras Colônias) todo o apoio de que necessitam para a realização de sua obra pioneira. Seu esforço estará perfeitamente sintonizado com o planejamento de órgãos civis de desenvolvimento regional.

3) Projeto Rondon

O Exército Brasileiro continuará dando todo o apoio necessário ao prosseguimento dessa vitoriosa iniciativa, de forma a interessar nos problemas de desenvolvimento de regiões mais agudamente subdesenvolvidas um número cada vez maior de jovens brasileiros. Hoje o Projeto Rondon não é um Projeto é uma verdadeira Operação. Não pertence a uma Força Armada ou a uma universidade, mas sim é um esforço total de integração da mocidade à problemática construtiva nacional e de integração de regiões subdesenvolvidas, como a Amazônia, em que o Brasil faz questão de assinalar a sua soberania com o trabalho fecundante.

4) Operações de Assistência Social

Preferentemente essas Operações são realizadas durante a execução de exercícios militares prolongados, em áreas previamente escolhidas, em princípio carentes de boa assistência social.

São normalmente precedidas de ampla divulgação, em que a população interessada é informada e instruída, para que a sua participação como beneficiária seja a mais proveitosa. Nesse trabalho de preparação, são usados todos os meios de divulgação disponíveis.

3) Assistência religiosa

O Exército mantém um serviço de assistência religiosa em todas as organizações militares, sendo que em muitos lugares a única igreja é a do Exército.

4) Ensino primário

Todas as organizações militares mantém escolas primárias. Ninguém poderá fazer-se reservista, sendo analfabeto. Além disso, o Exército realiza campanhas de alfabetização, isoladamente, ou aglutinando os esforços comunitários ou dos organismos oficiais.

5) Ensino médio

O Exército mantém uma rede de estabelecimentos de ensino nível médio: os famosos colégios militares, ainda hoje considerados entre os melhores ginásios do país, que continuarão em atividade, não obstante o grande ônus financeiro de sua existência. Outra significativa contribuição é proporcionada pelas Escolas Preparatórias de Cadetes, considerando que boa parte de seus alunos reverte à vida civil.

6) Ensino universitário

A Engenharia brasileira, civil e militar, nasceu integrada no mesmo tronco — a Academia Real Militar — berço da Escola Central, da Escola Nacional de Engenharia e do Instituto Militar de Engenharia.

Embora já haja passado a fase pioneira, o Exército mantém ainda o Instituto Militar de Engenharia, para suprir suas necessidades e colaborar ainda no esforço nacional. Casa aberta à mocidade civil — posto que congrega civis e militares para formar engenheiros da ativa e da reserva, o IME continuará realizando essa verdadeira integração pela educação.

A notável contribuição do IME para o desenvolvimento cultural do Brasil não pode ser medida, apenas, pelo que ele ainda hoje produz no tocante à formação de engenheiros, mas pode ser avaliada pela presença de uma grande quantidade de oficiais de alto gabarito técnico que, havendo revertido à vida civil, empresta seu concurso, como professores altamente qualificados, às universidades civis.

7) Ensino especializado

Visando prioritamente a satisfazer as suas necessidades específicas, mas indiretamente, atendendo ao progresso do país, sobretudo pelo aproveitamento de seus técnicos, quando do retorno à vida civil, o Exército forma, entre outros, especialistas em motomecanização, comunicações, técnica de ensino, técnica de administração de pessoal e em seleção de pessoal, profissionais ainda hoje muito solicitados pelas organizações civis.

Releva notar ainda que, no campo do ensino técnico-profissional e da formação de mão-de-obra especializada, anualmente, o Exército devolve à sociedade uma variedade de especialistas de toda gama.

Além de contribuir para o desenvolvimento das disponibilidades de mão-de-obra especializada, pela devolução anual, à vida civil, de imensos contingentes de profissionais formados e qualificados na caserna, o Exército Brasileiro tem projetos, em consonância com órgãos civis específicos, para a aceleração dessa contribuição, constituindo, em certas organizações militares, verdadeiras escolas de formação profissional, que asseguram a cada conscrito uma profissão segura quando de seu licenciamento.

Além disso, está em elaboração um projeto de grande alcance, fruto da dedicação de técnicos do Instituto de Seleção e Orientação Profissional e do Centro de Estudos de Pessoal do Exército, no sentido de que todo o brasileiro, no ato de sua apresentação — servindo ou não ao Exército — faça um teste vocacional que o oriente sobre a escolha de sua futura atividade.

Quando posto em execução, esse projeto poderá prestar um extraordinária benefício ao Brasil, na célula de cada município, orientando cada homem para a sua verdadeira vocação e proporcionando os organismos destinados à formação de mão-de-obra especializada os dados básicos necessários à prestação de seus serviços.

8) Desenvolvimento Industrial Brasileiro

O Exército formou muitos dos idealistas e patriotas que organizaram as fábricas e laboratórios onde amadureceu a consciência Tecnológico-científica do Brasil. Dele partiram alguns dos construtores de nossas indústrias siderúrgicas, automobilística, petroquímica, bem como alguns homens que formaram entre os pioneiros da energia hidroelétrica, da eletrônica e da física nuclear brasileira.

Embora já ultrapassado o ciclo do pioneirismo, o Exército ainda mantém fabricas e arsenais, para produzir materiais para as suas necessidades.

A tendência é no sentido de aumentar a eficiência operativa do Exército reequipando-o com os frutos de nosso trabalho, preferentemente na indústria civil e, nas fábricas militares, naqueles artigos de pouca viabilidade comercial ou por imperiosas razões de segurança.

9) Pesquisa e Desenvolvimento

O Exército Brasileiro destinou uma razoável dotação de recursos, no próximo orçamento, ao esforço de Pesquisa e Desenvolvimento e vem dando a esse setor a melhor consideração, selecionando pessoal altamente capacitado, aperfeiçoando esse pessoal e dotando-o dos meios possíveis necessários à sua importante missão. Nunca será demasiado ressaltar que as energias empregadas nesse campo têm um notável efeito multiplica-

dor, de âmbito nacional, resultante no amadurecimento da consciência tecnológico-científica do Brasil.

A organização militar entra em ligação com autoridades e órgãos administrativos civis e até mesmo com entidades de caráter privado — sobretudo clubes de serviço — para, em perfeito entendimento, obter-se a colaboração psicológica, os meios e os recursos necessários ao êxito do empreendimento.

Realizam-se reconhecimentos preliminares, visando a levantar as necessidades mais prementes das populações. Normalmente, os aspectos prioritários são os: médico, odontológico, educacional, sanitário, agronômico, alimentar, trabalhos ligeiros e urgentes de engenharia.

Durante a permanência da unidade militar na área, a atividade é intensa, havendo problemas resolvidos e outros iniciados. Posteriormente, são mantidos contactos periódicos com os beneficiários, para a conclusão dos trabalhos interrompidos e para o acompanhamento dos resultados e dos efeitos.

No Exército Brasileiro, as operações de assistência social são hoje uma operação normal, da rotina militar, planejadas, organizadas, com naturalidade e simplicidade por qualquer unidade ou grande unidade. Sua realização já não constitui um fato novo na vida da organização, mas uma prática construtiva, perfeitamente consolidada.

Todas as organizações militares têm um planejamento de assistência social, executado em épocas específicas, especialmente quando da realização de exercícios no terreno, de tal forma que a passagem da tropa de Exército por qualquer região sempre seja benefício e um fator de progresso e de estímulo à população local.

Ensinamentos Colhidos

Os ensinamentos colhidos pelo Exército Brasileiro no planejamento e na execução da ação cívico-social estão sintetizados nas sugestões feitas pelo nosso Delegado junto ao Comitê — 3 para recomendações da VIII CEA, a saber:

a) Reafirma-se o propósito dos Exércitos americanos de colaborarem para o desenvolvimento nacional com crescente intensidade e efetividade, mas sem prejuízo de sua missão principal, como instituições militares, com encargos básicos de defesa e segurança;

b) Considerando os aspectos psicológicos da colaboração para o desenvolvimento, seja reconhecido o seu sentido essencialmente nacional, recomendando-se que a cooperação internacional se situe no quadro da ajuda técnica, financeira e material;

c) Princípios básicos para ação cívico-social:

1) Ir ao encontro das aspirações da comunidade, sobretudo dos jovens;
2) Aplicar os maiores esforços onde maiores sejam as necessidades;
3) Ser progressivo;
4) Respeitar a cultura prevalescente na comunidade;
5) Demonstrar unidade entre os órgãos e autoridades que tenham responsabilidades no campo focalizado pelas atividades das operações de Assistência Social;
6) Incentivar a participação da população;
7) Encorajar a iniciativa privada;
8) Conservar em mente os aspectos militares envolvidos no problema e a missão principal de organização militar.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE *

Miguel Osório de Almeida

1 — Introdução — A Natureza da Confrontação entre Desenvolvimento Econômico e Preservação do Meio Ambiente.

A confrontação dos problemas ligados ao desenvolvimento econômico com os problemas ligados à preservação, recuperação ou melhoramento do meio ambiente necessita, para se tornar inteligível, de cuidadosas definições e limitações. Sem isso o assunto torna-se tão amplo e vago que seu tratamento perderá qualquer cunho de legitimidade e quaisquer perspectivas de aplicação prática.

A própria conceituação do que se entende por desenvolvimento econômico tem contornos pouco claros, podendo invadir numerosos outros campos de cogitação como a engenharia, a política, a sociologia e especialmente a psicologia, a religião, o direito e numerosas sub-disciplinas nesses campos. O desenvolvimento econômico é, amplamente, dos dois problemas em confronto, aquele que tem merecido, há muito mais tempo a concentração maciça das atenções e esforços da "inteligência" mundial, tendo os problemas de ambiente passado a receber atenção crítica em dimensões universais a partir de datas bem mais recentes.

Entretanto, apesar do imenso caminho já percorrido pelo conjunto das proposições mais ou menos integradas a que se chama, com alguma pretensão, de "ciência econômica", (em inglês *economics*) ou de "economia política", a verdade é que muito pouco se sabe de definitivo e de aplicação universal sobre o processo de desenvolvimento econômico. Algumas séries estatísticas são conhecidas sobre alguns parâmetros arbitrariamente selecionados e de relevância discutível sobre as economias dos países que se desenvolveram. Porém os problemas ligados à determinação dessas séries históricas em valores que façam sentido no pre-

* Documento apresentado ao Grupo Técnico que discutiu em Genebra o problema do meio ambiente e do desenvolvimento. Foi circulado como *Documento de trabalho*.

sente são muito grandes e a utilização das principais interrelações entre as mesmas para deduzir condições necessárias ao desenvolvimento em universos econômicos, políticos, raciais, culturais e históricos substancialmente diferentes é, na melhor das hipóteses, de valor muito relativo. O exame, hoje, do comportamento dos países desenvolvidos, onde os setores ligados a serviços se agigantam, onde os setores primários perdem muito de sua significação relativa, onde as indústrias se fazem cada vez mais "capital-intensive" e "labor-saving", onde o custo dos fatores tende a ser mais alto para o trabalho e mais baixo para o capital e onde a lei aparente do crescimento é a aceleração exponencial das rendas *per capita* — o exame de todas essas tendências e processos — parece ser de pouca relevância para os países subdesenvolvidos que tentam emergir dessa situação e onde quase todos os parâmetros deveriam, aparentemente ter sinais contrários aos indicados para os desenvolvidos. Nos países subdesenvolvidos os setores primários ainda podem apresentar as melhores perspectivas para aumentos dramáticos de produtividade e para a criação de empregos a baixos níveis de investimento. Nos mesmos a utilização de equipamentos industriais do tipo "capital-intensive" e "labor-saving" tem levado a sérios problemas de encarecimento do emprego, de falha total na formação dos mercados internos, de baixa utilização do capital fixo empregado e conseqüentes altos custos unitários, baixa competitividade, desemprego, má distribuição da renda nacional e toda a sequela de problemas sociais e políticos que esses resultados acarretam. A lei aparente do comportamento econômico, nesses países, parece ser a tendência para a estagnação secular.

Não é de espantar, portanto, que um grande número das "prescrições" desenvolvimentistas experimentados nos últimos dois decênios de esforços se demonstraram essencialmente auto-frustrantes. É, portanto, indispensáveis avaliar, com muito cuidado, o que é de fato válido na área conceitual do desenvolvimento porque só daí poder-se-á obter o tipo de confrontação com os problemas de "meio-ambiente", localizando as áreas em que as soluções dos respectivos problemas se apoiam mutuamente, ou aqueles em que as soluções são contraditórias entre si, representando um "jogo de soma zero ou até mesmo menor do que zero".

Se na área do desenvolvimento as incertezas são tão amplas, apesar de mais de dois séculos de concentração nos seus principais problemas e de milhares de volumes sobre o assunto, na área ambiental o problema parece ainda mais sério. Da mesma forma que em desenvolvimento, as ramificações do problema ambiental são quase infinitas invadindo múltiplas ciências e terrenos. As discussões preliminares para a Conferência de Estocolmo mostram que, sem sólidos critérios para a limitação das discussões, poderá a mesma perder muito de sua esperada profundidade e relevância.

Parece indispensável, ao menos no que diz respeito ao confronto dos problemas de desenvolvimento com os problemas de meio ambiente, obter desde logo algumas restrições de caráter geral, limitando o universo em que será tratado o problema ambiental. Do ângulo o mais geral, "*um*" dos principais objetivos do "desenvolvimento econômico" será, obviamente, a criação de meio ambiente sadio, agradável, desejável. Nesse sentido desapareceria o conflito entre os dois processos e tudo o que fosse feito em favor do "meio ambiente" seria contabilizado como "desenvolvimento econômico", desaparecendo o problema. Essa generalização otimista mostra sem dúvida a necessidade de clara definição do universo adequado a essa cogitação.

Talvez a melhor maneira de se chegar às limitações necessárias consiste em fazer desde logo uma pergunta, i.e., para quem — ou sob que critério — deve-se considerar que o meio ambiente é sadio, agradável, desejável?

Se para uma "anaconda" dever-se-ia transformar o mundo numa floresta pantanosa; se para um "dromedário", então a destruição de florestas e a formação de desertos não estaria caminhando com a velocidade desejável; se para a raça humana, então existem em demasia florestas pantanosas e desertos.

Como uma primeira limitação entender-se-á adiante, que o meio ambiente que se deseja preservar, recuperar ou modificar destina-se fundamentalmente a servir necessidades humanas e não reptílias, ruminantes, paquidérmicas ou quaisquer outras.

Não se porá em dúvida que as próprias necessidades humanas, entendidas como o bem-estar máximo compatível com cada conjunto de circunstâncias, poderá ser maximizado mediante maior ou menor grau de convivência, em nosso planeta, com certos tipos de animais e vegetais, domésticos ou selvagens e que deverão ser resguardados as condições ambientais necessárias aos mesmos. Porém, essa convivência, entender-se-á, estará especificamente limitada aos interesses humanos.

Em outras palavras, o meio ambiente que se deseja e de que se tratará será visto eminentemente do ângulo subjetivo e o sujeito que presidirá a esse tratamento será o "homem". Mais ainda, tratar-se-á do "homo-sapiens" entendido como idealmente no seu mais avançado estágio de "civilização", em condições plenamente adequadas de segurança física e em plena satisfação de necessidades básicas de alimentação, abrigo de intempéries e resguardo de toda e qualquer forma de agressão não humana. É para esse "sujeito" que se quer preservar ou recuperar o "ambiente"; e é eminentemente esse "sujeito" a principal causa da deterioração do mesmo, o que realiza em função exponencial de sua evolução econômica e da manutenção dos altos níveis econômicos atingidos.

Um segundo problema tem de ser considerado desde logo, ou seja, o fato de que se o aperfeiçoamento ambiental em benefício do "sujeito

homem" é entretanto um dos objetivos do processo de desenvolvimento econômico não passa de um desses objetivos, existindo vários outros. Estes representam ampla *spectra*, cuja enunciação seria prolongada e, em certas margens, controvertida, não sendo necessário enumerá-los a não ser a título exemplificativo.

Um dos principais objetivos do desenvolvimento econômico tem sido a "segurança" o que, hoje em dia, representa essencialmente segurança contra o ataque por outros homens. Uma percentagem sempre alta dos recursos correntes de cada comunidade nacional — e às vezes de agrupamentos regionais — é desviada do consumo e investimentos para a obtenção dos chamados meios de defesa, a maior parte dos quais utilizáveis na forma mais eficiente desta que tem sido historicamente o ataque. Incidentalmente, a eventual e periódica utilização em "defesa" dos recursos assim produzidos e acumulados tende a produzir efeitos altamente deteriorantes no meio ambiente necessário à humanidade.

Talvez a melhor e mais resumida maneira de evidenciar objetivos do desenvolvimento econômico que não os ambientais consista em examinar a evolução histórica das doutrinas econômicas. O homem hedonístico que só fazia o que era bom para ele e que, assim fazendo, enriquecia a si próprio e, "como que conduzido por mão invisível", também enriquecia à Nação, já está substancialmente modificado senão inteiramente abolido. O seu hedonismo, depois de Freud, pode aparecer tingido de sadismo ou de masoquismo e o seu comportamento no mercado, além de prejudicado pelas imperfeições deste, poderá estar longe do racional em termos do que se chamaria de "legitimate self-help". O pensamento econômico passou assim a ser mais estatístico-probabilístico e menos apriorístico-analítico. Se nada impede que em casos específicos os motivos do esforço econômico individual sejam puramente hedonísticos, nada impedirá, igualmente, que esse esforço não esteja de qualquer forma ligado aos prazeres dos sentidos ou da acumulação econômica. Os próprios prazeres dos sentidos, quando prevalecem, representam um *spectrum* cujas margens sadista e masoquista representam extremos anti-sociais e anti-ambientais. Reconhece-se, portanto a ausência de ordenação ou coordenação entre o comportamento do indivíduo e o desejável para a sociedade.

Além disso, cada vez mais, a orientação do processo econômico, mesmo na esfera privada, deixa de ser feita por unidades individuais e vai passando à alçada de grandes colegiados cujo objetivo aparente é o manuseio da força decorrente da acumulação e não a acumulação em si. As possibilidades de conflito, entre os objetivos desses colegiados industriais e os objetivos "ambientais" de uma sociedade que "desejasse", em termos de ambiente, aquilo que alguns sociólogos idealistas acham que ela deveria desejar, podem ser muito grandes. Em outras palavras, a atividade econômica, a partir de certo estágio no processo de desenvolvi-

mento, parece ser instintiva. O processo de desenvolvimento será menos o resultado de uma visão teleológica coletiva e mais resultado de forças determinísticas (com excessão das economias socialistas em que a visão teleológica dos objetivos a atingir é fundamental), sendo válido em si porque os homens a ele se dedicam por forças inerentes à sua própria natureza humana.

O *homo-sapiens* é também um *homo-oeconomicus*. Se aquele é naturalmente gregário e tende a reunir-se e concentrar-se, este — o *homo-oeconomicus* — necessita, para medrar em plena eficiência e produtividade, reunir-se em grupos que representam "massa crítica" muito densa na sociedade. Essa "massa crítica" mínima, economicamente necessária, antagoniza seriamente a "pureza ambiental" desejável. O homem, salvo pela sua presença e, direta ou indiretamente, é grande elemento poluidor no único sentido em que se pode tratar legitimamente o assunto.

Alguns elementos necessários ao conceito da poluição — embora não suficientes para definí-lo — são as idéias de "estranheza", "desequilíbrio" e "concentração". Só polue aquilo que é "estranho" ao ambiente ou aquilo que "desequilibra" o ambiente por aparecer em "concentrações" excessivas. A concentração de elementos estranhos ou desequilibradores tem de ser tal que a sua atuação cumulativa leve o ambiente a modificar-se, evoluindo (ou involuindo) em termos de certas características iniciais e de certos padrões de desejabilidade.

Porém as grandes concentrações humanas, historicamente verificadas como sequelas do processo de desenvolvimento e, provavelmente, causa e efeito desse desenvolvimento, provocam necessariamente outros distúrbios ambientais além daqueles ligados à sua presença direta. Os mais evidentes são ligados à intensificação da utilização de matérias-primas e recursos naturais. Utilizam-se recursos, muitos dos quais insubstituíveis, deixando em seus lugares buracos, picos arrazados, terras esgotadas, espécies animais extintas, condições ecológicas profundamente alteradas.

Existirá, assim, um certo, sentido, sobretudo o bionômico e o ecológico animal e vegetal, em que o processo de desenvolvimento econômico é necessariamente poluidor. Todo aglomerado humano, levado àquela dimensão e grau de concentração que permita a operação produtiva e eficiente de processos econômicos sofisticados é, direta e indiretamente poluidor, "anti-natural", desequilibrante.

Concluir-se-ia que existe uma contradição fundamental entre a civilização industrialmente sofisticada de nossos dias e as condições de "meio ambiente" puro, não poluído, não conspurcado, do sociólogo idealista. A primeira — a civilização industrial — pela alta produtividade que exibe representa uma das condições necessárias — altamente desejada pelos países subdesenvolvidos e em processo de aceleração nos desenvolvidos — do próprio progresso humano e a segunda uma das con-

dições necessárias de uma eventual saúde — talvez utópica — a que almeja a humanidade.

Se ignorássemos as limitações indicadas acima de que o ambiente que se deseja preservar ou aperfeiçoar se destina a melhor servir necessidades humanas o caminho da não poluição seria simplesmente o da "eutanásia" da humanidade. O mundo dos dinosauros certamente não sofria senão a poluição conseqüente ao próprio dinosauro o que poderá talvez explicar o seu virtual desaparecimento.

A tentação simplista de indicar a redução das concentrações humanas, sobretudo as urbanas, e a limitação das magnitudes globais da humanidade, como elemento essencial para a solução do problema ambiental tem sido muito grande em numerosos setores. Essa tendência, levada às suas conseqüências lógicas, e confundindo meio e fins, tem a sua caricatura final na eutanásia geral. O mundo em que as concentrações humanas fossem tão baixas que tivessem efeito poluidor nulo ou quase nulo dificilmente apresentaria as concentrações de mercado, ou justificaria as concentrações de capital, necessárias à plena eficiência do processo econômico altamente produtivo dos nossos dias. Esse mundo rarefeito em termos de humanidade poderia não representar condições de produtividade suficientes não apenas para continuação de sua evolução (com a possível exceção da biológica) mas até mesmo para sua manutenção. É necessário lembrar que a civilização suspendeu o processo relativo de aperfeiçoamento da espécie através da sobrevivência do mais forte e mais adaptado, invertendo o processo e adaptando o ambiente às condições dos mais fracos. Essa adaptação do ambiente representa, de certa forma, uma "poluição ambiental".

Na medida em que evoluiu a civilização tecnológico-industrial aumentou a "massa crítica" mínima dos agrupamentos, compatível com a eficiência econômica, política, militar, científica, etc. A cidade grega ideal era da ordem dos 10.000 cidadãos, embora predasse sobre cerca de 100.000 escravos que representavam o "capital fixo" de hoje e que, se não poluiam o ar com chaminés e fumaças, certamente o poluiam pelas suas condições de higiene e concentração humana, como provam as "pestes" registradas pela História Grega. No outro extremo verifica-se que só tem uma indústria capaz de produzir bombas atômicas e métodos de "entrega a domicílio" das mesmas, países com mais de 120 bilhões de dólares de produto nacional bruto, o que exige combinações de densidade humana, econômica, científica, tecnológica, e várias outras, só atingíveis nos mais altos níveis.

Assim sendo, a idéia de se reduzir a poluição ambiental pela redução do principal elemento poluidor poderia representar uma série de contradições. Essa redução poderia não ser compatível com a necessária eficiência econômica, quer em termos dos países hoje desenvolvidos, que se veriam prejudicados, quer em termos dos países subdesenvolvidos,

muitos dos quais necessitam densificar suas populações a fim de poderem usufruir de melhores escalas internas de produção. Além disso tratar-se-ia novamente de confusão entre meios e fins pois, se o sujeito do discurso é o homem e o atendimento de seus legítimos interesses, quaisquer processos que limitassem as dimensões do "sujeito" tenderiam a reduzir o aproveitamento do meio ambiente tornado "ideal".

Um caminho alternativo para essa redução da humanidade será talvez menos simples, porém mais prático. Tratar-se-á de obter acumulações econômicas máximas no maior número de sociedades possíveis e, a partir de certos níveis de desenvolvimento estabelecer-se-ão os possíveis e dinamicamente crescentes "feed-backs" corretivos.

Começar-se-ia, como sempre aconteceu, por "estragar e poluir" em tudo o que parecer justificado pelo objetivo de acelerar o processo de desenvolvimento econômico, evitando-se, na medida do possível, poluições e depredações irreversíveis e, desde logo, contribuindo para as melhorias ambientais que representem contribuições diretas à produtividade macro-econômica da sociedade.

Esta alternativa, para sua densificação conceitual exigirá uma análise um pouco mais profunda do problema do desenvolvimento econômico e um exame mais cuidadoso das interrelações entre desenvolvimento e meio ambiente, o que está feito adiante.

II — *Definição de Desenvolvimento Econômico*

A essência do problema de desenvolvimento econômico, vista do ângulo do economista (e não do político ou do sociólogo), abrange, inter alia:

1 — a redução do consumo a prazos curtos e médios para a liberação de recursos de investimentos que aumentem a longos prazos a produtividade média do homem;

2 — a distribuição dos recursos, assim liberados por aquele conjunto de atividades (investimentos) essenciais ao aumento da produção e da produtividade de forma a maximizar o crescimento econômico;

3 — em igualdade de condições, realizar primeiro o mais simples, fácil e barato, deixando para mais tarde, em estágios de complexidade crescente e na medida em que se acumulam experiência e conhecimentos, a realização do mais difícil e na medida em que se acumulam recursos, do mais caro.

O esforço de desenvolvimento é normalmente prejudicado por toda uma série de círculos viciosos. Nos níveis de renda que caracterizam o subdesenvolvimento inicial os recursos disponíveis não permitem investimentos líquidos, não havendo assim crescimento econômico. Rompido

esse equilíbrio em baixos níveis de renda por algum impulso de crescimento, aleatório ou provocado, os pequenos aumentos do produto nacional tendem a ser absorvidos por aumentos equivalentes da população que cresce na medida em que incrementos de produção melhoram suas condições de saúde, alimentação, abrigo, etc. Pequenos esforços, nas dimensões permitidas pela baixa renda, tendem a ser pouco produtivos por falta das chamadas "economias externas" ou de infra-estrutura e das "economias de escala". As primeiras são representadas pelas infra-estruturas de energia, transportes, educação, capacidade de absorção de subprodutos, capacidade de sub-nutrição — baixo nível de ingestão calórica, inadequada proporção de elementos protéicos, minerais e vitamínicos —, de abrigos residenciais, de vestuário e de educação, com a conseqüente expectativa de vida muito abaixo da que prevalece nos países desenvolvidos.

Essa economia se faz mais por omissão do que por comissão porém quaisquer esforços para minimizar esses sacrifícios a curto prazo poderão estar retirando recursos de outras áreas de alto impacto no crescimento, que darão recursos necessários à eventual solução do problema. Em outras palavras, qualquer esforço para minimizar a curto prazo essa penosa equação de baixo consumo representaria uma redução de investimentos indispensáveis em capital fixo, educação, tecnologia.

Economizar nos investimentos, por seu lado, significa a concentração de recursos diretamente em produção e produtividade, realizando-se a possível redução de gastos em tudo que, significando comodidade, estética, aparência, não tiver impacto produtivo comensurável com as despesas realizadas para obtê-lo ou não tiver a capacidade de mobilizar ou estimular esforços produtivos adicionais, mais do que proporcionais aos gastos realizados.

Da mesma forma que, em consumo, o país subdesenvolvido é obrigado a economizar em vestuário, habitação, nutrição, higiene ou educação, levando inexoràvelmente a uma expectativa de vida sensivelmente mais curta do que em países desenvolvidos, em investimentos o país subdesenvolvido é logicamente obrigado a economizar em toda uma série de aspectos do processo produtivo não direta e positivamente ligado à relação final "custo-qualidade-quantidade" do produto, relação essa que pelas razões já indicadas tende a ser desfavorável aos subdesenvolvidos.

Na medida em que o processo de desenvolvimento tem lugar, alteram-se as condições. Os mais altos e crescentes níveis de suprimento de peças e componentes que os grandes mercados apresentam e as segundas ligam-se ao fato de que certos produtos só podem ser produzidos economicamente em grandes escalas, que diluem custos unitários, escalas essas acima da capacidade de absorção dos mercados subdesenvolvidos.

Em resumo, o esforço de crescimento tende a ser mais oneroso em país subdesenvolvido e suas possibilidades de sucesso são muito menores

do que em países desenvolvidos e a probabilidade de competitividade em termos da relação preço-qualidade-quantidade dos produtos finais são muito menores.

A possibilidade de desenvolvimento econômico de um país subdesenvolvido está fundamentalmente ligada à factibilidade de realizar economias. Primeiro, economia na área do consumo, comprimindo-o a fim de liberar recursos de investimento e em seguida realizar economias no próprio processo de investimento, de forma a esticar os escassos recursos disponíveis, na escala adequada, pelo maior número de iniciativas possíveis, criando assim as "economias externas".

A economia na área de consumo abranje, necessariamente a economia de meio ambiente. O problema inicial dos países subdesenvolvidos consiste em concentrar recursos naquelas iniciativas cujo poder de multiplicação forem muito alto e, na medida do possível, canalizar o máximo dos incrementos de produto para novos investimentos de alta produtividade. Do ângulo sócio-econômico entende-se que uma certa participação do trabalho no incremento do produto (i.e., um certo aumento do consumo) é condição indispensável para a manutenção do esforço criador, porém essa participação, nas primeiras fases do desenvolvimento tem de ser a menor compatível com os resultados que se almeja atingir. Em casos extremos de países subdesenvolvidos essa economia vai ao ponto de representar um desenvolvimento humano em termos de subnutrição, níveis de renda permitem a prelevação, com menores sacrifícios de maiores recursos; a maior renda indica a formação gradual de economias externas, com conseqüentes aumento da produtividade de investimentos específicos; maiores escalas e as conseqüentes maiores produtividades tornam-se possíveis com os mercados crescentes para bens de capital e consumo, cuja demanda se beneficia das remunerações absolutamente crescentes dos fatores de produção, o que é plenamente compatível com crescente coeficientes de poupança e investimentos. Podem aumentar os investimentos absoluta e relativamente, dentro do processo de aceleração do crescimento econômico de forma compatível com a queda relativa e o aumento absoluto do consumo. Assim mesmo, a evasão do subdesenvolvimento estará predicada à capacidade de cada comunidade de aceitar sacrifícios presentes em benefício da prosperidade e consumo futuros.

Para o país subdesenvolvido os problemas de preservação ambiental classificam-se em geral como problemas de consumo, da mesma natureza que os de nutrição, vestuário ou residência. Sempre que a perspectiva do impacto de uma melhoria ou preservação ambiental não puder ser ligada diretamente a um aumento de produtividade (ou produção) e se esse aumento não for no mínimo igual ou superior à média do obtido em outras áreas em que se realizaram investimentos equiva-

lentes, então não se justificará — nesse estágio do desenvolvimento — *a melhoria ambiental.*

É evidente que há investimentos em preservação ambiental ou na sua melhoria que poderão ter impacto positivo no desenvolvimento econômico. E na medida em que se desenvolver o país e cair conseqüentemente a produtividade marginal do capital em "outros usos", aumentará o número de ocasiões em que o investimento em preservação ambiental ou no seu melhoramento será "economicamente" justificado pelo impacto positivo relativamente maior a ser obtido na aceleração do desenvolvimento.

Uma vez atingidos altos níveis de desenvolvimento, não só torna-se economicamente prioritária a ação corretiva ou compensatória para a restauração ambiental, como também será ela a área de atuação com as mais altas produtividades marginais. Melhor que isso, poderá a utilização de recursos maciços com objetivos ambientais de ajudar à corrigir tendências para o sub-emprego econômico em países desenvolvidos, hoje de certa forma camufladas por despesas bélicas e, às vezes, nem assim suficientemente disfarçadas.

A conclusão desse raciocínio é de que a principal responsabilidade "ambiental" pertence aos países desenvolvidos e que a principal responsabilidade dos subdesenvolvidos é o desenvolvimento. Para estes, na medida do sucesso em seus esforços de crescimento surgirão, paulatinamente, medidas ambientais que se imporão como prioritárias na distribuição de recursos em virtude do impacto que terão na aceleração do desenvolvimento.

Na próxima seção far-se-á um esforço analítico para ordenar os raciocínios e áreas de pesquisa no que diz respeito às interrelações entre desenvolvimento econômico e meio ambiente vistas sob o ângulo acima exposto.

III — *Interrelações Gerais Entre Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente*

De *forma esquemática estão apresentadas adiante* as *possíveis* (e relevantes) interrelações entre os processos de desenvolvimento econômico e de proteção ou recuperação do meio ambiente. São elas:

1 — Conseqüências possíveis da aceleração do desenvolvimento sobre aspectos desejáveis do meio ambiente:

a) destruição ou deterioração
b) construção ou beneficiamento
c) impacto nulo

2 — Conseqüências possíveis da proteção ou beneficiamento do meio ambiente sobre o processo de desenvolvimento:

a) aceleração do desenvolvimento
b) redução do desenvolvimento
c) impacto nulo

3 — Conseqüências possíveis de destruição do meio ambiente sobre o processo de desenvolvimento:

a) aceleração do desenvolvimento
b) redução do desenvolvimento
c) impacto nulo

Além dessas relações, é também relevante examinar se o problema da possibilidade ou não de se recuperar ou corrigir o meio ambiente deteriorado pelo processo de desenvolvimento. Parece indicado examinar se se trata de recursos:

4 — recuperáveis no futuro:

a) com recursos proporcionalmente menores do que os gerados pela destruição
b) com a aplicação de recursos proporcionalmente maiores do que os gerados pela destruição.

5 — Não recuperáveis no futuro

Convém ainda olhar-se para o problema em termos de relação causal da destruição do ambiente. Esta pode ser:

6 — direta, fazendo parte do próprio processo industrial, como o uso de matéria-prima mineral.
7 — indireta, representando uma reação em cadeia a partir de certos desequilíbrios causados pelo processo industrial.

Por último o problema deve ser visto em termos da amplitude do processo de deterioração, recuperação ou beneficiamento do meio ambiente, que pode ser:

8 — de âmbito e conseqüências essencialmente nacionais.
9 — de âmbito e conseqüências nacionais e internacionais.

Esse esquema de interrelações poderá apresentar um número muito grande de combinações, porém somente um número relativamente limi-

tado e exemplificativo merecerá discussão em análise de natureza preliminar como esta.

Os casos mais positivos são aqueles que combinam às letras e números seguintes:

1,b,9 — em que a aceleração do desenvolvimento favorece o meio ambiente com conseqüências benéficas nacionais e internacionais. Talvez o melhor exemplo seja o de obras hidráulicas para aproveitamento energético a montante de rios internacionais com a regularização do fluxo das águas e melhoria das condições de navegabilidade, redução de inundações e de nível de açoreamento, etc. A obra pode ser economicamente justificada pelo aproveitamento energético porém os "subprodutos" da mesma podem apresentar amplo espectro de benefícios ambientais. Esse *tipo de relação "desenvolvimento-ambiente" é dos mais positivos e deveria* receber amplos estímulos internacionais, sendo uma área em que definitivamente não há conflito entre ambos os objetivos;

2,a,9 — em que obras de proteção do meio ambiente têm impacto positivo na aceleração do desenvolvimento e repercussão internacional. *Esse caso é quase equivalente ao anterior, porém a ênfase causal é dada ao* melhoramento do meio ambiente. Um exemplo dentro da realidade será o da erradicação de moléstias endêmicas em grandes bacias hidrográficas de significação internacional, como a do Amazonas. A erradicação da malária nessa região, por exemplo, é pre-requisito para o seu pleno *aproveitamento econômico e quaisquer esforços nessa direção por parte* dos grandes ribeirinhos terá impacto positivo nos esforços equivalentes dos demais. Como no caso anterior, trata-se de ausência de conflito entre os dois objetivos. Em termos de desenvolvimento econômico, entretanto, ter-se-ia de medir o impacto do investimento ambiental na aceleração do desenvolvimento e comparar o resultado com o uso dos mesmos recursos em atividades alternativas antes de mencionar a sua desejabilidade.

1,a — em que o desenvolvimento econômico contribui para a deterioração do meio ambiente. Neste caso deve-se examinar: a) se os recursos ambientais serão recuperáveis no futuro ou não e, em caso positivo, se serão necessários para o processo de recuperação recursos nacionais proporcionalmente maiores ou menores do que os gerados; b) se os recursos ambientais prejudicados são parte essencial do processo produtivo, como por exemplo em caso de mineração, ou se só são incidentalmente prejudicados como no caso de poluição por dejectos industriais; c) se a deterioração provocada tem impactos internacionais ou apenas nacionais. As conseqüências desses exames serão tão óbvios que merecem poucos comentários. Se o processo de deterioração pela sua *natureza e/ou intensidade repercute internacionalmente, se a deterioração* é apenas incidental e não necessária ao processo econômico e se o mal causado é irrecuperável, fortalece-se imensamente o caso em favor

de medidas preventivas ou corretoras imediatas, mesmo que representando certo grau de redução de produtividade. No extremo oposto, em que o processo de deterioração ambiental é local ou nacional, essencial ao processo produtivo e recuperável ou compensável no futuro, então justifica-se a deterioração como um dos "custos" do processo de desenvolvimento.

2,b,b, — caso em que o beneficiamento ou proteção do meio ambiente reduz o processo de desenvolvimento. Seria possível justificar essa equação apenas em casos críticos em que o beneficiamento ambiental abrangesse recursos que estariam irrecuperavelmente perdidos ou seriamente comprometidos no futuro, e que esses recursos fossem de significação multinacional e, evidentemente, se o impacto detrimental no processo de desenvolvimento fosse a prazo curto e de pouca monta. Via de regra deverão ser evitados casos como esse, o que é tanto mais justificado quanto o próprio processo de desenvolvimento, como se viu acima, tenderá a transferir, gradualmente, a combinação 2,b para 2,a. Isso acontecerá mediante a redução da eficiência marginal do capital em outros usos, o aumento gradual dos recursos disponíveis e a mudança gradual dos objetivos imediatos do desenvolvimento que irão adquirindo características mais ambientais e menos ligados à dinâmica econômica imediata.

Seria, evidentemente, possível continuar a exploração sistemática desse tipo de raciocínio, combinando todos os ascionais indicados acima, porém seria ocioso fazê-lo depois dos exemplos já dados. A estrutura dos raciocínios parece simples e o conjunto de limitações e axiomas econômicos e ambientais claramente enunciados. Espera-se ter sido lançada alguma luz sobre o problema derivado do confronto entre desenvolvimento econômico e a preservação ambiental e, muito especialmente, sobre esse problema visto do ângulo dos países subdesenvolvidos, muitos dos quais ansiosos por entrarem no clube não inteiramente condenável dos "poluidores industriais". Espera-se também que esta rápida excursão em área relativamente nova e, portanto, ainda obscura, não tenha levado necessariamente à obscuridade de expressão.

A conclusão básica continua sendo aquela já indicada na seção II, e consiste na proposição que, com as limitações implícitas ou explícitas alinhadas acima, a responsabilidade ambiental crescerá com o desenvolvimento econômico, sendo máxima entre os vanguardeiros do desenvolvimento e virtualmente nula na estagnação inicial.

CONTROVÉRSIA SOBRE A JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

Embaixador Alejandro Magnet

Inserimos, a seguir, a intervenção do Representante do Chile por ocasião dos debates sobre a revisão da Carta da OEA em Buenos Aires, quando foi amplamente discutido o problema da Junta Interamericana de Defesa e de seu papel no contexto do esquema de segurança coletiva do Sistema Interamericano. Antes de divulgar o documento, entretanto, é útil fazer um retrospecto do problema através da história do Sistema Interamericano.

A preocupação de unir os esforços do continente contra a ameaça comum e para a aproximação dos povos do Continente Americano vem desde a tentativa de Simão Bolivar, ao convocar, em 1826, o Congresso do Panamá, com o fim de alcançar uma coalizão de forças que assegurasse a sobrevivência de jovens nações americanas contra as tentativas recolonizadoras dos europeus.

Daquela reunião, a que compareceram apenas quatro países — Peru, Colômbia, América Central e México — pouco resultou de prático, embora seja historicamente o primeiro passo para formar um sentimento de solidariedade continental.

A partir de 1890, quando foi celebrada em Washington a 1.ª Conferência Interamericana, foram definidos, como princípios básicos, a garantia da paz e a promoção do bem-estar dos povos, a serem obtidos, notadamente, pelo comércio e por uma estrada pan-americana.

A guerra do Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia, motivou a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, dela resultando uma Declaração do "Princípio de Solidariedade Continental", assim como a adoção de um sistema de consultas para a discussão de medidas de interesse comum.

A solidariedade continental fica claramente expressa na Declaração de Lima, de 24 de dezembro de 1938, quando se reuniu, já sob o clima da ameaça de conflito na Europa, a VIII Conferência Pan-Americana. O Artigo 3.º dessa Declaração esboça um Sistema de Segurança Coletiva, quando diz: "... e no caso em que a paz, a segurança e a integridade territorial de qualquer das repúblicas americanas se vejam assim

ameaçadas por atos de qualquer natureza que possam diminuí-las, proclamam seu interesse comum e sua determinação de tornar efetiva sua solidariedade, coordenando suas respectivas vontades soberanas mediante o procedimento de consulta que estabelecem os convênios vigentes e as declarações das conferências interamericanas, usando os meios que em cada caso aconselhem as circunstâncias". "Fica entendido que os Governos das repúblicas americanas atuarão independentemente em sua capacidade individual, reconhecendo-se amplamente sua igualdade jurídica como Estados Soberanos".

Dentro dessa mesma motivação da ameaça comum ao continente, celebraram-se, em 1939 e 1940, as duas primeiras Reuniões de Consulta. Na primeira, no Panamá, estabeleceu-se a Zona de Segurança, de 200 milhas ao longo da costa americana.

A queda da França motivaria a 2.ª Reunião em Havana, na qual se definiu o Princípio de Solidariedade Continental, básico para o conceito de segurança coletiva do hemisfério. Assim é que ficou bem claro que o ataque por parte de um Estado não-americano contra um Estado americano seria considerado como um ato de agressão contra todos os Estados americanos. Foi esquematizado também um esquema para a administração provisória dos territórios coloniais europeus na América a fim de preservá-los para a causa aliada.

A 3.ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores teve lugar, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, sob o impacto do ataque a Pearl Harbour pelos japoneses. Dentre as deliberações de grande importância tomadas naquela reunião, figura no campo militar a criação da Junta Interamericana de Defesa (JID). Surgiu como uma conseqüência da Resolução 39 recomendando "a reunião imediata em Washington de uma comissão, composta de técnicos militares ou navais, nomeados pelos respectivos governos para estudar e sugerir-lhes medidas necessárias à defesa do Continente". Essa Resolução foi interpretada por um comitê especial da União Pan-Americana no sentido de que deveria entender-se que entre os técnicos deviam ser incluídos também oficiais da Força Aérea e que a Junta seria de caráter permanente e desempenharia suas funções enquanto durasse a emergência.

Em março de 1945, quando se aproximava o fim da II Guerra Mundial, teve lugar no México a VIII Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, com respeito à futura organização mundial (Nações Unidas). A Ata de Chapultepec dispôs, em seu número IV:

"1.º — Que os Governos considerem a constituição, o mais breve possível, de um organismo permanente, formado por representantes de cada um dos estados-maiores das Repúblicas Americanas, com o fim de propor a seus governos as medidas tendentes à melhor colaboração militar entre todos os governos e a defesa do hemisfério ocidental.

2.° — Que a Junta Interamericana de Defesa continue como órgão da defesa americana até que se estabeleça o organismo permanente previsto nesta recomendação".

Além disso a Resolução IX dispôs que, "na IX Conferência Interamericana se considerará a criação do organismo mencionado". Além disso, visando a dar a esse organismo o apoio de um instrumento jurídico, recomendou "a celebração de um tratado destinado a prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão contra qualquer dos países da América".

Na Conferência de São Francisco, algumas semanas depois, era aprovada a Carta das Nações Unidas, instituindo um mecanismo de manutenção da paz e da segurança universais e instituindo uma comissão do Estado-Maior da qual participam apenas os Estados Unidos, a China, a Rússia, a França e a Inglaterra.

Em 1947, no Rio de Janeiro, os governos representados na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, "animados pelo desejo de consolidar e fortalecer suas relações de amizade e boa vizinhança" e considerando, entre outras coisas, "que a obrigação de auxílio mútuo e de defesa comum das repúblicas americanas se acha essencialmente ligada a seus ideais democráticos e à sua vontade permanente de cooperação para realizar os princípios e os propósitos de uma política de paz; que a comunidade regional americana sustenta como verdade manifesta que a organização jurídica é uma condição necessária para a segurança e a paz, e que a paz se funda na justiça e na ordem moral e, portanto, no reconhecimento e na proteção internacionais dos direitos e liberdades da pessoa humana, no bem-estar indispensável dos povos e na efetividade da democracia para a realização internacional da justiça e da segurança, *resolveram* — de acordo com os objetivos enunciados — celebrar um Tratado, a fim de assegurar a paz por todos os meios possíveis, prover auxílio recíproco efetivo para enfrentar os ataques armados contra qualquer Estado americano e conjurar as ameaças de agressão contra qualquer deles".

No seu Art. 3.°, o Tratado estabelece que "um ataque armado, por parte de qualquer Estado americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos e, em conseqüência, cada uma das ditas partes contratantes se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imanente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas".

Em seu Art. 6.°, dispõe o Tratado: "Se a inviolabilidade ou integridade do território ou a soberania ou independência política de qualquer Estado americano for atingida por uma agressão que não seja um ataque armado ou um conflito extracontinental ou intracontinental, ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, o Órgão de Consulta reunir-se-á imediatamente a fim de acordar as medidas que, em caso de agressão, devam ser tomadas em auxí-

lio do agredido, ou, em qualquer caso, convenha tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança do continente."

Ficara assim conciliada a existência de um mecanismo regional de defesa com as obrigações assumidas pelos países americanos, ao assinar a Carta da ONU, com a manutenção de um sistema mundial de segurança coletiva, sob a égide do Conselho de Segurança, onde pesava ameaçadoramente o poder do veto dos cinco grandes.

Na IX Conferência Interamericana, realizada em 1948, em Bogotá, ao ser elaborada a Carta da OEA e o Tratado Americano de Soluções Pacíficas (Pacto de Bogotá), procurou-se dar cumprimento às recomendações de Chapultepec. No desenrolar da Conferência verificou-se o choque de duas tendências opostas: uma, que desejava incorporar à OEA, sobre a base de funcionamento permanente, um órgão consultivo de defesa para os problemas de colaboração militar, à semelhança dos Conselhos Econômico e Social, Cultural e de Jurisconsultos; a outra, que sustentava a conveniência de não integrar a organização com uma estrutura desse tipo.

A conseqüência do embate dessas tendências opostas foi uma solução de transação, pela qual, no corpo da Carta, criou-se a Comissão Consultiva de Defesa (CCD) — que jamais chegou a ser convocada — "para aconselhar o Órgão de Consulta a respeito dos problemas de colaboração militar, que possam surgir da aplicação dos tratados especiais existentes sobre matéria de segurança coletiva. Por outro lado, a Resolução 34 da Conferência de Bogotá estabeleceu que "a Junta Interamericana de Defesa continuará atuando como órgão de preparação para a legítima defesa contra a agressão".

Por outro lado, a Carta da OEA declara em seu primeiro Artigo que a "OEA constitui um organismo regional dentro das Nações Unidas"; "o Art. 4.º estabelece como propósitos essenciais o de "garantir a paz e a segurança continentais" e de "organizar a ação solidária destes em caso de agressão"; e a letra *f* do Art. 5.º reafirma que "a agressão a um Estado americano constitui uma agressão a todos os demais Estados americanos". O Capítulo IV, em 4 artigos, versa sobre a "Solução Pacífica de Controvérsias"; o Capítulo V em dois artigos, dispõe sobre "Segurança Coletiva", reafirmando o princípio de solidariedade continental; e o Capítulo que dispõe sobre a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, consagra quatro artigos ao estabelecimento constituição e convocação da Comissão Consultiva de Defesa.

Em 1950, sob o impacto do conflito da Coréia, foi convocada a 4.ª Reunião de Consulta, realizada em Washington em março de 1951. Sua Resolução n.º 3 considera a cooperação militar interamericana, enfatizando, entre os seus considerandos, "que a defesa militar do continente é essencial para a estabilidade de suas instituições democráticas e o bem-estar de seus povos; que as atividades expansionistas do comunismo in-

ternacional requereram a adoção imediata de medidas para salvaguardar a paz e a segurança do continente; que a grave situação internacional atual impõe às Repúblicas Americanas a necessidade de desenvolver sua capacidade militar, de conformidade com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: 1) assegurar sua legítima defesa, individual e coletiva, contra ataques armados; 2) contribuir eficazmente para a ação da Organização dos Estados Americanos contra a agressão a qualquer deles; 3) prover, no mais breve prazo possível, a defesa coletiva do continente." Essa resolução resolveu encomendar à Junta Interamericana de Defesa a preparação, com a maior atividade possível em estreita ligação com os governos, do planejamento militar da defesa comum.

O problema do *status* da Junta Interamericana de Defesa voltou a ser debatido com mais vigor depois que a Conferência Interamericana Extraordinária, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1965, adotou uma série de resoluções fundamentais para a reforma da Carta de Bogotá.

As propostas de emendas à Carta da OEA foram finalmente votadas e incorporadas num novo texto da Carta, em fevereiro de 1967, na III Conferência Interamericana Extraordinária. Dos debates em Buenos Aires se destaca a intervenção que divulgamos a seguir, do Embaixador Alejandro Magnet, Representante do Chile. Essa intervenção é o único documento público oficial onde aparecem, em toda clareza, os argumentos que afinal prevaleceram na Conferência e impediram a institucionalização, na Carta, da Junta Interamericana de Defesa.

Intervenção do Embaixador Alejandro Magnet na II Conferência Interamericana Extraordinária

Tratarei de ser o mais breve possível ao participar de um debate que a Delegação do Chile não desejou. Francamente, teríamos preferido que este não acontecesse. Entretanto, uma vez que já tenha levantado o problema que implica no projeto de modificação dos artigos 44 a 47 da Carta da OEA, não podemos senão enfrentá-lo e explicar as razões de nossa posição.

A Delegação do Chile votará contra esse projeto, sentindo não apoiar uma iniciativa de um país como a Argentina, nosso vizinho e amigo tradicional, com o qual tantas vezes temos trabalhado e lutado juntos para defender e melhorar as instituições básicas do sistema interamericano.

Agora estamos em completo desacordo, e teremos que manifestá-lo precisamente para defender o que a nosso ver pode ser até a sobrevivência do sistema interamericano como organização à qual podem e devem pertencer todos os países deste hemisfério.

Este é um projeto que nos divide profundamente. Ante a Comissão Especial do Panamá, encarregada de estudar as reformas da Carta, a delegação argentina pleiteou a conveniência de institucionalizar de alguma forma a Junta Interamericana de Defesa, sem chegar a propor um texto formal. Foi tão enérgica a reação de um número considerável de países contra a simples idéia, que as delegações de outros países simpatizantes com essa idéia desistiram de apoiá-la por acharem que não estava madura, não sendo conveniente introduzir no anteprojeto, por simples maioria de votos, disposições profundamente resistidas que dificultariam o progresso das tão necessárias reformas da Carta e que em última instância até poriam em perigo sua ratificação. Diante de tão fortes razões, não se levou mais adiante a idéia e esta não se formalizou.

Desde então, passou-se um ano. Outro país fez uma ampla e extensa gestão diplomática para obter apoio à mesma idéia de institucionalização da Junta Interamericana de Defesa. Em face das fundamentadas negativas que encontrou a longas e discretas sondagens que realizou, desistiu de apresentar a esta Conferência um projeto de emenda ao ante-projeto elaborado no Panamá para dar forma a sua idéia.

O projeto apresentado pela delegação argentina é diferente. Entretanto é diferente somente na aparência. A revisão da versão original significa inclusive uma hábil manobra tática na qual sou obrigado a reconhecer como tributo à habilidade diplomática da delegação argentina. Entretanto, revisto ou não, o projeto é fundamentalmente o mesmo e não nos parece conveniente.

Na sua versão original o projeto argentino estabelecia claramente, ainda que de maneira indireta, a institucionalização da Junta Interamericana de Defesa dentro da Carta. Ao passar a ser permanente o Comitê Consultiva de Defesa, integrado por "representantes militares de elevada hierarquia", com as finalidades que num mesmo projeto se estabeleciam, e ao extinguir-se a Junta Interamericana de Defesa (JID) e passar seus arquivos e equipamentos ao Comitê Consultivo de Defesa, chegava-se precisa e declaradamente à institucionalização da Junta sob outro nome.

Na versão revista do projeto que estudamos suprimiu-se, fundamentalmente, a menção expressa da extinção da Junta. Porém quem duvida que, se entrasse em funcionamento, com caráter permanente estabelecido pela Carta, o Comitê Consultivo de Defesa, integrado por "representantes militares de elevada hierarquia", não se produziria uma dualidade de funções que levaria fatalmente à supressão da JID na primeira ocasião apropriada ainda que não fosse somente por razões de economia?

A novidade fundamental introduzida pelo projeto argentino nos artigos 44 a 47 que seriam reformulados, é a do caráter permanente do

órgão militar assessor e esta é uma variação fundamental. De maneira inevitável, esse órgão que, segundo o artigo 44 que se propõe, atuaria "como órgão de preparação para a legítima defesa coletiva contra a agressão" deixaria de ser assessor para transformar-se em órgão principal.

O governo do Chile tem visto com uma progressiva inquietação a crescente ampliação dos estudos da atual JID a campos que se distanciam por completo da preparação contra a agressão que se teve em vista quando esse organismo foi constituído em 1942 e, depois, quando foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca em 1947. Já não se trata da agressão extracontinental, externa, mas do que se há desejado entender como agressão interna, como subversão interna. A apreciação da situação face a esta nova definição da agressão está levando a pronunciamentos de caráter mais e mais políticos, a diagnósticos não somente estratégicos, em termos tradicionais, mas também políticos, econômicos e sociais. O Chile não quis cooperar com o seu voto para o estudo de tais "hipóteses" feitos por organismos de caráter militar que não estão autorizados para isso, nem devem está-lo. Claramente, a apreciação de situações políticas e econômico-sociais pertencente aos órgãos políticos da Organização. Muito menos estamos dispostos a admitir que se institucionalize dentro da Carta um órgão permanente que terminaria por determinar a convocação do órgão de Consulta de acordo com um critério político militar. Em suma, não estamos dispostos a admitir a militarização da Organização dos Estados Americanos.

Nossa posição, Senhor Presidente, pode invocar honrosos precedentes, porque iniciativas como esta de que estamos tratando agora tampouco são novas. Parece que periodicamente o sistema interamericano tem que fazer frente a tentativas que tendem a exagerar seus aspectos militares. Quando se estudou a Carta ainda em vigência, há 18 anos, em Bogotá, também se quis estabelecer um organismo militar permanente e a idéia foi rechaçada. As razões que naquela época se tiveram em conta são hoje mais válidas do que nunca.

Vou citar o que um homem tão autorizado como o próprio Secretário Geral da OEA, Dr. Alberto Lleras Camargo, disse em seu informe sobre a IX Conferência Internacional Americana no capítulo intitulado "Comitê Consultivo de Defesa":

Anais da OEA Vol. 1, N.º 1, 1949

COMITÊ CONSULTIVO DE DEFESA — No mesmo capítulo sobre a Reunião de Consulta existem 4 artigos destinados a estabelecer o Comitê Consultivo de Defesa para assessorar o Órgão de Consulta nos

problemas de colaboração militar que podem ser levantados por motivos de aplicação de Tratados especiais existentes em matéria de segurança coletiva.

Este Comitê substitui na Carta o Conselho Interamericano de Defesa proposto no projeto de Pacto Constitutivo, originário do Conselho. Como as deliberações do Comitê de Trabalho, ao qual a Comissão de Iniciativa lhe deu o encargo de redigir a parte relativa ao órgão de defesa, não se registraram em atas detalhadas, não é fácil estabelecer todas as razões que levaram a uma mudança tão fundamental na estrutura desta entidade. *Entretanto, desde as primeiras deliberações no Conselho antes da Conferência, se observou a tendência de não aceitar para o órgão de defesa qualquer que ele fosse, uma dependência dita do Conselho da Organização.* Comparando o projeto preparado em Washington pelo Conselho com o aprovado em Bogotá pela Conferência, se destacam melhor algumas características do novo organismo.

a) Em primeiro lugar, se observa que não é um órgão principal da Organização. É um corpo técnico, assessor do Órgão de Consulta, qual seja a Reunião de Ministros de Relações Exteriores ou o Conselho da Organização atuando provisoriamente como tal.

b) *Não tem funções permanentes;* senão acidentais; no qual concorda com seu caráter de assessor do Órgão de Consulta que, como já temos visto, se reúne para considerar problemas de caráter urgente, quer dizer, surgidos de uma circunstância excepcional e premente. As vezes essas funções podem prolongar-se de uma maneira indefinida, quando a Conferência, ou a Reunião de Consulta, ou os Governos, por maioria de 2/3 dos Estados membros, solicitam estudos técnicos ou informações, porém ainda neste caso surge uma limitação ou reserva quando se diz que estes serão sobre temas específicos. Isto quer dizer que o Comitê não se reunirá para empreender por conta própria estudos ou prestar informações que não tenham sido solicitadas e cujo caráter não tenha sido definido previamente pelos governos, pela Reunião de Consulta, ou pela conferência. Assim sendo não dispõe da amplitude para suas deliberações que se dá a outros órgãos de caráter técnico, dependentes do Conselho, como o Conselho Interamericano Econômico e Social, o de Jurisconsultos ou o Cultural.

c) No projeto do Conselho, o Órgão de Defesa não somente podia empreender por iniciativa própria estudos de caráter técnico, apresentar informações e apreciações e preparar planos para a coordenação e colaboração militar entre as nações americanas mas podia reunir-se também por iniciativa própria ou mediante a solicitação de sua Comissão Permanente, que junto com um Estado Maior, teria sua sede em Washington.

d) A Comissão Permanente e o Estado-Maior não aparecem na Carta. Porém, pelas deliberações de Bogotá resultou o acordo, consignado na Resolução n.º 34, de que a Junta Interamericana de Defesa, *criada em 1942, na Terceira Reunião de Consulta do Rio de Janeiro,* "continuará atuando como órgão de preparação para a legítima defesa coletiva contra a agressão, até que os governos americanos por uma maioria de 2/3, resolvam dar por terminados seus trabalhos".

Das declarações formuladas no debate geral por alguns chefes de Delegação e de afirmações feitas em outras oportunidades durante a Conferência, conclui-se que havia um grupo de delegados que não considerava conveniente estabelecer um organismo militar permanente pararelo aos demais órgãos de cooperação interamericana, ainda que todos estivessem de acordo com a conveniência de que a Reunião de Consulta não aplicaria graves medidas de caráter coercitivo que pudessem eventualmente ser necessárias, sem o assessoramento de um corpo técnico que contribuiria para fazê-las adequadas e eficazes. Se estas medidas são, dentro da Carta das Nações Unidas e do Tratado de Assistência Recíproca, produto da necessidade de acudir a legítima defesa coletiva, pareceu desnecessário que um órgão de defesa permanente se ccupe permanentemente, mesmo sem nenhuma ameaça iminente para a paz, de preparações defensivas de caráter imprevisível. É certo que a eficácia técnica da defesa se garante melhor com o constante exame de *todas as eventualidades em que ela tem de operar, porém, pesou mais no ânimo das delegações o temor de que o órgão de defesa permanente e incluído dentro da Carta, lhe desse o caráter de uma aliança militar que todas elas rechaçavam como inadequada.* De todas as maneiras como ocorre com qualquer tipo de solução conciliatória a que se adotou neste assunto não resultou completamente lógica. Porque ao Comitê Consultivo de Defesa, órgão, se bem que não principal da Organização, não lhe foram dados poderes nem autorizações sequer no mesmo grau das que tinha a Junta Interamericana de Defesa, cujo funcionamento se resolveu autorizar por um tempo indefinido.

Surge agora a pergunta: o que evidentemente foi negado ao órgão militar de defesa foi dado, em troca, à Junta, por uma resolução *que tem menos poder que a* Carta, do ponto de vista de sua força contratual? Parece-me que a resposta a esta pergunta não pode ser outra senão a que os Estados Americanos consideraram que, nos tempos atuais, cheios de inquietação e perigos, seria uma imprudência não manter um organismo militar de contato entre suas forças armadas; porém ao mesmo tempo, resistem à idéia de que a Carta da Organização e os Tratados que a complementam tenham que viver no futuro patrulhados, de maneira constante, por uma entidade militar em estado de permanente alerta.

Isto que era tão válido em 1949, como para refletir o critério predominante na elaboração da Carta original, resulta válido dezoito anos mais tarde?

Acreditamos que muito, muitíssimo mais válido, Senhor Presidente. Na última década vimos um progressivo afrouxamento das tensões internacionais que configuram a guerra fria. Estão longe os dias em que a Organização do Tratado do Atlântico Norte estabeleceu seu Estado-Maior e gastava milhões e milhões de dólares num acelerado esforço para aumentar a capacidade militar defensiva da Europa frente a uma possível invasão pelo Leste. Paralela e progressivamente, os laços da OTAN e do Pacto de Varsóvia se afrouxaram. Todas as alianças militares de Oriente e Ocidente se diluiram numa nova realidade: a do término da fase aguda da guerra fria.

Mas ainda a poucos anos continuamos vendo coisas incríveis: O Presidente da União Soviética visita o Papa: o Primeiro Ministro russo visita a Rainha Elizabeth, a convida a visitar seu país e o convite é aceito pela Rainha. A descendente da Rainha Vitória será recebida em triunfo em Moscou. O Presidente Johnson delinea toda uma política para "estender pontes" ao mundo socialista, porém parecia que nós nos obstinávamos a viver numa realidade já superada.

O mundo, Senhor Presidente, tem experimentado mudanças gigantes e sem ser profeta qualquer um poderia aventurar-se a dizer que estamos no limiar de mudanças ainda mais profundas e sensacionais. Não nos obstinemos a entrar no futuro dando-lhe as costas.

Não caíremos, Senhor Presidente, na ingenuidade de acreditar que as tensões internacionais tenham terminado e que não haja uma ameaça comunista no continente latino-americano. Porém esta ameaça não é externa e sim interna, derivada das contradições econômico-sociais e políticas que afetam nossas sociedades, da miséria de milhões e milhões de homens sem pão e sem esperança. Não são os organismos militares os chamados a assessorar permanentemente, nem menos — como o tememos com fundamento — a determinar a ação dos órgãos políticos do Sistema Interamericano. Nem são as medidas militares as realmente eficazes para opor-se à ameaça comunista.

Precisamente, a reforma da Carta que agora estamos elaborando conforme o impulso dado na Conferência do Rio de Janeiro, tende a converter a Organização em um instrumento eficaz de cooperação interamericana nos campos econômicos e social de acordo com o espírito da Aliança para o Progresso. Estamos convencidos de que se a Organização quer recuperar seu prestígio face aos povos da América, deve converter-se numa instituição capaz de responder às suas esperanças de melhoria econômica e social. O que se teria avançado com essa finalidade na reestruturação dos Conselhos de pouco serviria para melhorar

a imagem da OEA se ao mesmo tempo, como dizia o ilustre Dr. Lleras Camargo tivéssemos de "viver no futuro patrulhados de maneira constante, por uma entidade militar em estado de permanente alerta".

Isto seria fatal no momento em que o sistema interamericano inteiro está vivendo uma mudança de fase. Por acaso nos esquecemos tudo o que significou a Carta de Punta del Este ou já não acreditamos mais nela? Com a assinatura dos nossos representantes temos gravado em termos indubitáveis, que a cooperação interamericana deve centralizar-se no desenvolvimento econômico e que não haverá desenvolvimento econômico no nosso continente sem mudança social. Estamos diante de uma audaz e promissora tarefa, que nos abre, o mundo do século XX a todas as possibilidades do mundo ocidental, ao qual pertencemos, um mundo cuja força real não se baseia nas alianças armadas e sim no dinamismo de suas estruturas políticas livres. Que teria sido da Europa *há vinte anos, se ela tivesse confiado sua sobrevivência num* "futuro patrulhado de maneira constante por uma entidade militar em estado de permanente alerta". Porém a Europa confiou em sua integração, na renovação de suas instituições, na participação do povo numa tarefa aberta para o futuro.

Falamos com certa paixão, Senhor Presidente, porque estamos defendendo uma obra e as possibilidades de uma obra para a qual — dizemos sem arrogância — nosso país tem contribuído muito. Temos ainda claro na memória o que trabalhamos desde a elaboração das duas Atas do Rio de Janeiro, prometendo converter a Organização dos Estados Americanos na encarnação do espírito da Aliança para o Progresso. Não queremos, não podemos aceitar, que essa obra, esse espírito jovem frustre-se ainda em flor e que a Aliança para o Progresso se transforme na Santa Aliança.

Não estamos tão seguros, Senhor Presidente, que a modificação que se propõe não tenha nada a ver com uma possível Força Interamericana de Paz, que o Chile não deseja ver constituída e que não quer preparar de forma alguma. Na verdade, o Comitê Consultivo de Defesa, funcionando permanentemente, vinculado permanentemente com os demais órgãos do Sistema "para o fim do intercâmbio recíproco de informações sobre a defesa continental" — entendido o conceito de defesa com o alcance global que lhe vem dando a JID — seria uma espécie de Estado-Maior dessa Força Interamericana que meu país resiste como uma ameaça para o Sistema Interamericano. Acreditamos, como membros que somos das Nações Unidas, que as decisões sobre o emprego de uma força coletiva correspondem a esse organismo e não a esta organização regional.

Finalmente, Senhor Presidente, não poderíamos ocultar que a aprovação do projeto que agora tratamos e sua incorporação à nova Carta

criaria-nos um sério problema para sua ratificação. Segundo entendemos, este seria o caso de vários países, produzir-se-ia uma situação muito grave para a unidade da Organização e se produziria uma grande decepção nos homens, nos milhões de homens que continuam confiando que a associação de nossos governos e nossos povos nas tarefas de paz e progresso, pode fazer desta América o lugar de cumprimento de tantas velhas esperanças. Não frustremos a obra que aqui estamos empreendendo de novo.

RESENHA

III ASSEMBLÉIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, EM WASHINGTON

Reuniu-se, em Washington, de 25 de fevereiro a 2 de março, a III Assembléia Geral Extraordinária da Organização dos Estado Americanos, cujo tema central dos debates e objeto de grandes controvérsias foi o projeto de convenção do Comitê Jurídico Interamericano (CJI) sobre o terrorismo.

O Chanceler brasileiro, Mário Gibson Barbosa, defendeu na OEA a necessidade de uma ação continental urgente para pôr fim ao terrorismo e frisou que o projeto de convenção do CJI, em debate, em nada ameaçava o direito de asilo. O terrorismo, sim, seria a própria negação do princípio de não intervenção e do respeito à soberania nacional.

Em resumo, o discurso do Chanceler Gibson Barbosa defendeu os seguintes pontos: condenar o terrorismo e fixar os marcos para seu enquadramento legal; agir com urgência para por fim à desordem que procura frear seus esforços de desenvolvimento e elevação do nível de vida do povo; mais que punir o terrorismo, tentar impedir que, através do terror, a América se afaste de seus ideais de paz, de justiça e liberdade; a cooperação continental na tarefa de evitar e reprimir os atos de terrorismo em cada país e a adoção de medidas que permitam a extradição dos delinqüentes que se venham homiziar sob a jurisdição de outro Estado; o respeito absoluto à soberania nacional em qualquer instrumento interamericano que venha a ser aprovado para o combate ao terrorismo.

A posição do Brasil, entretanto, não foi bem aceita pelos outros países, razão pela qual a delegação brasileira retirou-se da Assembléia, sendo acompanhada pelas delegações do Paraguai, Argentina, Equador, Nicarágua e Haiti.

Por outro lado, o Chile, apesar de condenar o seqüestro de diplomatas bem como o de aviões, rejeitou o projeto em debate porque continha medidas consideradas policiais e repressivas, e questionava, ainda, a competência da OEA para ditar normas contra o terrorismo.

Da mesma forma que a Colômbia, os Estados Unidos argumentaram a defesa da adoção de dois projetos em separado: um, referente a

seqüestros de diplomatas e funcionários estrangeiros que gozem de imunidades, outro, acerca de demais atos de terrorismo.

Quanto ao México, recusou-se a aprovar qualquer ação interamericana contra sequestros e outros atos de terrorismo, se ela viola o direito de asilo e a soberania de cada país. Da mesma forma, o Peru rejeitou o projeto, porque entra em conflito com o direito de asilo.

Ao final da III Assembléia Geral-Extraordinária de OEA, ficou patente a discordância entre os países membros a respeito do projeto de convenção do CJI, nada resultando em termos de declaração comum mas sim em posições antagônicas.

IX REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CECLA

Ao falar na sessão inaugural da IX Reunião Extraordinária da CECLA, realizada em Brasília de 2 a 11 de fevereiro, o Ministro Interino das Relações Exteriores, Embaixador George Carvalho e Silva, expôs as preocupações do Brasil quanto ao problema da renovação do esquema de importação de açúcar pelos Estados Unidos — o primeiro item da agenda oficial da Conferência — em vista das repercussões que teria sobre a economia do Nordeste.

No seu discurso o Embaixador Carvalho e Silva analisou, também, os problemas das medidas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos, que "contrastam com os objetivos que a comunidade internacional vem afirmando, seja na ONU, seja na UNCTAD, seja no cenário internacional" e exortou os países latino-americanos a não permitir que a Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), continue a se furtar da sua missão de incentivar o desenvolvimento industrial e facilitar a transferência de tecnologia "sem a qual, o esforço de industrialização é um progresso de segunda mão".

Ao final dos trabalhos, recomendou-se aos Governos dos países membros a análise dos seguintes temas relativos à regulamentação da CECLA para que sejam considerados formalmente na sua próxima reunião:

1. Nível das reuniões da CECLA
2. Procedimento da convocação das reuniões em diferentes níveis, quanto a:

a) número mínimo de países requeridos para convocar as reuniões;
b) prazo prévia entre as convocações e as reuniões.

3. Agenda das reuniões quanto a:

a) decurso de tempo para apresentação;
b) informação prévia da Secretaria de Coordenação sobre os pontos da Agenda.

4. Precisão quanto à participação e tratamento dos assessores e observadores.

5. Homologação das diferentes resoluções existentes em matéria regulamentar.

6. Qualquer outro tema regulamentar que os Governos considerem conveniente.

Uma segunda recomendação se referiu à III UNCTAD e as Atividades de coordenação da CECLA. Com respeito ao temário da III UNCTAD, que deverá se reunir em abril-maio de 1972, salientamos aqui os itens mais importantes:

1. A importância de uma reforma estrutural da UNCTAD.

2. Aspectos relativos ao desenvolvimento do turismo em favor dos países em vias de desenvolvimento.

3. Transmissão de tecnologia.

4. Medidas de Política contidas na "estratégia Internacional de Desenvolvimento para o II Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento" [Resolução 2626 (XXV)] da Assembléia Geral das Nações Unidas.

5. Os princípios que deverão reger as relações comerciais internacionais.

Recomendou-se, ainda, que o Grupo Permanente Latino-americano em Genebra intensifique seus estudos e trabalhos de coordenação com outros Grupos a fim de fazer valer, durante o XV Período de Sessões da Junta de Comércio e Desenvolvimento, a posição dos países membros da CECLA na formulação do temário da III UNCTAD, e que, participe ativamente na composição e trabalhos do Comitê Preparatório da Reunião Ministerial dos "77", a qual se realizará antes da III UNCTAD, a fim de contribuir a obter na Reunião Ministerial uma posição coerente e unificada dos "77".

Dentre as principais resoluções oriundas da IX Reunião da CECLA, podem-se salientar a que diz respeito à posição da CECLA quanto ao sistema geral de preferência e quanto à política comercial dos países industrializados.

A sessão encerramento da IX Reunião da CECLA foi marcada pelo discurso do Ministro Mário Gibson Barbosa que, após analisar os problemas relativos à atuação da CECLA e dos esforços do Governo

Brasileiro no sentido de uma afirmação econômica dos países em desenvolvimento em relação às nações industrializadas, declarou o seguinte:

A magnitude do desafio, longe de abater nosso ânimo, sugere a utilização ótima de nosso potencial de ação. Os frutos de nossa atuação conjunta no passado autorizam-nos a confiar na justeza de nossos propósitos e na eficácia de nossa solidariedade.

Que nos seja permitido, daqui a dez anos, rever, novamente juntos, nossas realizações nesta década que ora se inicia. E que nos seja permitido, então, concluir que jamais poderíamos ter almejado menos, e que em momento algum nos poderíamos ter esforçado mais".

CRIAÇÃO DO BANCO INTERNACIONAL DOS PAÍSES SOCIALISTAS

Começou a funcionar no dia 1.º de janeiro de 1971 o novo Banco Internacional de Investimentos integrado pela União Soviética, Alemanha Oriental, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária e Mongólia. O Banco desempenhará, no bloco comunista, funções semelhantes às desenvolvidas pelo Banco Mundial no Ocidente e constitui, segundo técnicos norte-americanos, um marco importante nos esforços que Moscou realiza para conseguir nos países capitalistas os recursos necessários à modernização tecnológica de sua indústria.

A constituição do Banco confirma também a decisão dos soviéticos de não deixar o progresso econômico do país na dependência exclusiva das vendas de ouro no Exterior.

A sede do novo Banco fica em Moscou e está prevista a abertura de sucursais nos maiores centros comerciais do mundo. Sua inauguração foi considerada em Washington e em Wall Street, um fato sem precedentes na história das relações financeiras do Kremlin com o Ocidente.

O capital inicial do Banco é de um milhão e 100 mil dólares. Uma terça parte desse capital foi subscrita em ouro e divisas fortes. Segundo os estatutos, o Banco pode obter empréstimos e adquirir debêntures nos mercados ocidentais, realizar amplas operações financeiras nos países comunistas e não comunistas, dedicando-se exclusivamente a negócios e a lucros, sem qualquer vínculo político.

A nova iniciativa soviética reforçará o papel já considerável que os bancos comerciais russos vêm desempenhando com êxito nos últimos 10 anos nos mercados do Eurodólar. Significa também um passo adiante para a conversibilidade internacional do rublo, a moeda utilizada nas transações comerciais do bloco comunista. Estão previstas operações com grandes bancos do Ocidente.

A URSS integrou 40 por cento do capital do novo Banco. A Romênia decidiu não participar da iniciativa, permanecendo fiel a sua política de independência de Moscou.

O "Banco Mundial" soviético dinamizará as atividades do Banco Internacional para a Cooperação Econômica, fundado há 7 anos pela URSS, que tem funções semelhantes às do Fundo Monetário Internacional.

No final de 1969, o Banco Internacional para a Cooperação Econômica declarou um ativo de 887 milhões de dólares e um lucro de 4 milhões e 500 mil dólares. A URSS já controla bancos comerciais em Londres, Paris, Zurique, Beirute e Teerã, e planeja estender essas atividades a Frankfurt, Singapura e Toronto.

I ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

De 14 a 24 de abril, reuniu-se, na Costa Rica, a Primeira Assembléia Geral Ordinária da Organização dos Estados Americanos. Esse foi o primeiro encontro organizado pela OEA após o acordo sobre a mudança da estrutura de suas reuniões, em Buenos Aires, e o de substituir as antigas Conferências Interamericanas pelas Assembléias-Gerais anuais.

A agenda, de 29 pontos, teve como questões mais destacadas: a) três Estados-membros ainda não haviam ratificado a nova Carta (Chile, Equador e Uruguai); b) exame do relatório anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; c) exame da proposta brasileira sobre comércio internacional; d) determinação das cotas dos Estados-membros e relatório sobre as condições financeiras da OEA.

Durante a Assembléia, o Secretário-Geral da OEA, Senhor Galo Plaza, expressou a "desilusão" dos países latino-americanos em suas relações como o mundo industrializado e, em particular, com os Estados Unidos. Ao defender o nacionalismo político e econômico no Continente, o Senhor Galo Plaza pediu aos países desenvolvidos uma política comercial esclarecida, combinada a uma cooperação financeira multilateral, em grande escala.

"Existe atualmente, na América Latina, uma corrente de neocolonialismo que não impede a solidariedade da região, quando se trata de defender conjuntamente seus interesses para uma maior canalização dos recursos visando ao desenvolvimento" — disse o Secretário Geral da OEA, apontando problemas graves, como: decréscimo da cooperação financeira, condições de empréstimo que só tendem a elevar a dívida externa, restrições à ampliação de mercados e dificuldades para a utilização da tecnologia dos países industrializados.

Terceiro orador na sessão inaugural da Assembléia-Geral da OEA, o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, U Thant, alertou o Continente para a perspectiva de uma explosão de violência, caso não se resolvam seus problemas críticos, o quanto antes, por métodos pacíficos. Este foi o primeiro pronunciamento de U Thant perante a OEA.

O Chefe da delegação brasileira à I Assembléia Ordinária, Embaixador Jorge Álvares Maciel, exortou à unidade latino-americana para o diálogo com os Estados Unidos e países extra-continentais, sobretudo em termos de comércio, e pediu à OEA que se transformasse em instrumento de ajuda mais eficaz no desenvolvimento do Continente.

Seguem-se os principais trechos do seu discurso:

"Há necessidade de analisar a evidente incongrüência entre as declarações bem intencionadas e as atitudes egoisticamente mesquinhas das políticas protecionistas e a filosofia da cooperação internacional, entre a promoção das exportações e a manutenção de toda sorte de obstáculos ao comércio entre os compromissos assumidos quanto ao acesso aos mercados e a realidade e, finalmente, da incompatibilidade entre os insuficientes resultados alcançados e a infinidade de reuniões, conferências e declarações que ocorrem no sistema interamericano.

O problema que se apresenta tem duas faces: uma política e a outra, institucional. É necessário procurar ver com alguma clareza as perspectivas de nossas futuras linhas políticas e fazer as adaptações necessárias ao mecanismo de nossa instituição. Não temos em mente reformas espetaculares, apenas com espírito prático acreditamos que talvez sejam necessários alguns ajustes apenas à maquinaria e uma melhor disciplina no movimento de suas peças.

Temos tido paciência, mas enquanto se mantiver esta atitude no processo vai crescer o abismo que separa os países em desenvolvimento do mundo industrializado.

A OEA deve ser um foro de diálogo e cooperação entre a América Latina, de um lado, e os Estados Unidos, de outro. Esta cooperação interamericana deve ser mantida e reforçada cada vez mais, dentro do contexto das relações multilaterais com os Estados Unidos e outras partes do mundo".

O Embaixador Álvares Maciel, absteve-se de quaisquer comentários ao projeto colombiano de limitar os gastos militares, limitando seu discurso ao tema do comércio-desenvolvimento da América Latina.

Na Comissão Econômica da conferência o resultado da votação foi encarado por observadores como um indício de que os países latino-americanos "formaram um sólido bloco para exigir dos Estados Unidos a modificação da sua política econômica".

A resolução adotada pela Comissão Econômica da OEA baseia-se num documento apresentado pelo Brasil, ao qual foram acrescentadas

emendas pedindo que o Presidente Richard Nixon "abstenha-se de adotar medidas protecionistas, prejudiciais aos países latino-americanos" bem como concorde na "implantação de normas equitativas para o comércio regional".

Também foi solicitada uma resposta, "no mais breve prazo possível, e ainda em 1971, sobre a posição dos EUA quanto à entrada em vigor do sistema geral de preferências alfandegárias, aprovado durante a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento".

A resolução foi adotada, não obstante os esforços dos representantes norte-americanos que procuraram suavizá-la ao máximo.

REUNIÃO DOS CHANCELERES DA BACIA DO PRATA (ASSUNÇÃO)

O Chanceler Mário Gibson Barbosa abriu, com um discurso de larga repercussão, a IV Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata, realizada em Assunção, Paraguai, a que esteve presente o Presidente daquele país, General Alfredo Stroessner.

À Reunião, que teve lugar de 1.° a 4 de junho, compareceram os Chanceleres Gibson Barbosa, do Brasil; Sapena Pastor, do Paraguai; Huascar Taborga, da Bolívia; Luís Maria de Pablo Pardo, da Argentina e José Mora, do Uruguai.

Divergências entre o Paraguai, Uruguai e Bolívia, de um lado, e o Brasil, de outro, impediram que se chegasse a um acordo completo sobre o capital, a finalidade e a sede do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento. O projeto de resolução finalmente aprovado pelos Chanceleres determina:

1 — "Criação de uma entidade com personalidade jurídica internacional de duração ilimitada, denominada Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata;

2 — Solicitar à Comissão Intergovernamental da Bacia do Prata a elaboração de um projeto de acordo para a execução deste tratado, que será submetido aos Governos para apreciação na próxima reunião. Serão levados em conta todos os antecedentes e documentos apresentados a esta conferência e reunidos os anteriores".

As divergências principais foram quanto aos objetivos do Fundo, sua personalidade jurídica e capital. O Brasil pretendia limitar o objetivo do Fundo ao financiamento exclusivo, de projetos de viabilidade e engenharia. Os três países menores — Bolívia, Paraguai e Uruguai — desejavam que também se financiasse obras de infra-instrutura. A Argen-

tina levantou ainda a possibilidade de que, sem se afastar da finalidade específica de financiar projetos, o Fundo pudesse canalizar recursos de fora da região para o financiamento de obras.

Ao final da Conferência, entretanto, era claro o inconformismo das delegações da Bolívia, Paraguai e Uruguai com os resultados da quarta conferência, classificados por eles de "insatisfatórios". Dizia-se que os Chanceleres criaram o Fundo mas não conseguiram condições para operá-lo.

Dentre os principais projetos de resolução aprovados, a Ata de Assunção estipula que:

1 — a próxima conferência de Chanceleres da Bacia do Prata se realizará em Montevidéu;

2 — é de interesse prioritário para a Bacia os trabalhos de melhoria dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e da Prata, como vias navegáveis, a fim de assegurar seu uso permanente e eficiente;

3 — fica criada uma entidade com personalidade jurídica internacional, de duração ilimitada, a se chamar Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, e encomenda à Comissão Coordenadora Intergovernamental a elaboração de um projeto de convênio para a execução desse acordo;

4 — se recomende aos Governos membros da Bacia do Prata o patrocínio, em forma conjunta, nos organismos internacionais, de qualquer pedido feito por um ou vários Estados para obter ajuda destinada a programas e obras incluídas no tratado da Bacia do Prata;

5 — se encaminhe à Comissão Coordenadora Intergovernamental (com sede em Buenos Aires) o pedido de uma reunião o mais breve possível, do grupo de peritos que se ocupará, preferencialmente, do anteprojeto de balizamento dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai;

6 — se destaque a importância de levar em consideração problemas de saúde, nos estudos e planos destinados ao desenvolvimento da Bacia;

7 — se recomende à Comissão Coordenadora Intergovernamental a realização dos estudos necessários a intensificar o progresso de integração física dos países da Bacia do Prata;

8 — se procurem acordos de complementação industrial relativos ao desenvolvimento regional;

9 — sejam concedidas facilidades máximas, a fim de promover um intenso intercâmbio turístico entre os países membros da Bacia;

10 — se estude a formação de uma frota fluvial multinacional para os rios da área.

CHU EN-LAI RECEBE NORTE-AMERICANOS

O Primeiro-Ministro Chu En-lai disse aos jogadores de tênis de mesa norte-americanos que "sua visita abre uma nova página na história das relações entre a China e os Estados Unidos".

Durante mais de duas horas, no dia 14 de abril, o dirigente chinês palestrou sucessivamente com os desportistas e dirigentes das equipes canadense, colombiana, britânica, nigeriana e norte-americana. Chu En-lai dispensou aos norte-americanos metade de seu tempo e brindou alegremente todos, através dos intérpretes.

O Primeiro-Ministro pediu aos jogadores norte-americanos que regressem ao seu país com as saudações do povo chinês ao povo dos Estados Unidos e observou que "no futuro mais norte-americanos virão à China, inclusive jornalistas".

Dirigindo-se ao grupo, disse que "no passado o intercâmbio entre os povos da China e dos Estados Unidos era intenso, depois interrompidos por muito tempo. Agora, com a sua visita, abre-se uma nova página nas relações entre os povos chinês e norte-americano. Espero que esse novo início de nossa amizade conte com o apoio da maioria de nossos povos".

Segundo os jornalistas presentes, Chu En-lai chegou a insinuar seu desejo de visitar a América do Norte, provavelmente os Estados Unidos. "A Revolução Cultural não deu aos chineses oportunidade de realizar viagens ao exterior, mas, de agora em diante, faremos todo o possível para satisfazer os amigos e as organizações que nos estenderem convites", declarou o dirigente chinês.

Por outro lado, o Presidente Richard Nixon anunciou diversas medidas destinadas a melhorar as relações dos Estados Unidos com a China e prometeu que serão levantadas as restrições que pesam sobre as exportações de determinados produtos não estratégicos norte-americanos para aquele país.

São as seguintes as outras medidas anunciadas pelo Presidente Nixon, com vistas a uma aproximação com a China:

a) Os Estados Unidos estão dispostos a conceder visto de entrada a pessoas ou grupo de pessoas procedentes da República Popular da China;

b) Serão reduzidos os controles monetários, a fim de permitir a utilização de dólares pela China Popular;

c) Serão suspensas as restrições que pesam sobre as empresas de petróleo norte-americanas que abastecem navios ou aeronaves que viajam para a China ou procedem de porto chinês. Entretanto, essas restrições continuarão em vigor para aeronaves e embarcações chinesas ou fretadas pela China e que se destinam ao Vietnam do Norte, Coréia do Norte ou Cuba;

d) Os navios e aviões dos Estados Unidos ficam autorizados a transportar produtos chineses entre portos não chineses, e as embarcações de bandeira estrangeira, mas de propriedade norte-americana, poderão fazer escala em portos chineses.

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-EQUADOR

Em declaração conjunta do Brasil e Equador, por ocasião da visita do Ministro de Relações Exteriores do Equador, Embaixador José Maria Ponce Yépez, os chanceleres afirmam que comprovaram a vocação de paz e mútua amizade que anima seus respectivos Governos e registram a estreita colaboração mantida no âmbito das Nações Unidas, no de suas conferências e organismos especializados e nos demais órgãos internacionais. Ressaltaram, com especial agrado, o fato de não existirem quaisquer problemas entre as duas nações.

No mesmo documento reafirmaram a adesão e o respeito dos seus países aos princípios do Direito Internacional, sobretudo àqueles que se referem à igualdade dos povos, à intervenção nos assuntos internos dos outros Estados e à solução pacífica das controvérsias.

Reafirmaram a importância da CECLA como meio de consecução dos objetivos estabelecidos do consenso de Viña del Mar, na Declaração de Buenos Aires e na reunião de Brasília, encarecendo, nesse particular, pela observância, por parte dos países altamente industrializados, dos compromissos assumidos para com os países em desenvolvimento. A esse respeito, assinalaram a sua preocupação com as políticas neoprotecionistas que ameaçam afetar os níveis do comércio e os esforços dos países latino-americanos em prol do seu desenvolvimento.

Manifestaram a sua inconformidade com a recente decisão da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América de reduzir a participação global das exportações latino-americanas de açúcar para aquele país, e em particular a do Brasil e a do Equador, e reiteraram a confiança em que a anunciada redução seja corrigida nos estágios ulteriores de tramitação da lei açucareira dos Estados Unidos da América.

Destacaram a necessidade de que se facilitem as condições de transferência de tecnologia para os paises em desenvolvimento e convierem em que não menos importante é o fomento à pesquisa e à implantação de tecnologias próprias, adequadas ao estágio de crescimento e às condições peculiares de cada um daqueles países.

Reafirmaram o seu empenho em que os países altamente industrializados ponham em prática os sistemas de preferências gerais, não recíprocas e não discriminatórias para os produtos manufaturados e semimanufaturados provenientes dos países em desenvolvimento.

Salientaram a satisfação de seus Governos pelo reconhecimento internacional, expresso nas resoluções da IV Sessão do Comitê de Transportes Marítimos da UNCTAD, das políticas de defesa da marinha mercante dos países em desenvolvimento. Registraram a sua disposição de coordenar as políticas adotadas nesse sentido pelo Brasil e Equador, bem como de lutar pela implantação de um sistema de tarifas preferenciais que favoreça as exportações dos países em desenvolvimento.

Assinalaram com agrado a absoluta coincidência das posições de seus países na Organização dos Estados Americanos e intenção de prosseguirem nos esforços comuns pelo aperfeiçoamento do sistema regional.

Dentro do quadro dos recentes debates havidos a respeito da OEA, consideraram amplamente as manifestações de violência que atentam, de maneira trágica, contra a civilização contemporânea e concordaram em que a prevenção, sanção e repressão dos atos de terrorismo é uma obrigação dos Estados, que, para bem cumpri-la, devem colaborar estreitamente entre si.

Coincidiram a esse propósito, em que, nos termos da jurisprudência e da doutrina internacional e de conformidade com os estudos e pronunciamentos dos organismos do sistema interamericano, tais crimes são de direito comum e de lesa-humanidade.

Reiteraram o seu apoio ao processo de integração econômica latino-americana nos termos do Tratado de Montevidéu e seus instrumentos complementares. A esse propósito, o Ministro das Relações Exteriores do Equador expôs os resultados satisfatórios alcançados pelo processo de integração sub-regional andino, que tem como um de seus objetivos principais contribuir, no quadro da ALALC, para acelerar a formação do mercado comum latino-americano assegurando uma distribuição equitativa dos seus benefícios. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil tomou nota com interesse dessa declaração.

Concordaram em que, para assegurar o progresso e o bem-estar de seus povos, é indispensável manter em plena vigência o direito de proteger, conservar e aproveitar os seus recursos naturais, entre eles os da água, do solo e do subsolo, de seu mar territorial de 200 milhas. Reafirmaram as posições consignadas nas declarações de Montevidéu e Lima e concordaram na necessidade de manter uma estreita cooperação nos diferentes foros em que sejam tratadas tais questões. Reiteraram a sua solidariedade na defesa de seus direitos soberanos em suas águas territoriais e na vigência dos princípios do Direito Internacional e da Carta de Organização dos Estados Americanos.

Consideraram as tarefas cumpridas pela Comissão Mista Brasil-Equador, criada pelo Convênio sobre as bases para a cooperação econômica e técnica, de 5 de março de 1958. Destacaram pela sua especial importância para os dois países e para a integração do continente o pro-

jeto da via interoceânica, elaborado e aperfeiçoado por aquela comissão ao longo de vários anos, e ora em fase de implementação.

Reiteraram o firme propósito de seus Governos de continuar colaborando neste nova fase do projeto, para o que assentaram iniciar no mais breve prazo a execução das resoluções da II Reunião Plenária da Comissão Mista, em especial no que concerne a: I — complementação dos estudos de navegabilidade no rio Putumayo-Iça; II — elaboração do projeto de instalações portuárias em Puerto Putumayo; III — realização de estudos de viabilidade técnico-econômico sobre a via interoceânica, em relação à sua terminal no Pacífico e sua conexão com Quito; IV — construção da rodovia Lago Agrio-Puerto Putumayo pelo corpo de engenheiros do Exército do Equador e uma firma brasileira, nos termos da troca de notas de 19 de janeiro de 1971 e levando em consideração os pontos de vista que a respeito intercambiaram na presente oportunidade; V — realização de levantamentos aerofotogramétricos entre Ibarra e San Lorenzo, a fim de completar os estudos sobre a construção de uma rodovia entre essas cidades.

Acordaram em dar igual prioridade aos levantamentos ecobatimétricos no rio Napa, entre a foz do Rio Coca e a do rio Aguarico, e ao estudo de instalações portuárias em Francisco de Orellana e Nuevo Rocafuerte, também objeto de resoluções da II Reunião Plenária da Comissão Mista.

Ratificaram a decisão de manter a subcomissão técnica de transportes um laboratório para ensaios de mecânica de solos, destinados ao estudo de pavimentos em trechos de via interoceânica, laboratório esse que será brevemente enviado a Quito. O Chanceler do Equador recebeu com satisfação essa notícia.

Os dois chanceleres ressaltaram a importância da criação da subcomissão de cooperação econômica e técnica da Comissão Mista Brasil-Equador, à qual está reservado um magno papel no desenvolvimento das relações bilaterais. Convieram em fazer reunir a referida subcomissão em setembro próximo em Brasília para examinar a seguinte agenda: a) expansão e diversificação de comércio bilateral; b) constituição de empresas binacionais; c) aperfeiçoamento do transporte marítimo, fluvial e aéreo entre o Brasil e o Equador; d) sistematização da cooperação técnica; e) cooperação no desenvolvimento das regiões amazônicas.

Concordaram na necessidade de fomentar o intercâmbio comercial entre os países, tanto em setores tradicionais como, principalmente, através da incorporação de novas classes de produtos às respectivas pautas de exportação.

Consideraram o apoio financeiro que se possa facultar para a concretização dessas possibilidades e de outros no campo da cooperação econômica, sendo que por parte do Governo do Brasil, o chanceler bra-

sileiro desde já comunicou o oferecimento de uma linha básica de crédito de 10 milhões de dólares. O chanceler do Equador recebeu com agrado esse oferecimento.

Recomendaram à Comissão Mista que, através de suas duas subcomissões continue estudando as possibilidades de estabelecer-se um vínculo comercial entre o Brasil e o Equador, em matéria de petróleo e reiteraram o seu apoio aos entendimentos no sentido de uma eventual associação para a pesquisa de lavra e comercialização do petróleo equatoriano.

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-VENEZUELA

1. O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Doutor Aristides Calvani, em visita oficial ao Brasil no período de 17 a 20 de maio de 1971, a convite do Governo brasileiro, foi recebido em audiência especial pelo Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici, e manteve cordiais e proveitosas conversações com seu colega brasileiro, Embaixador Mário Gibson Barbosa.

2. Os dois Chanceleres passaram em revista assuntos da atualidade internacional e questões de interesse comum. Nestas conversações verificaram, uma vez mais, o alto grau de coincidência de pontos de vista entre os dois países.

3. Reiteraram a adesão e o respeito de seus países aos principios consagrados pelo Direito Internacional, em especial àqueles que se relacionam com a igualdade dos Estados, a autodeterminação dos povos, a não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados e a solução pacífica das controvérsias.

4. Manifestaram-se conforme quanto à necessidade de revitalizar-se o papel das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacional, objetivos comuns a toda a humanidade e sobre os quais julgam pertinentes reafirmar a competência preeminente daquela Organização. Realçaram, outrossim, a importância de que se fortaleça e aprofunde a ação das Nações Unidas e de suas conferências e órgãos especializados em favor do progresso econômico, social e cultura dos países em desenvolvimento de modo que se reduza o crescente desnível entre esses países e os altamente industrializados.

5. Examinaram o desenvolvimento das atividades da Organização dos Estados Americanos, assim como a participação que ao Brasil e à Venezuela corresponde dentro do sistema regional. Manifestaram, com respeito a este, que ambos os países continuarão em seu empenho para reforçar os mecanismos da Organização, a fim de que alcance maior

eficácia tanto no campo político como no da promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural dos povos americanos.

6. Reiteraram sua preocupação com as tendências protecionistas que se manifestam em alguns países industrializados e que ameaçam afetar negativamente os níveis de comércio e o esforço dos países da América Latina em prol do seu desenvolvimento.

7. Reafirmaram também a decisão de continuar insistindo junto aos países industrializados para que adotem as medidas necessárias à pronta aplicação de um sistema de preferência gerais, não recíprocas e não discriminatórias, em favor dos produtos manufaturados e semimanufaturados originários dos países em desenvolvimento.

8. Concordaram plenamente em que a América Latina adquiriu uma nova significação internacional, conforme com as possibilidades de consecução dos mais altos objetivos que o futuro deve reservar a um continente que une ao seu potencial econômico o de seus recursos humanos de considerável magnitude. Concordaram em que esta significação latino-americana é favorável à elevação dos níveis econômicos e sociais dos povos do continente e à consecução dos objetivos de paz e compreensão universais.

9. Concordaram em apoiar a realização de uma reunião extraordinária da CECLA antes da XI Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, a fim de que os países latino-americanos possam melhor coordenar a sua posição quanto aos temas que deverão ser incluídos na agenda na III UNCTAD.

10. Assinalaram a importância de que os países industrializados facilitem as condições de transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento, bem como colaborem para a implantação, nestes últimas, de meios de pesquisa e processos tecnológicos adequados às suas condições específicas.

11. Examinaram os problemas do transporte marítimo, reafirmando que os seus Governos partilham de idênticos propósitos quanto à garantia de uma participação substancial e crescente das respectivas marinhas mercantes no mesmo, bem como no que se refere à prevalência de uma política de fretes que favoreça as exportações dos países em desenvolvimento. Tendo em vista coordenar esforços nesse sentido e impulsionar o tráfego marítimo entre o Brasil e a Venezuela, concordaram em estabelecer um mecanismo de consulta entre as autoridades competentes na matéria.

12. Coincidiram na necessidade de dar a maior importância à preservação e racional aproveitamento dos recursos do mar e à defesa de seus direitos soberanos em suas respectivas zonas jurisdicionais.

13. Renovaram sua confiança na evolução do processo de liberalização do comércio latino-americano empreendido sob a égide do Tra-

tado de Montevidéu e seus instrumentos complementares, processo a que seus Governos continuarão dando o mais decidido apoio.

14. Os Ministros discutiram os esforços internacionais para combater os atos criminosos contra a vida humana e contra os meios de transporte e estimaram que é necessário continuar os referidos esforços com vistas a salvaguardar os direitos humanos e os princípios de Direito Internacional.

15. Inspirados no propósito de intensificar ainda mais as relações entre o Brasil e a Venezuela, em consonância com a tradição de amizade entre os dois países e a dimensão e o potencial das respectivas economias, convieram em programar uma exploração metódica das possibilidades de mútua cooperação. Com esse fim, decidiram:

I — Trocar notas, na data de hoje, instituindo uma Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica;

II — Marcar para o mês de outubro próximo, em Caracas, a primeira reunião da Comissão em apreço;

III — Recomendar à Comissão que, em sua primeira fase de trabalhos, dê especial ênfase à identificação das medidas conducentes e à diversificação do intercâmbio comercial entre os dois países, bem como aos meios para que este traduza mais equilibradamente as possibilidades de complementação das duas economias;

IV — Recomendar também à Comissão, por sua pertinência com o objetivo do item anterior, o estudo com igual ênfase, dos setores propícios à complementação industrial, bem como de medidas para incrementar e aperfeiçoar os transportes entre os dois países;

V — Encarregar a Comissão Mista da elaboração de um projeto de convênio básico sobre cooperação técnica e intercâmbio científico e tecnológico.

16. Manifestaram seu comum empenho em expandir e aprimorar o intercâmbio cultural entre os dois países, atualizando, no que couber, o convênio de 22 de outubro de 1942, e estimulando especialmente as missões de intelectuais, professores e artistas, bem como a recíproca divulgação das obras mais representativas das culturas brasileira e venezuelana.

17. Conscientes de que, para o Brasil e a Venezuela, a valorização e o desenvolvimento das respectivas áreas amazônicas, a par de sua transcendência para a ampliação dos espaços econômicos nacionais, abrem novas e extensas perspectivas de complementação entre os dois países, acordaram em:

I — Promover intercâmbio de técnicos e informações entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de um lado, e a Corporacion Venezolana de Guyana (CVG) e a Comision de Desarrollo del Sur (CODESUR), do outro;

II — Incumbir a Comissão Mista Brasileira-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica de elaborar um projeto de convênio de tráfico fronteiriço;

III — Salientar a conveniência de que se acelerem as obras das Rodovias BR-174 (Manaus-Boa Vista-Marco BV-8) e El Dorado-Santa Elena de Uairen, tendo em vista propiciar, no mais breve prazo, a integração física dos dois países e o incremento do intercâmbio regional.

18. Concordaram em que os Governos do Brasil e da Venezuela, por intermédio de seus respectivos organismos especializados, manterão uma estreita relação tendente a incrementar as correntes turísticas entre ambos os países e trocarão informações sobre seus planos e programas de desenvolvimento turístico e suas políticas de promoção do mesmo.

19. Os dois Chanceleres manifestaram sua satisfação com a assinatura, em 6 de maio corrente, no Palácio Itamarati, em Brasília, da ata da quadragésima conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasil-Venezuela, pela qual foram totalmente aprovados os trabalhos da campanha técnico-demarcatória, realizada de agosto de 1969 a janeiro de 1971, e definido o programa para a próxima campanha. Consideram que a harmonia com que se vêm processando os trabalhos dessa Comissão constitui um exemplo a mais do clima de perfeito entendimento reinante entre os Governos e os povos do Brasil e da Venezuela.

20. Ambos os Ministros manifestaram sua satisfação pelos resultados das conversações mantidas entre a missão econômica venezuelana e representantes do setor público e privado brasileiros, cujas conclusões estão contidas na ata final elaborada para este efeito.

21. O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil aceitou, com satisfação, o convite que lhe foi feito pelo seu colega venezuelano para visitar a Venezuela, em data a ser fixada oportunamente.

Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Venezuela assinaram a presente declaração em Brasília, em 20 de maio de 1971.

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-COLÔMBIA

Os Chanceleres Mário Glbson Barbosa e Vasquez Carrizosa, confirmaram, a 8 de junho, no texto da declaração conjunta assinada no Itamaraty, que os Presidentes Garrastazu Médici e Misael Pastrana Borrero irão se encontrar em breve na fronteira entre o Brasil e a Colômbia, na região Amazônica.

Além de anunciar esse encontro, "em data próxima a ser fixada oportunamente", a declaração conjunta dos Chanceleres Mário Gibson Barbosa e Vasquez Carrizosa trata dos seguintes temas:

1 — necessidade do fortalecimento das Nações Unidas e dos organismos do sistema regional;

2 — preocupação com as tendências protecionistas dos países altamente industrializados;

3 — reconhecimento dos benefícios obtidos com a política de cooperação entre a Colômbia e o Brasil, em questões relativas ao café;

4 — necessidade do empenho, junto aos países industrializados, para a adoção de um sistema de preferências gerais em favor dos países em desenvolvimento;

5 — importância da ação coordenada dos países latino-americanos, através da CECLA e do CECON em favor da elevação dos níveis econômicos e sociais de seus povos;

6 — acordo no apoio à realização de uma reunião extraordinária da CECLA antes da XI Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD;

7 — necessidade de que os países industrializados facilitem as condições de transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento;

8 — declaração dos objetivos comuns dos dois países no aumento da participação de suas respectivas marinhas mercantes no transporte internacional, e na garantia da prevalência de uma política de fretes, que favoreça os países em desenvolvimento;

9 — posição comum quanto à necessidade de dar maior importância à preservação e aproveitamento dos recursos do mar e à defesa da soberania nas suas respectivas zonas jurisdicionais;

10 — afirmação do Ministro da Colômbia de que o processo de integração sub-regional andino está alcançando resultados satisfatórios e se orienta em favor da formação do Mercado Comum Latino-Americano, no quadro da ALALC;

11 — condenação do fenômeno da violência em todas as suas formas e em especial os atos de terrorismo, "que são delitos contra direitos fundamentais da pessoa humana". Os Estados têm o dever de colaborar nos planos bilateral, regional e mundial para a prevenção, repressão e erradicação das diversas modalidades de violência;

12 — desenvolvimento das regiões amazônicas dos dois países, através de medidas de cooperação no plano do intercâmbio de informações e pessoal especializado, de um acordo de complementação e tráfigo fronteiriço, estabelecimento de indústrias de capital misto brasileiro-colombiano e estudos sobre vias de transporte adequadas à integração física *daqueles territórios, fomento do turismo, acordo de cooperação sanitária* e programa de defesa da fauna e da flora.

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-NICARÁGUA

1 — "O Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Mário Gibson Barbosa, que se encontra na Nicarágua em visita oficial de 18 a 21 de julho de 1971, com a finalidade de estreitar ainda mais os sólidos laços de amizade que felizmente existem entre o Brasil e a Nicarágua, foi recebido em audiência especial pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General de Divisão Anastásio Somoza, e manteve, em Manágua, nos dias 18, 19 e 20, cordiais e proveitosas conversações com o Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, Doutor Lorenzo Guerrero. Os dois Chanceleres passaram em revista os problemas da atualidade continental e mundial, e os assuntos de interesse recíproco.

2 — Reafirmaram a tradicional e estreita amizade entre os dois países, vinculados por profundas razões históricas, e proclamaram sua fé em que a cooperação mútua se fortalecerá ainda mais no futuro, em benefício do progresso social e econômico dos seus povos.

3 — Afirmaram, uma vez mais, a adesão e o respeito de seus países aos princípios consagrados pelo Direito Internacional, em especial àqueles que se relacionam com a igualdade dos Estados, a autodeterminação dos povos, a não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados e a solução pacífica das controvérsias.

4 — Após analisarem a atual conjuntura internacional, reafirmaram sua convicção da necessidade de que se reforce o papel das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança mundial, bem como na ação em prol do progresso econômico, social e cultural dos países em desenvolvimento, com vistas a reduzir o crescente desnível entre esses e os altamente industrializados.

5 — Proclamaram o propósito de continuar a empenhar-se pelo fortalecimento dos mecanismos da Organização dos Estados Americanos, a fim de tornar sua atuação mais eficaz tanto no campo político quanto no da promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural dos povos americanos.

6 — Convieram de que a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA) tem sido e deve ser, cada dia mais, o foro adequado para o ajuste de pontos de vista dos países da América Latina, tal como o demonstra a experiência das reuniões desse organismo em Viña del Mar, Buenos Aires e Brasília.

7 — Reafirmaram o propósito de ambos os Governos de coordenar, na próxima reunião da CECLA, a realizar-se antes da XI Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, a posição latino-americana quanto aos temas que deverão ser incluídos na agenda da III UNCTAD.

8 — Reiteraram sua preocupação com as tendências protecionistas que se manifestam em alguns países industrializados e que ameaçam afetar negativamente os níveis de comércio e o esforço dos países da América Latina em prol do seu desenvolvimento.

9 — Reafirmaram a decisão de seus Governos de continuar insistindo para que as nações industrializadas adotem ou ponham em execução um sistema de preferências gerais não recíprocas e não discriminatórias em favor dos produtos manufaturados e semi-manufaturados originários dos países em desenvolvimento.

10 — Expressaram sua satisfação, no que concerne à questão de transportes marítimos, pelos resultados positivos obtidos até o presente momento nos foros multilaterais onde a matéria vem sendo objeto de estudo prioritário, mais especificamente no Comitê de Transportes Marítimos da UNCTAD, e sublinharam o direito dos países em desenvolvimento de assistir, promover e proteger suas marinhas mercantes, a fim de assegurar uma participação crescente e substancial das bandeiras dos citados países em seus tráfegos fundamentais respectivos.

11 — Concordaram em que o Brasil e a Nicarágua, dentro dos sistemas de integração de que formam parte — Associação Latino-Americana de Livre Comércio e Mercado Comum Centro-Americano — colaborem para o afiançamento e desenvolvimento de ambos os programas e consideraram necessário apoiá-los e fortalecê-los, para o que coincidiram em que os dois Governos colaboraram no estreitamento dos vínculos entre os ditos sistemas, propiciando relações da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e dos organismos regionais centro-americanos, com vistas a lograr no futuro um maior grau de integração entre os mencionados sistemas.

12 — Apontaram a necessidade de que sejam criadas condições que facilitem a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. Declararam-se convencidos da importância do estímulo à pesquisa e à implantação de tecnologias próprias, adequadas ao estágio de desenvolvimento e às circunstâncias de cada país.

13 — Ratificaram sua convicção de que, para assegurar o progresso e o bem-estar de seus povos, é indispensável tornar efetivo o direito soberano que têm todos os países de proteger e dispor livremente de seus recursos naturais. Nesse sentido expressaram, uma vez mais, a unidade de critérios do Brasil e da Nicarágua em face das questões do direito do mar, ao reiterar o direito dos Estados ribeirinhos de fixar a extensão de sua jurisdição sobre o mar adjacente a suas costas, de acordo com suas particularidades geográficas, geológicas e biológicas, para a preservação e exploração racional de seus produtos do mar, seu solo e subsolo, e reafirmaram, a esse respeito as posições consignadas nas declarações de Montevidéu e Lima.

14 — Examinaram, com preocupação, o fenômeno da violência que vem marcando o mundo contemporâneo e condenaram, uma vez mais, a violência em todas as suas formas e em especial os atos de terrorismo, que são delitos comuns contra direitos fundamentais da pessoa humana, e reiteraram que é dever dos Estados colaborar, nos planos bilateral, regional e mundial, para a erradicação das diversas modalidades de violência, assim como para a prevenção, em todos seus aspectos, e repressão penal dos crimes terroristas.

15 — Analisaram o estado das relações bilaterais e coincidiram na necessidade de dinamizar a cooperação de ambos os países em diversos campos com vistas ao fortalecimento daquelas relações e à prosperidade e desenvolvimento de seus votos.

16 — Manifestaram sua convicção da necessidade de incrementar o comércio recíproco, para o que ambos os Chanceleres se comprometeram a recomendar às autoridades competentes de seus países a adoção de providências capazes de elevar os valores do intercâmbio e diversificar as pautas de exportação na máxima medida possível, identificando os produtos brasileiros e nicaraguenses que possam ser objeto de intercâmbio, para o que trocaram notas criando uma Comissão Mista Brasil-Nicarágua.

17 — Considerando o apoio financeiro que possa ser necessário à concretização daquele objetivo, tendo, por parte do Governo do Brasil, comunicado o Chanceler brasileiro o oferecimento de uma linha básica de crédito de 1 milhão de dólares em favor do Governo da Nicarágua.

18 — No que tange à promoção comercial, manifestaram a intenção de seus Governos de participar, dentro de suas possibilidades, das feiras e exposições comerciais que cada um venha a organizar ou patrocinar.

19 — Considerando a importância do fator transporte no comércio bilateral, resolveram dar a máxima prioridade à solução das deficiências nesse campo, tendo o Chanceler brasileiro anunciado o estabelecimento, em breve prazo, de uma linha regular de navegação para os países da América Central.

20 — Concordaram em concluir, por troca de notas, nesta data, um Acordo de Cooperação Técnica pelo qual o Brasil se dispõe a conceder a nacionais nicaraguenses cursos ou estágios de formação ou de aprendizagem e bolsas-de-estudo para treinamento, aperfeiçoamento ou especialização em matérias ou técnicas prioritárias do desenvolvimento econômico e social, em centros educativos, entidades técnicas ou organizações industriais brasileiras.

21 — Manifestaram empenho em ampliar e aprofundar o intercâmbio cultural entre os dois países, através de missões intelectuais docentes e artísticas. Nesse particular, o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil expressou ser firme propósito de seu Governo de dar

maior eficácia ao acordo cultural de 1953 e, desde já, anunciou a criação, em futuro próximo, mediante assentimento do Governo nicaraguense, do Instituto Cultural Nicarágua-Brasil, em Manágua, cujo principal objetivo será o ensino do idioma português, cultura brasileira e outras disciplinas que permitam ampliar o conhecimento do Brasil, ao mesmo tempo em que, paralelamente, deverá servir como instrumento de divulgação no Brasil do valioso patrimônio cultural da Nicarágua.

22 — O Chanceler nicaraguense aceitou, com satisfação, o convite que lhe fez seu colega brasileiro para visitar oficialmente o Brasil em data próxima, a ser fixada oportunamente.

Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Nicarágua assinaram a presente declaração em Manágua em 20 de julho de 1971".

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-COSTA RICA

"Convidado pelo Governo da República da Costa Rica, o Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Mário Gibson Barbosa, visitou San José entre os dias 21 e 23 de julho de 1971, foi recebido em audiência especial por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dom José Figueres Ferrer, e manteve conversações com seu colega costarriquenho, Chanceler Gonzalo J. Facio.

2. Nessa ocasião, os dois Chanceleres reafirmaram a tradicional e estreita amizade que liga os dois países, verificando não existirem, entre eles, problemas de qualquer natureza, e declararam sua fé em que a cooperação mútua se fortalecerá ainda mais no futuro.

3. Reafirmaram a adesão e o respeito de seus países aos princídios consagrados pelo Direito Internacional, em especial àqueles relativos à igualdade dos Estados, à autodeterminação dos povos, à não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados e à solução pacífica das controvérsias.

4. Analisaram os problemas atuais da política internacional e reiteraram sua convicção da necessidade de que se intensifique o papel das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança mundial, bem como na ação em prol do progresso econômico, social e cultural dos países em desenvolvimento, com vistas a reduzir o crescente desnível entre estes e os altamente industrializados.

5. Declararam o propósito de prosseguir nos esforços para revigorar os mecanismos da Organização dos Estados Americanos, a fim de lograr que sua atuação se torne mais eficaz, tanto no campo político quan-

to no da programação do desenvolvimento econômico, social e cultural dos povos americanos.

6. Coincidiram em reconhecer que a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA) tem sido e deve ser, cada dia mais, o foro adequado para o ajuste de pontos de vista dos países da América Latina, tal como o demonstra a experiência das reuniões desse organismo em Viña del Mar, Buenos Aires e Brasília.

7. Convieram em apoiar a realização de uma reunião extraordinária da CECLA antes da XI Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD para que os países latino-americanos possam melhor coordenar a sua posição quanto aos temas que deverão ser incluídos na agenda da III UNCTAD.

8. Ressaltaram a necessidade da criação de condições que facilitem a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento, bem como a importância do estímulo à pesquisa e à implantação de tecnologias próprias, adequadas ao estágio de desenvolvimento e às circunstâncias de cada país.

9. Salientaram sua preocupação com as tendências protecionistas que ocorrem em alguns países industrializados que ameaçam prejudicar os níveis de comércio e o esforço dos países da América Latina em prol do seu desenvolvimento.

10. Convieram em que se torna cada vez mais necessário que os países industrializados adotem um sistema de preferências gerais, não recíprocas e não discriminatórias em favor dos produtos manufaturados originários dos países em desenvolvimento.

11. Concordaram em que a Costa Rica e o Brasil, dentro dos sistemas de integração de que formam parte — Associação Latino-Americana de Livre Comércio e Mercado Comum Centro-Americano — colaborem para o afiançamento e desenvolvimento de ambos os programas, e consideraram necessário apoiá-los e fortalecê-los, para o que coincidiram em que os dois Governos colaborem no estreitamento dos vínculos entre os ditos sistemas, propiciando relações da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e dos organismos regionais centro-americanos com vistas a lograr no futuro um maior grau de integração entre os mencionados sistemas.

12. Manifestaram sua satisfação, no que diz respeito à questão de transportes marítimos, pelos resultados positivos obtidos até o momento atual nos foros multilaterais, onde a matéria vem sendo alvo de estudo prioritário, mais especificamente no Comitê de Transportes Marítimos da UNCTAD, e ressaltaram o direito dos países em desenvolvimento de assistir, promover e proteger suas marinhas mercantes, com o intuito de assegurar uma participação crescente e substancial das bandeiras dos referidos países em seus tráfegos fundamentais respectivos.

13. Ratificaram sua convicção de que, para assegurar o progresso e o bem-estar de seus povos, é indispensável tornar efetivo o direito soberano que têm todos os países de proteger e dispor livremente de seus recursos naturais. Nesse sentido, os dois Chanceleres expressaram, uma vez mais, a unidade de critérios do Brasil e Costa Rica em face das questões de direito do mar, e reiteraram o direito e o dever dos Estados ribeirinhos de fixar a extensão de sua jurisdição sobre o mar adjacente a suas costas, de acordo com suas particularidades geográficas, geológicas e biológicas, para a preservação e exploração racional dos recursos do mar, seu solo e subsolo.

14. Dentro do quadro dos recentes debates havidos a respeito da OEA, consideraram amplamente as manifestações de violência que atentam, de maneira trágica, contra a civilização contemporânea e concordaram em que a sanção e a repressão dos atos de terrorismo é uma obrigação dos Estados, e que, para seu melhor cumprimento, devem colaborar estreitamente entre si. Coincidiram, a este respeito, em que, nos termos da jurisprudência e doutrina internacional, e de conformidade com os estudos e pronunciamentos dos organismos do sistema interamericano, tais crimes violam os mais elementares direitos humanos e, portanto, seus autores são passíveis de extradição e não se podem acolher ao asilo diplomático nem territorial. Por todos esses motivos, afirmaram ser desejos de seus Governos em colaboração do terrorismo.

15. Examinaram as relações bilaterais e reafirmaram a necessidade de tornar mais dinâmica a cooperação de ambos os países em diversos campos, com vistas ao fortalecimento daquelas relações e à prosperidade e desenvolvimento de seus povos.

16. Manifestaram sua convicção da necessidade de incrementar o comércio recíproco, para o que ambos os Chanceleres se comprometeram a recomendar às autoridades competentes de seus países a adoção de providências capazes de elevar os valores do intercâmbio e diversificar as pautas de exportação na máxima medida possível, identificando os produtos brasileiros e costarriquenhos que possam ser objeto de intercâmbio, para o que trocaram notas criando uma Comissão Mista Brasileiro-Costarriquenha.

17. Consideraram o apoio financeiro que possa ser necessário à concretização daquele objetivo, tendo, por parte do Governo do Brasil, comunicado o Chanceler brasileiro o oferecimento de uma linha básica de crédito de 1 milhão de dólares ao Governo da Costa Rica.

18. No que concerne à promoção comercial, manifestaram a intenção de seus Governos de participar, dentro de suas possibilidades, das feiras e exposições comerciais que cada um organize.

19. Considerando a importância do fator transporte no comércio bilateral, decidiram dar a máxima prioridade à solução das deficiências nesse campo, tendo o Chanceler brasileiro anunciado o estabelecimento,

em breve prazo, de uma linha regular de navegação para os países da América Central.

20. Concordaram em concluir, por troca de notas, nesta data, um acordo de cooperação técnica através do qual o Brasil se dispõe a conceder a nacionais costarriquenhos cursos ou estágios de formação ou aprendizagem e bolsas-de-estudo para treinamento, aperfeiçoamento ou especialização em matérias ou técnicas prioritárias do desenvolvimento econômico e social, em centros educativos, entidades técnicas ou organizações industriais brasileiras.

21. Manifestaram empenho em incrementar e aprofundar o intercâmbio cultural entre os dois países, através de missões intelectuais, docentes e artísticas. Neste particular, o Chanceler brasileiro fez constar a intenção do seu Governo de criar um Centro de Estudos Brasileiros em San José.

22. O Chanceler costarriquenho aceitou, com satisfação, o convite que lhe fez seu colega brasileiro para visitar oficialmente o Brasil, em data próxima, a ser fixada oportunamente.

Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Costa Rica assinaram a presente declaração em San José, em 22 de julho de 1971".

RESENHA DE LIVROS

A VERDADE SOBRE A FEB — Marechal Floriano de Lima Brayner — Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971 535 pp.

O antigo chefe do Estado-Maior da Força Expedicionária na campanha da Itália resolveu colocar num livro as suas memórias a respeito da campanha onde serviu no posto de Coronel. O livro do Marechal Brayner (que tem que ser lido juntamente com outros livros sobre aquela campanha, sobretudo o do Marechal Mascarenhas de Morais) é necessariamente polêmico e reflete o temperamento do autor. O próprio Marechal Brayner reconhece os riscos de uma tarefa dessa natureza, sobretudo quando "se pretende historiar assuntos recentes, cujos protagonistas ainda estão vivos, ou desapareceram há pouco tempo". As suas experiências, não só no período preparatório da expedição militar, mas sobretudo no campo de batalha, são relatadas com luxo de detalhes e entremeadas de reflexões sobre os acontecimentos de que participou e as personalidades envolvidas no drama de 1943/1945. Porque, na verdade, o Marechal Brayner apresenta sob um aspecto dramático os episódios da participação do Brasil, através de suas forças de terra, na Segunda Guerra Mundial.

A princípio era a indecisão e a dúvida. Um governo vacilante entre as promessas não efetivadas de ajuda militar norte-americana e os tentadores oferecimentos dos alemães. O exército brasileiro na época — como tão vivamente aparece nos documentos diplomáticos governamentais norte-americanos, recentemente divulgados — não estava suficientemente convencido de que os interesses fundamentais do Brasil aconselhavam uma participação no conflito ao lado dos norte-americanos e ingleses. Pelo contrário, vários elementos de alta hierarquia militar atribuíam grande valor à ajuda militar alemã, sobrestimavam as possibilidades de triunfo dos nazistas e duvidavam da capacidade norte-americana de ajudar eficaz e rapidamente os seus aliados deste continente. A demora dos fornecimentos prometidos pelo governo de Washington, os constantes adiamentos nas decisões fundamentais ajudaram os céticos a respeito da cooperação dos Estados Unidos. Somente após o torpedeamento dos barcos brasileiros por submarinos alemães, e sob a pressão da opinião pública, é que o governo decidiu pelo rompimento de hostilidades com

os países do Eixo. As forças armadas brasileiras, mesmo depois da declaração de guerra em 22 de agosto de 1942, se limitaram durante vários meses ao policiamento das costas marítimas (Marinha e Aeronáutica) e à participação de navios brasileiros em missões de comboio no Atlântico Sul.

Somente em abril de 1943 ficou decidida a participação direta na luta, a princípio através de um exército de três divisões de Infantaria, que seria organizado dentro dos moldes da organização norte-americana. A preparação das forças brasileiras para atuar no conflito foi cheia de peripécias. É curioso constatar que em certos momentos os próprios militares norte-americanos preferiam omitir uma participação direta do Brasil nos termos desejados por alguns dos nossos chefes militares.

Uma vez definida a responsabilidade do Brasil, os preparativos começaram lentos e cheios de improvisação. Ao findar o ano de 1943, segundo o Marechal Brayner, era decepcionante o balanço das providências tomadas. Unidades de várias regiões do país foram convocadas para integrar a 1.ª Divisão Expedicionária. A seleção e o treinamento do pessoal apresentavam problemas inteiramente inesperados. O Marechal Brayner descreve, com um misto de ironia e amargura, a confusão inicial, os progressos obtidos à custa de esforços e da dedicação de alguns, as lutas internas e as pequenas rivalidades que, felizmente, não chegaram a afetar o esforço global do Corpo Expedicionário.

O livro é rico em detalhes sobre as providências do embarque, o transporte das primeiras unidades, a sua chegada à Itália, o período de adaptação, o deslocamento de Nápoles para o teatro de operações italiano, etc. O desempenho das tropas brasileiras, em condições duríssimas para um exército inteiramente desacostumado às severas condições do inverno europeu, constituiu um feito que mereceu a admiração e o respeito dos outros aliados na campanha da Itália.

"A VERDADE SOBRE A FEB" descreve com vivacidade as várias etapas da campanha: Montese, Monte Castelo, as operações do Vale do Rio Sericchio e a derrota final dos alemães. O autor dedica uma atenção especial às relações entre os vários companheiros do Estado-Maior da Divisão e dos Comandantes de Unidades. Do mesmo modo, as relações com o V Exército norte-americano, o General Clark e os seus colaboradores ocupam muitas páginas do livro. Várias dessas personalidades são analisadas pelo Marechal Brayner que não economiza elogios ou críticas quando estas lhe parecem merecidas. Chefes militares brasileiros como Zenóbio da Costa, Cordeiro de Farias, Castelo Branco, Amauri Kruel, Caiado de Castro e muitos aparecem freqüentemente nas memórias do Marechal Brayner. As impressões sobre muitas dessas personalidades se chocam com o juízo de outros livros sobre a FEB. O autor não esconde as suas divergências, nem oculta o seu desapontamento com

várias das decisões que foram tomadas no Estado-Maior e nos campos de batalha.

Trata-se de livro sincero, polêmico, mas cheio de informações preciosas para a história definitiva da participação brasileira na Segunda Guerra, que ainda está para ser escrita. Muitos elementos dessa história, numerosos e dispersos, se encontram, não apenas nos livros brasileiros, mas também na rica documentação dos arquivos norte-americanos e alemães, que pouco a pouco estão sendo desvendados. A propósito, entre os livros estrangeiros o Volume VI da História do Exército Norte-Americano na Segunda Guerra Mundial ("The Framework of Hemisphere Defense", de Conn e Fairchild) dedica dois capítulos ao Brasil e é pouco conhecido no nosso país.

O leitor de "A VERDADE SOBRE A FEB" desejaria que o Marechal Brayner tivesse acrescentado uma pequena bibliografia, aumentando a preciosa documentação original que cita abundantemente no seu livro. De qualquer forma, o autor da história definitiva da Segunda Guerra Mundial, vista do ângulo brasileiro, não poderá ignorar a contribuição do livro do Marechal Brayner.

P.L.

THE MILITARY IN THE POLITICAL DEVELOPMENT OF NEW NATIONS — AN ESSAY IN COMPARATIVE ANALYSIS, Morris Janowitz (Chicago: The University of Chicago Press, 1964) 125 pp.

Conforme indica o título, este importante livro é um ensaio comparativo de sociologia política, tendo como foco de análise as forças armadas, sua estrutura interna e suas relações com o elemento civil em 51 países da África, Ásia e Oriente Próximo. Embora o autor não tenha estudado a América Latina, suas conclusões parecem bastante significativas e aplicáveis ao nosso continente. A finalidade do exercício é de investigar empiricamente as relações entre civil e militar à luz da organização social interna das forças armadas, visto que esta organização condiciona a capacidade de ação política do elemento militar, no âmbito nacional.

Duas perguntas ficam à base do ensaio: (a) Quais são as características sociais do elemento militar que tendem a facilitar sua intromissão na política? e (b) Qual é a capacidade de liderança das forças armadas para o desenvolvimento econômico e a modernização social?

Rejeitando os modelos descritivos de Alfred Vagts, Hans Speier e Harold Lasswell (aristocrático, democrático, totalitário e do Estado-

caserna) Janowitz enumera cinco padrões de relações civil-militares: (1) controle autoritário-pessoal civil, nos moldes dos países menos modernos, tradicionais (Etiópia) ou autocrático (Vietnam do Sul); (2) *controle por partido de massa, às vezes com liderança pessoal e sem instituição* parlamentar, usando a polícia ou milícias para contrabalançar os militares (Ghana de Nkrumah); (3) controle democrático competitivo ou semi-competitivo, com diversas formações sociais em concorrência política (Índia); (4) controle por coalizão civil-militar, em que o elemento militar forma grupo político e o civil permanece no poder com seu consentimento e ajuda, servindo o militar de poder moderador entre os grupos políticos (Indonésia de Sukarno); este tipo tende a converter-se em (5) domínio por oligarquia militar pura, em que as forças armadas tomam as rédeas do poder em sua custódia, tornam-se governantes, e acabam transformando, restringindo e reprimindo a atividade política civil. Neste último caso, o elemento militar procura, ampliar suas bases de apoio político, usando seu próprio pessoal ou fazendo alianças com formações sociais civis, pois é mais fácil dar um golpe de Estado do que governar um Estado (Coréia do Sul, Egito são exemplos).

Outras dimensões que o autor explora são históricas e econômicas. Chega à conclusão que o comportamento da maioria dos aparelhos militares dos novos países é "relativo", isto é, que não há desígnio inicial de tomar o poder, mas que a própria fraqueza das instituições políticas e das outras formações sociais acaba politizando as forças armadas, devido às repetidas crises. Aliás dois estudiosos da América Latina também chegam à mesma conclusão: José Nun ("The Middle Class Military Coup") e Liisa North *(Civil-Military Relation in Peru, Chile and Argentina).* Historicamente, segundo Janowitz, quanto mais tempo transcorrer após a independência, tanto mais provável é a intervenção militar. qualquer que seja a origem das forças armadas: colonial, da resistência contra o invasor durante a guerra, ou simples marca de soberania. Economicamente, não há correlação entre o PNB e a presença militar, negando portanto as hipóteses de S. Lipset e J. Coleman. Ao contrário, conforme vai se dinamizando a economia subdesenvolvida, maior é a probabilidade que surja um Govêrno oligárquico militar — observação que parecem confirmar os fatos na América Latina, África e Ásia, após a publicação do trabalho de Janowitz.

A análise comparativa alicerça-se sobre duas suposições: (a) que todo país atrasado deseja desenvolver-se, e (b) que as instituições militares de todos os países possuem características organizacionais em comum, derivadas sobretudo dos imperativos relacionados com a capacidade coercitiva física. Como as forças armadas dos novos países não possuem capacidade nuclear, sua organização tende a assemelhar-se à dos aparelhos militares dos países europeus no ante-guerra (muita infantaria, indo até 80% do pessoal, enquanto que os Estados Unidos possuíam

em 1960 uma distribuição praticamente igual dos efetivos entre exército, marinha e força aérea.

Cinco proposições são formuladas por Janowitz com a finalidade de explicar o comportamento militar nos países menos desenvolvidos, em comparação entre si e com os países avançados:

(1) *Tipo de organização.* A capacidade de intervir deriva-se do poderio bélico (organização superior e experiência no uso da violência); da indivisibilidade da função militar, em contraste com a pluralidade e debilidade do elemento e das funções civis; da ética de serviço à nação; finalmente, da ideologia de identificação nacionalista e da "postura heróica". Estes são atributos militares por excelência. O autor contradiz, assim, a John J. Johnson, que enfantiza as qualidades civis das forças armadas. O elemento militar agiu como veículo de importação de tecnologia bélica convencional, ao mesmo tempo que passou a dar ênfase à segurança interna além da externa. A abundância de tropas de infantaria ajuda o elemento militar no seu papel de policial, embora haja distinção entre as forças armadas e a polícia.

(2) *Estrutura do treinamento e linhas da carreira.* Mesmo se há uma tendência para a transferência das aptidões militares ao elemento civil e à atividade política, a profissão militar, por ser hierárquica e autoritária, possui limitações graves na sua aptidão para negociar e na sua capacidade de comunicação social. O militar, agindo politicamente, procura manter a ordem e organizar um meio ambiente que se tornou caótico; isto é realizado, não com fundamento em um humanismo científico, mas em uma identificação coletiva mais ou menos grosseira e nacionalista.

(3) *Recrutamento social e educação.* O elemento militar dos países novos é geralmente de origem social não aristocrática, mas de classe média. Faz-se um esforço de seleção profissional por mérito. Isto resulta, no entanto, num grande número de militares filhos das classes rurais e da burocracia. Enquanto que na Europa o militar era anti-racional e anti-científico, nas novas nações êle é o veículo da tecnologia e não possui compromisso com estruturas aristocráticas.

(4) *Ideologia profissional* e *política.* O militar dos países em desenvolvimento não possui uma ideologia, somente alguns temas ideológicos fundados na sua educação, experiência profissional e origens sociais: nacionalismo beirando às vezes a xenofobia; puritanismo e ascetismo, levando às vezes a conflitos com os novos ricos e com as elites políticas; aceitação da idéia da empresa estatal como veículo de mudanças sociais e econômicas; desconfiança da "politicagem", hostilidade à atividade dos grupos políticos, com o resultante pensamento tecnocrático, tendente a soluções simplistas. Pouca introspecção, mais ação.

(5) *Coesão.* Quanto mais coesa a classe militar, tanto mais probilidade haverá de intervenção. A coesão depende, entre outros fatores,

de uma distribuição equitativa das recompensas e de um senso de finalidade da organização.

Em conclusão, o autor observa a interação entre as forças armadas e a sociedade. Entre as funções sociais e econômicas, o militar treina técnicos e administradores; funda empresas para satisfazer suas necessidades logísticas e outras; favorece a modernização e a evolução social gradual, não violenta. Apresenta, no entanto, os graves defeitos da orientação tecnocrática, que podem levar à superburocratização. No âmbito de sua intervenção em política, o elemento militar tende a realizar muitos debates *in camera*, mas desconfia do povo e não dialoga com o eleitorado. Para obter um equilíbrio político democrático, opina Janowitz, não é necessário que o militar seja neutro; é necessário, sim, que obtenha a sanção popular de legitimidade, como grupo de pressão. O que importa, assim, é a base sobre a qual repousa a ação política do elemento militar, isto é, se esta ação se inspira ou não em valores emergentes na sociedade.

A perspectiva do autor é otimista: "Não é exagerado concluir, desta análise da profissão militar nas novas nações, que as tendências atuais das relações civis-militares são essencialmente transitórias. A procura de uma vida militar ordenada não fornece uma fórmula simples para obter um sistema político viável". O controle autoritário-pessoal não possui condições para modernizar um país; o partido de massa poderá talvez isolar o militar da política (o exemplo dado é de Ghana, mas o livro foi escrito antes da queda de Nkrumah); o controle democrático é frágil, mas subsiste em algumas nações: finalmente, os dois últimos tipos — coalizão civil-militar e oligarquia militar — enfrentam a mesma tarefa política, ou seja, a tarefa de criar uma organização política que possibilite um mínimo de consenso e legitimidade. Mesmo nestes casos, portanto, o autor acredita ser possível que a longo prazo os militares se retirem para a caserna. Não diz, contudo, qual será a duração deste prazo.

Z.

SETTING NATIONAL PRIORITIES — THE 1972 BUDGET — Brookings Institution — Washington, D. C. — Charles L. Schultze, Edward R. Fried, Alice M. Rivlin e Nancy H. Teeters — 1971 — 336 pp.

As estratégias que as superpotências adotarão no futuro são de grande interesse mundial pela sua repercussão nos problemas de segurança nacional e coletiva de todos os países.

Poucos documentos são oferecidos aos especialistas em estudos estratégicos e ao público em geral que permitam entrever as intenções dos governos das superpotências, as opções que eles enfrentam em assuntos de armas estratégicas e as próprias estratégias que eles pretendem adotar.

Do lado norte-americano, as mensagens presidenciais, os depoimentos dos homens de governo perante as comissões do Congresso norte-americano e o próprio orçamento anual oferecem muita matéria para estudo; do lado soviético as fontes são muito mais escassas.

O livro *Setting National Priorities — The 1972 Budget*, escrito por um grupo de especialistas da Brookings Institution de Washington, representa um precioso subsídio para os homens de governo e para os estudiosos de assuntos estratégicos e de assuntos de política internacional; o livro cobre todos os campos do orçamento norte-americano para 1972: relações internacionais, defesa militar, assistência estrangeira, participação na renda, assistência social, criação de empregos, preservação do meio ambiente, transporte, habitação, agricultura, educação, etc...

A presente resenha aprecia apenas os capítulos 2, 3 e 4 do livro, nos seus principais aspectos estratégicos e militares; o leitor encontrará, nos demais capítulos, farta matéria relacionada com problemas de governo, de interesse atual para a maioria dos países.

Na parte inicial do livro, onde são apreciadas as relações internacionais e os assuntos relacionados com a defesa nacional, os autores consideram que a reação do atual governo norte-americano, aos programas soviéticos de armas estratégicas, é de obter uma "suficiência" estratégica; seria evitada qualquer tentativa de reganhar uma "superioridade" de armas estratégicas sobre a União Soviética porque "vantagens numéricas pequenas em forças estratégicas têm importância militar pequena" e porque "uma tentativa de obter uma larga margem de vantagem em forças estratégicas desencadearia uma corrida armamentista que, no final, seria infrutífera".

Pelas mesmas razões, o governo norte-americano estaria revelando sério interesse em alcançar alguma forma de acordo, com a União Soviética, sobre a limitação de armas estratégicas.

Pontos de vista diferentes sobre os problemas básicos da confrontação militar entre as duas superpotências podem conduzir a dosagens diferentes nos orçamentos militares.

Um dos pontos de vista é de que o equilíbrio de forças, entre os Estados Unidos e a União Soviética, é, relativamente, de pouca importância, contanto que os Estados Unidos mantenham um poder de retaliação efetivo, mesmo que seja baseado na capacidade de sobrevivência, após um ataque nuclear inicial soviético, de um único sistema de armas.

Esse ponto de vista baseia-se, também, na crença de que uma possível vantagem quantitativa soviética não poderia ser posta em uso político, na década de 70, do mesmo modo que uma tal vantagem não

pôde ser utilizada, politicamente, pelos norte-americanos na década dos 60, quando eles a possuiam de forma marcante.

Os defensores desse ponto de vista advogam um maior esforço para a obtenção de acordos mais significativos, a longo prazo, sobre limitação de armas estratégicas e advogam objetivos menos ambiciosos nos programas de armamentos estratégicos.

As verbas previstas no orçamento norte-americano para 1972 permitem a continuação de um "deterrente" triplo e diversificado composto de:

— mísseis estratégicos instalados a bordo de submarinos;
— mísseis intercontinentais protegidos por mísseis anti-mísseis;
— aviões de bombardeio estratégico.

Esse "deterrente" triplo é chamado "triade".

As verbas para 1972 permitem, também, o desenvolvimento de novos sistemas de armas para manter e aumentar a capacidade do "deterrente".

Na década de 60 o "deterrente" norte-americano se baseava na capacidade de absorver um ataque nuclear maciço soviético e de continuar dispondo de forças estratégicas em quantidade suficiente para destruir uma porção intolerável da indústria e da população soviética; essa forma de "deterrente" possui o que se denomina uma "capacidade de destruição garantida".

A situação estratégica na década de 70 será diferente; a União Soviética já não estará mais em inferioridade no campo das armas nucleares estratégicas e terá conseguido um poderio comparável ao dos Estados Unidos; antes do fim da década, a China Comunista terá, provavelmente, adquirido uma força de mísseis intercontinentais.

Premissas que, anteriormente, eram de grande importância, como a obtenção de superioridade de armas estratégicas e a sua proteção por um sistema de mísseis anti-mísseis, já não apresentam, segundo a opinião de alguns estrategistas, a mesma importância. Atualmente, segundo eles, o controle de armamentos, por meio de acordos, e a estabilidade na confrontação nuclear entre as duas superpotências passaram a ser critérios mais importantes no planejamento das suas forças estratégicas.

De acordo com os autores do livro *Setting National Priorities — The 1972 Budget*, surgirá, na década de 70 para os Estados Unidos, uma indagação que afetará os orçamentos militares futuros: se é conveniente e possível manter uma "triade" de "deterrentes" independentes e todos com uma alta capacidade de sobrevivência, após um ataque nuclear. Como alternativa, os Estados Unidos poderiam decidir manter um "deterrente" apenas duplo, com um único sistema de armas estra-

tégicas baseado em terra, mísseis intercontinentais ou aviões de bombardeio estratégico, para suplementar as armas nucleares estratégicas instaladas a bordo de submarinos, as quais passariam a desempenhar um papel cada vez mais importante; outra alternativa seria depender apenas do "deterrente" submarino, mais difícil de ser destruído pelos soviéticos.

Com relação às Conversações para Limitação de Armas Estratégicas (SALT), que vêm se processando regularmente entre as delegações norte-americana e soviética, ora em Viena ora em Helsinqui, os autores salientam que o Presidente Nixon, na sua "Mensagem sobre Política Exterior", revelou a disposição de adotar certas medidas unilaterais a fim de procurar obter "uma relação estratégica estável com a União Soviética por meio de negociações"; essas medidas unilaterais seriam, por exemplo, o estabelecimento de limites nos sistemas de mísseis antimísseis ou mesmo o abandono da idéia de um tal sistema de amplitude nacional.

Salientam, também, os autores que se, pelo seu lado, a União Soviética limitar o seu sistema de mísseis anti-mísseis, aumentará a confiança na capacidade do "deterrente" norte-americano já existente, o que será, também, um fator de estabilidade na confrontação nuclear.

Mas, além das limitações das armas defensivas, os mísseis anti-mísseis, é importante obter limitações nas armas ofensivas, porque com a instalação de ogivas múltiplas (MIRV's) nos mísseis intercontinentais aumenta muito, de parte a parte, o risco de destruição dos "deterrentes" baseados em terra: mísseis intercontinentais e aviões de bombardeio estratégico; a instalação das referidas ogivas múltiplas é um fator de instabilidade na confrontação nuclear.

Se, dentro de um ano ou pouco mais, as Conversações para Limitação de Armas Estratégicas não conduzirem a um acordo satisfatório, aumentarão de muito as pressões para que os Estados Unidos procurem novos sistemas de armas estratégicas, com evidente repercussões nos seus orçamentos militares.

Há quatro opções importantes que afetarão no futuro as despesas militares norte-americanas e que dependem do desenrolar das conversações sobre limitação de armas estratégicas:

a) — qual o número de sistemas de armas a ser mantido no "deterrente" norte-americano: uma "triade", um "deterrente" duplo ou um "deterrente" baseado, primordialmente, em armas submarinas;

b) — qual o ritmo de modernização das forças estratégicas atualmente existentes; essa modernização será feita mediante a substituição de mísseis "Polaris" e "Poseidon", instalados a bordo dos submarinos, por um novo sistema de mísseis de longo raio de ação

("undersea long-range missile system" — ULMS), mediante a substituição do avião de bombardeio B-52 pelo avião B-1 e mediante a instalação de ogivas múltiplas nos mísseis intercontinentais baseados em terra e a instalação de um sistema de mísseis antimísseis para a defesa dos mísseis intercontinentais;

c) — a ativação ou não de um sistema novo de defesa aérea com novos tipos de mísseis "terra-ar", novos aviões de caça interceptadores e novos radares;

d) — a instalação ou não de um amplo sistema de mísseis antimísseis.

De acordo com a nova "doutrina Nixon", os Estados Unidos manterão forças militares convencionais suficientes para enfrentar um ataque comunista na Ásia ou na Europa, que não sejam simultâneos; ao mesmo tempo manterão forças convencionais para auxiliar os países aliados em guerras limitadas ou emergências menores, na Ásia ou em outros continentes; essa é a doutrina chamada de "preparação para uma guerra e meia", que substituiu a doutrina de administrações anteriores de "preparação para duas guerras e meia" com a hipótese de ataques comunistas simultâneos, na Europa pelos países do Pacto de Varsóvia e na Ásia pela China Comunista e seus aliados.

O livro *Setting National Priorities — The 1972 Budget* ainda contém estudos interessantes sobre o papel atual e vulnerabilidade dos navios-aeródromos, sobre os aviões de emprego tático, sobre o emprego de armas nucleares táticas na Europa e sobre os sistemas de armas nucleares estratégicas norte-americanos, sempre com apreciação dos respectivos custos.

N. F. Lavenère-Wanderley

A PAZ INDESEJÁVEL: (O Relatório da Montanha de Ferro) — Apresentação de Leonard C. Lewin. (Tradução de Luis Orlando Carneiro). Editora Laudes. Rio de Janeiro, 1969. 135 p.

O desarmamento geral é uma das velhas aspirações da humanidade. Desde o Abbade de Saint Pierre, há 250 anos, os planos de "paz perpétua" nos são apresentados periodicamente e políticos de todas as tendências inscrevem nos seus programas partidários a busca do desarmamento e da construção de mecanismos capazes de garantir a paz universal. A Liga das Nações e, nos últimos vinte anos, as Nações Unidas, se dedicaram sistematicamente à análise das possibilidades práticas do desarmamento, suas conseqüências econômicas, políticas e as dificuldades de execução dos planos de desarmamento. Numerosas reuniões e

conferências são convocadas pelas Grandes Potências para acertar as suas divergências e os limitados resultados obtidos — como por exemplo o Tratado de Desnuclearização — são apresentados como marcos decisivos no caminho da paz universal.

É abundante a literatura sobre os efeitos econômicos do desarmamento, incluindo livros (como o de Kenneth Boulding e Emile Benoit), relatórios de grupos de técnicos convocados pela ONU (num dos quais participou o economista venezuelano José Antonio Mayobre), relatórios especiais preparados para as "audiências" do Congresso norte-americano, estudos de organismos especializados dos países desenvolvidos, etc. De outro lado, têm proliferado em todo o mundo ocidental, principalmente nos países escandinavos, na Holanda, na França e nos Estados Unidos os estudos de "polemologia", ou sejam, as pesquisas sobre a paz.

Nenhum desses livros, documentos ou estudos teve o sucesso deste pequeno volume aparecido nos Estados Unidos com o título de "Report from Iron Mountain", cuja autoria real é desconhecida e que foi sucessivamente atribuída a John K. Galbraith, Richard Rovere, Kenneth Boulding e ao próprio jornalista do "New Yorker" que se intitula o "apresentador". O livro seria assim uma farsa, escrita de maneira extraordinariamente convincente, para ironizar os adversários do esforço no sentido de uma paz duradoura e universal. As conclusões são "chocantes" — a um tal nível que os "autores" do Relatório teriam decidido não publicá-lo, e o livro somente teria aparecido porque um dos membros do "grupo especial", que teria preparado o Relatório, julgou que era de seu dever colocar o público a par das conclusões alarmantes do Relatório.

Segundo o autor — ou autores — real ou imaginário, do Relatório, trata-se de trabalho encomendado pelo Governo norte-americano a um grupo secreto de cientistas, professores e sociólogos que trabalhou durante dois anos para tentar responder a perguntas deste tipo: o que se pode esperar se vier a Paz? como devemos nos preparar para ela? quais são as funções reais da Guerra nas sociedades modernas? na ausência da Guerra, que outras instituições existem ou devem ser criadas para exercer essas funções? é realmente possível a abolição da Guerra? caso seja possível, é necessariamente "desejável", em termos de estabilidade social?

A simples enumeração desses problemas mostra o escopo e a complexidade da análise contida neste livrinho fascinante. Todos eles foram examinados com a maior frieza — ou cinismo — e com originalidade. Partiu-se do pressuposto de que nenhum dos axiomas clássicos deveriam ser tomados como indispensáveis: a "Paz", de per si, não é boa ou má. A importância da vida humana, o desejo de paz, a melhor distribuição da riqueza, a superioridade das instituições democráticas, o desejo de

maior saúde e longevidade — todos esses valores foram postos em dúvida.

A primeira parte do estudo analisa, obviamente, o esperado impacto do desarmamento na economia norte-americana. Rejeita a conclusão básica do Relatório Ackley, de 1965, segundo a qual, apesar da sua magnitude e complexidade (60 bilhões de dólares) a indústria de armamentos dos Estados Unidos não ofereceria problemas especiais para a sua adaptação a uma economia de paz. Os autores do "Relatório da Montanha de Ferro" acham que, pelo contrário, nenhum dos programas para a transformação econômica decorrente do desarmamento leva suficientemente em conta a magnitude única dos reajustes que seriam necessários. Mais do que isso: os programas para transformar a indústria de armamentos num esquema de obras e serviços públicos de interesse social são mais "um produto de um desejo do que de uma compreensão realista do sistema econômico vigente" nos Estados Unidos. E afinal o argumento decisivo: nenhum dos planos apresentados "levou em conta a função fundamental não-militar da guerra e dos armamentos na sociedade moderna" nem "fizeram qualquer tentativa explícita para encontrar um substitutivo viável para essa função".

A análise das funções da guerra e da paz, sobretudo das funções não-militares da guerra — funções econômicas, políticas, sociológicas, ecológicas, culturais e científicas —, é possivelmente a parte mais original e "cínica" do Relatório. "A guerra não é, como geralmente se pensa, principalmente, um instrumento de política, utilizado por nações interessadas na expansão ou defesa de seus sistemas políticos ou econômicos. Ao contrário, ela é a base da organização sobre a qual todas as sociedades modernas estão construídas". E segue a enumeração das funções não-militares da guerra: ela fornece às sociedades um sistema seguro de estabilização e controle das economias; a possibilidade permanente da guerra é a base do governo estável; torna possível às sociedades manter as distinções de classe necessárias e a subordinação do cidadão ao Estado em virtude dos poderes residuais da guerra inerentes ao conceito de nacionalidade; controla os perigos de dissidência social, as tendências anti-sociais destrutivas; a guerra mantém um equilíbrio ecológico satisfatório entre a população humana e os víveres disponíveis para a sua sobrevivência; é a fonte inspiradora fundamental do progresso científico e tecnológico, etc. etc. Depois de atribuir tantas funções importantes à guerra, o Relatório procura encontrar os substitutivos para exercer essas funções — caso a guerra viesse a desaparecer. E o resultado dessa procura — na opinião dos autores — é francamente negativo.

A conclusão geral é que nenhum programa de Paz até agora concebido conseguiu preencher adequadamente os requisitos de "um mundo sem guerra". E, para responder à pergunta inicial — qual a melhor preparação para a paz? — o grupo afirma, "com veemência", que o sis-

tema da guerra não pode desaparecer: a) enquanto não se saiba exatamente o que tomará o seu lugar; e b) enquanto não se tenha certeza de que as "instituições substitutas" cumprirão sua finalidade em termos de sobrevivência e estabilidade da sociedade. "É incerto, no momento, se a Paz será algum dia possível. É bem mais questionável se a Paz seria desejável. O sistema de guerra, apesar de repugnante, subjetivamente, para importantes setores da opinião pública, tem demonstrado a sua eficiência desde o início da história conhecida... Um sistema de Paz viável constituiria ainda uma aventura para o desconhecido, com os riscos inevitáveis inerentes ao imprevisto."

À semelhança de relatórios de grupos de estudos do seu tipo, o "Relatório da Montanha de Ferro" conclui propondo a criação de um órgão subordinado diretamente ao Presidente da República, com um orçamento flexível, com o fim de fazer novos e mais aprofundados estudos sobre os problemas de Paz e de Guerra.

O tom, deliberado, de capa e espada com que é apresentado o livro e a estrutura de Relatório que lhe foi dada se combinam para dar um ar de credibilidade que assegura o efeito procurado pelos seus autores. O livro produziu um impacto considerável nos Estados Unidos e noutros países.

É uma pena que a tradução brasileira seja tão desigual, necessitando de uma revisão cuidadosa que esperamos seja feita numa segunda edição do livro. De qualquer forma, apesar das debilidades, é suficiente para permitir uma avaliação das opiniões terrivelmente bem elaboradas — e deliberadamente alarmantes — dos autores, falsos ou verdadeiros, do "Relatório da Montanha de Ferro".

L.C.

THE POLITICS OF RESCUE: THE ROOSEVELT ADMINISTRATION AND THE HOLOCAUST 1938-1945 — Henry L. Feingold, Rutgers University Press (New Jersey) — 394 pp.

De origem germânica, radicado nos EUA a partir de 1938, H. Feingold discorre num tom emocional sobre a política adotada pelos EUA e países aliados para o salvamento dos judeus europeus, perseguidos já antes de iniciar-se a 2.ª Guerra Mundial, muitos dos quais foram eliminados sistematicamente no decorrer deste conflito.

Se bem que Feingold se esforce em diversificar as responsabilidades pelas medidas então aplicadas, fracassa em sua tentativa e, para justificá-la, evocar-se-ia aqui o problema do atavismo. Visto por este prisma, aceita-se mais facilmente as críticas exacerbadas dirigidas pelo autor tanto

à Administração Roosevelt, como aos países envolvidos direta ou indiretamente no Holocausto.

No histórico, desenvolvido de uma maneira um tanto repetida e excessivamente detalhada, Feingold ora se prende aos aspectos morais do fato, ora aos aspectos políticos. Conseqüentemente, não pode escapar às contradições que ocorrem em contextos tão opostos.

Mesmo agora, quando se constata o esforço comum de grande parte das nações em encontrar soluções a curto prazo para as crises políticas ou econômicas internacionais, os interesses nacionais acabam por prevalecer sobre os ideais universais. A partir dessa premissa, entende-se melhor a posição tomada pelos EUA, Inglaterra e outros diante da pressão exercida por um grupo étnico minoritário atingido pela discriminação nazista.

Segundo a filosofia norte-americana *rescue through victory*, todos os princípios humanitários passavam a ser considerados como prejudiciais e impróprios à medida em que interferissem com a causa judaica. Houve, na ocasião, quem, dentro do próprio Departamento de Estado, contestasse tal *slogan*, definindo-o "não somente de louco, mas ainda de criminoso".

Uma tomada de posição não constitui um fato isolado numa sociedade. Embora os motivos apresentados pelo Governo Roosevelt pareçam frágeis à primeira vista, no entanto são válidos. Que recursos teriam os EUA naquele momento para fazer concessões ilimitadas à imigração em massa de judeus, quando internamente a evolução da economia americana desfavorecia a criação de novos empregos, com tendência a uma regressão nesse sentido? Poder-se-á criticar pelos norte-americanos e seus aliados a adoção de uma estratégia nacional provocada pela infiltração da espionagem nazista naqueles países, através dos refugiados? Feingold ataca impiedosamente a posição de defesa dos EUA ao tentar eliminar e evitar focos de alta espionagem, aparentemente correlatos com o fluxo de judeus imigrantes.

A causa sionista permanece até hoje uma incógnita no mapa geopolítico. Explica-se a tardia implementação desse projeto através da complexidade que o caracteriza. Fossem as circunstâncias mais favoráveis, o grupo sionista teria vencido o desafio que se levantava tanto do lado da Inglaterra, caracterizado pela política de contenção do grupo Bergson, como pela posição de certos grupos judaicos (the old territorialists) mais propensos à ocupação de outras áreas livres (Guiana Inglêsa, Mindanao, etc...). Além disso, a escassez de recursos para o financiamento simultâneo das iniciativa de instalação destes grupos de colonização e do esforço pioneiro da Palestina, contribuição para o adiamento da execução do plano do novo Estado Nacional Judaico. O equacionamento do problema proposto por Feingold nos parece um tanto ingênuo. Para ele, o sucesso da operação-Palestina estaria condicionado ao

escoamento dos refugiados judeus não somente para aquelas áreas de colonização mas também para outros Estados a serem escolhidos. Acredita ele, que se alguma tentativa tivesse sido feita neste sentido, provavelmente a decisão WANSEE nunca teria se concretizado.

Visto que Feingold se propos a analisar a política de salvamento dos refugiados e ao concluir esta análise apontar o réu, ele próprio se rende ao fatalismo da história ao admitir que, mesmo em situações trágicas, a missão humanitária de uma grande nação dilui-se diante da natureza do sistema político desta mesma nação.

Dizem que a história é uma simples repetição de fatos que ocorrem em épocas diferentes e dentro de sociedades em constante processo de evolução. Ampliando essa conceituação, dir-se-ia que a história contemporânea, não satisfeita em registrar os acontecimentos, motiva os homens — dentro de suas limitações — a não reincidir nos erros passados.

Mas para Feingold todas as perguntas que foram feitas ou ainda estão para serem feitas sobre o Holocausto, nem mesmo a história seria capaz de respondê-las.

Tereza Cavalcante

THE MILITARY-INDUSTRIAL COMPLEX. Sidney Lens, (Philadelphia, Pennsylvania e Kansas City, Missouri: Pilgrim Press e The National Catholic Reporter, 1970), 183 pp.

The Military-Industrial Complex é um livro polêmico e apaixonado, que certamente merece ser lido não tanto pelo arcabouço teórico desconjuntado e praticamente inexistente, se bem que implícito e reconhecível, mas muito mais pela enorme quantidade de fatos, muitas vezes desordenados e talvez exagerados, que compõem o quadro assustador traçado pelo autor. Intelectualmente mais forte e teoricamente integrado é, por exemplo, o excelente artigo de Marc Pilisuk e Thomas Hayden publicado no *Journal of Social Issues* n.º 3 de 1965, "Is there a Military-Industrial Complex that Prevents Peace?" Em vista do *affaire* Ellsberg, no entanto, tornam-se ainda mais interessantes os fatos narrados neste volume de Sidney Lens, e mais significativo torna-se cogitar sobre a aplicação de semelhante enfoque crítico ao estudo de outros países, nos quais a liberdade de análise crítica talvez seja mais frágil, embora a facção militar nacionalmente seja não menos poderosa do que nos Estados Unidos.

Inicia-se a obra com uma descrição do crescimento exponencial dos gastos do Departamento da Defesa desde a Segunda Grande Guerra. Citando o Senador Fulbright, o autor afirma que em 1967 mais do que

55% do orçamento nacional americano eram para a guerra, enquanto que apenas 6% ficavam voltados para as funções sociais do governo. Além disso, 90% destes gastos são agora efetuados sem concorrência pública, fomentando a ineficiência e criando interesses escusos na perpetuação do *status quo*. Em suma, o complexo militar-industrial é acusado de parasitismo ineficiente e de constituir uma ameaça à democracia, num país que mal contava com efetivos de 180.000 homens e que desconhecia o serviço militar obrigatório em 1940.

Partindo desta descrição, Sidney Lens procura as origens do fenômeno e as finalidades do complexo. Como Hans Morgenthau antes dele, Lens reconhece a transformação qualitativa da técnica bélica moderna. A guerra não é mais uma atividade exclusivamente militar, mas tornou-se guerra total, da qual participam toda a economia e toda a população ativa. A guerra convencional moderna depende do poderio industrial; a guerra atômica depende não só de um potencial industrial, mas de uma disponibilidade atual, de um estoque de armamentos — o que Klaus Knorr chamou de "power-in-being" em seu livro *The War Potential of Nations*, e que levou os estrategistas americanos a colocar o país em pé de guerra permanente na década de 50.

Sidney Lens não contesta a lógica dos estrategistas do Pentágono e fora dele, mas contesta as premissas e as finalidades de seu raciocínio. Ao mesmo tempo que argumenta o anacronismo do militarismo, expõe o aparecimento de interesses condizentes à desonestidade daqueles que agem sem sanção popular e sem supervisão constitucional. Lamenta o desaparecimento da separação entre a função militar e a função política na vida nacional, citando as ingerências do Departamento da Defesa no debate sobre o serviço militar universal e obrigatório, que durou até 1955, assim como na política externa do país desde os dias em que o General Marshall era Secretário de Estado, culminando hoje com o apoio militar antiguerrilha nos países menos desenvolvidos. São citados como componentes do complexo militar-industrial: (1) a facção militarista do Congresso, cuja Câmara de Deputados, com 435 membros, possui 100 deputados com posto de oficial da ativa ou da reserva, e 61 detentores de ações de empresas de material bélico; (2) o "lobby" da indústria de material bélico; (3) associações tais como American Ordnance Association e National Security Industrial Association; (4) organizações de pesquisas, tais como a RAND Corporation; (5) as instituições educacionais como o Hoover Institution on War, Revolution and Peace; (6) a AFL-CIO; (7) numerosos elementos do corpo docente das universidades.

Um tal estado de coisas leva a um estado de alma que Sidney Lens chama de síndrome militar: a exclusão do eleitorado de toda participação em decisões; a tendência do Pentágono para expandir-se em funções civis; e a mania da "segurança nacional" com a conseqüente mania

do segredo e da "lealdade", as quais levaram governos sucessivos ao descrédito, começando pelo vôo de Gary Powers e culminando com a guerra intervencionista no Vietnam.

Segue-se uma breve discussão do pensamento estratégico, sobretudo do fato que a simples existência de planos estratégicos pode predispor as forças armadas a "avançar o sinal" e pô-los em funcionamento, precipitando assim a própria situação para a qual foram concebidos os planos. Um capítulo é consagrado à corrupção do movimento sindical, com a criação de uma identidade de interesses entre o líder trabalhista, o industrial e o Pentágono, todos desejosos de perpetuar e aumentar a corrida armamentista e todos agindo para dominar os movimentos sindicais de outros países. O penúltimo capítulo contém a descrição de como uma grande parte do professorado universitário acabou identificando-se com as indústrias de guerra, através dos contratos de pesquisa e desenvolvimento científico, para os quais o Governo dispunha de mais de 18 bilhões de dólares em 1969. Cria-se assim, segundo Lens, uma série de constelações de interêsses e posições, entre as quais existe um fluxo e mobilidade de pessoas: das forças armadas, após a aposentadoria, para os altos postos na indústria, e da indústria para os altos postos do Governo; das cátedras universitárias para a indústria ou para o governo, fechando assim outro elo do complexo; finalmente, da alta indústria e finanças e dos sindicatos para os pontos de encontro, como American Institute for Free Labor Development. Neste respeito há um certo parentesco entre o pioneiro desta escola, C. Wright Mills (*The Power Elite* e *Causes of World War III*) e Sidney Lens, ambos expondo o aspecto sociológico do fenômeno em estudo. Lens, no entanto, observa a co-optação dos professores, enquanto que Mills e seus discípulos somente mencionam a indústria, os militares e a burocracia.

O capítulo final do livro contém as sugestões do autor para uma nova política dos Estados Unidos, visando no âmbito internacional a "coexistência competitiva" com a União Soviética e com a China, assim como a ajuda a todas as revoluções no estrangeiro, desde que sejam pelo "progresso social" e pela "liberdade"; e no campo da política nacional visando "completar a revolução americana". Seguem-se 7 sugestões de ação específica, as quais incluem o fim de toda a ajuda militar, a concessão de ajuda econômica com a condição de que haja "mudança social" do recipiente, a canalização de ajuda através das Nações Unidas, a encampação das empresas multinacionais americanas no estrangeiro, o desarmamento unilateral se necessário, etc. Deixando de lado as dificuldades de reconciliação prática, por exemplo, entre a imposição unilateral de condições para ajuda e canalização desta ajuda através das Nações Unidas, resta-nos apenas lembrar que o autor usa termos básicos sem defini-los, tais como "liberdade" e "mudança social", e usa uma perspectiva ostensivamente social e humanista para pregar uma nova forma

de intervencionismo jacobino da parte dos Estados Unidos. Acaba, assim, propondo não tanto que seu país abandone o expansionismo imperialista que lamenta no início do livro, mas simplesmente que o troque por outro e que empregue outros meios. A mesma soberba ainda impera.

Z.

FINANÇAS DO VATICANO — Corrado Pallenberg. — (Tradução de Giovanni Dell Anna). Editora Expressão e Cultura. Rio de Janeiro, 1971. 215 p.

O volume e a natureza dos recursos financeiros do Vaticano sempre constituíram um tema de especulação, facilitada pelo mistério em que se escondem as informações sobre as fontes de arrecadação e a maneira como são investidos esses recursos. De vez em quando aparecem artigos em revistas (o "TIME" e "FORTUNE", de propriedade do católico Henry Luce, já se ocuparam do assunto) e o jornalista norte-americano Nino Lo Bello, num livro publicado em 1968 (*"Vatican Empire"*), chegou a aventurar a declaração de que o Vaticano seria proprietário de "40 a 50% do número de todas as ações negociadas nas Bolsas de Valores da Itália".

Pallenberg, também jornalista, correspondente em Roma de vários jornais e revistas (inclusive da "VISÃO" brasileira), não recuou diante das dificuldades quando tentou obter das próprias autoridades do Vaticano dados oficiais sobre recursos e investimentos. Utilizando o "Anuário Pontifício", relatórios de empresas particulares italianas, jornais, documentos parlamentares, etc. conseguiu num pequeno livro dar um quadro bastante claro da organização administrativa e financeira do Estado do Vaticano e das numerosas congregações, institutos e organizações semiautônomas relacionadas com a parte econômica das atividades da Igreja Católica em várias partes do mundo.

Os primeiros capítulos tratam da história da organização administrativa e financeira da Igreja através dos séculos, até a crise em que os Estados Pontifícios foram ocupados pelas tropas italianas, em 1870. Descreve as relações da Igreja e o Governo Italiano, as negociações secretas com Mussolini e o resultado final de 1929, quando a Concordata e o Tratado de Latrão encerraram uma controvérsia de quase sessenta anos. A "Convenção Financeira" que acompanhou a Concordata de Mussolini assegurou a estabilidade financeira do Vaticano e deu as bases para a organização de um plano de investimentos que até hoje se mantém, com pequenas modificações.

O livro descreve a participação não somente dos Cardeais e altas figuras da Igreja, como também dos consultores leigos do Vaticano, seus representantes nos numerosos conselhos de administração das empresas

nas quais estão aplicados dinheiros da Igreja. A apresentação desses aspectos da atividade do Vaticano, a descrição dos personagens e dos métodos utilizados, a narrativa dos intricados caminhos e das relações políticas na Itália e noutros países, tudo isso se desenvolve num estilo leve, pitoresco, e onde se misturam o esforço de pesquisa e o vezo jornalístico pelo sensacional.

É curioso, por exemplo, saber que algumas das grandes empresas como a *Imobiliare,* tem subsidiárias internacionais no Luxemburgo e em Monrovia, Libéria. Também é novidade a informação (pág. 108) de que a manutenção do corpo diplomático do Vaticano não é paga pela Administração da Santa Sé nem pela Secretaria de Estado do Vaticano: "segundo uma antiga tradição, as entidades religiosas locais de cada país pagam as contas das representações vaticanas".

Pallenberg reserva capítulos especiais para a Propaganda FIDE, para a carreira do Cardeal Spellman — um dos grandes "financistas" da Igreja e sustentáculo das obras de apostolado — a estrutura da arrecadação de recursos para a Igreja Católica e a Evangélica na Alemanha. As atividades das novas fundações alemãs, criadas depois da guerra — A *Misereor* e a *Adveniat* — assim como a *Catholic Relief Services* dos Estados Unidos merecem também uma atenção particular.

A impressão final deixada pela leitura é de que as finanças do Vaticano, embora não inteiramente desvendadas, são sólidas e bem administradas. A organização administrativa responsável pela coleta e aplicação dos recursos da Igreja é eficiente, pouco burocratizada e está sendo rapidamente adaptada às novas condições do Mundo.

Conclui-se do livro de Pallenberg que os ventos da mudança que afetaram a Igreja no período pós-concilial também atingiram a sua estrutura interna e que os órgãos superiores da administração financeira estão sofrendo um processo de mudança que ainda não está concluído. É possível que num futuro próximo seja possível conhecer um pouco mais sobre as finanças dessa curiosa mistura de Estado moderno — servido por uma das organizações diplomáticas mais eficientes do mundo — e organização apostolar, dedicada, simultaneamente, a propagar uma religião baseada na pobreza e na humanidade e a preservar os seus recursos financeiros aplicados em prósperas empresas capitalistas.

L. C.

POLITIQUE ÉTRANGÈRE

REVUE PUBLIÉE TOUS LES DEUX MOIS
PAR LE CENTRE D'ETUDES DE POLITIQUE ETRANGERE
AVEC LE CONCOURS DU CENTRE NATIONAL DE LA
RECHERCHE SCIENTIFIQUE

S O M M A I R E

(36º année) — nº 1 — 1971

Prix de l'abonnment:

FRANCE	48 F.
ETRANGER	64 F.

A adresser au
CENTRE D'ETUDES DE POLITIQUE ETRANGERE
54, rue de Varenne, Paris (7º)
C.C.P. Paris 1865-41

(Joindre la somme de 1 F pour tout changement d'adresse)

BIBLIOGRAFIA

LIVROS PUBLICADOS NO BRASIL

Economia Política

AGRIPINO, João — *Transamazônica, incentivos, Nordeste;* discurso. João Pessoa, A União Ed., 1970, 26 p. (Col. Documentos, 2).

ALENCAR, Maria Helena — *Aspectos da concentração da produção de cacau e da estrutura fundiária na região cacaueira do Estado da Bahia.* Itabuna, Centro de Pesquisas do Cacau, 1970. 27 p. (Comunicação técnica, 37).

ALMIRO, Affonso — *A estatização no Brasil.* Pref. de Eugênio Gudin. Rio de Janeiro, APEC Ed., 1970. 133 p.

AMAZONAS — Comissão de Desenvolvimento Econômico. *Atlas geoeconômico do Estado do Amazonas.* Pref. de Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus, 1966. 376 p.

AMAZONAS — Comissão de Desenvolvimento Econômico — *Cidade de Manaus, II pesquisa sócio-econômica* (outubro de 1968) Manaus, 1970. 49 f. (Estudos específicos, ano 6, n.º 31).

ANDRADE, Manuel Correia de — *Espaço-polarização e desenvolvimento* (a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina). 2.ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970. 145 p.

ANDRADE, Manuel Correia de — *Geografia econômica do Nordeste* (o espaço e a economia nordestina) São Paulo, Ed. Atlas, 1970. 177 p.

APEC, Rio de Janeiro — *Estudos econômicos brasileiros.* Rio de Ja-Janeiro, 1969. 176 p. (Seleções APE, 5).

AYRTON, Antonio et alii — *Os economistas do Amazonas.* Manaus, Centro de Pesquisas sócio-econômicas, 1969. 28 p. (Sep. Bol. Técnico-informativo, 1).

BADARÓ, Murilo — *Reforma e revolução;* uma interpretação político-econômica da crise mineira. Belo Horizonte, Ed. G. Holman/ s.d. 1970. 274 p.

BAER, Werner — *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro.* / The development of the Brazilian stell industry / Trad. de Wando Pereira Borges. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 243 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

BELTRÃO, Pedro Calderon — *Sociologia da família contemporânea.* Petrópolis, Ed. Vozes, 1970. 182 p. (Col. Sinais do Tempo, 8).

BRASIL. Câmara dos Deputados — *Participação do trabalhador nos lucros da empresa;* vol. 2: Textos constitucionais, debates. Brasília, 1968. 372 p. (Documentos parlamentares, 121)

BRASIL, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — *Pré-diagnóstico sócio-econômico do Paraná.* Curitiba, Delegacia Regional do INDA no Paraná, 1969. 125 p.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia — *Carvão mineral do Brasil.* Rio de Janeiro / s.d., 1970 / n. num.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral — *A presença do Brasil no CIAP;* incluindo conferência do Ministro João Paulo dos Reis Velloso na Câmara Brasileiro-Americana de Comércio. Rio de Janeiro, 1970. 41 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social — *Le Ministère du Travail et de la Securité sociale dans la conjoncture actuelle.* Brasília, Serv. Gráf. do Senado Federal, 1970. 21 p.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — *A transamazônica e a Cuiabá-Santarém;* visão geral das possibilidades econômicas apresentadas pelas áreas de influência dessas rodovias. Belém, 1970. 21 p.

BRASIL. Tratados, etc. — *Brasil-Japão, convênio para evitar a dupla tributação em matérias de impostos sobre rendimentos.* Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1969. 39 p. (Col. de atos internacionais, 545).

BRASIL. Tratados etc. — *Brasil-Equador, ajuste para implementação do convênio sobre bases para a cooperação econômica e técnica de 5 de março de 1958.* Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1968. 6 p. (Col. de atos internacionais, 556).

BRASIL — *Estados Unidos da América, acordo sobre a garantia de investimentos.* Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1970. 25 p. (Col. de atos internacionais, 570).

BROOMAN, F. S. — *Macroeconomia / Macroeconomics* / Trad. Waltensir Dutra. Rev. e notas de Isaac Kerstenetzky. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 364 p. (Bibl. de ciências sociais)

BROWN, Alfredo Lisboa — *Introdução à história econômica do Ocidente* (a partir de Roma) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 148 p., 21 cm (Col. perspectivas do homem, 63, série economia)

BUESCU, Mircea — *História econômica do Brasil, pesquisas e análises.* Rio de Janeiro, APEC — Ed., 1970. 284 p.

ARRUDA, Antônio de et alii — *Desenvolvimento nacional;* autores: desemb. Antônio de Arruda, CMG Orlando Raso, prof. Otto Júlio Marinho, prof. Francisco de Souza Brasil, eng. José Manuel Gonçalves de

Oliveira. Brasília, Serv. Gráfico do Senado Federal, 1970. 55 p. (ADESG, Ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento).

CASTRO, Antônio Barros & LESSA, Carlos Francisco — *Introdução à economia (uma abordagem estrutural)* Pref. de Anibal Pinto. 6.ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1970. 162 p. graf. desd.

CIPOLLARI, Pedro — *Carga tributária no Brasil.* São Paulo, ANPES, 1970. 66 p. (Estudos ANPES, 18).

CONVENÇÃO da OIT n.º 104, concernente à abolição das sanções penais. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1969. 12 p. (Col. de atos internacionais, 579).

DAVIS, Kingsley et alii — Cidades, a urbanização da humanidade / por / Kingsley Davis, Hans Blumenfeld, Goran Sidenbladh, Benjamin Chinitz et alii. Trad. de José Reznik. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 221 p. (Col. atualidade).

DIAS, Manuel Nunes — *Fomento e mercantilismo; a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão* (1755-1778) Tese. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. 2v. 545, 291 p. (Col. amazônica, série José Veríssimo).

DIETRICH, Wilhelm — *Anatomia do milagre econômico, II; Alemanha Ocidental.* Rio de Janeiro, Ed. Paralelo, 1970. 170 p.

DJILAS, Milovan, 1911 — *Além da nova classe* / The unperfect society / Trad. de L. Braga. Com uma introdução de João Camilo de Oliveira Torres. Rio de Janeiro, Liv. Agir, 1970. 266 p.

DUBOIS, Jean et alii — *A Amazônia brasileira como fonte de produtos madereiros.* Belém, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, 1969. 17 p. (Série recursos naturais).

FURTADO, Celso — *Formação econômica do Brasil.* 10 ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1970, 248 p. 21 cm. (Bibl. universitária, série 2, ciências sociais, 23).

GARAUDY, Roger — *O capitalismo do século XX* Trad. de Jurandyr Silva. Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1970. 184 p. (Col. idéias e fatos contemporâneos, 29).

GUDIN, Eugênio — *Princípios de economia monetária.* 7. ed. rev. Rio de Janeiro, Agir, 1970. 2 v. 243, 264 p.

GUERRA, Antônio Teixeira — *Recursos naturais do Brasil* (conservacionismo) Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia, 1969. 183 p. (Bibl. geográfica brasileira, série A, 25).

HEDBERG, Hakan — *O desafio japonês / Den Japanska utmaningen* / Trad. de Jaime Bernardes da Silva. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Cia. Ed. 1970, 267 p.

HOBSBAWM, E. J. — *Rebeldes primitivos;* estudos sobre formas arcáicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX / Primitives re-

bels, studies in archaics forms of social movement in the 19th and 20th centuries / Trad. de Nice Rissone. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 242 p. (Bibl. de ciências sociais).

HOPPE, Sílvia Teresinha — *O humanismo de Karl Marx.* Porto Alegre, Ed. Ceul, Centro de Estudantes Universitários de Engenharia da UFRGS, 1969. 210 p.

HUGON, Paul — *História dos doutrinas econômicas.* II ed. São Paulo, Ed. Atlas, 1970. 447 p.

JOST, Nestor — *Considerações sobre a atualidade;* discursos e palestras; Rio de Janeiro, Ed. Graf. Barbero / s.d. 1970 / 62 p.

JULIEN, Claude — *O império americano.* / L'empire americain / Trad. de Fernando de Castro Ferro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1970. 436 p. (Col. documentos da história contemporânea, 53).

KAHN, Herman — *Japão, superpotência*: *o advento do superestado japonês* / The emerging japanese superstate / Trad. de Pinheiro de Lemos. São Paulo, Melhoramentos, 1970. 262 p. (Série hoje e amanhã).

KUSNETS, Simon — *Aspectos quantitativos do desenvolvimento econômico.* / Six lectures on economic growth / Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Forense, 1970. 89 p.

LAMBERT, Jacques — *Os dois Brasis.* Trad. de Clotilde da Silva Costa. 6.ª ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1970. 277 p. (Col. brasiliana, 335).

LOBO, Roberto Haddock — *Geografia econômica* 6.ª ed. São Paulo, Ed. Atlas, 1970. 384 p.

MAGALHÃES PINTO, Francisco de B. B. de — *História econômica.* São Paulo, Sugestões literárias, 1970. 472 p.

MALATESTA, Errico — *Hacia una nueva humanidad.* Prólogo, cronologia y seleccion de Vladimiro Nuñoz. Porto Alegre, Ed. Prôa, 1969. 258 p.

MARTINS, Ivan Pedro de — *O amanhã é hoje, Brasil 1970.* Rio de Janeiro, Distr. Record / s.d., 1970 / 159 p.

MATOS, José Costa — *O enfoque sócio-econômico do problema tributário;* subsídios para o programa de educação moral e cívica. Fortaleza, Delegacia da Receita Federal em Fortaleza, 1970, 29 p.

MELO, Ruy de & REIS, Raul — *Manual do imposto de importação e regime cambial correlato.* São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1970. 231 p.

MELO FILHO, Murilo — O *desafio brasileiro.* Pref. de João Paulo dos Reis Veloso. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Bloch, 1970 395 p.

MILIKAN, Max F. & HAPGOOD, David — *O problema da agricultura nos países subdesenvolvidos* / No easy harvest: the dilemma of agri-

culture in underdeveloped / Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Forense, 1970. 187 p.

MININI NETTO, José — *Economia internacional. Joinvile,* Faculdade de Ciências Econômicas, 1969. 51 f.

MYERS, Rezso & BALINT, Joseph — *Uma reforma silenciosa; a nova economia da Hungria.* Pref. de Robert Lederer. Rio de Janeiro, Ed. Paralelo, 1970. 122 p.

MYRDAL, Gunnar — *Subdesenvolvimento* Trad. e adaptação Rosinethe Monteiro Soares. Brasília, Coordenada Ed. 1970. 139 p. (Col. Gunnar Myrdal: 1).

ONU. Serviços de Informações Públicas — *Os interesses econômicos estrangeiros e a descolonização*: relatório. Rio de Janeiro, Atelier de Arte, 1969. 27 p.

PANFOLFO, Clara et alii — *A Amazônia, seu grande potencial de recursos naturais e oportunidades de industrialização.* Belém, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, 1969. 3 v. 118, 99, 143 p. (Coletânea de trabalhos distinguidos com a menção honrosa no concurso "Paulo Maranhão") Conteúdo. — v. 1. A Amazônia, seu grande potencial de recursos naturais por C. Pandolfo. — v. 2. ABC da hora e vez da Amazônia brasileira, por Ernesto Pinho Filho; O fabuloso TFA, por Júlio Maria Vieira; O homério (poema ultramodernista) por Luís Galvão; Estudos Amazônicos, por Adelino Brandão. — v. 3. O rio, a floresta e o homem, por Fernando Tasso de Campos Ribeiro; Pesquisa sobre arte, por Carlos A. de Mendonça; Problemática da Igreja na Amazônia, por José Ribamar de Souza; Degrada-se a floresta amazônica, por Arthur de Miranda Bastos; Sugestões para o desenvolvimento da Amazônia, por João dos Santos Arruda; Integração do índio, por Sérgio Roberto Buarque de Gusmão; Urge cartografar a Amazônia, por Raul Rodrigues Pereira; Amazônia, subdesenvolvimento e desenvolvimento e planejamento em saúde pública, por Humberto Luís de Trindade; Amapá: verde território da esperança, por Alcyr Araújo Cavalcante.

PARENT, Michael — *A cruzada anticomunista.* / The anti-comunist impulse / Trad. de Marcelo Guimarães. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 32 p. (Col. Perspectivas dos homens, 68, série política).

PEREIRA, Luiz Carlos Breser — *Desenvolvimento e crise no Brasil.* Pref. de Barbosa Lima Sobrinho. 2.ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970. 214 p.

PIMENTEL, Antônio Fonseca — *A paz e o pão (desafio às Nações Unidas)* Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1970. 141 p.

PINCUS, John — *Nações ricas e nações pobres (comércio, ajuda externa e desenvolvimento)* / Trade, aid and development; the rich and

poor nations / Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Forense, 1970. 393 p.

POPULATION *Growth and economic development: the Brazilian case.* Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1969. 14 p.

ROBINSON, Roland I. & JOHNSON, Robert W. — *Finanças, problemas com soluções* / Self-correcting problems in finance / Trad. e adaptação Eurico Ribeiro, Luís Sandine Cruz. Reimpr. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1968. 206 p.

RODRIGUES, Leôncio Martins — *Industrialização e atitudes operárias* (estudo de um grupo de trabalhadores) São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970, 219 p.

SAMUELSON, Paulo Anthony — *Introdução à análise econômica* / Economic: an introduction analysis / Trad. de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Suplemento e notas brasileiras de Ângelo Jorge de Souza. 7.ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1970. 2 v. 1.215 p.

SCHUMPETER, Joseph Alois — *Teoria econômica, de Marx a Keynes* / Ten great economists, from Marx to Keynes / Trad. de Ruy Jungman. Rio de Janeiro, Zahar, 1970 (Bibl. de ciências sociais).

SERVAN - SCHREIBER, Jean Jacques & MICHEL — *A selva de hoje; a economia.* / Ciel et terre / Trad. de Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro, Ed. Lidador, 1970. 175 p.

SIMONSEN, Mário Henrique — *Inflação: gradualismo x tratamento de choque.* Rio de Janeiro, Apec Ed., 1970. 215 p.

STONIER, Alfred William & HAGUE, Douglas C. — *Teoria econômica* / A textbook of economic theory / Trad. e pref. de Cássio Fonseca. Pref. de Octavio Gouveia de Bulhões. 6.ª ed. rev. e acrescida de uma nova parte; A teoria do crescimento. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1970. 649 p. (Bibl. de ciências sociais).

TEJO, Aurélio de Limeira — *Brasil, potência frustrada; a contra-revolução do semi-capitalismo.* Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1968. 179 p.

O TRABALHADOR e a revolução — Rio de Janeiro, Conselho Nacional do Serviço da Indústria, 1970. 30 p.

TRINDADE, Hélgio Henrique — *As elites e o desenvolvimento brasileiro;* pesquisa exploratória. Porto Alegre, Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos da PUCRGS, 1970. 50 p. (Série ensaios e pesquisas, 1).

VINHAS, M. — *Estudos sobre o proletariado brasileiro.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 279 p. (Col. retratos do Brasil, 75).

WANDERLEY, Carlos Alberto & PIMENTEL, Renato de Barros — *O caminho brasileiro dos bancos de investimentos.* São Paulo, setor de Divulgação do grupo Halles, 1970. 51 p. (cadernos Halles, 5).

Ciências Sociais — Sociologia

ADORNO, Theodor W. et alii — *Teoria da cultura de massa* / por / Adorno, Barthes, Benjamin, Marcuse, Kristeva, McLuhan, Panafsky. Rio de Janeiro, Ed. Saga / s.d., 1970 / 338 p. (Col. idéias e fatos contemporâneos, 38).

AUGRAS, Monique — *Opinião pública; teoria e prática.* Petrópolis, Ed. Vozes, 1970. 165 p.

AXELOS, Kostas et alii — *Humanismo e comunicação de massa.* Apres. seleção trad, e notas de Vamireh Chacon. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970. 92 p. (Comunicação, 2).

AZEVEDO, Marcello Casado d', *ed* — *Comunicação, linguagem, automação.* Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1970. 108 p. (Cad. Universitários, 1).

BADARÓ, Ramagem — *Programa de psicologia social* Rio de Janeiro, José Konfino /s.d. 1970 / 132 p.

BEAL, George M. et alii — *Liderança e dinâmica de grupo* / Leadership and dynamic groups action / Trad. de Waldir da Costa Godolphim e Sigfried Faulhaber Godolphim. 5.ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 287 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

BELTRAD, Pedro Calderon — *Sociologia da família contemporânea.* Petrópolis, Ed. Vozes, 1970. 182 p. (Col. sinais do Tempo, 8).

BENEVIDES, Aldenor Jayme Alencar — *Militarismo e fanatismo no Nordeste.* Brasília / s.ed., s.d., 1970 / 33 p.

BIRCH, David & VEROFF, Joseph — *Motivação* / Motivation: a study of action / Trad. de Olinda M. Malmegrin Rocha. São Paulo, Ed. Herder, 1970. 174 p. (Col. ciências do comportamento).

BOTTOMORE, Thomas Burton — *Críticos da sociedade; o pensamento radical na América do Norte.* / Critics of society, radical thought in North America / Trad. de José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 127 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo — *Dependência e desenvolvimento na América Latina;* ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1970, 143 p. 21 cm. (Bibl. de Ciências Sociais).

CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Otávio — *Homem e sociedade;* leituras básicas de sociologia geral. 5ª ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1970. 317 p. (Bibl. Universitária, série 2, Ciências Sociais, 5)

CARVALHO, Irene Mello — *Introdução aos estudos sociais.* 9.ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1970. 187 p.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS — *Levantamento das pesquisas sociais em curso na América Latina* (resultados provisórios). Rio de Janeiro, 1969. 65 p.

COHEN, Persy, S. — *Teoria Social moderna* / Modern Social Theory / Trad. de Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 258 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

COMAS, Juan et alii — *Raça e ciência*. I / Le racisme devant la science / Trad. de João Joel da Silva. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1970. 270 p. (Col. debates, 25, ciências sociais).

CUNHA, Ruy Vieira da et alii — *A política social;* autores: Prof. Ruy Vieira da Cunha, Carlos Sanchez de Queiroz, Tarcísio Meirelles Padilha, Otto Júlio Marinho. Brasília, Serv. Gráf. do Senado Federal, 1970. 30 p. (ADESG, Ciclo de conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento).

DAVIS, Kingsley et alii — *Cidades, a urbanização da humanidade*. Trad. de José Reznik. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. (Col. atualidade).

DEWEY, John — *Liberalismo, liberdade e cultura* / Liberalism & social action / Trad. e apres. de Anísio Teixeira. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, Ed. da Universidade, 1970, 261 p.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel — *Estrutura social brasileira*: aspectos do passado e transformações do presente Rio de Janeiro / ed. / 1970. 27 f.

EDMONDS, Vernon H. et alii — *O comportamento social; um programa auto-aprendizagem*. / Social Behavior: a program for self-instruction / Trad. Cláudia Amorim Garcia. Rio de Janeiro, Ed. Renes, 1970. 489 p.

ESPELLET, Eddy Sampaio et alii — *Objetivos nacionais permanentes*, autores: C. Alte. Eddy Sampaio Espellet, Cel. Affonso Celso Bodstein. Prof. Jenner José de Araújo, Bel. Araken Faissol Pinto. Brasília, Serv. Gráf. do Senado Federal, 1970 (ADESG, ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento).

FERNANDES, Florestan — *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, Ed. da Universidade, 1970. 397 p. (Bibl. Universitária, série 2, Ciências Sociais, 38).

FROST, David & JAY, Antony — *Os ingleses: potência ou impotência?* / The English / Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 210 p.

GEYER, Georgie Anne — *Nós, os latinos-americanos, vistos por George Anne Geyer*. / The new latins / Trad. de Alvaro Cabral. Rio de Janeiro.

GOLDMANN, Lucien — *Ciências humanas e filosofia; que é a sociologia?* / Sciences humaines et philosophie / Trad. de Lupe Cotrin Garaude e José Arthur Giannotti. 2ª ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. 119 p.

GUSMÃO, Paulo Dourado de — *Manual de Sociologia*. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro, Forense, 1970. 251 p.

HOBSBAWN, E. J. — *Rebeldes primitivos;* estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX / Primitve rebels, studies in archaic forms of social movement in the 19th and 20th centuries / Trad. de Nice Rissone. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 242 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

JENNINGS, Eugene E — *Liderança nas organizações e na história.* / An anatomy of leaderships princes, heroes and supermen / Trad. de M. A. Corção. São Paulo, Brasiliense. 217 p. (Col. Administração hoje).

KEITH, Henry H. & EDWARDS, S. F. *ed.* — *Conflito e continuidade na sociedade brasileira* / Conflict & Continuity in Brazilian Society / Trad. de José Laurineo.

KOENIG, Samuel — *Elementos de Sociologia* / Sociology, an introduction to the science of society / Trad. de Vera Borda. Rev. Técnica de Regina Lúcia F. de Moraes, 2.ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1970. 387 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

KRIEGHBAUM, Hillier — *A ciência e os meios de comunicação de massa.* / The science and mass media / Trad. de Maria Christina Lacerda de Rodrigues. Rio de Janeiro, Ed. Correio da Manhã, 1970. 275 p.

LÉVI-STRAUS, Claude et alii — *Mitos e linguagem social (ensaios de antropologia estrutural).* Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1970. 146 p. (Comunicação, 1).

LEWIN, Kurt — *Problemas de dinâmica de grupo;* organização por Gertrude Weiss Lewin / Resolving social conflicts / Trad. de Miriam Moreira Leite. Introdução de Gordon W. Allport. São Paulo, Ed. Cultrix, 1970. 242 p.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer — *América Latina Contemporânea;* modernização, desenvolvimento, dependência. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 205 p. (Col. atualidade).

MAILHIOT, Gérard Bernard — *Dinâmica e gênese dos grupos;* atualidade das descobertas de Kurt Lewin / Dynamique et genèse des groupes / São Paulo, Liv. Duas Cidades, 1970. 168 p. (Col. psicologia e grupos).

MANN, Peter H. — *Métodos de investigação sociológica* / Methods of sociological inquiry / Trad. de Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 198 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

MARTINS, José, pe. — *Década 70; novas dimensões dos encontros entre os homens.* São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1970. 60 p.

MELANGE, Josse — *As sondagens de opinião.* Trad. de Alice Mitika Koshiyama. São Paulo, Dep. de Jornalismo e Editoração, 1970. 13 p. (Transcrito do livro "A l'ecoute de l'opinion").

MELO, José Marques de — *A elite e os meios de comunicação.* Petrópolis, Ed. Vozes, 1970, p. 51-59. (Cep. da Vozes, v. 64, n.º 4).

MENDRAS, Henri — *Princípios de sociologia; uma iniciação à análise sociológica* / Eléments de sociologie (une imitation à l'analyse sociologique / Trad. de Patrick Davos. Rev. técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. 254 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

MERTON, Robert K. — Sociologia, teoria e estrutura / Social Theory and Social Structure / Trad. de Miguel Maillet. São Paulo, Mestre Jou, 1970. 758 p.

PADILHA, Raymundo — *O Presidente Richard Nixon e a América Latina;* discurso. Brasília / s.ed. / 1969. 26 p.

PARSON, Talcott *ed.* — *A sociologia americana;* perspectivas, problemas, métodos; org. por... / A American sociology / Trad. por Octavio Mendes Cajado. São Paulo, Ed. Cultrix, 1970. 383 p.

PAULO, Ruben Descartes de Garcia — *Subdesenvolvimento; mancha a apagar;* Rio de Janeiro, Gráf. Ed. Itambé, 1970. 159 p.

PETERSON, Theodore Bernard et alii — *As funções sociais dos meios de comunicação* / por / Peterson — Jensen — Rivers. São Paulo, Departamento de Jornalismo e Editoração, 1970. 31 p. (Série Jornalismo e editoração, 10. Transcrito do livro / Os meios de comunicação e a sociedade moderna).

PINTO, Agerson Tabosa — *Noções de sociologia;* para colegiais e especialmente para candidatos ao ingresso na Universidade. 3.ª ed. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1970. 311. p.

POUILLON, Jean — *Estruturalismo: uma tentativa de definição.* Trad. de Moacir Palmeira. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1970. 12 f. (Série comunicações, 7).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de — *O mandonismo local na vida política brasileira* (da Colônia à primeira República); ensaio de sociologia política. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. 130 p. (Publ., 14).

SANTILLANA, Giorgio de et alii — *O conceito de informação na ciência contemporânea.* / Le concept d'information dans la science contemporaine / Trad. de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970. 221 p. (Série ciência e informação, 2. Colóquios filosóficos internacionais de Royaumont, Cahiers de Royaumont).

SCHLESINGER Jr., Arthur M. — *A crise de confiança: idéias, poder e violência nos Estados Unidos* / The crisis of confidence, ideas, power and violence in America / Trad. de Gustavo Corção. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 272 p. (Col. perpectivas do homem, 69, série política).

SCHRAMM, Wilbur — *Comunicação de massa e desenvolvimento;* o papel da informação nos países em crescimento / Mass media and national development / Trad. de Muniz Sodré e Robert Lent. Rio de Janeiro, Ed. Bloch, 1970. 439 p. / Unibloch, série sociologia.

SILVA, Luiz Gonzaga do Nascimento — *Rumos para o Brasil moderno.* Pref. do Senador Milton Campos. Rio de Janeiro, Apec Ed., 1970. 253 p.

SOUZA, Aluízio Benedito Castanheira — *Introdução ao estudo de problemas brasileiros* / por / Aluizio Benedito Castanheira de Souza, Ney Mozart Evangelista, e Rodolfo Antonio Castein Castilho. Bauru, Faculdade de Direito, 1970.

TELES, Antônio Xavier — Estudos sociais; nova perspectiva das ciências humanas: para colégios, cursos normais e vestibulários. 4.ª ed. rev. São Paulo, Cia. Ed. Nacional. 1970, 294 p.

A TERRA, o homem, as instituições. (Coletânea). Bauru, Faculdade de Direito, 1970, 75 p.

TUMIN, Melven M. — *Estratificação social;* as formas e funções da desigualdade / Social Stratification / Trad. de Dante Moreira Leite. São Paulo, Liv. Pioneira, 1970. 165 p. (Bibl. Pioneira de Ciências Sociais e Sociologia).

VERON, Eliseo. *Ideologia, estrutura e comunicação* / Conducta, estrutura y comunicación. Trad. de Amélia Cohn. São Paulo, Ed. Cultrix, 1970. 234 p.

VLADIMIROV, Leonid — *Os russos, esses desconhecidos* / The Russians / Trad. de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro, Distr. Record / s.d., 1970 / 210 p.

Ciência Política

ALCARAZ, R. M. Garcia de — *Manual de legislação aplicada*: noções de legislação do trabalho; fundo de garantia do tempo de serviço; legislação de previdência social: legislação do imposto de renda; 1.º vol. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas /s.d.,1970 / 151 p.

ANDREONE, José Luis — *Organização política: O governo* (nível primário). Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Cinema /s.d., 1970. 12 p. (Diafilme).

ARON, Raymond — *De uma sagrada família à outra;* ensaios sobre Sartre e Althuser / Marxismes imaginaires, d'une saint famille à l'autre / Trad. de Luís Augusto do Rosário. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 237 p. (Col. perspectivas do homem, série ensaios, 62).

ARRUDA, Antônio de et alii — *Política nacional.* Autores: Desemb. Antônio de Arruda, Proc. Danton Pinheiro de Andrade Nogueira, Prof. Jenner José de Araujo. Brasília, Serv. Gráf. do Senado Federal, 1970. 25 p. (ADESG, Ciclo de conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento).

BASTO, Fernando Lázaro de Barros — *Síntese da história da imigração no Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. e Impressora de Jornais e Revistas, 1970. 89 p.

BRASIL, Tratados etc. — *Convenção de Viena sobre relações consulares.* Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1968. 73 p. 22 cm. (Col. de atos internacionais, 550).

BRASÍLIA. D. F. Procuradoria Geral — Legislação do Distrito Federal, 1960-1976: vol. I (1960-1962). Brasília, 1970. 602 p.

CARVALHO, Delgado de & CASTRO, Therezinha de — *Atlas; relações internacionais* (Coletânea) Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia, 1970, p. irreg.

CÓDIGO eleitoral atualizado; lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965. Rio de Janeiro, Gráf. Auriverde, 1970. 331 p.

CRANSTON, Maurice — *Diálogos políticos* / Political dialogues / Trad. de Octavio Mendes Cajado. São Paulo, Ed. Cultrix, 1970. 258 p.

CRONOLOGIA de uma solidariedade; documentos brasileiro revelando direitos da Venezuela sobre a Guiana Essequiba. Rio de Janeiro, Embaixada da Venezuela no Brasil, 1970. 20 p.

DEUTSCHER, Isaac — *O judeu não-judeu e outros ensaios* / The non-Jewish jew and other essays / Trad. de Moniz Bandeira. Apres- e introdução de Tamara Deutscher. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 50 p. (Col. perspectivas do homem, 61, série política).

DUVERGER, Maurice — *Os partidos políticos* / Les partis politiques / Trad. de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 465 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

FIGUEIREDO, Argemiro de — *Revolução, partidos políticos, desenvolvimento.* Brasília / s.d., 1970 / 13 p.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves — *Democracia e direitos do homem.* Brasília, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 1970. 36 p. (Bol. 1).

FROM, Erich — *O medo à liberdade* / Escape from freadom / Trad. de Octavio Alves Velho. 7.ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 235 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

FROM, Erich — *Psicanálise da sociedade contemporânea* / The Sane Society / Trad. de L. A. Bahia e Giasone Rebuá. 6.ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 347 p. (Bibl. de Ciências Sociais).

GANDHI, Mohandas Karamchand — *Assim dizia Mahatma Gandhi;* Trad. e notas de Humberto Rohden. Porto Alegre, Fundo Ed. Alvorada /s.d., 1970.

GARAUDY, Roger — *A grande virada do socialismo* / Le grand Tournant du socialisme / Trad. de José Paulo Netto e Gilvan P. Ribeiro.

Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 207 p. (Col. perspectivas do homem, 65, série política).

GUEDES, Antônio Geraldo — *Governo — estrada — progresso*. Brasília, Serv. Gráf. do Senado Federal, 1970. 11 p.

GUERRA DA CAL, Ernesto — *O impacto da cultura brasileira nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Departamento Cultural da Embaixada dos Estados Unidos /s.d., 1970 / 16 p.

JOBIM, Danton — *O problema do índio e a acusação de genocídio*. Brasília, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 1970. 23 p. (Bol. 2).

LAURO, Paulo — *Prática de legislação eleitoral*. São Paulo, Martins, 1970. 46 p.

LATEY, Maurice — *Tirania, um estudo sobre o abuso do poder*. / Tirany: a study in the abuse of power / Trad. Alda Alves da Fonseca. Rio de Janeiro, Ed. Nosso Tempo, 1970. 321 p. (Col. documentos, 2).

MARCÍLIO, Flávio — *Asilo* e *Terrorismo* (problemas do continente americano); discurso. Brasília, Serv. Gráf. do Senado Federal, 1970. 18 p.

MARINHO, OTTO Júlio — *Elementos básicos da nacionalidade;* os homens e as instituições; Brasília, Sev. Gráf. do Senado Federal, 1970. 26 p. (ADESG, ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento).

MELO, Antônio Vieira de — *Abertura do Curso de Altos Estudos da Sociedade Brasileira de Geografia;* Reformulações nas cartas da ONU e da OEA. Rio de Janeiro, Gráf. Barbero /s.d., 1970. 12 p.

LE PROBLÈME de l'indien et l'accusation de génocide. Brasília, Serv. Gráf. do Senado Federal, 1970, 20 p. (Conseil de Dèfense des Droits de la Personne Humaine, Bul. 2).

PADILHA, Raymundo — *La révolution de mars et la lettre pastorale de Brasília, discours*. Brasília, Serv. Gráf. do Senado Federal, 1970. 13 p.

SILVA, José Afonso da — *Manual do vereador*. Brasília, Serviço Nacional dos Municípios, 1970. 142 p.

TRINDADE, Hélgio Henrique — *As elites e o desenvolvimento brasileiro; uma pesquisa exploratória*. Porto Alegre, Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos, 1970. 50 p.

VASCONCELOS, Perboyre. *A volta ao mito; à margem da obra de Marcuse*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército em co-ed. com a Ed. Laudes, 1970. 191 p. (Col. General Benício 84, publ. 408) — 2.ª ed. Ed. Laudes, 1970 191 p.

LIVROS PUBLICADOS NO EXTERIOR

Europa Ocidental

BESSON, Waldemar — *Die aussenpolitik der Bundesrepublik: Erfahrungen und massstabe.* Munich, Piper, 1970. 493 p.
Uma análise da política externa alemã de 1949 a 1969. Livro de grande realismo político.

BRACHER, Karl Dietrich — *The German dictatorship: the origins, structure, and effects of national socialism.* New York, Praeger, 1970. 553 p.
Esta é a primeira síntese de todos os aspectos do fenômeno nazista, do qual o autor é um especialista. Este estudo oferece um comentário da precáriedade da democracia moderna, assim como das formas que a pervertem.

DORMANN, Manfred — *Demokratische militarpolitik: die alliierte militar strategie als thema deutscher politik 1949-1968.* Freiburg, Rombach, 1970. 296 p.
Um cientista político alemão analisa o contexto da política de defesa do governo alemão.

GOLDSWORTHY, David — *Colonial issues in British politics, 1945-1961: from "colonial development" to "wind of change".* New York, Oxford University Press, 1971. 425 p.
Estudo curioso e revelador da forma com que as pressões internas influenciaram a política britânica de liquidação do Império.

KAY, Hugh — *Salazar and modern Portugal.* New York, Hawthorn, 1970. 478 p.
Um estudo sobre o controvertido líder português.

KEPPLINGER, Hans Mathias — *Rechte leute von links: gewaltkult und innerlichkeit.* Olten, Walter-Verlag, 1970. 327 p.
Análise da afinidade entre a nova esquerda e a velha e depreciada direita.

MALEFAKIS, Edward E. — *Agrarian reform and peassant revolution in Spain: origins of the Civil War.* New Haven, Yale University Press, 1970. 469 p.
Malefakis faz um estudo muito valioso. Sua análise das conseqüências políticas do sistema judiciário da Espanha é básico para o conhecimento do país nos anos de 1930. Estudo muito sugestivo para os países subdesenvolvidos de hoje.

PAYNE, Stanley G. — *The Spanish revolution.* New York, Norton, 1970. 398 p.

MAYNE, Richard — *The recovery of Europe: from devastation to unity.* New York, Harper and Row, 1970. 375 p.

CROUZET, Maurice — *The European renaissance since 1945*. New York, Harcourt Brace Jovanovich, 1970. 216 p.

Duas contribuições distintas para o estudo da Europa desde 1945. Mayne, conhecido escritor britânico descreve a recuperação política do caos à afluência. Impressionado com a rapidez da mudança o autor começa afirmando que "no mundo atual, somos todos aprendizes".

MENDL, Wolf — *Deterrence and persuasion*. New York, Praeger, 1970. 256 p.

Análise dos motivos que levaram a França a desenvolver uma força nuclear, tornando-se atualmente um "tigre de papel". Mendl enfatisa as razões não-militares para a produção destas armas, concluindo que "uma justificação militar não seguiu, mas precedeu a existência da "force de frappe".

MIDDLEMAS, Keith & BARNES, John — *Baldwing: a biography*. New York, Macmillan, 1970. 149 p.

O devido tributo quanto ao tamanho e estilo a um exemplar extraordinário de conservadorismo flexível, no mais puro estilo britânico.

MOCH, Jules — *Rencontres avec... Leon Blum*. Paris, Plon, 1970. 363 p.

O socialista francês evoca 24 anos de colaboração e amizade.

NOWLAN, B. & WILLIAMS, T. Desmond — *Ireland in the war years and after 1939-51*. Notre Dame, University of Notre Dame Presse, 1970. 216 p.

Uma série de ensaios sobre as mudanças políticas e culturais ocorridas antes e depois da retirada da Irlanda do Commonwealth.

RAHL, James A. ed — *Common Market and American antitrust*. New York McGraw-Hill, 1970. 476 p.

Livro baseado no alcance extraterritorial das leis anti-truste americanas, quando conflitantes com a lei do Mercado Comum.

WEINBERG, Gerhard L. — *The foreign policy of Hitler's Germany: diplomatic revolution in Europe, 1933-36*. Chicago, University of Chicago Press, 1971. 397 p.

Uma análise inteligente a respeito dos primeiros triunfos de Hitler, baseada em fontes recentes.

WILLIAMS, Philip M. — *French politicians and elections, 1951-1961*. New York, Cambridge University Press, 1970. 312 p.

O autor capta com rara lucidez o espírito e a substância da política francesa em 25 ensaios.

ZELLER, Adrien & GIRAUDY,Jean-Louis — *L'Imbroglio agricole du Marché Commun*, Paris, Calmann-Lévy, 1970. 316 p.

Análise crítica da política agrícola da Comunidade Européia, com fatos muito interessantes e propostas bem elaboradas para a reforma.

Hemisfério Ocidental

BOURNE, Richard — *Political Leaders of Latin America.* New York, Knopf, 1970. 310 p.

Exame das carreiras de Guevara, Stroessner, Frei, Kubitschek, Eva Perón e Carlos Lacerda.

CORKRAN Jr., Herbert — *Patterns of international cooperation in the Caribean 1942-1969.* Dallas, Southern Methodist University Press, 1970. 285 p.

Alinhamentos e estratégias de integração regional em vigor atualmente são confrontadas com organizações anteriores ao Caribe.

GONZALEZ CASANOVA, Pablo — *Democracy in Mexico.* New York, Oxford University Press, 1970. 245 p.

O diretor do Instituto de Pesquisa Social da Universidade do México examina a vida política e social de seu país desde 1910.

GRUNWALD, Joseph & MUSGROVE, Philip — *Natural resources in Latin American development.* Baltimore, Johns Hopkins Press (for Resources for the Future), 1970. 494 p.

Os autores combinam um texto descritivo com quadros detalhados por países e mercadorias para prover informações profundas a respeito dos recursos minerais e agrícolas, e produtos de pesca e florestais.

JOHNSON, Cecil — *Communist China and Latin America, 1959-1967.* New York, Columbia University Press, 1970. 324 p.

Esta avaliação dos esforços da China na América Latina de 1959 a 1967, e suas afinidades com outros movimentos comunistas inclui considerações teóricas e ideológicas assim como os aspectos descritivos da atividade chinesa.

LEVINSON, Jerome & ONÍS, Juan de — *The Alliance that lost its way: a critical report on the Alliance for Progress.* Chicago, Quadrangle Books, 1970. 381 p.

Expressando uma orientação liberal, os autores chegam a conclusão que a Aliança esforçou-se demais e que os esforços de desenvolvimento, devidamente separados das considerações de segurança, devem concentrar-se na assistência aos países capazes e desejosos de procurar reformas econômicas e sociais através de meios democráticos.

OSWALD, Gregory — *Soviet image of contemporary Latin America: a documentary History, 1960-1968.* Austin, University of Texas Press (for the Conference on Latin American History), 1971. 365 p.

Compilação e tradução de documentos soviéticos recentes (década de 1960) sobre a América Latina, incluindo o "Movimento Nacional de Libertação".

RAMSETT, David E. — *Regional industrial development in Central America.* New York, Praeger, 1969. 133 p.

Relato especializado da integração de indústrias dentro do Mercado Comum da América Central.

REYNOLDS, Clark W. — *The Mexican Economy: twenthieth-century structure and growth.* New Haven, Yale University Press, 1970. 468 p.

Estudo econômico, com grande atenção voltada para os aspectos sociais concluindo que "apesar de nenhum obstáculo econômico atravessar o caminho do desenvolvimento, as ciladas políticas proliferam.

ROSE, James R. — *An Inter-American Peace Force within the framework of the Organization of American States.* Metuchen (N. J.), Scarecrow Press, 1970. 334 p.

A dinâmica da Força Interamericana de Paz examinada sobre vários ângulos.

WAGENHEIM, Kal — *Puerto Rico: a profile.* New York, Praeger 1970. 286 p.

Predições sobre o futuro de Porto Rico, indicando a complexidade dos vários fatores envolvidos.

Oriente Médio e África do Norte

ALLON, Yigal — *The making of Israel's Army.* New York, Universe Books, 1970. 273 p.

Desenvolvimento das forças armadas e da doutrina militar israelenses no contexto das necessidades estratégicas deste país, descritas pelo Vice-Primeiro Ministro israelense. Grande parte do volume consiste em documentos e outros materiais ilustrativos.

BLAIR, Leon Borden — *Western window in the Arab world.* Austin, Univ. of Texas Press, 1970. 328 p.

Focaliza as relações Estados Unidos-Marrocos duas décadas após a 2ª Guerra Mundial.

COHN, Edwin J. — *Turkish economic, social and political chance.* New York, Praeger, 1970. 196 p.

Um estudo cujo tema — que o rápido desenvolvimento e progresso econômico em direção a uma sociedade mais aberta pode ir de mão em mão na Turquia — é hoje o assunto de debate político naquele país.

KLIEMAN, Aaron — *Foundations of British policy in the Arab world: The Cairo conference of 1921.* Baltimore, Johns Kopkins Press, 1970. 322 p.

Relato baseado em documentos britânicos de um caso pouco conhecido nas relações árabes-britânicas.

LEBJAOUI, Mohamed — *Verités sur la revolucion Algériene.* Paris, Gallimard, 1970, 249 p.

A guerra de independência da Argélia especialmente a história da Frente de Libertação Nacional, seus líderes, suas vitórias e suas hostilidades de pós-guerra. O autor foi colaborador de Ben Bella.

RUF, Werner Klaus — *Der Burgibismus und die aussenpolitik des Unabhängigen Tunisien*. Bielefeld, Bertelsmann Universitatsverlag, 1969. 279 p.

Estudo das relações exteriores da Tunísia mostra as conecções íntimas entre a política de Burguiba em relação à França, Egito e à Liga Árabe em Maghreb.

SALOMON, Michel — *Méditerranée rouge: un nouvel empire Soviétique?* Paris, Laffont, 1970. 399 p.

Estudo em primeira mão da presença soviética no Mediterrâneo com sua força, mas sem omitir suas fraquezas.

TREVELYAN, Humphrey — *The Middle East in revolution*. Boston, Gambet, 1970. 275 p.

Um embaixador britânico descreve três missões que evidenciaram o declínio do movimento britânico no Oriente Médio: Cairo na época de Suez; Bagdá depois da revolução e Aden.

VANLY, Ismet chériff — *Le Kurkistan Irakien entité nationale: étude de la Revolution de 1961*. Neuchâtel, Ed. de la Balconnière, 1970. 418 p.

Um representante do movimento de Barzani defende a causa nacional Kurda num livro que tem uma riqueza de informação, especialmente sobre as negociações e relações Kurdo-iraquianas.

Geral: Econômico e Social

BASCH, Antonin — *A pragmatic approach to economic development*. New York, Vantage Press, 1970. 247 p.

O fruto de anos de experiência, alguns como funcionários do Banco Mundial. A fórmula não consiste numa prescrição clara, mas sim num trabalho constante e aprendendo ambos como dar e como usar o auxílio.

CARREAU, Dominique — *Souveraineté et cooperation monétaire internationale* — Paris, Ed. Cujas, 1970. 530 p.

Estão incluídos nesta obra algumas observações apontando os juristas franceses como responsáveis por negligenciar o impacto da cooperação monetária internacional sob o ponto de vista jurídico.

FELD, Werner — *Transnational business collaboration among Common Market countries*. New York, Praeger, 1970. 139 p.

Os dados existentes sobre a colaboração entre países de Mercado Comum não são analisados de forma a esclarecer as "informações de uma integração política".

LEGUN, Colin — *The first U. N. development decade and its lesson for the 1970"s.* New York, Praeger, 1970. 312 p.
Um Instituto austríaco, inspirado por Nehru reúne um grupo de pessoas de países desenvolvidos e em desenvolvimento para debates e discussões.

MIKDASHI, Zuhayr M. et alii ed. — *Continuity and change in the world oil industry.* Beirut, Middle East Research and Publishing Center, 1970. 233 p.
Relatórios de um seminário da American University de Beirute.

THORP, Willar — *The reality of foreign aid.* New York, Praeger (for the Council on Foreign Relations), 1971. 370 p.
O ex-presidente do comitê de Assistência ao Desenvolvimento (e ex-Secretário de Estado Assistente para Assuntos Econômicos) estendeu-se em sua ampla experiência acadêmica e governamental uma análise do processo de desenvolvimento econômico e nas formas que países ricos auxiliam os países pobres.

WALTERS, Robert S. — *American and Soviet aid: a comparative analysis.* Pittsburgh, Univ. of Pittsburg Press, 1970. 299 p.
Comparações minuciosas mostram que as semelhanças são maiores do que as diferenças.

WILKIS, Mira — *The emergence of multinational enterprise: American business abroad from the colonial era to 1914.* Cambridge, Harvard University Press, 1970. 310 p.
Trabalho explicativo descritivo do crescimento de investimento externo dos norte-americanos desde 1914.

Geral: Político e Legal

ARBATOV, G. A. — *Ideologicheskaia borba v sovremennykh mezhdunarodnykh otnoshenijakh.* Moscow, Izdatel'stvo Politicheskoi Literatury, 1970. 351 p.
Análise do papel da ideologia nas relações internacionais feita por um pesquisador soviético.

NOLINTINEANU, A. & MALITA, M. — Carta ONU — *Document al erei noastre.* Bucharest, Editura Politika, 1970. 360 p.
Os dois pesquisadores rumenos discutem as realizações e as frustrações das Nações Unidas, enfatizando as contribuições feitas pela Romênia.

BURGESS, Randolph W. & HUNTLEY, James Robert — *Europe and America — the next ten years.* New York, Walker, 1970. 232 p.
Projeção das relações dentro da Comunidade Atlântica no decorrer da próxima década, dando ênfase aos instrumentos econômicos de cooperação e melhor educação em assuntos internacionais para os jovens.

CHAMBERLAIN, Neil W. — *Beyond Malthus: population and power.* New York, Basic Books, 1971. 214 p.

A explosão demográfica na distribuição dentro de uma sociedade fornece melhores chances para os analistas neo-Malthusianos.

COOPER, Chester L. — *The lost cruzade: America in Vietnam.* New York, Dodd, 1970. 559 p.

O autor, membro do governo americano durante grande parte do período da guerra, apresenta um estudo crítico da guerra da Vietnam.

FALK, Richard A. & BLACK, Cyril E. *ed* — *The future of the international legal order. vol. II: Wealth and resources.* Princeton, Princeton University Press, 1970. 343 p.

Quatro monografias sobre vários aspectos legais de recursos naturais e desenvolvimento econômico.

HAAS, Ernest B. — *Human rights and international action. The case of freedom of association.* Stanford, Stanford University Press, 1970. 184 p.

Análise dos problemas envolvidos no desenvolvimento da concepção internacional para a observância e implementação dos direitos humanos fundamentais.

HARRIMAN, Averell W. — *America and Russia in a changing world: a half century of personal observation.* Garden City, Doubleday, 1971. 218 p.

Este livro mostra a impaciência do autor em relação aos slogans ideológicos já gastos e sua determinação para fundamentar a política em realidades objetivas.

LACOUTURE, Jean — *The demigods: charismatic leadership in the thirld-world.* New York, Knopf, 1970. 300 p.

O carisma Weberiano aplicado em quatro líderes do Terceiro Mundo: Nasser, Nkrumah, Sihanouk e Borguiba.

MCSHERRY, James E. — *Stalin, Hitler, and Europe.* New York, World Publishing Co., 1970. 357 p.

Este é o segundo volume da história das relações nazi-soviéticas.

PROSSER, Michael H. *ed* — *Sow the wind, reap the whirlwind.* New York, Marrow, 1970. 2 v.

Cento e cinqüenta discursos de chefes de Estado proferidos na sede das Nações Unidas, durante seus primeiros 25 anos.

SVEICS, V. V. — *Small nations survival: political defense in unequal conflicts.* New York, Exposition Press, 1970. 271 p.

Baseado em vários casos, o autor sugere que as nações pequenas devem usar sua força política como um elemento estratégico decisivo em sua luta militar contra o grande poder agressor.

TOSCANO, Mario — *Designs in diplomacy: pages from European diplomatic history in the twentieth century.* Baltimore, Johns Hopkins Press, 1971. 433 p.

A maioria destes ensaios publicados previamente trata das relações diplomáticas da Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

TUCHMAN, Barbara W. — *Stilwell and the American experience in China, 1911-45*. New York, Macmillan, 1971. 621 p.
O tema deste livro é que a "China era um problema para o qual a América não tinha solução, concluindo que "no fim, a China seguiu seu caminho como se os americanos jamais tivessem existido".

Ásia Oriental e Oceano Pacífico

BARKE, Wolfgang — *Das Politbüro des 8. Zentralkomitees der Kommunistischen Partei Chinas*. Wiesbaden, Harrassowitz, 1969. 165 p.
Compêndio de informações biográficas, e as atividades diárias dos membros do Politburo chinês no período de 1964 a 1967.

BUCHANAN, Keith — *The transformation of the Chinese earth*. New York, Praeger, 1970. 336 p.
O processo da transformação do trabalho em capital, do fervor moral em produto nacional bruto usado pela China como um modelo para o desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo.

ESMEIN, Jean — *La révolution culturelle Chinoise*. Paris, Ed. du Seuil, 1970. 347 p.
Adido da embaixada francesa em Pequim analisa de maneira direta a revolução cultural chinesa.

GUILLAIN, Robert — *The Japanese Challenge*. Philadelphia, Lippincott, 1970. 352 p.
Estudo da transformação econômica após a guerra do Japão.

HUDSON, W. J. — *Australia and the colonial question at the United Nations*. Honolulu, Eeast-West Center Press, 1970. 214 p.
O conflito australiano, cobrindo o período de vida das Nações Unidas, para permanecer em bons termos com o maioria anti-colonialista e simultaneamente reter o controle de Papua e Nova Guiné.

KAHN, Herman — *The emerging Japanese superstate: Challenge and response*. Englewood Cliffs, Prentice-Hal, 1970. 274 p.
Herman Kahn especula sobre o futuro do Japão.

MYRDAL, Jan & KESSLE, Gun — *China: the revolution continued*. New York, Pantheon Books, 1971. 201 p.
Uma "cidade chinesa" visitada novamente 8 anos depois, em 1970. Os autores encontram um padrão de vida mais elevado e mais democrático do que aquele anterior à revolução cultural.

TRAGER, Frank N. & HENDERSON, Willian ed. — *Communist China, 1949-1969: a twenty-year appraisal*. New York, New York Univer-

sity Press (for the American-Asian Educational Exchange), 1970. 356 p.
Quatorze ensaios sobre vários aspectos da sociedade e da política do continente chinês.

Militar

BOSNEY, Bennett & WILLRICH, Mason *ed.* — *Nuclear profileration: prospects for control.* New York, Dunellen Co. (for the American Society of International Law, 1970. 191 p.
Simpósio focalizando os aspectos de controle do Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares.

BROWN, San & ACKLAND, Len *ed.* — *Why are we still in Vietnam?* New York, Random House, 1970. 144 p.
Doze ensaios qualitativamente desiguais feitos por oponentes da guerra do Vietnam.

CARELL, Paul — *Scorched earth.* Boston, Little, Brown, 1970. 556 p.
A obra cobre a guerra Russo-Germânica desde a batalha de Kursk em 1943 até o avanço soviético na Prússia Oriental em 1944.

CHOMSKY, Neam — *At war with Asia.* New York, Pantheon Books, 1970. 313 p.
Acusação passional do papel da América no Vietnam baseada principalmente em fundamentos morais. Ultrajado pelo que assistiu na ocasião das visitas recentes ao Laos e Vietnam do Norte, o autor enumera um catálogo de horrores perpetrados pelos Estados Unidos nestes dois países.

DENNERT, Jürgen — *Verschwiegenes Zeitgeschehen,* Düsseldorf, Econ Verlag, 1970. 399 p.

DUPUY, T. N. et alii — *The almanac of world military power.* Dunn Loring (Va.), T. N. Dupuy Associates (in association with Stackpole Books), 1971 388 p.
Avaliação geo-política da capacidade de poder das nações mundiais.

PROBLEMS of morden strategy, New York, Praeger (for the Institute for Strategic Studies), 1970. 219 p.
Documentos preparados por 9 especialistas da estratégia moderna para a Conferência do Instituto de Estudos Estratégicos de 1968. Introdução de Alstair Buchan.

TOLAND, John — *The rising sun: the decline and fall of the Japanese Empire.* 1936-1945. New York, Random House, 1970. 954 p.
Caminho percorrido pelo Império Japonês para a auto destruição. Análise objetiva da tragégia de Hiroshima e Nagasaki.

Europa Oriental e União Soviética

AUTY, Phyllis — *Tito: a biography.* New York, McGraw, 1970. 343 p.
O autor considera sua obra uma "biografia histórica do Marechal Tito entre as muitas que surgirão".

BENES, Václav L. & POUNDS, Norman J. G. — *Poland.* New York, Praeger, 1970. 416 p.
Avaliação geral da história, desenvolvimento econômico e dos recursos da Polônia

CROZIER, Brian — *Since Stalin.* New York, Coward-McCann, 1970. 247 p.
Visão dos desenvolvimentos recentes no mundo comunista. Para o autor a guerra fria não está terminada nem para terminar.

DEDIJER, Vladimir — *The battle Stalin lost: memories of Yugoslavia 1948-1953.* New York, Viking, 1971. 341 p.
Reminiscências pessoais e informativas dos anos de 1948 a 1953, quando Stalin tentou inutilmente depor o regime de Tito.

J. K. PAASIKIVI Suomen politiikassa. Helsinki, Otawa, 1970. 210 p.
O primeiro de uma série de livros a respeito do centésimo aniversário do nascimento do estadista filandês J. K. Paasikivi.

KELLERMANN, Volkmar — *Schwarzer Adler-Weisser Adler. Cologne,* Markus Verlag, 1970. 196 p.
Retrospecto da atitude e da política da República de Weimar em relação ao Estado polonês.

LAIRD, Roy D. — *The Soviet paradigm.* New York, Free Press, 1970. 272 p.
Na opinião do autor "o sistema político soviético resiste como um paradigma inigualável de uma política monohierárquica centralizada".

LANGE, Peer — *Stalinismus versus "Sozialfaschismus" und "National Faschismus".* Göppingen, Kummerle, 1969. 367 p.
Análise da ideologia e prática durante o movimento esquerdista do final da década de 1920 e início da década de 1930.

LENDVAL, Paul — *Anti-semitism without Jews: communist Eastern Europe.* Garden City, Doubleday, 1971. 393 p.
Estudo da situação da população judaica remanescente na Polônia, Tcheco-eslováquia, Hungria e Romênia.

LINKOMIES, Edwin — *Vaikea Aika: Suomen Pääministerina Sotavuosina 1943-1944.* Helsinki, Otawa, 1970. 445 p.
As memórias do Premier finlandês Edwin Linkomies, durante o período da guerra, escritas na prisão, e somente agora liberadas para publicação.

MEISSNER, Boris — *Die "Breshnew-doktrin".* Cologne, Verlag Wissenchaft und Politik, 1969. 189 p.

Documentos com uma introdução relativa ao motivo e a manifestação da chamada Doutrina Breshnev, envolvendo réplicas de outros regimes comunistas.

UAGY-TALAVERA, Nicholas M. — *The green shirts and the others.* Stanford, Hoover Institution Press, 1970. 427 p.

Estudo comparativo dos movimentos e partidos fascistas que surgiram na Hungria e Romênia durante a guerra.

REI, August — *The drama of the Baltic peoples.* Stockholm, Publ. House KVE, 1970. 384 p.

Levantamento da história dos Estados Bálticos, enfatizando os acontecimentos precedentes a sua incorporação à União Soviética. No capítulo final, o historiador Evald Uustalu descreve o desenvolvimento da Estônia desde 1945.

SCHÖP-FLIN, George — *ed.* — *The Soviet Union and Eastern Europe.* New York, Praeger, 1970. 614 p.

Guia substancial com a participação dos vários especialistas.

África

ARKHUST, Frederick *ed.* — *Africa in the seventies and eighties*: issues in development. New York, Praeger (in cooperation with the Adlai Stevenson Institute of International Affairs), 1970. 405 p.

Vários estudiosos dos assuntos africanos foram convidados em 1969 para projetar problemas contemporâneos, econômicos, políticos e legais dos anos de 1980. Este volume inclui os relatórios e comentários feitos por outros participantes.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine — *Histoire économique du Congo 1880-1968.* Paris, Ed. Anthropos, 1969. 204 p.

Processo do desenvolvimento econômico no Congo (Brazzaville) é examinado com especial ênfase nos períodos de 1960 a 1968 e o desenvolvimento de uma união de costumes entre os países da antiga África Equatorial Francesa.

FIRST, Ruth — *Power in Africa.* New York, Pantheon Books, 1971. 513 p.

Estudo sobre intervenções militares na África, especialmente no Sudão, Nigéria e Gana.

FONTAINE, J. S. La — *City politics: a study of Léopoldville 1962-1963.* New York, Cambridge University Press, 1970.

Estudo sobre as relações políticas e sociais da principal cidade africana logo após a independência.

GANDHI, Arun — *A patch of white.* Bombay, Thacker, 1969. 191 p.

Um indiano que viveu 25 anos na África do Sul descreve o problema do Appartheid.

HIPPOLYTE, Mirlande — *Les états du groupe de Brazzaville aux Nations Unies*. Paris, Colin, 1970. 333 p.
Análise de três problemas discutidos perante a Assembléia Geral das Nações Unidas: o problema da Argélia, do Congo e a questão de admissão da China como membro das Nações Unidas.

LEFEVER, Ernest W. — *Spear and scepter: army, police, and politics in tropical Africa*. Washington, Brookings Institution, 1970. 251 p.
O desempenho do exército e das forças políticas na Etiópia, Gana e Congo.

TREGEAR, Peter & BURLEY, John ed — *African development and Europe*. New York, Pergamon, 1970. 170 p.
O problema do desenvolvimento africano analisado através de relatórios breves.

VANDENBOSCH, Army — *South Africa and the world: The foreign policy of apartheid*. Lexington, University Press of Kentucky, 1970. 303 p.
Pesquisa sobre a política externa sul africana desde seu em 1910.

Sul e Sudeste da Ásia

BLOODWORTH, Dennis — *An eye for the dragon: Southeast Asia observed: 1954-1970*. New York, Farrar, Straus and Giroux, 1970. 414 p.

CHAUDHRI, Mohammed Ahsen — *Pakistan and the great power*. Karachi, Council for Pakistan Studies, 1970. 140 p.
Análise dos problemas das relações diplomáticas do Paquistão com os Estados Unidos, URSS e China.

LANGER, Paul F. & ZASLOFF, Joseph — *North Vietnam and the Pathet Lao: Partners in struggle for Laos*. Cambridge, Harvard University Press, 1970. 262 p.
Os autores argumentam que o Pathet Lao é criação do Governo norte-vietnamita e possivelmente um disfarce para suas pretensões imperialistas.

ROSE, Leo E. & FISHER, Margaret W. — *The politics of Nepal: persistence and change in an Asian monarchy*. Ithaca, Cornell University Press, 1970. 197 p.
O "processo de modernização" da monarquia asiática é visto como um "esforço cansativo e muitas vezes desanimador".

SZULC, Tad — *Czechoslovakia since World War II*. New York, Viking, 1971. 503 p.
A história vista por um correspondente do New York Times enfatizando os acontecimentos de 1968.

THUNIG-NITTNER, Gerburg — *Die Tschechoslowakische Legion in Russland*. Wiesbaden, Harrassowitz, 1970.
Estudo das legiões tchecas na Russia e na Sibéria e sua significação na formação da República Tcheca.

VOLIN, Lazar — *A century of Russian agriculture: from Alexander II to Khrushchev*. Cambridge, Harvard University Press, 1970. 644 p.
Estudo da agricultura russa nos períodos imperial e soviético

WADE, Rex A. — *The Russian search for peace, february-october 1917*. Stanford, Stanford University Press, 1969. 196 p.
Estudo sobre a tentativa dos socialistas moderados de conduzir os problemas de guerra e paz durante o período crítico entre as duas revoluções.

Estados Unidos

DONAVAN, John C. — *The policy makers*, New York, Pegasus, 1970. 255 p.
Estudos sobre o processo político nos Estados Unidos.

GOLDWATER, Barry — *The conscience of a majority*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1970. 248 p.
O autor apresenta perspectivas sobre os problemas do futuro, principalmente no que diz respeito aos desafios ecológicos.

SCAMMON, Richard M. & WATTENBERG, Ben J. — *The real majority*. New York, Coward-McCann, 1970. 347 p.
De acôrdo com o autor, qualquer candidato a um posto político que pertence à direita ou à esquerda, estará pràticamente derrotado. O segredo do sucesso político é escutar e então agir visando o centro.

SCHILLER, Herbert I. *Mass communications and American empire*. New York, Augustus Kelley, 1969. 170 p.
Exame crítico das funções econômicas e políticas das comunicações de massa nos Estados Unidos.

SMITH, Stanley A. — *Microstates and micronesia*. New York, New York University Press, 1970. 193 p.
A obra focaliza o problema dos micro-Estados no mundo atual, dando especial ênfase à administração americana na Micronésia.

STONE, Ralph — *The irreconcilables: the fight against the League of Nations*. Lexington, University Press of Kentucky, 1970. 208 p.
Análise do papel dos dezesseis Senadores durante as lutas entre Wilson e o Senado sobre a Liga das Nações.

WILLS, Garry — *Nixon agonistes: the crisis of the self-made-man*. Boston, Houghton, 1970. 617 p.
Análise das forças políticas na América que tornaram Nixon, presidente dos Estados Unidos.

BIBLIOGRAFIA SOBRE TEMAS MILITARES

AARON, Harold R. — Fuerza Militar Interamericana, *Military Review,* 45 (6) : 64-70, jun., 1965.

ABI, C. C. — Controlling future arms. *Disarm. Arms Control,* London, 3 (1) : 19-40, 1965

ADARMES PÉREZ, José A. — Acción civica de las Fuerzas Armadas. *Revista de las Fuerzas Armadas de Venezuela,* Caracas, 214/217 : 48-57, abr./jun., 1964.

AGUILAR NAVARRO, Mariano — Reflexiones sobre el desarme. *Rev. españ. derecho Int.,* 2 : 151-163, abr./jun., 1965.

AILLERET — Aplicações "pacíficas" e "militares" da energia atômica. *Def. nac.,* 490 : 75-82, maio, 1955.

ALBA, Victor — *El militarismo.* Mexico, UNAM, 1959. 289 p. (Facultad de Ciências Políticas y Sociales).

ALBA, Vitor — El ascenso del militarismo technocratico. *Panorama,* 6 : 5-39, nov/dec.. 1963.

ALEXANDER, Robert — The Army in politics. In: DAVIS, Haroldo ed. *Government and politics in Latin America.* New York, Praeger, 1958.

ALEXANDER, Robert J. — *The military, today's Latin America.* New York, Doubleday, 1962. p. 173-187.

ALTA das matérias-primas estratégicas. *Conj. econ.,* 2 : 35-37, fev., 1956.

ÁLVAREZ VILLA, Fernando — *La pena militar.* Mexico, 1951. 63 p.

AMÉRICA Latina, zona desnuclearizada. *Pol. Intern.,* Buenos Aires, 41 : 1-2, 1953.

AMME, C. H. Jr. — Arms control concepts and the military balance in Europe. *Orbis,* 8 (4) : 832-853, 1965.

ANDERSON, Charles W. — El Salvador: The Army as a reformer. In: NEEDLER, Martin C. — *Political systems of Latin America.* Princeton, Van Nostrand, 1964. p. 53-72.

ANDERSON, J. K. — *Military theory and practice in the age of Xenophon.* Califonia University of California Press /1971/ 419 p.

ANDRADE, Primo Nunes de — A Marinha brasileira na era do desenvolvimento. *B. Clube Naval,* 162 : 129-140, 2.° trimest., 1960.

ANDRADE, Theophilo de. — *Sobre a ajuda militar, armas democracia e algemas* Rio de Janeiro, Edições "O Cruzeiro", 1963. p. 56-60.

ANDRZEJEWSKI, S. — *Military organization and society.* London, Routledge & K. Paul, 1954.

AQUINO, Tasso Villar de — A Amazônia brasileira sob o ângulo militar. *Def. nac.,* 504 : 50-64, jul., 1956.

AQUINO, Tasso Villar de — O Exército como fator na produção agrícola nacional. *Rev. Eng. Milit.*, 208 : 69-71, jul/ago., 1956.

AQUINO, Tasso Villar de — A realidade amazônica e o Exército. *Def. nac.*, 505 : 37-49, ago., 1956.

ARAQUE ROJAS, L. A. — La Organización territorial militar del Pais. *Revistas de las Fuerzas Armadas de Venezuela*, Caracas, 225/226 : 4-7, 1965.

ARAÚJO, Ernesto de — Segurança nacional e forças armadas. *B. Clube Naval*, 162 : 9-20, 2.º trimestre 1960 / Discurso proferido na Escola de Guerra Naval.

ARAÚJO, Orestes — *Sociologia da guerra*. Trad. Moacir Ribeiro Coelho, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1959. 355 p.

ARAÚJO, Roberto Luiz Assumpção de — *A ação estratégica do poder nacional.* Estratégia no campo psico-social / Rio de Janeiro / Escola Superior de Guerra, Curso Superior de Guerra, 1956. 19 p.

ARCINIEGAS, German — Les Armées, de l'Amerique Latine. In: *La Democratie à l'epreuve du XXème siècle.* Paris, 1960.

ARCINIEGAS, German — *El Ejército y los ejércitos en la América Latina. Entre la libertad y el miedo.* Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1958. 495 p.

ARMAMENTOS — *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 5 de nov., 1970. 12 p.

ARMAS químicas en acción — *Pol. Intern.*, Buenos Aires, 126 : 12-13, ago., 1970.

ARMED forces and society in Western Europe. *Archiv. europ. Social.*, 6 (2) : 225-308, 1965.

LES ARMÉES et la mobilité de l'imploi. *Rev. Déf. Nat.*, 27 : 9-15, jan., 1971

ARMS control and disarmament. *Current notes*, 41 (5) : 253-266, may, 1970.

ARROYO RIVERA, Alberto — *La no intervención en el derecho internacional americano.* Mexico, 1962. 116 p.

ASCENCIO LOREDO, Joaquim — *Eu estatuto militar.* Mexico, 1949. 95 p.

ASTIGUETA, José Manuel — *Política de seguridad nacional.* Escuela Nacional de Guerra, 1962.

AVTORKHANOV, A. — The Soviet Army as a political force. *Probl. Peoples* USSR. 25 : 28-35, 1965.

AYRES, M. — *Bibliographical seminar in Latin American Politic. 5 The role of the military in politics.* Mcguill Univ., Canadá, Political Science 248. Winter, 1969.

BADER, W B. — Nuclear weapons sharing and "german problem" *Foreign Affairs*, 44 (4) : 693-700, jul., 1966.

BADURINA, Berislav — Meaning and importance of regional desnuclearization. *Rev. Intern. Affairs.*, Belgrado, 318/19, julho, 1963.

BAKER, Ross K. — The Ethiopian Army and political stability: prospects and potentials *Mid East Stud.*, 6 (3) : 391-339, oct., 1970.

BAKER, Ross K. — *A Study of military status and status deprivation in three Latin American armies.* Washington, American University, Center for Research in Social Systems, 1967. 130 p.

BALDWIN, Hanson W. — *The great arms race.* New York, Praeger / c. 1958.

BAPTISTA, Ernesto de Mello — *Algumas idéias sobre a organização geral da Marinha do Brasil.* Rio de Janeiro, 1961. 46 p. / Separata da Rev. Marítima Brasileira, jul/dez., 1961.

BARBER, Willard & NEALE RONNING, G. — *Internal security and power;* Counterinsurgency and Civil Action in Latin America. Columbus, Ohio, University Press, 1966. 338 p.

BARNETT, F. R.; MOTT, W. C.; NEFF, J. C. *ed* — *Peace and war in the modern age, premises, myths and realities.* Garden City, Anchor Books, 1965 421 p.

BARNET, R. J. & FALK, R. A. *ed* — *Security in disarmament.* Princeton, N. J., Princeton University Press, 1965. 441 p.

BARRETO, Annibal — Fortificações da Amazônia; resumo histórico das fortalezas, fortes, fortins, redutos, vigias, casa forte e baterias construídas na Amazônia na época do Brasil-colônia. *Def. nac.*, 491 : 11-20, jun., 1955.

BARRETO, Annibal — Fortificações do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso. *Def. nac.*, 508 : 21-26, nov., 1956.

BARRETO, Vicente — A presença militarista. *Cad brasil.*, 6 (38) : 3-7, nov/dez., 1966.

BARRIENTOS ORTUÑO, René — *Pensamiento revolucionário de las fuerzas armadas de Bolívia; defensa publica de las fuerzas armadas a través de la prensa.* La Paz Publicaciones Aeronauticas del Comando de la Fuerza Aurea, 1962, 129 p.

BARROSO, Gustavo — *História militar do Brasil.* São Paulo, Editora Nacional, 1935.

BASTOS, José Rocha Ferreira — O problema da criminalidade de guerra. *Rev.Jurid.*, 19 : 10-34, jan/fev. 1956.

BAZÁN PÉREZ, Javier — *El ejército en las democracias hispanoamericanas.* Lima, Escuela Militar, Chorrilos, 1944.

BEALS, Carleton — *América Latina, mundo en revolución.* Palestra. Buenos Aires, 1964. 366 p.

BEATON, Leonard — La position núcléaire de l'Inde et d'Israel. *Pol. étrangère,* 34 (1) : 5-16, 1969.

BEAUFRE, André — *Dissuasion et stratégie.* Paris, A. Colin (1964). 208 p.

BECKER, Benjamin — The myth of arms control and disarmament. *Sci. Publi Affairs Bull. Atomic Scient.*, 27 (4) : 5-8, apr., 1971.

BELLEZA, Newton — Serviço militar conjugado com a educação para a agricultura *Rev. Serv. publ.*. 66 (3) : DGB-DGT, mar., 1955.

BELTRAN, Virgilio — *El Ejército, grupo de présion?* Buenos Aires, Instituto de Sociologia de Facultad de Filosofia y Letras, 1963 Monografia inédita.

BELTRAN, Virgilio — *El Ejército y los cambios estruturales de la Argentina en el siglo XX: primeira aproximación.* / Paper presented to the 6th World Congress of Sociology, Evian, Sept., 1966.

BELTRAN, V. R. — Las fuerzas armadas como elite modernizante en algunas sociedades en transición del Medio Oriente. *Desarr. econ.*, 4 (2) : 49-68, apr./june, 1964.

BERESFORD, Ann Lincoln — Astronautics in world affairs. *Wld. Affairs*, 124 (1) : 3-6, 1961.

BERNARD, J. — Some current conceptualizations in the field of conflict. *Amer. J. Sociol.*, 70 (40) : 442-454, jan., 1964.

BERNUCCI, Giorgio Luigi — La guerra del Vietnam nel recente contesto storico. *Communitá Intern.*, 21 (2), abr.. 1966.

BIRMINGHAM, Walter — Peace and security in Africa. *Wld Affairs*, 123 (3) : 73-74, 1960.

BJORKLUND, E. — El desarme internacional: una ilusion? *R. Pol. Intern.*, Madri, 55, 1961.

BLANCARD, Jean — Conception et realisation des armements. *Rev. Déf. Nat.*, 27 : 179-200, fev., 1971.

BLANCO GASPAR, Vicente — Problemática de la seguridad mediterrânea. II. *Rev. Pol. Intern.*, 110 : 7-21, jul./oct., 1970.

BLANCO GASPAR, Vicente — Problemática de la seguridad mediterranea III. *Rev. Pol. Intern.*, 111 : 85-128, sept./oct., 1970.

BRASSEL, Pierre — Donnés scientifiques et techniques des problèmes que pose la réglementation de l'utilisation de l'espace. *Pol. étrangère*, 4 : 300-306, 1961.

BLOOMFIELD, L. P. & LEISS, A.C. — Arms control and the developing countries. *Wld Polit.*, 18 (1) : 1-19, oct., 1965.

BLOOMFIELD, Lincoln P. — Arms control and world government. *Wld. Pol.*, 4 : 633-645, july, 1962.

BLUM, I. — Spolecznarola ludwego wojaska polskiego / The Social role of the Polish People's Army / *Kult. i Spolecz.* 9 (1) : 95-108, jan./mar., 1965.

BOBIO, N — Filosofia della guerra nell' era atomica. *Terzo Progr.*, 5 (3) : 7-27, jul./sept., 1965.

BOBROW, Davis B. — The civic role of the military: some critical hypotheses. *Wester Pol. Quart.*, 19 : 101-111, march, 1966.

BOHN, L. C. — Atoms for peace and atoms for war. *Disarm, Arms Control*. London,) (1) : 1-18, 1965.

BORGNE, Claude — Les utopiès stratégiques. *Revue Def. Nat.*, 27 : 82-94, jan., 1971.

BOSCH, Felipe — *História naval argentina*. Buenos Aires, Editorial Alborada, 1962, 334 p.

BOSCH, Juan — *Le Pentagonisme*. Trad. de l'espagnol par Danielle Bouziges. Paris Ed. du Seuil, 1969.

BOURRICAUD, François — Remarques sur l'oligarchie Pèruvienne. *R. Française Sci.* Pol. 14 (4), ago., 1964.

BOUTHOUL, Gaston — *War...* New York, Walker and co / c. 1962.

BOWMAN, James C. — A guarnição militar e a comunidade civil. *Milit. Rev.*, 35 (3) : 59-62, jan., 1955.

BRAMANTE JÁUREGUI, RODOLFO — *La conducta en el ejército; ensayo de psicologia y psiquiatria jurídico-militar* Buenos Aires, 1948. 476 p.

BRAY, Arturo — *Militares y civiles estudio psico-patologico del pronunciamiento* Buenos Aires, Talleres de Artes Gráficas Aconcagua, 1958. 175 p.

BRASIL — Exército. Estado-Maior — *O êxodo rural e o Exército*. Rio de Janeiro, Estabelecimento Gen. Gustavo Cordeiro de Farias, 1955. 15 p.

BRAZIL. Latin America x United States: role of military in Brazil; political trends in Latin America; US policy in Latin America. *Monthly R.*, 16 : 65-84, feb., 1964.

BRAZIL: Government by consent of the military. *New Rep.*, 154 : 17-18, 16 apr., 1966.

BREITKOPE, Hans — Projectis de longo alcance dos soviéticos. *Milit. Rev.*, 32 (2) : 77-83, mai, 1955.

BRIANO, Justo — *Geopolítica y geoestratégia americana*. Buenos Aires, 1966.

BRILL, W. H. — *Military intervention in Bolivia*. Washington / s.ed. / 1967.

BRITSCH, J. — Les conflits internationaux dans l'Asie do Sud — *Est Afr. et Asie*, 70 : 17-29, 2.° trim., 1965.

BRITO JUNIOR, Antônio de — Aspectos geográficos da zona militar norte. *Def. nac.*, 490 : 5-7, maio, 1955

BROWN, G. W. — *Generals and the public; recent policy-making in civil-military relations*. Lawrence, Governmental Research Center University of Kansas, 1964. 83 p.

BROWN, N. & GUTTERIDGE, W. F. — L'equilibre militaire en Afrique. *Observ. Moyen-Orient* 8 (38) set., 1964.

BROWNLIE, I. — Some legal aspects of the use of nuclear weapons. *Int. Comp. Law Quat.* 14 (2) : 437-451, apr., 1965.

BURGGOOF, Winfield — *Civil-military relation in Venezuela since 1935*. Albuquerque, University of New Mexico, 1966.

BURKE, Arleigh — Power and peace. *Orbis*, 2 : 187-204, july, 1962.

BURNS, John H. — Psicologia e chefia. *Milit. Rev.*, 34 (10) : 32-58, jan., 1955.

CALDER, Nigel — *Se não houver paz* / Unless peace comes / Org. por Nigel Calder. / Rio de Janeiro / Expressão e Cultura / 1968.

CALLEO, David P. — *The Atlantic fantasy: the U. S., NATO and Europe*. Baltimore / etc / John Hopkins Press, 1970. 18 p.

CAMINHO, H. M.; PAES, Ismael da Motta; SOUTO, Paulo Emílio — Estratégia Nacional. *Rev. Bras. Est. Pol.*, 253, 21 jul., 1966.

CAMPOS, R. O. — Gringos x generals (roots and sources of political government. *Interplay*. 3 : 5-10, ago./sept., 1969.

CAMPOS FILHO, Aristides Pereira — O papel da Marinha Mercante na Segurança nacional. *B. Clube Naval*, 161 : 45-76, 1.° trim., 1960.

CANTÓN, Dario — Notas sobre las Fuerzas Armadas argentinas. *R. Latinoamer. Sociol.* 1 (3), nov., 1965.

CARNEGIE, A. R. — Jurisdiction over violations of the law and customs of war. *Brit. Yb. int. Law*, 39 : 402-424, 1963.

CARNEIRO, Mario — Opinião militar (Pesquisa) *Cad. brasil.*, 6 (38) : 17-28, nov./dez., 1966.

CARNEVAL RANGEL, Carlos — El sistema militar de Venezuela — *Revista de la Escuela Superior del Ejército, Caracas*, 2 (2) : 4-7, Julio, 1965.

CARPENTIER, M. — Repercussões trazidas pelas armas atômicas no domínio da entratégia e da tática. *Def. nac.*, 486 : 7-16, jan. 1955.

CARRAN, Edward — *The Soviet spy web*. London, Ampersand Ltd. / 1961 / 86 p.

CARVAJAL, Angel — *Los grandes problemas de México y la función del ejército*. Xalapa, Vera Cruz, Gobierno del Estado de Vera Cruz, 1954. 20 p.

CARVALHO, Júlio Cesar de Sá — A Marinha brasileira do rio São Francisco. *B. Clube Naval*. 163 : 161-182, 3.° trim. 1960.

CARVALHO, Júlio César de Sá — A proeza do "Nautilus", *B. Clube Naval*. 162 : 151-157, 2.° trimest., 1960.

CARVALHO, J. Murilo de — *On the belief system of Brazilian military*. Departamento de Ciência Política da UFMG. Mimeografado.

CASO GUTIÉRREZ, José Antonio — *La selección y classificación del elemento humano en el ejército Mexicano*. (Tesis Escuela Medico Militar). Ortega, México, 1951.

CATALDI, Milton Delfin — *La doctrina de guerra*. Buenos Aires, Círculo Militar Argentino, 1961, 2.° v.

CAZENUEVE, Jean y otros. *Ejército y revolución industrial;* Buenos Aires, Jorge Alvarez, 1964. 151 p.

C.C.B. — El Pentágono en la Universidad Argentina. *Pol. Int.*, Buenos Aires, 120 : 20-21, feb., 1970.

CERF, Jay H. — *Strategy for the 60's.* New York, Praeger / c. 1960.

CHADWIN, Mark Lincoln — *The hawks of World War II.* Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1968. 310 p.

CHARNAY, Jean-Paul — *Societé militaire et suffrage politique en France depuis 1789. Paris,* S.E.V.P.E.N., 1964. 319 p. (Bibliothèque générale de l'École Pratique des Hautes Études 6ª section).

CHAVARRI, Juan N. — *El heroico Colegio Militar en la historia de Mexico.* Mexico, Libro Mex., 1960. 346 p.

CHAVES NETO, Elias — A base norte-americana em Fernando de Noronha. *Rev. bras.*, 11 : 1-6, maio/jun., 1957.

THE CIVIC action program of the Peruvian Armed Forces. *Andian Air Mail and Peruvian times,* Lima, 3-8, dic., 1964.

CLEMENS JR., Walter C. — The sino-soviet dispute — dogma and disarmament. *Int. Affairs,* 41 (2) : 204-222, 1965.

CLIFFORO — VAUGHAN, M. — Changing attitudes to the army's role in French society *Brit. J. Social.,* 15 (4) : 338-349, dec., 1964.

COATES, C. H & PELEGRIN R J. — *Millitary sociology;* a study of American military institutions and military life. University Park, Social Science Press, 1965, 424 p. / Distributed by Maryland Book Exchange, College Park, Md./

COCCA, Aldo A. — *Defensa colectiva en América y Europa* (el tratado y pacto del Atlántico) Buenos Aires, Abeledo, 1961. 106 p.

COCHRAN, B. — *The war system.* New York, Macmillan, 1965. 274 p.

LA COEXISTENCE pacifique et le desarmement: discours de M. Adam Rapacki (ministre de Pologne). *Recueil d'art. int. déclarations,* 40. 1961.

COFFEY, J. I. — Strategy, strategic forces and armas control. *Orbis,* 9 (1) : 98-115, 1965.

COFFEY, J. I. — Strategic, superiority, deterrence and arms control. *Orbis,* 13 (4) : 991-1007, 1970.

COHEN, S. P. — Arms and politics in Pakistan. *India Quat.,* 20 (4) : 403-417, oct./dec., 1964.

COIGNARD, Marcel — *Les problèmes du controle des armaments. Pol. étrangère, 5 : 437-450, 1960.*

COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA. *El rol de las fuerzas americanas del continente americano en tiempos de paz y en periodos de guerra fria.* Sección 5, Problema 1, Comité 1, CID, Washington, D. C., 1963. 23 p.

COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA. *El rol de las fuerzas armadas en el hemisferio ocidental, circunscrito al continente americano,* Sección 4, Problema 1, Comité 1, Washington. D. C., 1963. 13 p.

COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA. *El rol de las fuerzas armadas en el hemisferio occidental, circunscrito al continente americano.* Sección 4, Problema 1, Comité 2, Washington, D. C., 1963. 18 p.

COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA. *El rol de las fuerzas armadas en el hemisferio occidental, circunscrito al continente americano.* Sección 4, Problema 1, Comité 3, Washington, D. C., 1963, 20 p.

COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA. *El rol de las fuerzas armadas en el hemisferio occidental, circunscrito al continente americano,* Sección 4, Problema 1, Comité 4, Washington, D. C., 1963, 18 p.

COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA. *El rol de las fuerzas armadas del continente americano en tiempos de paz y en periodos de guerra fria.* Sección 5, Problema 1, Comité 2, CID, Washington, D. C., 1963, 20 p.

COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA, DEPARTAMENTO DE ESTUDIOS. *Las fuerzas armadas en latinoamérica,* bibliografia (The armed forces in Latin America. A bibliographical survey), Washington, 1967. 19 p.

CONSEJO INTERAMERICANO ECONOMICO Y SOCIAL, OEA. *Quintas reuniones anuales al nivel de expertos y al nivel ministerial.* Anteproyetos de temario, Washington. Union Panamericana, 1967, Viña del Mar, Chile, 15-26. junio, 1967.

COLES, Harry L. — *Guerra total e guerra fria.* Trad. de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro, GRD, 1964. 287 p.

COMMENTAIRE du questionnaire sur les conflits non internacionaux et la guerrilla. Genève, 1970. 30 p.

CONANT, Melvin — *The long polar watch;* Canada and the defense of North America. New York, Harper & Brothers, 1962. 204 p.

LA CONFERENCIA de Genebra sobre el uso de los ensayos de las armas nucleares. *Rec. doc. mat. sobre probl. int.,* 40, 1961.

COOK, Fred J. — *O Estado militarista.* Pref. de Bertrand Russel. Trad. Fernando de Castro Ferro. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. 342 p. (Documentos de história contemporânea, v. 4).

COOPER, P. — The development of the concept of war. *J. Peace Res.,* 1 : 1-17, 1965.

COSTA, Carlos Evaristo M. — Desarmamento; comparação das posições dos ocidentais e dos soviéticos. *Def. nac.,* 551 : 3-9, jun., 1960.

COSTA, Samuel Guimarães da — *Formação democrática do Exército Brasileiro.* (Pequena tentativa de interpretação social). Rio de Janeiro, 1957).

COTLER, Julio — *La crisis politica y el populismo militar en el Peru.* Instituto de Estudios Peruanos, set., 1960.

COUTO E SILVA, Golbery do — *Planejamento estratégico*. Rio de janeiro, Cia. Ed. Americana, 1955. 320 p. (Biblioteca do Exército).

CRANE, Robert D. — Soviet attitude toward international space law. *Am. J. Int. Law,* 3 : 685-723, July, 1962.

CROSTHWAIT, M. C. — Os objetivos da União Soviética, *Milit. Rev.,* 34 (1) : 19-24, jan., 1955.

CUENCA, Humberto — El control civil de las fuerzas armadas. *La Justicia,* Mexico, 41-47, junio, 1959.

CURTIS, Richard & HOGAN, Elisabeth — *Perils of the the peaceful atom: the myth of safe nuclear power plants*. Garden City, Doubleday, 1969. 274 p.

CUSHMAN, John H. — Evolução da arte da guerra. *Milit. Rev.,* 34 (10) : 13-18, jan., 1955.

DAINELLI, Luca — L'Italia e il disarmo. *Comunita Intern.,* 17 (1), jan., 1962.

DAVIS Rouglas Wingfield — *The Inter-American Defense College*. Maryland, 1963. 221 p.

DE LUCA, Arthur J. — O E2 e o alvo atômico. *Milit. Rev.,* 34 (1) : 50-53, fev., 1955.

DELGADO, Luiz Humberto — *El militarismo en el Peru: 1821-1930*. Lima, 1930.

DEL RE, Januário João — *A intendência militar através dos tempos*. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana, 1955. 562 p. (Bibl. do Exército, v. 208-209).

DERVIEU Cl. — *A concepção da vitória entre os grandes generais*. Trad. do Cel. Frederico Mindello Carneiro Monteiro. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana, 1956. 177 p. (Biblioteca do Exército, v 223).

DEWEERD, H. A. — British unilateralism: a critical view-campaign for nuclear disarmament — CND *Yale Review,* 4 : 574-588, 1962.

DICIONÁRIO marítimo brasileiro. 1ª ed. Rio de Janeiro, Impr. Naval, 1961. 334 p.

DINSTEIN, Y. — *The defense of "obedience to superior order "in international law"*. Leyden, A. W. Sijthoff, 1965. 278 p.

DISARMAMENT and arms limitation: Pugwash assessment. *Sci. Publ. Affairs B. Atomic Scient.,* 27 (3) : 20-23, March, 1971.

DOORN, Jacques Van *ed.* — Armed forces and society; sociological essays. The Hague / Paris, Mouton / c. 1968/.

DOUGUERTY, James E. — The disarmament debate: a review of current literature Part 1. *Orbis,* 3 : 342-359, 1961.

DOUGUERTY, James E. — The disarmament debate: a review of current literature. Part 2. *Orbis,* 4 : 489-514, 1962.

DOUGUERTY, James E. — Key to security: disarmament or arms stability. *Orbis,* 4 : 489-511, 1961.

DOUGUERTY, James E. — The status of the arms negotiations. *Orbis*, 9 (1) : 49-97, 1965.

DRANCOURT, M. — Le Brésil dans la main des généraux. *Realités*, 225, out., 1964.

DUPUY, R. Ernest — *The Encyclopedia of military History from 3.500 B. C. to the present.* /by/ R. Ernest and Trevor N. Dupuy. New York, Harper, /1971/ 1.406 p. Ilust. map.

DYSON, Freeman J. — The future development of nuclear weapons. *For Affaire*, 3 : 457-465, abr. 1960.

ECKHARDT, W — War propaganda, welfare values and political ideologies. *J. Conflict Resol.* 9 (3) : 345-358, sept., 1965.

ECKSTEIN, Harry — *Internal war*. New York, The Free Press of Glencoe, 1964.

EDWARDS, David V. — *Arms control and international politics*. New York, Holt Rinehart and Winston, 1969. 200 p.

EGUILLEOR, J. Ochoa de & BELTRAN, U. R. — *Las fuerzas armadas hablan*. Buenos Aires, Paidós, 1968.

EINALDI, Luigi — *The Peruvian military: a summary political analysis*. Rand Corporation (RM — 6048-RC) Califórnia, 1969.

ELINE, Lohan B. — La Posición de la armada en la administración de la defensa. *Revista de la Marinha*, Santiago, 81 (646) : 305-314, mayo-junio, 1965.

ELIOT George Fielding — Os limites do desarmamento. *Diár. Not.*, 25 set., 1955, 5, sec., p. 1 e 2.

ENCUESTA internacional sobre el desarme. *Pol. Intern.* 6, 7, 1960.

EPSTEIN'S, Fritz T. — *European militarism. Influences in Latin America*. Manuscrito inédito, 1941.

ESTADOS UNIDOS — United States arms control and disarmament. *Economic impact of military base closings* v. 1-2 / Washington / 1970. v. 2.

ESTEP, Raymond — *Latin American nations today; study of political development since World War II*. Documentary Research Division, Aerospace Studies Institute, Maxwell Air Force Base, Alabama, 1964. 300 p.

EUROPEAN security and the menace of West German militarism; proceedings of the international conference held in Prague from may 23 to 27, 1961. Praga, *Orbis*, 1962. 489 p.

EVIÃO, Stenio D. — Um militarismo espacial. *Panoramas*, jul./ago. 1964.

EYRAUD, Michel — La France face a un eventuel traité de non-dissémination des armes nucléaires. *Pol. étrangère*, 32 (415) : 441, 1967.

FALERONI, Alberto Daniel — *Politica de seguridad nacional;* tema de la cátedra de politica de seguridad nacional en la Escuela Superior

de Guerra Argentina (cópia mimeografada). Buenos Aires, Escuela Superior de Guerra, 1962. 30 p.

FALWELL, Marshall L. — Os princípios de guerra e a solução dos problemas militares. *Milit. Rev.*, 35 (2) : 48-62, maio, 1955.

FARHI, David — Nizãm-i Jedid: Military reform in Egypt under Mehmed' Ali. *Ham Hehadash*, 20 (4) : 325-348, 1970.

FELD, M. D. — A typology of military organization. *Public Policy*, 8, 1959.

FERREIRA, Oliveiros S. — *As forças armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro, GRD, 1964.

FIGUEIREDO, Mario Poppe de — *A ação estratégica do poder nacional*. Estratégia no campo econômico / Rio de Janeiro / Escola Superior de Guerra, Curso Superior de Guerra, 1956, 32 p.

FINER, S. E. — *The man on horse back. The role of military in politics*. Londres, Pall Mall Press, 1962.

FINER, S. E. — *The man on horse back*, New York, Praeger, 1962.

FINKELSTEIN, Lawrence. — Arms inspection. *In conciliation*, 540, nov., 1962.

FINKELSTEIN, Lawrence S. — The U. N. and organizations for the control of armaments. *Int. Or.*, 1, 1962.

FISHER, W. R. & BURNS, R. D. *ed* — *Armament and disarmament: the continuing dispute*. Belmont, Calif., Wadsworth Publishing, Co., 1964. 376 p.

FITZGIBSON, Russel H. — What Price of Latin America armies? *The Virginia Quarterly Review*, 36 (4), 1960.

FLORIT, Carlos A. — *Las fuerzas armadas y la guerra psicológica*. Buenos Aires, Arayú, 1963. 154 p.

FLUHARTY, Verman L. — *Dance of the milions military rule and social revolution in Colombia, 1930-1956*, Pittsburg, University of Pittsburgh Press, 1967.

FOLAND, Frances M. — The Prospects for Brazil: Costa e Silva's military dictatorship. *New Leader*, 52 : 5-8, jan. 20, 1969.

FORUM ROBERT SIMONSEN, 1962 — *Segurança Nacional*.

FOSSUM, Egil — Factors influencing the occurrence of coups d'etat in Latin America. *J. Peace Research*, 4 : 228-251, 1967.

FOSTER, T. W. — N. V. A.; *Die Armee der Sowjetzone* / NVA; the Soviet zone army / Köln, Markus Verlag, 1964. 287 p.

FOSTER, W. C. — Risks of nuclear proliferation; New directions in arms control and disarmament. *For. Aff.*, 43 (4) : 587-601, july, 1965.

FRASER, Stephan A. — *The role of the military in Mexico; 1920 to 1959*. Institute of Social Studies, Seminar paper on Mexico, submitted to the National Development Course (1963-1964), The Hague, 1964.

FULBRIGHT, J. W. — *The Pentagon propaganda machine.* New York, Liverigh, 1970. 166 p.

FULLER, John W. — The application of international law to chemical and biological warfare. *Orbis,* 10 (1) : 247-279, 1966.

FURNISS, Edgard Jr. — *American military policy.* New York, Rinehart Co., 1957.

FURNISS, Edgard Jr. — *Some perspectives on American military assistance.* Princeton, University of Princeton, 1957. 39 p.

GALBRAITH, John Kenneth — *How to control the military.* Garden City, Doubleday, 1969. 69 p.

GALLETI, Ángel — *Civilismo y militarismo.* Caracas, 1960.

GALLI, G. — Guerriglia e guerra atomica. *Studi Sociol.,* 3 (2) : 109-123, apr./june, 1965.

GALTUNG, J. — A Structural theory of aggression. *J. Peace Res.,* 2 : 95-199, 1964.

GALULA, D. — *Counter-insurgency warfare:* theory and practice. London/New York, F. A. Praeger, 1964. 143 p.

GARCIA, Leonidas — *El militarismo in Sud-America.* Quito, 1912.

GARCIA ROBLES, Alfonso — *La desnuclearización de América Latina.* 2.ª ed. Mexico, El Colégio de Mexico, 1966. 154 p.

GARDNER, Nancy Ann — *Unconventional warface.* Washington, The American University, Special Operation Research Office, 1964, 49 p.

GAREAU, Frederick H. — Nuclear deterrence: a discussion of the doctrine. *Orbis,* 2 : 182-197. 1961.

GARTHOFF, Raymond — Aspectos importantes da doutrina militar soviética. *Milit. Rev.* 34 (12) : 3-13, mar., 1955.

GENEVEY, Pierre — Désarmement. Le procès du controle. *Pol. étrangère,* 29 (1) : 33-44, 1964.

GENTA, Edgard Ubaldo — *Filosofia de la guerra.* Montevidéo Centro Militar, 1951. 165 p. (Biblioteca General Artigas, 2).

GERMANI, Gino & SILVERT, K. H. — *Estrutura social e intervención militar en America Latina.* Buenos Aires, Editorial Eudeba, 1965.

GERMANI, G. & SILVERT, K. — Politics, Social Structure and military intervention in Latin America. *Archives Européenes de Sociol.,* 2 (1), 1961.

GETRASSI, John — *Military aid, The great fear: The reconquest of Latin America by Latin Americans.* New York, MacMillan, 1963, 457 p.

GIFFIN, S. F. — *The crisis game;* simulating in territorial conflict. Garden City, N. J., Doubleday, 1965. 191 p.

GIGOJ, S — International regulation of civil liability for nuclear risk. *Int. Comp. law Quart.,* 14 (3) : 809-844, july, 1965.

GILBERT, Stephen P. — Soviet American military competition in the Third World. *Orbis*, 13 (4) : 1117-1137, 1970.
GILMORE, R. L. — *Caudilism and militarism in Venezuela, 1810-1910.* Athens, Ohio University Press, 1964. 211 p.
GITTINGS, John — Political control of the Chinese army. *World today*, 19 (8) : 327-336, aug., 1963.
GLABISZ, Kazimier — Importância das armas atômicas táticas. *Milit. Rev.* 34 (12) : 76-85, mar., 1955.
GLICK, Edward B. — The feasibility of arms control and disarmament in Latin America. *Orbis*, 743-759, 1965.
GLICK, Edward B. — The non-military use of the Latin American military; a more realistic approach to arms control and economic development. *Background*, 8 (3) : 161-173, nov., 1964.
GLICK, Edward B. — The *non-military use of the Latin American military*: *A more realistic approach to arms control and economic development system.* Santa Monica, Cal., 1964. 19 p.
GLICK, Edward B. — Peaceful conflict: *the non-military use of the military.* Harrisburg. Penns., Stackpole Books, 1967. 223 p.
GLOSÁRIO de terminologia marítima interamericana, (texto em espanhol, inglês, português e francês). Washington, Union Panamericana, 1964. 22 p.
GOLDBERG, Alfred — The militar origins of the British nuclear deterrent. *Int. Affairs*, 40 (4) : 600-618, 1964.
GOLDENBERG, Boris. *The Cuban revolution and America*, New York. Frederick A. Praeger, 1965, 377 p.
GOLDWERT, Marvin — *Democracy, militarism and nationalism in Argentina 1930-1964;* an interpretation. University of Long Island /s.d./
GOLDWERT, Marvin — The rise of modern militarism in Argentina. *Hisp. Amer. Hist. Review*, 48 (2) : 189-205, may, 1968.
GÓMEZ ROSENDO, A. — Peru; the politics of military guardianship. In: NEEDLER, Martin C. — *Political systems of Latin America.* Princeton, Van Nostrand, 1964. p. 291-316.
GONZALEZ MERZARIO, Americo — Politica y ejército: *Consideraciones sobre problemas politico-militares del Paraguai.* Buenos Aires, Editorial Negros, 1955. 145 p.
GONZÁLEZ ROJAS, René — *Contribución de las fuerzas armadas al desarrollo económico, hacia una revision de conceptos convenientes para los paises subdesarrollados.* Santiago, Editorial Universitaria, 1965. 215 p.
GORDEN, M. & LERNER, D. — The setting for European arms control: political and strategic choices of European elites. *J. Conflict Resol.*, 9 (4) : 419-433, dec., 1965.

GORLITZ, Walter — *O Estado-Maior alemão: sua história e estrutura (1657-1945)*. / Pref. de Ciryl Falls / vol. I. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana, 1955. 309 p. (Biblioteca do Exército, v. 214).

GOTLIEB, A — *Disarmament and International Law; a* study of the role of law in the disarmament process. Toronto, Canadian Institute of International Affairs, 1965. 232 p.

GROSSE, Beatriz — El peligroso militarismo norte-americano. *Pol. Int.*, Buenos Aires, 120125, feb., 1970.

GRUENING, Ernest — Military aid to Latin America is defeating the Alianza para el Progresso. Remarks in the Senate. *Congressional Record*, US Congress, Washington, ago., 1962. p. 1409-1440.

GRUNDY, Kenneth W. — The negative image of Africa's military. *R. Politics*, 30 (4) : 428-439, oct., 1968.

GUARNER, Vicente — *El arte militar moderno*. Mexico, Editorial Patria, 1954. 176 p.

GUERRA de guerrillas (artigos) *Pol. Intern.*, Buenos Aires, 30, jun., 1962.

LA GUERRE chimique II. *Syntheses*, 184, 1961.

GUIOI, Roberto — Une politique de défense contre le risque d'un conflit núcleaire. *Polit. Étrang.* 5-6 : 377-397, 1961.

GULLÉN, F. — Militarismo y golpes de Estado em America Latina. *Cuadernos Americanos*, Mexico, 7-9, Mayo-junio, 1965.

GULLION, Edmund A. — *Uses of the seas*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1968. 202 p.

GUTTERIDGE, W. F. — *Military institutions and power in the new states*. New York, Praeger, 1965. 182 p.

HAHN, Walter F. & COTTRELL, Alvin J. — Balistic missile defense and Soviet strategy. *Orbis*, 9 (2) : 316-337, 1965.

HAHNER, June — The Paulista's rise to power: A civilian group ends military rule. *Hisp. Amer. Hist. R.*, 149-165, may, 1967.

HALL, J. A. — Risks of nuclear proliferation atoms for peace, or war. *For. Aff.*, 43 (4) : 602-615, july, 1965.

HAMILL, M. Hugh — *Dictatorship in Spanish America*. New York, Alfred A. Knopf, 1965. 242 p.

HAMMARSKJOLD FORUMS, New York. *The Inter-American security system and the Cuban crisis; background and proceeding of the third Hammarskjold Forum*. Association of the Bar of the City of New York, New York, 1964. 96 p.

HAMON, L. (ed) — *Le Rôle extra-militaire de l'Armée dans le Tiers-Monde*. Paris, PUF, 1966.

HANSEN, Roy — *Military culture in Chile*. Mimeografado.

HARRIS, G. S. — The role of the military in Turkish politics. *Mid. East. J.* 19 (1) : 54-66, 1965; 19 (2) : 169-176, 1965

HASBUN HASBUN, Rafael H. — *Consideraciones socio-jurídicas en torno al militarismo latinoamericano* (Tesis Facultad de Derecho). Mexico. UNAM, 1965. 104 p.

HAYA DE LA TORRE, Victor Raul — *La defensa continental.* Buenos Aires, Editorial. Problemas de América, 1942.

HERRMANN, Alfred — Suicide or survie? Étude des possibilités d'une troisième guerre mondiale et ses conséquences. *Synthèses,* 181-182, *1961.*

HERZFELD, H. — Bunderswehr und Tradition / The Federal Army and tradition / *Neue Gesellschaft,* 12 (2) : 641-648, mar./apr., 1965.

HILGUERA, León J. — The changing role of the military in Colombia, *Journal of Interamerican Studies,* Gainnesville, Florida, 351-355, julho, 1961.

HONG, S. C. — Political diagnosis of Korean society: a survey of military and civilian values. *Asian Surv., 7 (5) : 329-340, may, 1967.*

HOPKINS, Keith — Civil military relations in developing countries. *Brit. J. Sociol.,* 17 (2) : 165-181, june, 1966.

HOROWITZ, I. L. — Los militares de América Latina. In: *Elites y desarrollo en America Latina.* Buenos Aires, Editorial Paidós, 1967.

HOROWITZ, Irving Louis — El militarismo en América Latina. *Revista de Ciências Políticas.* México 12 (3) : 45-46, jul./dec., 1966.

HOROWITZ, Irving L. — *The military elites.* /s.d./ Lipset & Solari Ed. /s.d./ p. 146-189.

HOROWITZ, Irving L. — *Revolution in Brazil; politics and society in developing nation.* New York, 1964. 430 p.

HOROWITZ, Irving L. — The military of Latin America. *Economic development and cultural change,* 13 : 238-242, jan., 1965.

HOROWITZ, Irving L. — US policy and the Latin American establishment. *The Correspondent,* 32 : 45-61, 1964.

HORTA, Luiz Paulo — Retrato armado da América Latina. *Cad. bras.,* 6 (38) : 99-104, nov./dez., 1966.

HUDDLE, F. P. — Political acceptability of disarmament inspection system: its influence on system design criteria and operation. *Background,* 8 (3) : 175-186, nov., 1964.

HUNTINGTON, Samuel P. — *Changing patterns of military politics.* Glencoe, / c., 1962 / 272 p.

HUNTINGTON, Samuel P. — *The Soldier and the State, the theory and politics and civil military relations.* Cambridge, Harvard University Press, 1957.

IANNI, O. — Los E.U.U. y el militarismo Latinoamericano. *R. Mex. Soc.,* 30 (3) : 511-524, jul./sept., 1968.

IBÃNEZ, Vicente Blasco — *El militarismo mejicano.* Valencia, Prometeo, 1920.

IMAZ, José Luis de — *Los que mandam: las fuerzas armadas en Argentina*, Buenos Aires, Editorial Eudeba, 1961.

INFANTE MIRANDA, Otilio — *La seguridad social en las fuerzas armadas de Mexico.* (Tesis Facultad de Derecho). Mexico, UNAM, 1963.

INGLIS, D. R. — The region by-region system of inspection and disarmament. *J. Conflict. Resol.*, 9 (2) : 187-199, june, 1965.

ISMONDES, Cairo — La conducta politica de los militares peruanos. *Panorama*, 2, 1963.

JACK, Homer A. — The Geneva disarmament conference after two years. *R. Int. Affairs*, 336, 1964.

JAKOULJEVIC, B. — The principle of prohibition of the threat and use of force. *Jugoslav R. medun. Pravo.*, 11 (1) : 17-29, jan./mar., 1964.

JANOWITZ, M. — *The military in the political development of new nations*; an essay in comparative analysis. Chicago and London, The Univ. of Chicago Press: / c. 1965 / 134 p.

JANOWITZ, M. *ed.* — *The new military*: changing patterns of organization. New York, Russel Sage Foundation, 1964. 369 p.

JANOWITZ, M. — *The professional soldier. Glencoe*, 1960.

JANOWITZ, M. & LITTLE, R. — *Sociology and the military establishment.* Rev. ed. New York, Russel Sage Foundation, 1965. 136 p.

JÁSZAI, D. — On the proscription of war crimes and certain punishmenst inflicted for them. *Hungar Law R.*, 5 (1) : 5-11, jan./june, 1965.

JENSEN, L. — Military capabilities and bargaining behavior *J. conflict. Resol.*, 9 (2) : 155-163, june, 1965.

JOFFE, E. — Party and the army; professionalism and political control in the Chinese officers corps, 1949-1964. Cambridge, East Asian Research Center, Harvard University Press, 1966. 198 p.

JOHNSON, F. A. — Politico-military organization in the United Kingdom: some recent developments. *J. Polit.*, 27 (2) : 339-350, may, 1965.

JOHNSON, J. L. — Algumas características sociales de los militares latinoamericanos. *R. parag. Social.*, 2 (3) : 43-54, may/aug., 1965.

JOHNSON, John J. — The Latin American military as a politicaly competing group in transitional society: *The role of the military in underdeveloped countries*, Princeton, Princeton University Press, 1962. p. 91-129.

JOHNSON, John J. — *Militares y sociedades en América Latina.* Buenos Aires, Solar Hachette, 1966. 299 p.

JOHNSON, John J. — Los militares Latinoamericanos como grupo competidor político en la sociedad en transición. *El papel de los mi-*

litares en los países subdesarrollados: *América Latina, Mediano Oriente, Indonésia, Birmania, Tailandia, Israel, Africa del Sur, Sahara*. Buenos Aires, Circulo Militar, Buenos Aires, 1965, p. 109-151.

JOHNSON, John J. — *The military and society in Latin American*. Stanford, Stanford University Press, 1964. 308 p.

JOHNSON, John J. — The political role of the Brazilian military, *Military and Society in Latin America*, Stanford University Press. 1964, p. 177-223.

JOHNSON John J. — *The role of the military in underdeveloped countries*. Princeton, University Press, 1962. 427 p.

JOPPERT, Maurício — A Aviação naval. *B. Clube Naval*, 159 : 275-280, 3.° trimest. 1959.

JORDAN, Alyandra — Entre dois golpes militares, *Pol. Intern.*, 120 : *33-35, feb., 1970.*

JUST, Ward — *Military men*. /s.d./ Knopf,/ 1971./

KAARNOLA, J. — Japanin, poliittinen ja sotilaspoliittinen Kehitys 1870. Euwulta nykypaiviin/The political of present day/*Sotilasaikakaushehti*, 40 (6-7) : 345-349, june/july, 1065.

KAPLAN, Morton A. — The case against disarmament. *New Leader*, 32, sept., 1961.

KARBER, Philip A. — Nuclear weapons and "flexible response". *Orbis*, 14 (2) : 284-297, 1970.

KAROL, K. S. — 1961: año del desarme. *Pol. Intern.*, Buenos Aires, 12.

KAUTSKY, John H. — The military in underdeveloped countries. *Economic development and cultural change*, 12 : 436-443, july, 1964.

KELLY, George A. — The global civil-military dilemma. *R. Politics*, 25 (3) : 291-307, july, 1963.

KENNEDY, John Fitzgerald — *The US response to Soviet military build-up in Cuba; Report to the people*, oct. 22, 1962 Department of State, Washington, 1962. 12 p.

KEMP, Geoffrey — Rearmament in Latin America. *World Today*, 23 : 375-84, sept., 1967.

KERNIG, Claus — Dieter — The Soviet view of war and disarmament. *Modern World*, 7-24, 1963/64.

KINTNER, William & POSSONY, Stefan — Strategic asymmetries. *Orbis*, 9 (1) : 23-48, 1965.

KISSINGER, Henry A. — Arms control, inspection and surprise attack. *Foreign Affairs*, 4 : 557-575, jul., 1960.

KLAFKOWSKI, A. — The prosecution of Nazi criminal's as a problem of international Law. *Polish West. Aff.*, 5 (2) : 266-274, 1964.

KLEIMAN, Robert — O primeiro plano para uma guerra atômica. *Def. Nac.*, 500 : 5-17, mar. 1956 / Trad. do U. S. News and World Report, 1955./

KNORR, Klaus — *Military power and potential* /s.d./ Heath / 1971 / 150 p.

KNORR, Klaus — On the international implications of outer space. *Wld Politics,* 12 (4) : 564-584, apr., 1960.

KNORR, Klaus & MORGENS TERN, Oskar — *Political conjecture in military planning.* Princeton, Center of International Studies / 1970.

KOLLIKER, A. — Desarme latinoamericano. *Rev. Pol. Intern.,* 112, 1960.

KYRE, Martin & KYRE, Joan — Military occupation and national security. Washington, *Public Affairs Press,* 1968. 198 p.

LABARTHE, André — O progresso da ciência e a guerra. *Diar. Not.,* 18 set., 1955. 5. Sec., p. 1 e 2.

LAHN, L. — Die Genter Abrustungsverhandlunger in Jahre 1965. / The Guevara disarmament negotiations in 1965 / *Europa - Archiv,* 20 (20) : 78-796, oct., 1965.

LAMBETH, Benjamin S. — Nuclear proliferation and Soviet arms control policy. *Orbis,* 14 (2) : 298-325, 1970.

LANG, Kurt — *The sociology of the military*: *a selected bibliography.* Chicago, 1960.

LANZA, CONRAD H. — *Napoleão e a guerra moderna.* Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1954 / i.e. 1955 / 276 p. (Bibl. do Exército v. 207).

LARSON, David L. — *The Cuban crisis of 1962; selected documents and chronology.* Houghton Mifflin, Boston, 1963. 333 p.

LATIN AMERICAN MILITARY CIVIC ACTION SEMINAR, FORT GULICK; PANAMA CANAL ZONE 1966. *Military civic action seminar held at the U. S. Army School of the Americas, Fort Gulick Panama Canal zones, march* 22-25, 1966. Army School of the Americas, Panama, Canal Zones, United States, 1966. 94 p.

LAZAREFF, Serge — *Status of military forces under current international law.* Leyden, A. W. Sigthoff, 1971.

LECKIE, R. — *Warfare.* New York, Harper / 1971 / 206 p.

LEDERBERG, Joshua — A freeze on missiletesting. *Sci. Publ. Affairs B. Atomic Scient.,* 27 (3) : 4-6, march, 1971.

LEDERREY — *A derrota alemã no Leste.* Trad. do Major Fernando Allah Moreira Barbosa. Rio de Janeiro, Graf. Laemmert / 1955 / 486 p. (Bibl. do Exército v. 211/212).

LEFEBURE, Victor — *The riddle of the Rhine*; chemical strategy in place and war. London / etc. / W. Collins sons & Co. Ltda. / c. 1921 / 279 p.

LEVINE, Robert A. — Facts and morals in the arms debate. *World politics,* 2 : 239-258, jan., 1962.

LEYES militares de la Republica del Equador. Quito, Editorial Fray Jodoco Riche, 1961. 215 p.

LISTON, Robert-Greeting — *You are hereby ordered for induction: the draft in America*. New York McCraw. Hill / 1971 / 159 p.

LIEBER, Robert J. — The French nuclear force. *Int. Affairs*, 42 (3) : 421-431, jul., 1966.

LIEBERSON, Stanley — An empirical study of military — industrial lindages *Am. J. Sociol.*, 76 (4) : 562-584, jan., 1971.

LIEUWEN, Edwin — The Armed Forces, Venezuela, Issued under the auspice of the Royal Institute of International Affairs, London. Oxford University Press, New York, 1961. 160-169 p.

LIEUWEN, Edwin — *Arms and politics in Latin America*. New York, Praeger, 1965. 335 p.

LIEUWEN, Edwin — The changing role of the military in Latin America. *J. Intern. Stu.*, oct.. 1961.

LIEUWIN, Edwin — *Generales contra presidentes* Buenos Aires, siglo XX, 1965. 221 p.

LIEUWIN, Edwin — *General vs. presidents; neomilitarism in Latin America*. New York, Frederick A. Praeger Publ., 1964. 160 p.

LIEUWIN, Edwin — The military: a revolutionary Force. *Annals Acad. Pol. Soc. Sci.*, 334 : 30-40, march, 1961.

LIEUWIN, Edwin — The military: a force for continuity or a change. In: PASKE, John T. & FISHER, Sydney — *Explosive forces in Latin America*. Columbus, Ohio State Univ. Press, 1964.

LIEUWIN, Edwin — Militarism in Latin America: a threat to the Alliance for Progress. *World today*, 19 (5) : 193-199, maio, 1963.

LIEUWIN, J. J.; JOHNSON, V.; ALBA, L. W. Pye — Militarismo e política na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

LIMA, Miguel Alves de — *O poder nacional: seus fundamentos geográficos*. Rio de Janeiro / Escola Superior de Guerra, Curso Superior de Guerra, 1957. 40 p.

LINEBERRY, W. — Letter from Brazil: the "new military class". *New Leader*, 49 : 14-18-25, apr., 1966.

LISSAK Moshe — Modernization and role expansion of the military in developing countries: a comparative analysis. *Comparative Studies in Society and History*, 9 : 233-255, apr., 1964.

LOGAN, John A. — *No transfer: an America security principle*. New Haven, Yale University Press, 1961. 430 p.

LOVEIKO, G. — Dela Pentagono na Zadmiee Dvore, *Mezhdunarodnaia Zhizn*, 1961. p. 65-73.

LOZADA, Salvador Maria — Las fuerzas armadas en la politica Hispanoamericana: *La Ley*. Suplemento diário de la Revista Jurídica

Argentina, Buenos Aires, 30 de julio, 1964, p. 2 e 6; 31 de julio, 1964, p. 1 e 5.

LUARD, D. E. T. *ed.* — *First steps to disarmament; a new approach to the problems of arms reductions.* New York, Basic Books, 1965. 277 p.

LUBERTINO, José — *La tragedia de las dictaduras latinoamericanas y cuatro problemas argentinos,* Buenos Aires, Gura, 1956, 273 p.

LUPO, Rogelio Garcia — *La rebelion de los generales.* Buenos Aires, Editorial Jamcana, 1963.

LYONS, Benes M. et alii — *El pentágono y el militarismo Americano.* Buenos Aires, Jorge Alvarez, 1964. 116 p.

MCALISTER, Lyle N. — Civil-military relations in Latin America. In: MARTZ, John D. *ed.* — *The dynamics of change in Latin America.* Englewood clifs, N.J., Prentice-Hall, 1965. 283 p.

MCALISTER, Lyle N. — The military. In: JOHNSON, John J. — *Continuity and change in Latin America.* p. 136-160.

MCALISTER, Lyle N. — Recent research and writings on the role of the military in Latin America. *Latin Amer. Research R.,* 2 : 5-35, 1966.

MCALISTER, Lyle N. — Changing concepts of the role of the military in Latin America. *The Annals. Amer. Acad. Pol. Sci.* 360 : 85-98, jul., 1965

MCALISTER, Lyle N & POTASH, Robert — *The role of military in Mexico, Argentina, Peru, Colombia and the Dominican Republic.* Florida, University of Florida, 1966.

MCARDLE, Catherine — *The role of military assistence in the problem of arms control*: The Middle East, Latin America and Africa. Cambridge, Center for International Studies, Massachussetts Institute of Technology / 1964 / 97 p.

MCCLELLAN, Grant S. — *US foreign aid.* New York, H. W. Wilson Co., 1957. 216 p.

MCGWIRE, Michael — The background to Soviet Naval developments. *Wld. Today,* 27 (2) : 93-103, feb., 1971.

MCLIESH, Archibald & REYNOLDS, Cushman — *Strategy of the Americas.* Duel, Sloane and Pearce, New York, 1941. 247 p.

MAGALHÃES, Irene Maria — Antecedentes da República: Intervencionismo militar e legitimidade. *Dados,* 7, 1970.

MAGALHÃES, João Batista — *A evolução militar do Brasil.* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.

MALDONADO MICHELENA, Victor — *Las naciones y su defensa integral.* Prólogo de Carlos J. Martínez. Caracas, Editorial Dusa, 1962. 455 p.

MAGALHÃES, Juracy Montenegro — *A ação estratégica e o poder*

nacional. Estratégia no campo político / Rio de Janeiro / Escola Superior de Guerra, Curso Superior de Guerra, 1956. 51 p.
MAGNET, Alejandro — Armamentismo y desarme en America Latina. *Politica*, 6, 1960.
MAGNET, Alejandro — Armamentismo y desarme en America Latina. *Politica*, Caracas, 56-73, 1960.
MALTA, Octávio — *Os tenentes na revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969. 139 p.
MARINI, Alberto. *La guerra, la política y la estrategia*. Buenos Aires, Circulo Militar, 1962. 522 p. 2v.
MARINI, Mauro & PELLIGER DE BRODY, Olga — Militarismo y desnuclearización en América Latina. El caso de Brasil. *Foro Internacional*, 8 (1) : 1-24, julio-septiembre, 1967.
MARSTON, Anson D. — Papel das escolas superiores e universidades na guerra. *Milit. Rev.*, 35 (4) : 31-44, jul., 1955.
MARVIN, Norman — *The role of the Brasilian Army 1889-1930*. Albuquerque, University of New Mexico / s.d./
MASCARENHAS DE MORAES, João Batista — *A F.E.B. pelo seu comandante*. 2.ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias / 1960 / 40 p.
MATES, Leo — Disarmament — obstacles and possibilities. *Review Int. Affairs*, 272-3, aug., 1961.
MATTEWS, David I. — Old and new roles American and indigenus military forces in underdeveloped countries. In: WYCKOFF, Theodore — *The defense of Latin America*, Arizona, Bureau of Government Research, State University, Tempe, 1964. p. 15-20.
MATTOS, Oyama Sonnenfeld de — A família de mísseis Atlas. *B. Clube Naval*, 168 : 81-85, 4.° trimestre, 1961.
MECHAM, John Lloyd — *The United States and Interamerican security 1889-1960*. Austin, University of Texas, 1961.
MELMAN, Seymour — After the military — industrial complex? *Sci. publ. Affairs B. Atomic Scient.*, 27 (3) : 7-9, march, 1971.
MENDOZA, R. Juan — El Ejército Peruano en el siglo XX. In: PAREJA, José *ed* — *Vision del Peru en el siglo XX*. Lima, Paz-Soldán, Ediciones Liberia Studium, 1962-63. p. 291-349.
MENÉNDEZ, J. — La conferencia del desarme un grand dialogo entre sordos — *R. Polit. Int., Madrid*, 81 : 7-35, sept./oct., 1965.
MENGES, Constantine — *The varieties of military intervention in Latin American politics*. Department of Political Science, University of Wisconsin. /s.d./
MERCADO LARRÍN, Edgardo — El Ejército de hoy y su proyección en nuestra sociedad en periodo de transición — *Revista de la Escuela Superior de Guerra*, Lima 12 (2) : 7-31, abr./jun. 1965.

MESELSON, Meselson — Tear gas in Vietnam and the return of poison gas. *Sci. Publ. Affairs B. Atomic Scient.*, 27 (3) : 17-19, march, 1971.

MEYROWITZ, H. — Les armes psycho-chimiques et le droit international. *Annu. franc. Dr. Int., 10 : 81-126, 1964*.

MICHAEL, Franz — The strategy of guerrilla warfare in the intra communist conflict. *Orbis*, 9 (2) : 418-425, 1965.

MIKSCHE, F. O. — The case for nuclear sharing. *Orbis*, 3 : 292-305, 1961.

MIKSCHE, F. O. — Defensa atomica. *Milit. Rev.*, 35 : 22-30, jul., 1955.

MIKSCHE, F O. — Idéias fundamentais sobre a tropa do futuro. *Def. nac.*, 510 : 33-45 jan., 1957 / Tradução da revista Wehrkunde n.° 6, de 1956 (Alemanha Ocidental).

MILITAR-STRATEGIE — Cologne, Markus Verlag, 1969. 325 p.

MILITARISTS, merchants and missionairies; United States expantion in middle America, ed. By Eugene H. Huck & Edward H. Mosely. Alabama, Univ. Alabama Press, 1971 172 p.

MILLET, Richard — *US military civil relations in the Caribbean.* Southern Illinois University, Chicago /s.d./

MILLINGTON, T. M. — President Artur Illia and the Argentina military. *J. Inter. Stu.*, julho, 1964.

MILLIS, W. — *The demiliarized world and how to get there.* Santa Barbara, Calif., Center for the Study of Democratic Institutions, 1964, 61 p.

MILLIS, W. — *An end to arms.* New York, Atheneum, 1965. 301 p.

MITCHELL, Donald W. — The Soviet naval challenge. *Orbis*, 14 (1) : 129-153, 1970.

MOCH, Jules — La position française en matière de désarmament. *Chron. Pol. étrangère*, 4 : 501-516, jul., 1961.

MODELES de securité européene. *Pol. étrangère*, 32 (6) : 519, 1967.

MONTEFORTE TOLEDO, Mário — *El Ejército.* Guatemala, monografia sociológica, Instituto de Investigaciones Sociales. Unam, Mexico, 1959, p. 359-374.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de — *The Brazilian expeditionary force by its commander*. Transl. from 2nd ed. rev. and. enl. / Washington, U. S. Gov. Print. Off., 1966 / 279 p.

MORAES, Oswaldo da Costa — *Dicionário de jurisprudência penal e processual militar.* Porto Alegre, Livraria Sulina, 1955. 208 p.

MOREIRA, Marcílio Marques — Militares e desenvolvimento. *Cad. brasil.*, 6 (38) : 85-88, nov./dez., 1966.

MORLACONCHA, Manuel — *Função social do Exército.* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1955. 55 p.

MORMER, Magnus — Caudillos y militares en la evolucion hispano-americana. *J. Inter.* Stu., 2, 3, julho, 1960.

MORRIS, B. Lyle & CALMAN, Richard *ed* — *Statistical abstract of Latin America.* Los Angeles, Latin America Center, Universidad de California, 1966.

MURRAY, Thomas — The case for resuming nuclear tests. *Wld. Affairs,* 124 (1) : 17-19, 1961.

MYDAMS, Carl & MYDAMS, Shelley — *The violent peace.* New York, Atheneum, 1968. 478 p.

NAHLIK, Stanislaw E. — Arme atomique et droit international. *Ann. Polonais Affaires Int.,* 127-151, 1961.

NAVARRO, Pedro Juan — Dictadores de America. *Mundo al dia,* Bogotá, 1963.

NEEDLER, Martin C. — *Anatomy of a coup d'etat*: Quito, 1963.

NEEDLER, Martin C. — The army and political violence. In: *Latin American Politics in Perspective.* Princeton, N. J., Van Nostrand Company Inc., 1963. p. 64-88.

NEEDLER, Martin C. — The Latin American military: predatory reactionaries or modernizing patriots? In: *Interamerican Studies.* 11 (1) : 237-243, apr., 1969.

NEEDLER, M. C. — Political development and military intervention in Latin America. *Amer. Pol. Sci. R.,* 60 : 616, sept., 1966.

NEWTON, Carlos — *Santos Domingo — La guerra de America Latina,* Buenos Aires Ediciones Iguazú, 1965. 122 p.

NINCIC, Djura — Desarme: nuevas esperanzas e iniciativas. *Politica Internacional.* Belgrado, 317, junho, 1963.

NOEL — BAKER, Philip — Disarmament first. *Japan Quarterly,* 2 : 137-139, april/june, 1962.

NOGEE, Joseph — The diplomacy of disarmament. *Int. Conciliation,* 526, jan., 1960.

NORTH, L. — *Civil military relation in Argentina, Chile and Peru.* Department of International Studies, Berkeley, 1966.

NUN, J. — Amerique Latine: la crise hégémonique et le coup d'Etat militaire. *Sociol. Trav.,* 9 (3) : 281-313, jul.-sept., 1967.

NUN, J. — A Latin American phenomenon: "the middle-class military coup" In: PETRAS & ZEITLIN — *The politics of conformity.* p. 66-118.

NUTTING, Anthony — Disarmament, Europe and Security. *Int. Affairs,* 1 : 1-6, jan., 1960.

OLARZÁBAL QUINTANA, Arturo — *América Latina y el imperativo de um mundo sin guerra.* México, Costa Amic., 1963. 122 p.

OLIVEIRA, Franklin de — *Revolución y contra revolución en Brasil.* Buenos Aires Editorial Iguazú, 1965. 172 p.

OLIVEIRA, TORRES, J. C. — As forças armadas como força política. *R. Bras. Est. Pol.*, : 39-47, jan., 1966.

ORSOLINA, Horacio — *La crisis del ejército.* Buenos Aires, Editorial Aranjú, 1964.

OSANKA, Franklin M. — *Modern guerrilla warfare: fighting communist guerrilla movements,* 1941-1961. New York, The Free Press of Glencoe, 1962. 519 p.

ORR, John Boyd — Food before disarmament. *Japan Quartely,* 2 : 140-141, apr./jun., 1962.

ORSOLINI, M. H. — *La crisis del ejército.* Buenos Aires, Ediciones Arajú, 1964. 93 p.

ORTIGOZA, José — El militarismo y los problemas sociales en el Paraguay, *Política y Espiritu,* 12 (84) : 33-36, enero-mayo, 1964.

PANCAKE, Frank R. — Why military assistance for Latin America? *Air University Review,* 18 (1), dec., 1966.

PARKER, Howard C. — O tema central. *Milit. Rev.,* 34 (12) : 54-62, mar., 1955.

PATCH, Richard W. — United States assistance in a revolutionary secting, In: Tomasek, A. D. — *Latin American politics* (Studies of the Contemporary Scene). New York, Doubleday, 1966. p. 310-346.

PAULA CIDADE F. — Verbetes para um dicionário bio-bibliográfico militar brasileiro. *R. Militar Bras.,* 14 (1-2), jun., 1952.

PEREIRA, Fernando — *Março 31: Civis e militares no processo da crise brasileira.* Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964. 297 p.

EL PELIGRO de guerra accidental. *Rec. art. entr. declaraciones,* 39, 1961.

PEREGRINO, Umberto — Origem e fixação dos órgãos básicos da organização militar no Brasil, *Rev. Serv. públ.,* 66 (1) : 54-64, jan., 1955.

PEREGRINO, Umberto — O pensamento da Escola Superior de Guerra. *Cad. Brasil.,* 6 (38) : 29-38, nov./dez., 1966.

PEREGRINO, Umberto — Do velho Exército profissional ao cidadão soldado. *Rev. Serv. Público,* 67 (2) : 269-278, maio, 1955.

PEREIRA, Osny Duarte — Inconstitucionalidade do "ajuste" para a cessão da ilha de Fernando de Noronha. *Rev. Bras.,* 11 : 7-13, maio./jun., 1957 / "Extrato da conferência proferida em São Paulo".

PEREIRA GONZÁLEZ, Pedro — *Pueblo y ejército* (tesis Facultad de Derecho) Zavala, Unam, 1963. 143 p.

PEREZ, Javier Bazan — *El ejército en la constitucion y en la politica.* Mexico, 1952.

PERGENT, J. — É possível a "espionagem autorizada"? (discussão da proposta Eisenhower) *Diar. Not.,* 18 setb. 1955. 5 sec. p. 1 e 2.

PERLMUTTER, Amos — The Arab military elite. *Wld Politics,* 22 (2) : 269-300, jan., 1970.

PERÓN, Juan Domingo — La guerra y la revolución industrial. In: *Ejército y revolución industrial.* Colección dirigida por Rogelio Garcia Lupo. Buenos Aires, Jorge Álvares, 1964. p. 83-112.

PETKOVIC, R. — Desatomización de América Latina. *Pol. Intern.,* Belgrado, 315, maio, 1963.

PETKOVIC, R. — A world without bombs. *R. Int. Affairs,* 294/295, julho, 1962.

PETROV. J. P. — *Partijnoe Stroi tel'stvo v sovetzkoj armii flote* / the constructive work of the party in the soviet army and navy / Moskva, Voennce Izdatel'stvo Ministertva Obovory CCCP, 1964. 512 p.

PILISUK, Marc & HAYDEN, Thomas — Is there a militar industrial complex which prevents peace? *J. Soc. Issues,* 21 (3) : 67-117, 1965.

PIMENTEL, Waldomiro — A geopolítica. *Rev. Clube Milit.,* 141 : 149-156, jan./mar., 1956.

PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio — O ensino militar no Brasil, período colonial. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958. 120 p.

PIRES PINTO, Odorico — El processo de aculturación del hijo de imigrantes en las fuerzas armadas brasileiras *R. Mex. Sociol.* 18 (3), 1956.

PLATT, Washington — *Strategic intelligence production;* basic principles. New York, Praeger / c. 1957 / 302 p.

O PODERIO MILITAR DOS EE. UU. — *PN,* 416 : 5, 7 março, 1960.

POMEROY, W. J. — *Guerrilla and counter — guerrilla warfare;* liberation and supression in the present period. New York, International Publishers, 1964. 127 p.

POMEROY, W. J. — *Guerrilha warfare and Marxism.* New York, International Publishers, 1968. 336 p.

POPPINO, Rollie E. — *The military in Brazilian politics tradition and innovation.* University of California.

PORTER, S. H. C. — Operações nas selvas. *Milit. Rev.,* 34 (10) : 97-100, jan., 1955.

POTASH, Robert J. — The changing role of the military in Argentina. *Journal of Politics,* Gainnesville, : 571-578. octubre, 1961.

POTYGUARA, Irapoan — Ensinamentos tirados da História pelas escolas alemã e soviética. *Def. nac.,* 50 : 29-36, jun., 1956 / Sintese dos apontamentos tomados nas conferências feitas pelos Cel. Carrias e Maj. Andolensko da Escola Superior de Guerra de Paris. /

POULANTZAS, Nicos — *Fascisme et dictature; la IIIe. internationale face au fascisme.* Paris, F. Maspero, 1970. 402 p. (Les textes a l'appui).

POULANTZAS, Nicholas M. — World peace through the law of outer space. *Rev. Hel. Droit Intern.*, 3-4 : 307-310, dec. 1963.

POWELL, J. D. — Military assistance and militarism in Latin America. *West Polit. Quart.*, 18 (2) : 382-392, june, 1965. Part I.

PREWETT, Virginia — The Mexican Army. *Foreign Affairs*, 19 (3) : 613-616, apr., 1941.

PUGH, George — Restraints, strategy and arms control. *Orbis*, 2 : 209-225, 1963.

PUTNAM, Robert — Toward explaining military intervention in Latin American politics. *World Politics*, 20 (1) : 83-110, oct., 1967.

RAMOS, Jorge Abelardo — *História política del Ejército Argentino*. Buenos Aires, Pena Lilio, 1959.

RANDOLPH, Jennings — A new disarmament approach. *World Affairs*, 124 (3) : 69-72, 1961.

RAPACKI, Adam — La coexistencia pacífica y el desarme. *Rec. art., entr. declaraciones*, 40, 1961.

RAPACKI, Adam — Disarmament — the Polish point of view. *Foreign Affairs Report* 12 (2), fev.. 1963.

RASER, J. R. — Weapons design and arms control, the Polaris example. *J. Conflict Resol.*, 9 (4) : 450-462, dec., 1965.

RATTENBACH, Benjamin — *Sociologia militar; uma contribuición a um estatuto*. Buenos Aires, Circulo Militar Argentino, 1959. 177 p.

REFORMA agrária; mesa redonda de Política Internacional. (Los militares y la reforma agrária) *Pol. Intern.*, 126 : 43-47, ago., 1970.

REPETTO, Nicolas — *Los socialistas y el ejército*. Buenos Aires Editorial La Vangardia, 1946. 266 p.

REVUE FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE, 2, abr./jun. 1961. (número especial sobre militarismo).

RIBEIRO, Edison — Guerra convencional e guerra atômica. *Def. nac.*, 550 : 3-7, maio, 1960.

RICHARDSON, Robert C. — Atomic bombs and war damage. *Orbis*, 1 : 39-55, 1960.

RIPPY, Fred — *Dictatoship in the modern world*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1939.

RIVERO, Lucena R. — El professionalismo de las Fuerzas Armadas de Cuba. *Military Review*, 66 (3) : 13-19, marzo, 1966.

ROBINSON, David — Self-restrictions in the American military use of space. *Orbis*, 9 (1) : 116-139, 1965.

RODRIGUES, Lysias A. — Análise geopolítica da defesa das Américas. *Rev. Clube Milit.*, 141 : 157-168, jan./mar., 1956.

RODRIGUES, Valmore — *Bayonetas sobre Venezuela*. Mexico, Beatriz de Silva. 190 p.

ROMERO, César E. — *Poderes militares en la constitución argentina.* Cordoba, Imprensa de la Universidad, 1945. 164 p.

RONDOT, P. — Le mouvement du 31 décembre au Liban a-t-il été un coup d'état militaire? *Oriènt,* 9 (34) : 7-23, 2.º trim., 1965.

RONNEBERGER, F. — *Militardíktaturem in Entwicklungslandern. Ein Beitrag zur politischen Formenlehre.* / Military dictatorship in developing countries. A contribution to political morphology / *Jb. soz. — Wiss.,* 16 (1) : 13-49, 1965.

ROPP, Theodore — *War in the modern world.* Durham, Duke Univ. press., 1959. 400 p.

ROSA QUIZ, Ernesto — *La naturaleza juridica del ejército.* (Tesis Facultad de Derecho). Mexico, UNAM, 1957. 142 p.

ROSS, Stanley — *Is the Mexican Revolution Dead?* New York, Knopf, 1966.

ROWE, James W. — *Argentina's restless military: an analysis of the role of the Armed Services in Angentine politics.* American Universities Field Staff Reports Service, East Coast South American Series (XI : 2), New York, 1964. 25 p.

ROY, Hugo — *Itinerario de la agressión* (*de San José a Bogotá*) — Montevideo, Ediciones Alerta, 1960. 48 p.

RUBINSTEIN, A. Z. — Political barriers to disarmament. *Orbis,* 9 (1) : 140-154, 1965.

RUSSETT, Bruce — Measures of military effort. *American Behavioral Scientist,* 7 : 26-29, feb., 1964.

SAMPAIO, Moysés — Influência do serviço militar no êxodo rural. *Def. nac.,* 492 : 5-15, jul., 1955.

SAN MARTIN, Rafael — *El militarismo fenómeno no americano.* Buenos Aires, Editorial Ciencias Sociales, 1961. 34 p.

SANTA CRUZ, Hermán — Arms bread, and communism in Latin America. *United Nation World,* New York 3 : 15-19 marzo, 1951.

SANTA ROSA. Virginio — *O sentido do tenentismo.* Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1932.

SANTA-PINTER, J. J. — Regulación constitucional de las fuerzas armadas en Hispano America. *R. Estud. polit.,* 139 : 173-189, jan./ fev., 1965.

SANTANA, Jr. — O militarismo na América Latina. *Observ. Econ.-Financ.,* fev., 1960.

SANTOS, Francisco R. — *Coleção bibliográfica militar,* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1960. 783 p.

SAPIN BURTON, M. & SNYDER, Richard C. — The role of the military in American foreign policy. New York, Doubleday, 1954.

SARAVIA, José Manuel — Las Fuerzas Armadas, *Argentina, 1959 un estudio sociologico.* 2.ª ed. Buenos Aires, Editorial del Atlantico, 1959. 76-82 p.

SCHICK, Jack M. — The Berlin crisis of 1961 and U. S. military strategy. *Orbis* 8 (4) : 816-831, 1965.

SCHMITT, Kail H. — The role of the military in contemporary México. *The Caribean*: Mexico today, University of Florida Press: 52-62, 1964.

SCHDESINGER, James R. — Srategic leverage from aid and trade, national security: *political, military and economics strategies in the decad ahead.* New York, Frederick A. Praeger, 1963. p. 701-702.

SCHWARTZ, Donald M. — Arms control and supra-nationalism. *Publ. Affairs. B. Atomic Scient,* 27 (4) : 38-41, april, 1971.

SCHWARTZ, Leonard E. — Manned orbiting laboratory — for war or peace. *Int. Affairs* 43 (1) : 51, jan., 1967.

SCHWARTZ, Leonard E. — Perspective on Pugwash. *Int. Affairs,* 43 (3) : 498, july, 1967.

SCILINGO, Adolfo — Desnuclearización de America Latina. *Pol. Intern.,* Buenos Aires, 41, 1963.

SEABRA Fagundes, M. — *As forças armadas na constituição.* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1955.

SECURITY and The Middle Eeast; The problem and its solution proposals. Submitted to the president of the United States / New York, s. ed., 1954. 157 p.

SEGERS, Jean-Yves — Le droit de l'espace. *Chron. Pol. étrangère,* 1 : 77-95, jan., 1962.

SELSER, Gregorio — El ansiado objetivo de la creación de un cuerpo militar panamericano *Pol. Int.,* 63-64 e 65-66.

SEMMES, Harry H. — A psicologia da liderança do general Patton. *Rev. Clube Milit.,* 139 : 150-156, set./out., 1955; 141 : 104-107, jan./mar., 1956 / Transcrição da revista Armour pelo Ten. Cel. Muziul Moreira Lima.

SENNA CAMPOS, Aguinaldo José — *Logística na paz e na guerra.* Rio de Janeiro, Freitas Bastos / 1952 / 165 p. (Biblioteca do Exército, v. 175).

SHARMA, B. S. — Elections in the Sudan during the military regime. *Parl. Affairs.* 20 (3) : 274-290, 1967.

SILVA, Goldbery do Couto e — *Planejamento estratégico.* Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana, 1955. 320 p. (Biblioteca do Exército, v. 213).

SILVA, Golbery do Couto e — *Planejamento do fortalecimento do potencial nacional* / Rio de Janeiro / Escola Superior de Guerra, Curso Superior de Guerra, 1966. 52 p.

SILVA, Hélio — *A crise do tenentismo.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 302 p.

SILVA, Paulo de Castro M. da — As atividades paralelas das Forças Armadas. *Cod. brasil.*, 6 (38) : 59-64, nov./dez., 1966.
SIMON, Sheldon — A systems approach to security in the Indian Ocean *Arc. Orbis*, 14 (2) : 40-442, 1970.
SIMONS, A. — A guerra psicológica. *Def. nac.*, 508 : 27-37, nov. 1956 / Transcrito do "Bulletin Periodique" (Bélgica).
SIMON, Charles W. — The rise of the Brazilian military class 1870-1890. *Mid. America*, 39 (4), out., 1967.
SKOWRONSKI, A. — L'évolution de l'idée des zones dénucléarisées. *Annu. polon. Aff. int.*: 118-139, 1963.
SIMSARIAN, James — Outerspace co-operation in the UN in 1963. *Am. J. Int. Law* 58 (3) : 717-723, jul., 1964.
SINGER, J. D. & HINOMOTO H — Inspecting for weapons production: a modest computer simulation. *J. Peace Res.*, 1 : 18-38, 1965.
SMITH, Louis — *La democracia y el poder militar.* Buenos Aires, Bibliográfica Omeba, 1965. 415 p.
SMITH, Robert B. — Rebellion and repression and the Vietnam war. *The Annals*, 391 : 156-167, sep., 1970.
SOBRAL PINTO, H. — A Justiça Militar. *Cad. brasil.*, 6 (38) : 89-98, nov./dez., 1966.
SODRÉ, Nelson Werneck — *História Militar do Brasil* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
SODRÉ, Nelson Werneck — *Memória de um soldado.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
SOKOLOVSKIF, Vasilif Danilovich — *Military strategy, Soviet doctrine.* New York, London, F. A. Praeger / 1963 / 396 p.
SOTTILE, A. — La proscription des crimes de guerre contre l'humanité et le droit penal international *R. Dr. int.*, *Genève*, 43 (1) : 5-18, ja./mar., 1965.
SOUZA JUNIOR, Antonio de — *O Brasil e a terceira guerra mundial* (ensaio e interpretação das guerras no séc. XX / Rio de Janeiro / Biblioteca do Exército, 1959. 341 p.
SPRINGER, P. B. — Social sources of political behavior of Venezuelan military officers — An exploratory analysis. *Politico*, 30 (2) : 348-355, june, 1968.
STAMEY, Roderick A. Jr. — *The Inter-American Defense Board.* Office of the Chief of Military History, Dept. of the Army, Washington, 1965. 246 p.
STEINBACK, Richard — Conceituação psicológica de chefia. *Def. nac.*, 508 : 15-19, nov. 1956 / Trad do Army Information Digest de jun. 1956 pelo Ten. Cel. Fernando Allah Moreira Barbosa.
STEVENSON, Adlai E. — *US charges of Soviet military build-up in Cuba.* Washington, 1962, 32 p. Department of State.

STOLPMANN, G. — Wesen und Funktion des Konflikts / character and function of conflict / *Dtsche Z. Philos,* 12 (12) : 1413-1428, 1964.

STONE, Jeremy J. — Bomber disarmament. *Wolrd politics,* 17 (1) : 13-39, 1964.

STURGIS JUNIOR, S. D. — Oleodutos na paz e na guerra. *Def. nac.,* 506,507 : 11-15, set./out., 1956

SUELDO, Horacio — Fuerzas Armadas. *In*: *Argentina 1930-1960,* compilado por Jorge A. Paiba. Buenos Aires, Sur, 1961. p. 159-177.

SUHR HOREIS, A. E. — Las Fuerzas Armadas In: *La crisis argentina desde mayo de 1958.* Buenos Aires, 1960. p. 139-146.

SUPERVILLE, Bernardo — *Las nuevas formas de agresión,* Montevideo, 1961. 196 p.

SUTTON, John — Arms to developing countries: 1945-1965, London, Institute for Strategic Studies, 1966. 45 p.

TARR, David W. — The American military presence abroad. *Orbis,* 9 (3) : 630-654, 1965.

TARR, D. W. — Military technology and the policy process. *West Polit. Quart.,* 18 (1) : 135-148, mar., 1965.

TAVARES, A. de Lyra — *O exército no governo Costa e Silva.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional ,1968.

TAVARES, A. de Lyra — O mar territorial. *Rev. Clube Milit.,* 142 : 14-19, abr./jun., 1956.

TAVARES, Aurélio de Lyra — *Segurança nacional; antagonismos e vulnerabilidades* / Rio de Janeiro / Biblioteca do Exército, 1958. 252 p. (Biblioteca do Exército, v. 252).

TAVARES, A. de Lyra — *Território nacional, soberania e domínio do Estado.* Rio de Janeiro, Comp. Ed. Americana. 1955 / i.e. 1956 / 262 p. (Biblioteca do Exército, v. 218).

THAYER, George — *The war business; the international trade in armaments.* New York, Simon and Schuster, 1969. 417 p.

THOMAS, Ann Van Wynen & THOMAS Jr., A. J. — *Legal limits of the use of chemical and biological weapons.* Dallas, Southern Methodist Univ. Press, 1970, 332 p.

TIMASHEFF, N. S. — *War and revolution.* New York, Sheed and Ward, 1965. 339 p.

TORIELLO, Guillermo. *La batalha de Guatemala, Pueblos de America.* Buenos Aires. 1956

TOSCANO, Arnoldo — *Planejamento de guerra* / Rio de Janeiro / Escola Superior de Guerra, Curso Superior de Guerra, 1956, 34 p.

TOVAR, Oscar Bueno — *Las Fuerzas armadas y el APRA.* Lima, 1963.

TOWSEND, Andres — Frente a la ley, los tanques. *Panorama,* março/abr., 1963.

TRAGER, Frank N. — Vietnam: The military requirements for victory. *Orbis,* 8 (3) : 563-583, 1964.

TUCKER, Robert W. — *The just war.* Baltimore, The Johns Hopkins press/c., 1960.

TUCK, G. N. — Missões da Engenharia nas guerras do futuro. *Def. Nac.,* 502 : 13-25, de maio 1956 / Trad. do Royal Engeneer Journal pelo Ten. Cel. Fernando Allah Moreira Barbosa.

TUCKER, R. W. — Peace and war. *Wld. Polit.,* 17 (2) : 310-333, jan., 1965.

TUNM, Mao — The way to general disarmament and wolrd peace. *Peking review,* 29, jul., 1962.

URBAN, Ludek — Aspectos economicos del problema del desarme. *Rev. Intern.,* Praga, 8, 1963.

US CONGRESS SENATE SUBCOMMITTEE ON DISARMAMENT OF THE COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS — *Control and reduction of armaments, disarmaments and security in Latin America,* mayo 12, 1957. 29 p.

US SENATE COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS — *Control and reduction of armaments: disarmaments and security in Latin America,* U. S. Govt. Print. Off, Washington, 1957.

UVALIC, Radivoj — New crisis in disarmament negotiations. *Int. Affairs,* 248-9, 1960.

UZAL, Francisco H. — *Frondizi y la oligarquia.* Buenos Aires Compania Argentina de Editores, 1963. 210 p.

VAGTS, Alfred — *A History of militarism — civilian and military.* New York, The Free Press, 1967.

VAN DER KROEF, J. M. — Die indonesische Armee zwischen Soekarno und die Kommunisten / The Indonesian army between Sukarno and the Communists / *Europa-Archiv.,* 20 (22) : 831-842, 25 nov., 1965.

VAN DER MEHDEN, F. R. & ANDERSON, C. W. — Political action by the military in developing areas. *Sociol. Research,* 28, 1961.

VAN RIPER, P. P. & UNWALLA, D. B. — Voting patterns among high manking officers. *Polit. Sci. Quart.* 80 (1) : 48-61, mar., 1965.

VASCONCELLOS, Adolpho B. — Organização básica da Marinha do Brasil — *B. Clube Naval* 166 : 137-186, 2.° trim., 1961; 168 : 77-80, 4.° trim., 1961.

VASCONCELOS, J. R. — Antítese histórica — *Rev. bras.,* 10 : 68-85, mar./abr., 1957.

VEGA HURTADO, Pedro — *El servicio militar mexicano* México, 1963. 100 p.

VELOSO, Paulo Dias — Os minerais brasileiros e a política de defesa dos EUA. *Est. S. Paulo,* 27 out. 1960. Supl. comerc. e industr p. 5.

VENERONI, H. C. — La assistência militar de los Estados Unidos. *Pol. Int.*, 63-64 e 65-66.

VERNANT, Jacques — L'evolution de la strategie americaine et la defense de l'Europe. *Pol. étrangère*, 1 : 28-35, 1961.

VERNANT, Jacques — La sécurité européene en 1971. *Rev. Déf. Nat.*, 27 : 277-282, feb., 1971.

VERNANT, Jacques — La tantation de l'escalade. *Revue Def. Nat.*, 27 : 95-100, jan., 1971.

VERNIER, B. — L'armée Turque et la révolution néo-Kémaliste. *Polit. étr.*, 29 (5-6) : 458-511, 1964.

VIGNY, Alfred de — *Servitude et grandeur militaires.* Paris, Garnier Frères, 1962.

VILLANUEVA, Victor — *O golpe de 68 no Peru* (do caudilhismo ao nacionalismo?) / Rio de Janeiro / Civilização brasileira / 1969 / 288 p. (Documentos de história contemporânea, 49) / Do original em espanhol: Nueva mentalidade militar en el Peru?

VILLANUEVA, Victor — *Militarismo en el Peru. Lima,* Empresa Gráfica T. Schench, 1962.

VILLEDA MORALES, Ramón — *La defensa de la democracia frente a la amenaza comunista.* Tegucigalpa, 1962. 66 p.

VIYON, Jorge — *Teoría del militarismo.* Madrid, Ediciones Real, 1955. 324 p.

WAGSTAFF, Jack J. — Preparo do Exército para a guerra atômica. *Milit. Rev.*, 35 (2) : 3-6, maio, 1955.

WANDERLEY, Alberto — Corumbá, um imperativo geopolítico. *Def. Nac.*, 488 : 77-85, mar., 1955 / Transcrito "data venia" da "Revista da Faculdade de Ciências Econômicas" (junho de 1954).

WHITAKER, Arthur P. — *Spain and defense of the West: ally and liability.* New York, Harper & Brothers, 1961. 408 p.

WIARDA, H. J. — The politics of civil military relations in the Dominican Republic. *J. Inter-Amer. Stud.*, 7 (4) : 465-484, oct., 1965.

WIATR, J. J. — Expert and politician — The divergent aspects of social role of the army man. *Polish Sociol. B.*, 9 : 44-53, 1964.

WILDE CAVERO, M. Fernando — *História Militar de Bolívia* con la *ampliación de las campanãs de la independencia americana y el problema de la defensa nacional.* La Paz. 1963. 253 p.

WITTNER, Lawrence S. — *Rebels against war; the American peace movement 1941-1960.* New York / etc / Columbia University Press / 1970 / 339 p.

WYCKOFF, Theodore — Tres modalidades del militarismo Latinoamericano. *Combate,* San José, 12 : 7-15, sept./oct., 1960.

WYCKOFF, Theodore — The role of the military in contemporary Latin American politics. *Western Political Quarterly,* Salt Lake City, 745-763, sept., 1960.

WOHLSTETTER, A. — Nuclear sharing: NATO and N+1 country. *Foreign Affairs,* 3 : 355-387, abril, 1961.

WOLF JR. Charles — The political effects of military programs: some indications from Latin America. *Orbis,* 8 (4) : 871-893, 1965.

WOLFE, Thomas W. — Some new developments in the Soviet military debate. *Orbis,* 8 (3) : 550-562, 1964.

WRIGHT, Q. — The escalation of international conflicts. J. Conflict Resol., 9 (4) : 434-449, dec., 1965.

WYCKOFF, Theodore — The role of the military in Latin American politics. In: MARTZ, J. D. — *The dynamics of change in Latin American politics.* New Jersey Prentice-Hall, 1965, p. 253-275.

WYCKOFF, Theodore — The role of the military in contemporary Latin American politics. *West. Pol. Sci. Quart.,* set., 1960.

WYLIE, J C. — *Military strategy; a general theory of power control.* New Brunswick, Rutgers Univ. Press., 1967. 111 p.

XEREZ, Ayrton Rodrigues — A psicoténica nas Forças Armadas. *R. Clube Mil.,* 139 : 115-117, set./out., 1955.

YOUNG, Jordan — Military aspects of the 1930 Brazilian revolution. *Hisp. Amer. Hist. R.,* 44 : 161-179, may, 1964.

YOUNGER, Kenneth — The spectre of nuclear proliferation. *Int. Affairs,* 42 (1) : 14-23, 1966.

ZÁRATE, Luis C. — *La no intervención ante el derecho americano,* 1963. 414 p.

PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS EM ASSUNTOS MILITARES

Adelphi Papers — The Institute of Strategic Studies — Londres — Inglaterra

Aerospace International — Washington — USA

Air Force — Washington — USA

Air Force and Space Digest — Washington — USA

Air University Review — United States Air Force — Washington — USA

All Hands — Bureau of Naval Personnel Career Publ. — Washington — USA

American Aviation — Washington — USA

Anais do Arquivo da Marinha — Rio de Janeiro — Brasil

Anais do Clube Militar Naval — Lisboa — Portugal

Anuário Militar do Brasil — Rio de Janeiro — Brasil

Approach — Naval Aviation Safety — Washington — USA

Armed Forces Journal — Washington — USA

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

EDITADA SOB OS AUSPÍCIOS DO

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS





PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

ASSINATURA ANUAL .... Cr$ 3,00

PREÇO DE CADA NÚMERO .... Cr$ 1,50



REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS — BELO HORIZONTE — MINAS GERAIS — BRASIL